

UFJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ



UFNT
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO NORTE DO TOCANTINS

uff
Universidade
Federal
Fluminense



Mapeamento Povos Ciganos

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MAPEAMENTO E REGISTROS DE FAMÍLIAS CIGANAS REGIÃO SUL
das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das
políticas públicas acessadas por esse público no Brasil

TED 05/2023 (UFJ/MIR)

RELATÓRIO FINAL

REGIÃO SUL

Setembro de 2025



EQUIPE

PATRÍCIA DE MORAES LIMA

JOÃO CARLOS NOGUEIRA

Cordenação

CAROLINA PEREIRA SOUSA LEITE

EMERSON GUIMARÃES

JACKSON CESAR CHAVES

LUCAS DE ANHAIA

RODRIGO DOURADO DA SILVA

ROSICLER WINTER

TATIANE EMÍLIA CAMARGO IOVANOVITCHI

Pesquisa

CAMILA ARAÚJO

Diagramação gráficos e relatório



LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Primeiras Variáveis da Pesquisa Região SUL - Ciclo de Escuta Etnográfica.....	12
Imagem 2 - Troca de mensagens sobre enchentes no RS.....	24
Imagem 3 - Visita ao Acampamento em São José dos Pinhais - PR.....	44
Imagem 4 - Visita ao Acampamento e liderança cigana da etnia calon Jackson Cesar Chaves.....	45
Imagem 5 - Visita à residência da pesquisadora e liderança cigana da etnia Rom Tatiane Iovanovichi.....	47
Imagem 6 - Registro da equipe no evento I Seminário Povos Ciganos e Direitos Humanos na UniBrasil, em Curitiba - PR.....	48



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ciclo de diálogos e escutas semanais.....	13
Tabela 2 - Dados especificados sobre saúde - Região Sul.....	75
Tabela 3 - Dados Localização e mobilidade - Região Sul.....	79
Tabela 4 - Direitos humanos - Região Sul.....	82



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de Famílias Ciganas por Município - SC (2024).....	50
Gráfico 2 - Presença Cigana por estado - Região Sul.....	52
Gráfico 3 - Perfil Gênero - Região Sul.....	53
Gráfico 4 - Perfil Etário - Região Sul.....	54
Gráfico 5 - Etnia - Região Sul.....	56
Gráfico 6 - Subgrupos - Região Sul.....	57
Gráfico 7 - Idioma - Região Sul.....	58
Gráfico 8 - Habitação características - Região Sul.....	59
Gráfico 9 - Acesso à água - Região Sul.....	60
Gráfico 10 - Acesso ao Esgoto Sanitário - Região Sul.....	62
Gráfico 11 - Tipo de Esgotamento Sanitário - Região Sul.....	62
Gráfico 12 - Coleta de lixo - Região Sul.....	63
Gráfico 13 - Acesso à eletricidade - Região Sul.....	65
Gráfico 14 - Acesso à internet - Região Sul.....	66
Gráfico 15 - Formas de acesso à internet - Região Sul.....	67
Gráfico 16 - Principal fonte de renda - Região Sul.....	68
Gráfico 17 - Costumes e tradições - Região Sul.....	69
Gráfico 18 - Motivos - falta de emprego - Região Sul.....	70
Gráfico 19 - Acesso à educação - Região Sul.....	72
Gráfico 20 - Educação pública e privada - Região Sul.....	73
Gráfico 21 - Acesso à Saúde - Região Sul.....	74
Gráfico 22 - Religião - Região Sul.....	77
Gráfico 23 - Deficiências - Região Sul.....	77
Gráfico 24 - Dados - Área urbana ou rural - Região Sul.....	81

SUMÁRIO

1 Apresentação.....	8
2 Etnografia como Escuta, Presença e Compromisso: pressupostos para pesquisa com os povos ciganos.....	10
2.1 Etnografia Participativa.....	11
2.2 O ciclo de Escuta Etnográfica	12
3 Dados Qualitativos do Ciclo de Escuta Etnográfica: ponto de partida da pesquisa.....	13
3.1 Identificação dos Núcleos de Enunciação e sentidos: a partir do Ciclo de Escuta Etnográfica.....	20
3.1.1 Impacto das Enchentes do Rio Grande do Sul nas rotas e cotidianos das famílias ciganas.....	21
3.1.2 Os modos de vida - economia: dados gerais e narrativas.....	26
3.1.3 Violência estatal: preconceito e discriminação cotidianos.....	26
3.1.4 Identidade, reconhecimento e auto-revelação	34
3.1.5 Gênero e violência nas comunidades ciganas.....	37
4 O percurso da Pesquisa de campo: das rotas da pesquisa ao encontro com os sujeitos.....	39
4.1 Sistematização e nucleação dos dados	40
4.2 Trabalho de campo nos Estados da Região Sul	41
5 Dados gerais da Região Sul: 84 formulários aplicados.....	52
5.1 Presença cigana por estado - Região Sul.....	52
5.2 Perfil Gênero.....	53
5.3 Perfil Etário.....	54
5.4 Etnia.....	56
5.5 Idioma.....	58
5.6 Habitação.....	59
5.7 Acesso à Água.....	60
5.8 Acesso ao Esgoto Sanitário.....	61
5.9 Coleta de Lixo.....	63
5.10 Acesso à Eletricidade.....	65
5.11 Acesso à Internet	66
5.12 Principal fonte de renda.....	68
5.13 Costumes e Tradições.....	69
5.14 Motivos - falta de emprego.....	70
5.15 Acesso à Educação.....	72
5.16 Acesso à Saúde.....	74
5.17 Religião	77
5.18 Deficiências.....	77
5.19 Mobilidade.....	79
5.20 Dados - Área Urbana ou Rural.....	81
5.21 Questões de Direitos Humanos.....	82



SUMÁRIO

6 Sobre os “Achados” na Pesquisa Etnográfica: Escuta, Experiência e Singularidade Cigana na Região Sul.....	84
6.1 Gentrificação.....	85
6.2 Viver em comum e o Sagrado.....	87
6.3 Modos de vida e Memória.....	88
6.4 Os Acampamentos Ciganos em Torres: Visibilidade, Território e Justiça Social.....	89
6.5 Economia Cigana.....	90
7 Considerações Finais.....	92
8 Referências.....	97
ANEXO 1 – Dados da Região Sul pesquisados em documentos oficiais.....	99
ANEXO 2 – Levantamento dos discentes ciganos nas Universidades Federais da Região Sul ...	107
ANEXO 3 – Dados do Estado do Rio Grande do Sul (RS).....	110
ANEXO 4 – Dados do Estado do Paraná (PR).....	127
ANEXO 5 – Dados do Estado de Santa Catarina (SC).....	146
ANEXO 6 – Mapas do Cartógrafo.....	159
ANEXO 7 – Banco de Imagens Região Sul.....	163



1 Apresentação

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada na Região Sul do Brasil como parte do projeto *Mapeamento de Territórios, Rotas e Políticas Públicas para os Povos Ciganos*, desenvolvido por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 05/2023, celebrado entre o Ministério da Igualdade Racial e a Universidade Federal de Jataí, por meio do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

A iniciativa parte do reconhecimento de que os povos ciganos — Calon, Rom e Sinti — são grupos tradicionais que participam da formação histórica e cultural da sociedade brasileira, mas que permanecem invisibilizados nas estatísticas oficiais, nas políticas públicas e nos imaginários institucionais. Estima-se que os primeiros ciganos tenham chegado ao Brasil por volta de 1574, junto a imigrantes e pessoas expulsas de Portugal (Teixeira, 2000). Desde então, sua presença tem sido marcada por estigmas, preconceitos e interpretações reducionistas, que associam negativamente o estilo de vida nômade, as práticas culturais próprias (como a leitura de mãos) e o uso de línguas não reconhecidas pelo Estado.

A escassez e fragmentação dos dados governamentais sobre os povos ciganos revelam uma lacuna histórica na produção de conhecimento e na formulação de políticas públicas voltadas à garantia de seus direitos. Como aponta Sueli Carneiro (2003), “a ausência de políticas é também uma política- a política da omissão”. Essa omissão institucional contribui para a perpetuação das desigualdades raciais e étnicas, negando às populações historicamente marginalizadas o acesso à cidadania. No caso dos povos ciganos, essa invisibilidade se traduz na falta de reconhecimento oficial da sua cultura e seus saberes, na exclusão dos censos demográficos e na ausência de políticas específicas que atendam às suas realidades.

A pesquisa realizada na Região Sul — sob coordenação da Universidade Federal de Santa Catarina — envolveu visitas a 59 municípios nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, com aplicação de 84 formulários e registro de amplo material audiovisual. Os dados coletados revelam padrões recorrentes de exclusão territorial, itinerância forçada, negação de acesso a políticas públicas e resistência cultural. Esses achados foram organizados em quatro categorias analíticas: *Gentrificação, Viver em Comum/Sagrado, Modos de Vida e Memória e Economia Cigana*.

A importância desta pesquisa reside em sua capacidade de subsidiar a formulação de políticas públicas que enfrentem as desigualdades estruturais vividas pelos povos ciganos. Ao produzir dados qualificados, construídos em parceria com lideranças ciganas e com respeito aos seus modos próprios de vida, o projeto contribui para a construção de instrumentos de reparação histórica e promoção da igualdade racial e étnica.

Além disso, o relatório orienta, através de dados inéditos sobre a população cigana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na elaboração do Censo 2030, garantindo que os povos ciganos sejam devidamente contabilizados e considerados nas políticas públicas. A Universidade Federal de Jataí é responsável pela coordenação nacional do projeto, que articula uma rede de universidades públicas federais, a Universidade Federal Fluminense, responsável pela Região Sudeste; a Universidade Federal de Santa Catarina, responsável pela Região Sul; a Universidade Federal do Norte do Tocantins, responsável pela Região Norte; e a Universidade Federal do Maranhão, responsável pela Região Nordeste.

Este relatório é, portanto, resultado de um esforço coletivo de pesquisa aplicada, que busca reconhecer, valorizar e garantir os direitos dos povos ciganos no Brasil. Ao reunir e sistematizar dados sobre suas rotas, territórios e condições de vida, contribuimos para a superação de invisibilidades históricas e para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e eficazes.

2 Etnografia como Escuta, Presença e Compromisso: pressupostos para pesquisa com os povos ciganos

A presente pesquisa inscreve-se na tradição etnográfica, compreendida aqui como uma abordagem que busca interpretar os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando os sentidos que emergem das práticas cotidianas. Inspirada na antropologia interpretativa de Clifford Geertz (1989), esta investigação parte do pressuposto de que a cultura pode ser lida como um texto, cujos significados são construídos e compartilhados pelos membros de uma coletividade. Nesse sentido, o trabalho de campo não se limita à coleta de dados, mas envolve uma interpretação densa das ações, discursos e contextos observados, reconhecendo que o pesquisador é também parte constitutiva do processo de produção do conhecimento.

No contexto brasileiro, os estudos de José Guilherme Magnani oferecem contribuições fundamentais para pensar a etnografia em espaços urbanos. Ao propor o conceito de “circuitos socioculturais”, Magnani (2002) destaca a importância de mapear os fluxos, redes e territorialidades que estruturam a vida nas cidades, permitindo uma leitura sensível das dinâmicas sociais que escapam às abordagens mais estruturais. Seu “olhar de perto e de dentro” convida o pesquisador a se aproximar das relações, dos modos como os sujeitos dispõem da vida e da existência, observando as paisagens, as composições de cores, os sons e as texturas que habitam os espaços.

Esse olhar exige presença, escuta e envolvimento. O estar-com, a composição de um olhar sensível, à atenção à ecologia sonora e à reciprocidade são elementos imprescindíveis ao trabalho etnográfico. A experiência supõe abandonar certezas e categorias rígidas para, então, ampliar a compreensão sobre os sujeitos, suas vozes, seus espaços e suas temporalidades.

Complementando essa perspectiva, Claudia Fonseca (1999) chama atenção para os desafios éticos e metodológicos da escrita etnográfica. Ao discutir a relação entre pesquisador e interlocutores, Fonseca (1999) enfatiza a necessidade de uma postura reflexiva, que reconheça os limites da representação e valorize as vozes dos sujeitos pesquisados. A etnografia, para a autora, não é apenas uma técnica de investigação, mas uma prática política e poética, que exige sensibilidade, escuta e compromisso com os contextos estudados.

Neste relatório, assumir a escrita etnográfica na pesquisa com a população cigana é evidenciar e reparar urgências e desigualdades historicamente instauradas. É reconhecer que os modos de vida ciganos desafiam as lógicas hegemônicas de fixação, propriedade e normatividade. É, sobretudo, assumir a pesquisa como um gesto político, transformador e indutor de políticas públicas que respeitem a diferença, a mobilidade e o direito à existência digna.

2.1 Etnografia Participativa

A etnografia participativa é uma abordagem metodológica que une a observação profunda da realidade com o envolvimento ativo dos participantes na construção do conhecimento. Diferente de abordagens tradicionais em pesquisa, que tende a posicionar o/a pesquisador/a como um/a observador/a externo/a, a etnografia participativa propõe uma relação mais horizontal entre pesquisador/a e sujeitos da pesquisa, reconhecendo que os saberes locais e as experiências vividas são fundamentais para compreender os fenômenos sociais. Nesse tipo de investigação, os/as participantes não são apenas fontes de informação, mas colaboradores/as ativos/as que ajudam a definir as perguntas, interpretar os dados e, muitas vezes, propor soluções para os problemas identificados. Essa perspectiva é especialmente potente em contextos como educação, saúde, comunicação comunitária e movimentos sociais, onde o envolvimento direto das pessoas pode gerar transformações concretas e fortalecer o protagonismo coletivo.

Além de seu potencial analítico, a etnografia participativa carrega um compromisso ético e político. Exige transparência nos objetivos da pesquisa, respeito às dinâmicas culturais e sociais dos grupos envolvidos, e a devolutiva dos resultados de forma acessível e significativa. O papel dos/as pesquisadores/as, nesse contexto, atua como facilitador de processos de escuta, reflexão e ação, e não como autoridade que detém o saber. Essa postura implica também em reconhecer os limites da própria pesquisa e estar aberto ao diálogo constante com os participantes, valorizando suas interpretações e narrativas. Em síntese, a etnografia participativa não apenas investiga a realidade, mas busca transformá-la, promovendo uma produção de conhecimento comprometida com a justiça social, a inclusão e o reconhecimento da diversidade.

A pesquisa etnográfica lida com a cosmovisão do outro e para isso, assume o trabalho com a diferença como imprescindível. Pesquisar com os sujeitos que pertencem a culturas específicas, traz para esse trabalho, a importância do olhar dos pesquisadores/as ciganos/as como essencial no acesso aos modos de vida, lugar de existência compartilhada entre os grupos, culturas e cosmovisão. Nesta proposta assumimos que *estar-com* com os sujeitos desta pesquisa e compor um olhar sensível que pressupõe abandonarmos algumas roupas para então, conhecermos e ampliarmos a compreensão

acerca dos sujeitos, das suas vozes, dos seus espaços, das suas temporalidades.

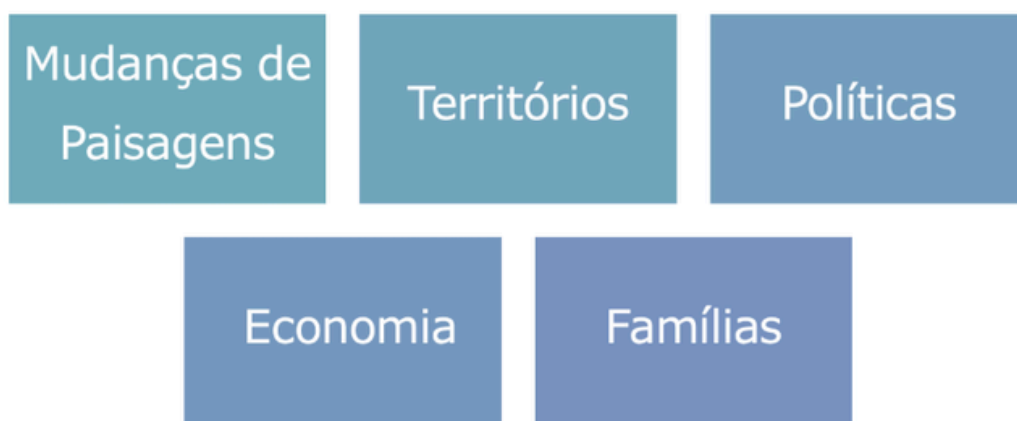
2.2 O ciclo de Escuta Etnográfica

Foi uma etapa que reuniu toda equipe da Região SUL e se baseou na escuta de cada liderança cigana partícipe da pesquisa. Realizamos 1 (um) encontro com cada liderança cigana da Região Sul (PR, SC, RS) para assim ouvir sobre a organização das famílias, dos territórios, do acesso aos equipamentos públicos, das principais dificuldades, das rotas e informações que consideram importantes para pesquisa. O processo de escuta foi altamente formativo e trouxe um primeiro recorte das questões que se apresentaram com maior regularidade nas falas das lideranças.

Na etnografia, escutar é mergulhar na linguagem cotidiana, nas narrativas pessoais e coletivas, nas expressões culturais que revelam modos de ser e viver. Na pesquisa etnográfica não se escuta apenas com os ouvidos, mas com o corpo inteiro: observamos gestos, acompanhamos rotinas, sentimos os espaços e experiências compartilhadas. Essa escuta exige tempo, presença e abertura, pois muitas vezes o que é mais significativo não está dito explicitamente, mas aparece nas entrelinhas, nos rituais, nas práticas e nas emoções.

A escuta etnográfica também carrega um compromisso ético: ela reconhece o outro como sujeito de saber, e não como objeto de estudo. Isso significa respeitar os tempos da fala, os limites da exposição e os sentidos atribuídos pelos próprios participantes às suas vivências. Em contextos como educação, saúde, movimentos sociais ou comunidades tradicionais, a escuta etnográfica pode ser uma ferramenta transformadora. Ela permite que os sujeitos se reconheçam em suas histórias, fortaleçam vínculos e caminhos para práticas mais inclusivas e dialógicas. Escutar, nesse sentido, é também acolher, aprender e construir junto.

Imagem 1 - Primeiras Variáveis da Pesquisa Região SUL - Ciclo de Escuta Etnográfica



Fonte: Elaborado pelos autores.

3 Dados Qualitativos do Ciclo de Escuta Etnográfica: ponto de partida da pesquisa

Tendo isso em conta, e para facilitar essa interação e o alinhamento metodológico, foi proposto um **ciclo de diálogos** e escuta semanais. Nesses encontros, cada pesquisador/liderança cigana pode compartilhar informações e dados relevantes sobre seu grupo étnico. O objetivo é aprofundar o entendimento sobre a estrutura das famílias ciganas, seus territórios, acesso a serviços públicos, desafios principais, rotas tradicionais, e outros aspectos importantes para a pesquisa em andamento.

A abordagem etnográfica adotada aqui vai além da mera observação e descrição dos povos ciganos ou das informações por eles fornecidas. Ela envolve um diálogo ativo com os pesquisadores/lideranças ciganas, reconhecendo-os como colaboradores fundamentais no levantamento e na interpretação dos dados coletados. Isso requer dos pesquisadores não ciganos um engajamento empático, valorizando o papel dos ciganos como protagonistas de suas próprias narrativas e experiências. Essa abordagem enfatiza o conhecimento e a perspectiva dos povos ciganos, reconhecendo-os como agentes fundamentais na construção e na interpretação dos resultados da pesquisa.

Tabela 1 - Ciclo de diálogos e escutas semanais

Metodologia	Cronograma 2024	
Foi organizado um encontro com cada liderança cigana identificada na região. Cada reunião será estruturada para facilitar uma escuta ativa e aberta às experiências e perspectivas das lideranças. Os encontros ocorreram toda segunda-feira às 14h, salvo algumas situações de impossibilidades previamente comunicadas.	Rose Winter - Sinti	22/04
	Tatiane Iovanovichi - Romi	29/04
	Emerson Guimarães - Rom	20/05
	Jackson Cezar - Calon	03/06
	Rodrigo Dourado - Calon	10/06
	Nardi Casanova - Calin	24/06

Fonte: Elaborado pelos autores.

ROSE WINTER - pesquisadora Região Sul / liderança cigana da etnia *Sinti*

A reunião do dia 22 de abril de 2024, às 14h, contou com a participação de Rose Winter, pesquisadora e liderança do grupo étnico sinti, que atualmente reside no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Rose compartilhou um pouco de sua história e as experiências de sua comunidade. A reunião foi mediada pelos coordenadores e assistentes de pesquisa. A coordenação destacou a importância de registrar as narrativas oral dos participantes para criar um acervo que auxilie na pesquisa e na construção da identidade histórica do grupo.

Origem Familiar e Primeiros Relatos

Rose apresentou um pouco da história do Grupo Sinti desde seus primórdios na Europa Central até sua chegada ao Brasil, destacando eventos históricos como a perseguição durante a monarquia Habsburgo, em meados do século XVIII e a era do holocausto, no século XX. Essa narrativa histórica é central para a compreensão da identidade e trajetória do grupo étnico sinti. O idioma do grupo Sinti, é um dialeto derivado do romani, porém com forte influência do idioma alemão, segundo Rose “Mas é bem diferente do lado romani do Sinti. Tem uma mistura. A nossa [língua], principalmente, vinha muito misturada com o alemão. O da minha família, ele tem uma mistura com o alemão. Talvez aí se torne mais difícil de entender”.

Rose aborda ainda a complexidade da identidade Sinti, destacando a falta de abertura e auto-revelação por parte dos membros da comunidade, especialmente devido ao histórico de discriminação e perseguição. Ela enfatiza a importância de se ter cautela ao perguntar a cada família/pessoa sobre sua identificação étnica, demonstrando compreensão e sensibilidade com aqueles que não querem ser identificados como ciganos por diversos motivos, dentre eles, o histórico de perseguição aos grupos.

Como eu digo para vocês, eu perdi um comércio de 50 anos no momento em que eu comecei a aparecer como cigano. É uma coisa de família, então isso causa medo, né? Até então eu era contra, quando as pessoas não se identificavam. Hoje eu entendo isso. Hoje eu entendo que o pouco que tu conseguiu, se tu não souber segurar, ele vai esvaziar pelo meio dos dedos e não vai ter como recorrer mais e buscar de novo. Então hoje eu entendo quando alguém não quer se declarar cigano, né?

(Rose Winter em escuta etnográfica - Região Sul)

A migração é um tema recorrente na narrativa de Rose, apesar de reiteradamente afirmar que “os sinti sempre foram mais sedentários do que andantes”, a separação das famílias é um elemento na narrativa que aparece bastante. Rose descreve as caravanas que saíram da Europa Central para diferentes países, criando os subgrupos dos Sinti ao longo do tempo. Essa dispersão geográfica influenciou a formação de identidades regionais dentro da comunidade Sinti. Durante o período de perseguição, muitas famílias Sinti foram dispersas, criando os subgrupos que se estabeleceram em diferentes regiões da Europa, como os **Sinti Piemontcari**, no norte da Itália, **Sinti Valshtiquê/Manouche**, no sul da França, **Sinti Estrerrária**, na Áustria e os **Sinti Greshcânia**, na Alemanha.

TATIANE IOVANOVITCHI - pesquisadora Região Sul / liderança cigana da etnia Rom

A reunião realizada em 29 de abril de 2024, às 14h, contou com a narrativa da pesquisadora e liderança do grupo étnico Rom, Tatiane Emilia Camargo Iovanovich, residente no município de Curitiba, Paraná. Tatiane também exerce a função de presidente do COMCIB - Coletivo das Mulheres Ciganas do Brasil. Tatiane compartilhou a história de sua comunidade, mencionando seu pai, Cláudio Iovanovich, um influente defensor dos direitos ciganos no governo federal de 2004, que também participou da reunião conosco.

Origem Familiar e Primeiros Relatos

Tatiane relatou que os Roms chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do século XX, muitas vezes entrando no país não como ciganos, mas como brancos europeus devido à política migratória europeia. Eles se estabeleceram no sul do país, formando famílias conhecidas como os Iovanovich, Markovich, Nikolich, Aristides, Stefanovich, Janovich, Ivanov, entre outros. Tatiane contabiliza entre 150 a 200 pessoas dessas famílias na região.

Os Roms falam Romani, uma língua com um encontro consonantal elevado, difícil de escrever. Tatiane explicou que os Roms não pretendem propagar sua língua, usando-a como proteção cultural. Ela mencionou tradições como o uso do lenço de cabeça pelas mulheres casadas e rituais como a Pomana, a Tretina e a Slava. Ela também mencionou que há Roms católicos e evangélicos, com um crescimento notável entre os evangélicos.

Tatiane observou a relação problemática entre a polícia e os ciganos, exacerbada pela mídia que perpetua uma visão negativa sobre a etnia. Ela destacou a dificuldade dos ciganos em acessar editais de cultura, saúde e serviços bancários devido ao preconceito e aos estereótipos presentes no imaginário social sobre os ciganos. Ela afirma: “sobre os projetos culturais, a gente entra num projeto, o nosso projeto é reprovado e o das professoras de dança passa’, porque as pessoas querem ver o místico e o folclórico, eles

‘não querem ver o problema que a gente passa’.

Cláudio, pai de Tatiane, afirmou que a cultura do nomadismo é frequentemente usada para justificar a negação de direitos aos ciganos. Isso levanta a questão do nomadismo imposto pela discriminação e exclusão enfrentadas pelos povos ciganos e não uma característica exclusivamente cultural. É fundamental reconhecer que o verdadeiro nomadismo só pode ser considerado quando os próprios indivíduos, livres de qualquer tutela ou coerção, têm a liberdade de escolher seu estilo de vida.

EMERSON GUIMARÃES - pesquisador Região Sul / liderança cigana da etnia Rom

A reunião realizada em 20 de maio de 2024, às 14h, contou com a participação de Emerson Guimarães, pesquisador, liderança e vice-presidente da Associação Ciganos Itinerantes do Rio Grande do Sul (ACIRGS), atualmente residente no município de Torres, RS. Emerson, uma liderança do grupo étnico Rom, compartilhou um pouco de sua história e as experiências de sua comunidade. A reunião foi mediada pelos coordenadores e assistentes de pesquisa.

Origem Familiar e Primeiros Relatos

Emerson, pertencente ao subgrupo dos Roms, Lowara. Ele foi criado por sua avó materna e aceito pela etnia Calon na sua região. Emerson relatou que os Lowara se estabeleceram em várias partes da Europa após fugirem da escravidão na Transilvânia, Valáquia e Moldávia no século XVIII. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Lowara sofreram perseguições nazistas, e muitos foram enviados a campos de concentração. Os Lowara chegaram ao Brasil em 1889, convidados pelo Império brasileiro que ofereceu terras e recursos. Emerson contou como sua família, ao chegar ao Brasil, adotou um sobrenome fictício, Biedziski, para se estabelecer.

Se tu juntar Bied quer dizer pouco, ziski que é ganhos, então é: “poucos ganhos” ou pobre literalmente né? E eles conseguiram entrar devido o pessoal que fazia o registro, não tinha muita noção de sobrenome estrangeiro né? E a estratégia deu certo. Então se formou os Biedziski em Rio Grande e foram mandados para Dom Feliciano, que é um pouco mais acima da Lagoa dos Patos, que é um lugar montanhoso cheio de pedra. E ali se constituíram, né? Do meu tata, Leonard, da Constantine, que é a minha bisavó, nasceu por sua vez, deu a luz a Yuja, Gabriel, Marisha, Frost, Andja, Janek, Cecília e Tereza. Yuja e Wazeck são os meus avós, né? Eu fui criado pela Yuja, hoje a minha filha mais nova se chama Yuja e desse casal saiu Antônia, Nena, Jorge e Cláudio. Em 1935 esses meus avós foram para Camaquã e como meu meu avô aprendeu muito com o pai dele a domar cavalo, cuidar, tratar de cavalo, lowara, que quer dizer, cuidador, domador de cavalos, literalmente, né? Em Camaquã, meu avô comprou um sítio onde eles adestravam cavalos, cuidavam, tratavam

(Emerson Guimarães, em escuta etnográfica- Região Sul)

Emerson também relatou que aprendeu o idioma português, aos 5 anos de idade, pois até então nunca havia saído do acampamento em que cresceu. Após um incidente envolvendo seu pai em Bagé, a família se mudou para São Paulo e Emerson voltou para a casa de sua avó depois de alguns anos.

Emerson conclui relatando que o subgrupo Lowara é reconhecido como minoria nacional na Áustria desde 1976, e o Romani Vlax é uma língua minoritária. Emerson destacou que muitas famílias Lowara, devido ao medo da discriminação, preferem não se identificar como ciganos, um desafio que requer uma abordagem sensível do Estado para garantir seus direitos fundamentais sem julgamentos.

JACKSON CEZAR - pesquisador Região Sul / liderança cigana da etnia *Calon*

Jackson Cezar Sales, natural de Ponta Grossa, Paraná, destacou a presença significativa dos ciganos Calon na região, incluindo a cidade de Irati. Sua família, composta por diversos modos de vida, incluindo morar em casas ou barracas, reflete a diversidade e os desafios enfrentados pela comunidade cigana.

Ao ser questionado sobre suas origens, Jackson compartilhou memórias vagas de sua avó, que mencionava a chegada da família em um navio de madeira, desembarcando na Bahia quando ela tinha entre dez e doze anos. Essa história familiar, embora incompleta, revela a longa jornada dos ciganos Calon no Brasil.

Jackson enfatizou que "você nasce cigano, não vira cigano", sublinhando que ser cigano é uma identidade herdada e não uma escolha. Ele corrigiu o equívoco comum sobre suas moradias, preferindo o termo "barracas" em vez de "tendas". Jackson salienta que o modo de vida itinerante é essencial para sua identidade e de sua comunidade.

Vai fazer mais de 20 anos que eu tô só de barraca, entendeu? Casa, só pra visitar minha mãe só. Entendeu? E é só um dia. Só porque se eu ficar dentro de uma casa por muito tempo, meu Deus do céu, me dá um desespero, entendeu? Porque a gente já se acostuma, a gente se acostuma. Pra falar a verdade

(Jackson Cezar Sales, em escuta etnográfica - Região Sul)

Jackson relatou que já esteve em diversos estados, incluindo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Espírito Santo e Minas Gerais. No entanto, ele destacou que as viagens se tornaram menos frequentes devido às dificuldades enfrentadas ao chegar em novas cidades, onde muitas vezes são recebidos com desconfiança e hostilidade pelas autoridades locais.

Jackson destacou os preconceitos e a discriminação enfrentados pela comunidade cigana. Ele descreveu situações de truculência policial e a invisibilidade social dos ciganos em comparação a outros grupos étnicos. Apesar de seu estilo de vida itinerante, Jackson valoriza profundamente seu local de origem, sempre retornando ao município de Ponta Grossa ou ao município de Castro após longas jornadas. Ele descreveu esse ciclo de viajar, trabalhar e retornar como uma constante em sua vida e na de sua comunidade.

Jackson destacou que as diferentes etnias ciganas, como os Calon e os Rom, não costumam se misturar. Cada grupo mantém suas próprias tradições e modos de vida, com Jackson mencionando que "os Calon ficam com os Calon e os Rom com os Rom". Apesar disso, a luta pela preservação da identidade cigana e pelos direitos fundamentais une todas as etnias ciganas.

RODRIGO DOURADO - pesquisador Região Sul / liderança cigana da etnia Calon

A reunião realizada em 10 de junho de 2024, às 14h, contou com a participação de Rodrigo Dourado, pesquisador e liderança cigana do grupo étnico Calon, de São José dos Pinhais - PR. Rodrigo compartilhou um pouco de sua história e as experiências de sua comunidade. A reunião foi mediada pelos coordenadores e assistentes de pesquisa.

Origem Familiar e Primeiros Relatos

Rodrigo Dourado, cigano Calon, filho de mãe não cigana e pai cigano, foi criado pelos avós desde o nascimento. Ele destacou a importância de seus avós em sua vida, mencionando que seus avós eram ciganos legítimos do Rio Grande do Sul, conhecidos como "Povo do Pixaca".

Só que meus avós são ciganos legítimos, sabe? São ciganos do Rio Grande do Sul, então é um cigano muito conhecido que se chama "Povo do Pixaca". Onde perguntarem do povo do Pixaca, todo mundo vai conhecer. E através do meu vô, eu fiquei muito conhecido no meio dos ciganos. Se entre o povo cigano, perguntar 'Rodrigo de quem?' Fala Rodrigo do Osvaldo, sou eu.

(Rodrigo Dourado, em escuta etnográfica, Região Sul).

Devido à influência de seu avô, Rodrigo se tornou uma figura bem conhecida entre os ciganos Calon, com uma vasta rede de conexões. Ele mencionou que conhece quase todos os ciganos Calon, embora tenha menos contato com os Rom e Sinti. Rodrigo apontou um desafio atual causado por muitas prefeituras que dificultam os acampamentos temporários dos ciganos Calon.

Ele menciona as dificuldades enfrentadas com as prefeituras em outras cidades, relatando que frequentemente precisava buscar permissões para acampar, mas a prefeitura não colaborava, chegando a desmontar os acampamentos improvisados pela comunidade cigana, o que levava a conflitos com a polícia.

Apesar disso, ele mantém contato e afirma saber onde todos Calons da região estão, principalmente devido às suas viagens anteriores por São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atualmente, Rodrigo está estabelecido em São José dos Pinhais.

Rodrigo criticou a falta de apoio das prefeituras aos ciganos, sugerindo que muitos gestores municipais preferem que a comunidade cigana deixe a cidade, por considerá-la um incômodo. Ele concluiu afirmando que os ciganos estão se escondendo mais por causa da polícia, contrastando com tempos anteriores quando os acampamentos ciganos eram mais visíveis nas cidades.

Sim, porque nós, nós que somos calon, você que é cigana, também se conhece. Tipo que nem o Cláudio, o Cláudio. Faz tempo que ele tá morando [em casa], mas o Cláudio, se ele passar a distância de três quilômetros longe do cigano, o cigano vai saber que o Cláudio é cigano. Porque a feição do Cláudio conta que ele é cigano. A voz do Cláudio, o jeito do Cláudio tem o jeito de cigano.

(Rodrigo Dourado, em escuta etnográfica, Região Sul).

Rodrigo abordou a questão da identidade e do reconhecimento entre os ciganos, destacando como os Calon conseguem se identificar mutuamente a partir de características físicas e comportamentais. Ele conclui criticando os "falsos ciganos" que se afirmam da etnia sem realmente pertencerem a ela, criando uma atmosfera mística e folclórica sobre a cultura cigana.

3.1 Identificação dos Núcleos de Enunciação e sentidos: a partir do Ciclo de Escuta Etnográfica

Núcleos de Enunciação e Sentidos são elementos recorrentes nas narrativas dos sujeitos, que refletem suas experiências, identidades e contextos sociais e culturais no qual estão inseridos (Aguiar, 2007). Estes núcleos emergem como pontos focais que condensam significados, revelando relações e tensões sociais subjacentes nas falas dos participantes.

Nesse sentido, a escuta ativa é fundamental para a identificação de núcleos não acessíveis por métodos mais diretivos, ao fomentar a autonomia e liberdade dos participantes na produção dos discursos. "Assim, ao partirmos das falas/expressões dos sujeitos, caminhamos na busca da construção de um conhecimento que desvele a realidade pesquisada" (p. 32). Na medida em que não nos orientamos pelo verificacionismo, não entendemos que as falas dos sujeitos são simplesmente respostas e sim construções históricas, nas quais o presente contexto do Ciclo de Escuta Etnográfica (composta pela equipe região Sul), entra como mais um dos elementos determinantes para a construção de suas falas. Uma vez que

A linguagem é um instrumento fundamental no processo de mediação das relações sociais, por meio do qual o homem se individualiza, se humaniza, apreende e materializa o mundo das significações construídas no processo social e histórico. Para compreender a fala de alguém, não basta entender suas palavras; é preciso compreender seu pensamento, que é sempre emocionado, e apreender o significado da fala. O significado é parte integrante da palavra e simultaneamente um ato do pensamento, sendo a unidade do pensamento e da linguagem (Aguiar, 2007, p. 130).

A análise dos registros discursivos busca identificar regularidades e padrões de sentido nas falas, os quais constituem os núcleos de enunciação. Segundo Aguiar (2007), esses padrões refletem as estruturas sociais e históricas que moldam as experiências dos indivíduos e estão intrinsecamente ligados a processos sociais mais amplos. A consideração dessas macroestruturas proporciona uma compreensão mais ampla e contextualizada dos núcleos identificados. A análise de narrativas, fundamentada nos princípios sócio-históricos (Aguiar, 2007), permite apreender as interações entre as esferas individuais e coletivas, evidenciando como as macroestruturas influenciam as enunciações dos sujeitos.

A metodologia adotada no Ciclo de Escuta Etnográfica consiste em realizar conversas livres com os pesquisadores e lideranças ciganas, possibilitando que expressem espontaneamente suas experiências e questões que consideram mais importantes. Essa abordagem dialógica de escuta ativa, inspirada na perspectiva etnográfica e nos princípios sócio-históricos, valoriza a voz dos participantes e reconhece a importância dos contextos

históricos e culturais em suas falas. Para entender "a forma como o sujeito configurou subjetivamente a sua realidade social" (Aguiar, 2007, p. 137).

Considerando todos os encontros realizados no Ciclo de Escuta Etnográfica, iniciamos um trabalho minucioso de leitura dos registros escritos e audiovisuais das reuniões para identificar os principais Núcleos que surgiram no Ciclo. A nucleação dos dados considerou a regularidade de certos campos de enunciação que apareceram nas narrativas dos sujeitos, bem como dados que evidenciam uma relação direta com questões macroestruturais da região Sul.

Os Núcleos sistematizados a partir desse primeiro recorte analítico foram:

- 1** **IMPACTO DAS ENCHENTES NO RS NAS ROTAS E COTIDIANOS DAS FAMÍLIAS CIGANAS**
- 2** **OS MODOS DE VIDA - ECONOMIA: DADOS GERAIS E NARRATIVAS**
- 3** **VIOLÊNCIA ESTATAL: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO COTIDIANOS**
- 4** **IDENTIDADE, RECONHECIMENTO E AUTO-REVELAÇÃO**
- 5** **GÊNERO E VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES CIGANAS**

3.1.1 Impacto das Enchentes do Rio Grande do Sul nas rotas e cotidianos das famílias ciganas

O primeiro núcleo identificado e acordado pela equipe da região sul foi “O impacto das enchentes no Rio Grande do Sul nas rotas e cotidianos das famílias ciganas”. Esse fenômeno emergiu de uma intercorrência recente que afetou profundamente a vida das pessoas na região. É crucial notar que essa situação resultou de uma conjuntura externa que exacerbou as condições de existência dos povos ciganos, alterando significativamente suas rotas, modos de vida e a economia cigana. Embora essa intercorrência pudesse não ter ocorrido, sua presença é indiscutível, delineando novos caminhos e desafios enfrentados atualmente pelos povos ciganos.

TENSÕES E SOLIDARIEDADE: NARRATIVAS EM MEIO ÀS ENCHENTES DO RS - UM RELATO DO GRUPO DE PESQUISA DA REGIÃO SUL

No decorrer do ciclo de escuta etnográfica da Região Sul, enquanto conversávamos com os pesquisadores/lideranças ciganas sobre os dados da pesquisa e as suas implicações, somos chamados a confrontar uma realidade urgente: as recentes e devastadoras enchentes que assolam o Estado do Rio Grande do Sul desde o final do mês de abril de 2024. Precisamente, desde o dia 29 de abril, o estado do Rio Grande do Sul foi afetado com as enchentes na bacia do Rio Jacuí no Vale do Taquari. Na data de 13 de maio de 2024, dos 497 municípios do estado gaúcho, 447 foram atingidos pelas chuvas, totalizando 3.800 km alagados, mais de 618 mil pessoas desabrigadas e 2.115.703 de pessoas afetadas. Também foram contabilizadas 145 mortes e mais de 120 pessoas ainda continuam desaparecidas, segundo dados da defesa civil do estado divulgados nesta semana¹. Além disso, diversas cidades estão ilhadas ou com acesso dificultado por conta de deslizamentos de terra sobre estradas e pontes, ocasionados pelas chuvas. Em Caxias do Sul houve até mesmo tremores do solo. Cidades inteiras onde a água começa a baixar ficam com aspecto fantasmagórico por conta do seu abandono e da destruição.

A intersecção da vulnerabilidade

Essa situação se agrava quando pensamos nos recortes de classe, gênero, etnia e raça. Infelizmente há registros de assédios nos abrigos que estão recebendo os desabrigados das enchentes e o poder público começa a montar abrigos exclusivos para mulheres e crianças. Segundo Fernando Sodré, chefe da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, foram registrados no Estado, durante a crise atual, cinco denúncias de crimes sexuais como uma tentativa de estupro, um abuso de vulnerável e casos de importunação sexual. Em meio ao desastre climático no Rio Grande do Sul, a Tekoa Pekuruty, aldeia guarani Arroio da Divisa, foi destruída pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit)

¹ RS, G1. Temporais no RS: mais duas mortes são confirmadas e o total chega a 157. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/16/relatorio-defesa-civil-vitimas-enchentes-rs-1605.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2024.

enquanto a comunidade estava ausente. A aldeia fica em Eldorado do Sul (RS), o município foi fortemente atingido pelas enchentes, e o território da aldeia fica às margens da BR 290. As famílias reivindicam a demarcação do território há décadas. O local é visado para a duplicação da BR 290, obra de responsabilidade do Dnit.

Em nota publicada em 05/05/2024, pelo Ministério da Igualdade Racial, o estado do Rio Grande do Sul abriga mais de sete mil famílias quilombolas, 344 famílias ciganas e cerca de 1300 famílias de comunidades tradicionais de matriz africana e terreiros. Muitas dessas famílias vivem em condições de isolamento, sem acesso adequado a água, energia e alimentos².

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, muitos brasileiros não têm plena noção do que está acontecendo no Rio Grande do Sul. As doações estão diminuindo e o povo gaúcho começa a se sentir isolado em meio a um cenário catastrófico que se agrava com a interseção de diversas variáveis socioeconômicas, étnicas e de gênero. Isso evidencia que não estamos apenas enfrentando uma crise climática e ambiental, mas também uma crise social. Eventos extremos, como as recentes enchentes, aumentam as disparidades e expõem as vulnerabilidades de grupos sociais historicamente desfavorecidos, como povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas e as populações ciganas, que sofrem de maneira desproporcional em situações de desastres naturais e crises socioeconômicas.

O Relatório do Fórum de Participação Social do Rio Grande do Sul, datado de 28 de maio de 2024 e dirigido aos Ministros Márcio Macedo e Paulo Pimenta, detalha as ações e medidas tomadas para a reconstrução do estado, enfatizando a importância do apoio do Governo Federal. De acordo com o texto, o Fórum de Participação Social do Rio Grande do Sul foi inspirado na construção do Conselho de Participação Social ligado à Presidência da República e reúne 50 entidades de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Neste momento crucial de reconstrução do estado, o apoio estrutural, logístico e financeiro do Governo Federal é indispensável.

As organizações que compõem o FPS desempenharam um papel fundamental como força mobilizadora e articuladora em diversos setores da sociedade gaúcha. As ações coordenadas dos entes públicos e a mobilização voluntária da sociedade salvaram muitas vidas. No entanto, com o fim do resgate e acolhimento emergenciais, será necessária a implementação de políticas públicas estruturantes para a reconstrução das comunidades, territórios tradicionais, periféricos e cidades.

² MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. Ministério da Igualdade Racial acompanha situação de quilombolas, ciganos e povos de terreiro atingidos no Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-acompanha-situacao-de-quilombolas-ciganos-e-povos-de-terreiro-atingidos-no-rio-grande-do-sul. Acesso em: 22 maio 2024.

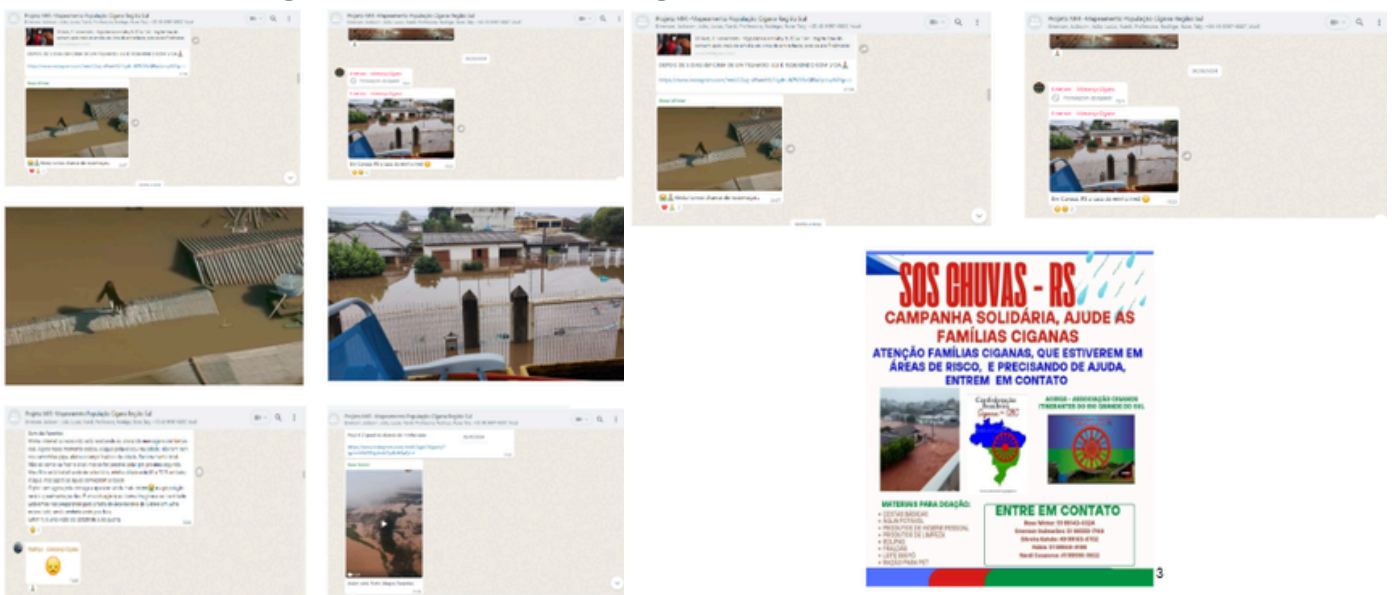
Relato sobre o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul pelos pesquisadores / lideranças ciganas do grupo de pesquisa

A equipe da região Sul do Termo de Execução Descentralizada 05/2023, celebrado entre a Universidade Federal de Jataí (UFJ) e o Ministério da Igualdade Racial, não está alheia a esta situação. Considerando que nós estamos na região sul e que a pesquisa não está alheia à vida, pelo contrário, a pesquisa compõe a vida de todos os sujeitos envolvidos, é imperativo que consideremos e abordemos essa situação em nosso ciclo de diálogos. Felizmente, nenhum dos nossos pesquisadores/as foi atingido diretamente, mas a enchente afeta nosso psicológico por conta da preocupação com nossos familiares e com a contínua cheia dos rios.

Os pesquisadores/lideranças ciganas presentes em nosso grupo, que têm raízes no Rio Grande do Sul, oferecem uma perspectiva valiosa sobre as consequências dessas enchentes e as necessidades emergentes das comunidades afetadas. Suas vozes são fundamentais para orientar nossos esforços de solidariedade e apoio. Portanto, sobre o contexto atual, reconhecemos a importância de registrar as preocupações e experiências compartilhadas por Rose, Emerson e outros membros do grupo.

Durante as semanas que se seguiram desde o início das enchentes, a equipe de pesquisa envolvida com apoio no RS: Rose, Emerson já manifestavam suas preocupações e angústias sobre o evento por meio de mensagens de voz, texto e vídeos compartilhados no grupo de pesquisa do aplicativo de mensagens WhatsApp.

Imagem 2 - Troca de mensagens sobre enchentes no RS



Fonte: Arquivo pessoal dos autores. A última imagem foi compartilhada pelas lideranças ciganas da região sul no grupo de pesquisa MIR-SUL no aplicativo de mensagem WhatsApp.

No dia 13 de maio, em conversa coletiva do grupo sobre a enchente no Rio Grande do Sul, se entendeu necessária a utilização do espaço, que seria para a escuta específica do pesquisador/liderança Emerson, para a construção e fortalecimento das redes de comunicação e solidariedade entre a população cigana. Essa ação foi entendida como importantíssima para construir redes de solidariedade que reconheçam e respondam às necessidades reais das comunidades ciganas, especialmente as afetadas pela crise climática no Rio Grande do Sul.

Além disso, a comunicação entre a equipe e a população cigana atingida teve seu mérito para que o sofrimento atual não se tornasse combustível de oportunistas ao se engajar politicamente com a falta de informação e pânico que vem sendo difundido por notícias falsas. As *fake news* se tornaram uma realidade da crise, desanimando a população no sentido de trazer maior instabilidade para o momento.

O medo e o pânico que essas histórias mal contadas, de mantimentos que não chegavam por conta de um suposto embargo da fiscalização federal ou então pela negação de ajuda das equipes de socorro etc., geraram muita angústia às pessoas. Abordar essa difícil situação enfrentada pela população do Rio Grande do Sul, sobretudo pelas comunidades ciganas, reafirma nosso compromisso com a premissa fundamental de "nada sobre nós sem nós", na qual os próprios sujeitos se identificam e afirmam uma unidade.

Isto é, são ciganos, apesar das subdivisões étnicas. Isso é evidente na fala de Tatiane, onde destaca a importância de reconhecer essa unidade e evitar a fragmentação por categorias étnicas, especialmente em momentos de crise. "Somos ciganos, vocês que... vocês governo, vocês academia que nos dividem por etnia por roms, sinti e calon. [...] Somos ciganos e sofremos perseguição e preconceito, toda essa situação" (Tatiana Iovanovich - liderança Rom no Paraná).

Este encontro representa um passo importante na direção de um pesquisar inclusivo, autêntico e responsivo às necessidades dos sujeitos que estudamos.

3.1.2 Os modos de vida - economia: dados gerais e narrativas

O segundo núcleo identificado a partir do Ciclo de Escuta com a equipe da região sul foi "Modos de Vida - Economia: Dados Gerais e Narrativas". Esse núcleo surgiu das recorrentes narrativas dos pesquisadores e lideranças ciganas, principalmente Jackson Cezar e Rodrigo Dourado, da etnia Calon que apresentaram dados muito significativos sobre seus modos de vida, itinerantes e/ou fixos, economia, tradições e cultura, articulando críticas aos gadjés (não-ciganos), as suas relações com poder público e as experiências de preconceito e discriminação sofridas pelos povos ciganos. Enfatizam a necessidade de reconhecimento dos seus direitos, respeitando os saberes ancestrais de suas culturas, sem exigir assimilação cultural.

Modos de Subsistência

Os modos de subsistência são formas específicas através das quais diferentes grupos culturais garantem sua sobrevivência e sustento no mundo. Esses modos não apenas refletem as práticas econômicas vigentes, mas também incorporam aspectos significativos da identidade cultural de cada grupo.

No contexto dos povos ciganos, como os Calons, Sintis e Rons, os modos de subsistência assumem características distintas que vão além da simples manutenção material de suas comunidades, definindo também suas identidades culturais. Um exemplo significativo disso é o relato de Tatiane Iovanovichi, pesquisadora e liderança da etnia Rom, sobre alguns de seus familiares, cuja principal atividade é a produção artesanal e a venda de produtos de porta em porta. Essas práticas não servem apenas como meio de sustento econômico, mas também como formas de expressão cultural, transmitidas de geração em geração. Tatiane reafirma essa ideia ao dizer: "[...] porque dentro dos ciganos nós temos muitos artistas, nós temos artesãos, nós temos o seu Tião lá, que é artesão, que é Calon, que faz couro. A gente tem, por exemplo, uma família de artistas. E assim, vários outros artesanatos que vendem de porta em porta"

Emerson Guimarães, pesquisador e liderança da etnia Rom, ao falar sobre o seu subgrupo dos Rons, os Lowaras e os Tacheiros, destaca como esses nomes não apenas descrevem profissões, mas também incorporam aspectos mais profundos da identidade e história desses povos. Os Lowara, literalmente "Domadores de cavalos", e os Tacheiros, que trabalham com tachos, demonstram como as ocupações tradicionais se tornaram símbolos de identificação, preservação e valorização da cultura ancestral desses povos.

Além dessas atividades econômicas citadas, Jackson Cezar Sales, pesquisador e liderança da etnia Calon, enfatiza a importância dos saberes ancestrais referente a construção das

barracas tradicionais dos Calons. Ao discutir o material usado para montá-las, ele destaca que reproduzir uma barraca nos moldes dos Calons não é simples, apesar de ser erroneamente considerado por alguns como algo trivial. Essa observação ressalta não apenas a habilidade técnica necessária, passada de pai para filho, mas também a profundidade cultural incorporada em cada detalhe dessas estruturas. Quando questionado sobre o material ele responde

Depende da etnia, entendeu? Todo e qualquer cigano, para falar a verdade, nós, para falar a verdade, nós tratamos tipo assim, nós mandamos fazer a nossa barraca com o mesmo material de circo.

Mesmo material de circo. Daí o que que acontece? Veja bem, entendeu? Porque a barraca tem que ter um material bom, entendeu? Tem que ter um reforço bom onde vai as cordas. Não é de qualquer jeito, entendeu?

(Jackson Cezar, em escuta etnográfica - Região Sul)

Esses modos de vida, historicamente impostos pelas circunstâncias econômicas, perseguição e nomadismo forçado, são ativamente ressignificados pelas comunidades Calon, Sinti e Rom. Transformar uma necessidade econômica em expressão cultural fortalece o vínculo com suas tradições e ajuda a manter sua identidade em um contexto de invisibilidade e hostilidade por parte dos gadjés (não-ciganos). Dessa forma, os modos de subsistência desses grupos não apenas asseguram sua sobrevivência material, mas também desempenham um papel crucial na preservação de suas identidades culturais únicas.

A denúncia da omissão e da violência do Estado no acesso dessas comunidades aos seus direitos fundamentais não é deixada em segundo plano, pelo contrário, é reiteradamente explicitada nas falas das lideranças ciganas as múltiplas formas de negligência e desamparo do poder público. Contudo, percebe-se um movimento crescente de afirmação cultural e identitária em algumas narrativas. As lideranças buscam mostrar que os ciganos não são apenas povos empobrecidos e vulneráveis, mas possuem uma rica herança cultural, apesar do histórico desamparo político e social.

A perspectiva teórico-metodológica da região sul justamente leva em conta os sentidos e significados que essas populações atribuem à sua existência e ao cultivo de sua identidade cultural, compreendendo que assegurar direitos não implica em assimilação cultural das comunidades ciganas, mas em considerar as suas especificidades.

A tragédia das enchentes que acometeu o Rio Grande do Sul no final de abril de 2024 destacou a forma como os povos ciganos encaram a existência de maneira coletiva. Essa cosmovisão, que prioriza o grupo e estabelece redes de apoio e solidariedade mútua, foi evidenciada em nossos ciclos de escuta etnográfica, no qual as lideranças não só expressaram apoio e solidariedade uns com os outros, como compartilham estratégias para ajudar uns aos outros. Como expressado na fala de Jackson Chaves, pesquisador e liderança cigana Calon, ao questionar Rose Winter e Emerson Guimarães, ambos pesquisadores e lideranças do Rio Grande do Sul, sobre possíveis informações de alguns familiares seus.

Porque eu já passei por tudo isso, já tomei enxurrada, entendeu? Eu sei que é difícil, Eu passei por isso aí, eu com a minha família, entendeu? Então, hoje em dia, para falar a verdade, onde eu procuro o acampamento, eu procuro nossos acampamentos no alto, entendeu? [...] A gente fica até meio nervoso quando a gente toca nesse assunto aí, que eu já passei também por enchente também. Eu com meu povo aqui, com a minha família aqui, eu sei que fica difícil, só que nós estamos sem comunicação com eles. Eu não sei se você tem o contato deles. Se você tá sabendo alguma coisa.

(Jackson Cezar, em escuta etnográfica - Região Sul)

Rose Winter e Emerson Guimarães o tempo todo se mostram solícitos e empáticos com a preocupação dos demais e vice-versa. Rapidamente uma rede de identificação, solidariedade e compreensão mútua foi estabelecida. Com compartilhamentos de histórias entre as etnias, como foi o caso do relato de Emerson Guimarães quando fala:

Eu não sou Calon, eu sou Lowara, né? E você deve saber, né? Ah, Rom e Louwara não gostam de ser chamado de Calon, um não gosta de ser trocado né? Aqui eles me chamam de Calon, tranquilo pra mim, porque na minha cabeça é como se eu fosse um deles. Eles me aceitaram, né? Então esses treze, trezes anos que eu tô, tô na estrada com eles, na estrada que eu digo quando eles pedem ajuda, eu chamo a comadre [Rose Winter], eu aciono os outros.

Esses eventos demonstraram que, apesar dos conflitos internos entre as etnias, a identidade cigana é marcada por uma união significativa. Como observou Tatiane Iovanovich, pesquisadora e liderança da etnia Rom:

Nós somos ciganos, vocês governo, vocês academia que nos dividem por etnia, Rom, Sinti e Calon. Nós somos ciganos. Não nos subdividam. A gente não se entende, a gente não se divide, né? Apesar de às vezes assim, o problema do Jackson tá no acampamento. O meu problema tá numa outra situação, mas somos todos ciganos e sim, sofremos preconceito, perseguição, enfim, todas essas situações.

(Tatiane Iovanovichi em escuta etnográfica - Região Sul).

3.1.3 Violência estatal: preconceito e discriminação cotidianos

O terceiro núcleo identificado e acordado pela equipe da região sul foi “Violência Estatal: Preconceito e discriminação cotidianos”. Esse núcleo também emerge das recorrentes narrativas de todos os pesquisadores e lideranças ciganas referente a algum episódio de violência por parte do Estado, principalmente a violência policial. O relato mais emblemático foi o do pesquisador e liderança cigana Emerson Guimarães, da etnia Rom-lowara, que teve a esposa em trabalho de parto retirada à força de sua casa na zona rural de Torres, RS, por um oficial de justiça e policiais armados. Sob ameaça de prisão do marido, ela foi levada ao Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, onde, contra sua vontade, foi submetida a uma cesariana por ordem judicial. Adelir, esposa de Emerson, foi privada de sua autonomia e invadida em dois espaços considerados invioláveis: sua casa e seu corpo. Essa ação expõe a omissão e violência do Estado, destacando a violação dos direitos fundamentais e a invasão da privacidade e autonomia das mulheres ciganas sobre os seus corpos, trazendo à tona questões de violência institucional e desrespeito aos direitos humanos dos povos ciganos. Tais relatos levaram às seguintes reflexões.

Durante o tempo que a equipe da região sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) dedicou a estabelecer laços de confiança e promover trocas significativas de experiências e conhecimentos entre pesquisadores ciganos, pesquisadores não ciganos e coordenadores do projeto, o grupo conseguiu informações relevantes a serem aprofundadas, mas que merecem uma análise, mesmo que inicial. As ações de escuta além de estarem alinhadas à perspectiva teórico-metodológica da pesquisa etnográfica que compreende a necessidade em trabalhar a posição de sujeito, na qual, o pesquisador precisa ingressar na cosmovisão do outro, nos deram acesso aos dilemas mais emergentes dos pesquisador/lideranças ciganas e das suas comunidades. Dentre eles a violência de Estado parece ser uma constante nas enunciações desses pesquisadores.

A violência de Estado aparece narrada em algumas camadas. Identificamos através das narrativas e da bibliografia sobre o povo cigano que ela se alimenta da ignorância e do imaginário comum criado sobre suas comunidades.

Tipo assim nós, nós, ciganos. Quando a gente chega numa cidade já é difícil o lugar para nós, pouso para nós. Entendeu? A gente vai, a gente tá arrumando nossas barracas, entendeu? Já vem, já vem polícia, vem autoridade. Entendeu? Então, a gente é muito humilhado nessas coisas, sabe por quê? Todo mundo vê nós é mal visto, para falar a verdade. Ele é mal visto. Aí tem. Tem muito folclore de nós, sabe? Fala umas coisas que não tem nada a ver, sabe? Coisa de pessoas assim que não tem. E tem muita cidade também que eles não sabem o que é cigano. E para saber a verdade, entendeu?"

(Jackson César, em escuta etnográfica com o grupo da região Sul)

A tramitação do Estatuto Cigano no Senado Federal por exemplo, teve forte intervenção do STF que ao analisar o texto que circulava ali, observou diversas deficiências e omissões, inclusive no que se refere a proposições mais claras que tratassem da regularização fundiária, assim como das demandas por infraestrutura nos acampamentos ciganos (Cupertino; Figueira, 2021, p. 320).

Um apontamento da análise realizada pelos pesquisadores, sobre as gravações das audiências públicas, assim como dos documentos escritos que tratam da tramitação do PLS é que há uma incompreensão profunda sobre a territorialidade cigana, que permanece associada à dicotomia nomadismo versus sedentarismo, gerando assim um dos maiores impasses no desenvolver políticas públicas de acesso à terra e à moradia aos povos ciganos (Cupertino; Figueira, 2021, p. 318). Isso porque os ciganos que permaneceram sedentários em algum território acabam tendo sua identidade étnica indeferida pelos órgãos estatais. Um dos argumentos mobilizados pela Advocacia Geral da União em 2015 para a reintegração de posse do terreno, onde se encontrava a "Ocupação dos Ciganos Calon do Bairro de São Gabriel", no município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, em que viviam 70 famílias acampadas, há mais de 20 anos, nas terras pertencentes à União, era de que as famílias por não serem "nômades", conseqüentemente não seriam "ciganas".

A própria instituição do estado utilizou de um preceito do senso comum e discriminatório para negar o acesso a direitos básicos daquela comunidade Calon. O argumento não foi suficiente para impedir que a concessão do território ocupado pelas famílias fosse conquistado. Mas na entrega das terras, em desconsideração do Estado, quanto ao modo de vida cigano, o mesmo limitou diminuiu o espaço em que as famílias viviam, demarcando uma metragem de terrenos urbanizados.

O Estado suprimiu parte do espaço da comunidade, ao invés de observar o costume da população que estava atendendo (Cupertino; Figueira, 2021). Além disso, notas técnicas também apontaram o nomadismo como algo cultural e natural dos povos ciganos e isso tem prejudicado a efetivação do direito à moradia e escondendo os diversos processos contínuos de desterritorialização, por isso para garantir a obrigatoriedade estatal de auxílio à população cigana se faz necessária a pesquisa técnica capaz de observar cada caso concreto (Cupertino; Figueira, 2021).

Além do obscurantismo sobre a realidade cotidiana das comunidades ciganas existem também barreiras políticas e ideológicas que desconsideram o panorama histórico da desigualdade sociocultural de gênero. Na mesma análise realizada sobre a tramitação do “Estatuto Cigano”, percebe-se que relatores do documento no Senado, foram motivados a trocar a palavra “gênero”, por “sexo”, no artigo que trata sobre o direito a educação. O relator que defendeu a alteração, argumentou que a sociedade estava em debate acalorado daquilo que chamam de “ideologia de gênero”. A tentativa de troca evidencia um entendimento de que “pessoas ciganas” apenas podem ser discriminadas pelo “fator biológico”, ignorando as possibilidades haver discriminações provocadas pelo aspecto sociocultural e histórico, que decorre das variações de “gênero”.

Os autores da análise em pesquisa de campo deduziram que a problematização em relação à expressão “gênero” não partiu dos ciganos, mas sim dos agentes públicos estatais que têm atuado neste processo legislativo. Em conversa com alguns assessores de parlamentares, descobriu-se que integrantes do governo ligados ao Ministério da Mulher pressionaram os parlamentares pela substituição em fevereiro de 2020 (Cupertino; Figueira, 2021).

Tatiane Iovanovichi em nossa escuta etnográfica nos relata sobre uma cultura patriarcal dentro das comunidades ciganas e da necessidade de pensar a violência doméstica dentro das comunidades, gerando políticas de proteção à mulher cigana.

Além do dispositivo do PLS 248/2015 que versa sobre o direito à educação, a questão de gênero também se manifestou no trecho do projeto de lei que aborda o “direito à saúde”, embora de uma forma mais sutil. A parte do texto que trata sobre a saúde da população cigana relaciona no mesmo inciso “saúde materno-infantil” a saúde das crianças e das mulheres, diferentemente do que ocorre aos homens que possuem um inciso específico para a sua saúde “IV saúde do homem”.

A condição de mulher da cigana é condicionada à função reprodutiva, ou seja, a ser mãe. Além disso, a redação apresentada praticamente consolida a ideia que é apenas dever da “mãe” se responsabilizar pela “saúde infantil” e não de ambos os genitores, ou seja, os pais.”

(Cupertino; Figueira, 2021, p. 334)

Há um contexto desta situação, em que ocorria um debate público muito forte, em torno de temáticas ligadas à pauta dos costumes. O levantamento dessa pauta estava sendo encabeçado pela direita cristã com fins de resistir a mudanças nos repertórios morais e sociais tradicionais que levaram a avanços em matéria de direitos sexuais e reprodutivos e, portanto, mudou a visão tradicional sobre os papéis das mulheres e dos homens na sociedade brasileira.

Esse movimento chamado de “cruzada moral” é articulado por uma “bancada evangélica”, que envolve também o “setor mais conservador da Igreja Católica”, que se alia a diferentes forças conservadoras no Poder Legislativo federal, como os latifundiários e os defensores dos armamentos. A análise documental, por si só, possibilitou perceber que a tal “cruzada moral” chegou também ao processo legislativo do “Estatuto do Cigano”, e, na interpretação dos autores, não partiu dos destinatários do projeto de lei em tela (Cupertino; Figueira, 2021, p. 331).

Neste mesmo contexto, na região Sul, temos uma problemática ainda maior relacionada ao levante conservador deste período. Em 2020 a pesquisadora Adriana Dias, em sua tese de doutorado, identificou 69 células neonazistas em Santa Catarina. O estado fica atrás de São Paulo, onde foram mapeados 99 grupos. Porém, a população catarinense é ao menos seis vezes menor que a paulista, o que faz de SC, em termos de proporcionalidade, o lugar com maior presença desses grupos.

O movimento armamentista que infla a violência alimentando discursos de ódio também demonstra seus resultados de 2002 a 2023 foram registrados 23 ataques, cometidos por pessoas que tinham entre 10 e 25 anos pela pesquisadora Telma Vinha e Cleo Garcia no Relatório de Políticas Educacionais de 2023. Segundo o historiador João Klug explicou em entrevista concedida ao Portal Catarinas que uma das características mais profundas da qual o movimento nazista se nutre é o racismo. O racismo é basicamente essa pseudociência racial, eugênica, que tenta mostrar a superioridade de uma raça, excluindo e rechaçando as pessoas que não se enquadram na raça “superior”.

No Brasil, um dos aspectos do racismo está intimamente ligado a violência policial. O anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 mostra que a letalidade policial no Brasil, em 2022, foi de 17 mortes ao dia, totalizando 6.429 mortes. Destas 629 foram na região sul. Nas capitais, Curitiba lidera com 398 mortes com uma variação de 23,1% a mais de mortes ocasionadas por intervenção policial, em relação ao ano anterior, seguida de Porto Alegre com 388 com taxa de 24,6% a mais de 2021 e então Florianópolis com 53 morte apresentando diminuição de 11,8 em relação a 2021.

Das mortes violentas com intervenção policial, 76,9% delas são de pessoas negras. Em 50,2% das mortes violentas intencionais a faixa etária das pessoas assassinadas é de 12 a 29 anos. Dentre os mortos em intervenções policiais, esse grupo etário concentra 75% das mortes e em 99,2% das mortes por intervenção policial, são homens e em 99,5% das mortes ocasionadas por intervenção policial, foram por arma de fogo. O anuário ainda informa que 68,1% destas mortes foram em vias públicas, mas 15,8% foram dentro da residência das vítimas.

Na 3ª Edição do Boletim Especial Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH), por meio do qual foi divulgado informações a respeito das denúncias envolvendo violência policial recebidas no ano de 2023, conforme registros do Portal da Defensoria Pública e acompanhamento realizado pelo NUDDH do Rio Grande do Sul foram coletados dados de 1.293 denúncias de violência policial. Verifica-se um aumento significativo comparado ao ano de 2022, que contabilizou o total de 625. Ou seja, um aumento de 668 casos. Do total destas denúncias, 47,5% delas foram realizadas pela população racializada enquanto negras, um dado alarmante uma vez que a população negra do Rio Grande do Sul é de apenas 21,2%. No Paraná, mesmo com apenas 34,3% de pessoas negras entre a sua população, 56% das pessoas vitimadas pela polícia eram negras.

Estes dados nos mostram que o corpo, majoritariamente alvejado pela polícia, o perfil de quem é assassinado pelo corpo policial Brasileiro é o do jovem ou adolescente brasileiro racializado. E quando falamos racializado, estamos nos referindo aos corpos que fogem do padrão estético e ético cultural do branco europeu.

Entre a população cigana isso não é diferente, os próprios pesquisadores ciganos sofreram violência policial motivado pela sua racialização. Eles comentam de um acompanhamento desnecessário e contínua observação por parte da corporação militar. O pesquisador Emerson Guimarães relata que essa violência caiu sobre a sua família,

Tem umas coisas assim cada vez horríveis, principalmente quando teve um caso aqui que vieram buscar a minha mulher, porque a gente era cigana e eles descobriram que é uma família cigana. Minha mulher não é cigana, mas tava grávida. É um caso anterior. Um policial se passou aqui, Então quando ela engravidou, quando ela tava para parir, botaram nove brigadiano, três Viaturas, dois Oficial de Justiça aqui em casa”

(Emerson Guimarães em escuta etnográfica à equipe da região Sul)

Os relatos são diversos, Jackson César também relata que passou por momentos de violência junto do seu filho,

[...] polícia, tudo armado nas nossas barracas, entendeu? Porque eu tenho um filho, meu filho, que aqui ele é alto, entendeu? Policial põe uma espingarda no peito dele. Mas ele é alto. Ele é criança, tem apenas 14 anos. Entendeu? Fala assim. Chama nós de vagabundo, chama nós de vagabundo, ladrão, essas coisas. Entendeu? Já chegaram jogando terra nas nossas barracas, né?

(Jackson César, em escuta etnográfica com o grupo da região Sul)

A breve observação que trouxemos aqui é um apontamento do que deve ser analisado com maior profundidade durante a pesquisa de campo. A violência estatal é perpetuada com o auxílio da ignorância social sobre a realidade das comunidades ciganas. O arcabouço imaginário que nossa sociedade tem sobre esta população é reproduzida nas instituições e aparatos estatais, incluindo os próprios parlamentares e instituições estatais como a polícia e parlamento. Confirmando a necessidade de pesquisas qualitativas além de quantitativas sobre a condição cigana no nosso país.

3.1.4 Identidade, reconhecimento e auto-revelação

É que, na verdade, o meu pai fala muito, assim, que na vida, quando se guarda muito, foi muito melhor ter sido um cigano do que um rei. Porque o cigano é livre, né? Então, a gente não tem esse de ter, né? Nós queremos ser, só.

(Tatiane Iovanovichi em Escuta Etnográfica)

O quarto núcleo identificado e acordado pela equipe da região sul foi "Identidade, Reconhecimento e Auto-Revelação". Esse núcleo emerge na maioria das narrativas dos pesquisadores e lideranças ciganas, referindo-se à falta de abertura e auto-revelação por parte de algumas famílias e comunidades ciganas de todas as etnias, especialmente da etnia Sinti, devido ao histórico de perseguição e violência. Ao longo das conversas do Ciclo de Escuta Etnográfica, percebemos que o sigilo constitui uma parte fundamental da identidade de muitos ciganos, que preferem não ser identificados como tal.

Os povos ciganos têm enfrentado séculos de perseguição, discriminação e violência, tanto institucional quanto social. Esse histórico cria um ambiente de desconfiança e medo em relação às autoridades e pessoas não ciganas. Portanto, manter a identidade cigana em sigilo pode ser visto como uma forma de proteção do grupo, pois ao evitar a auto-revelação, as famílias ciganas tentam minimizar o risco de violência, discriminação e outras formas de hostilidade, como a narrada pelo pesquisadora e liderança Rose Winter, da etnia Sinti.

Como eu digo para vocês, eu perdi um comércio de 50 anos no momento em que eu comecei a aparecer como cigana. É uma coisa de família, então isso causa medo, né? Até então eu era contra, quando as pessoas não se identificavam. Hoje eu entendo isso. Hoje eu entendo que o pouco que tu conseguiu, se tu não souber segurar, ele vai esvaziar pelo meio dos dedos e não vai ter como recorrer mais e buscar de novo. Então hoje eu entendo quando alguém não quer se declarar cigano, né?

(Rose Winter em Escuta Etnográfica)

O Pesquisador/liderança Emerson Guimarães demonstrou sua preocupação durante o Ciclo de Escuta Etnográfica com o levantamento dos dados e o mapeamento das famílias e rotas, ao questionar como o medo de se revelar iria interferir ou prejudicar a pesquisa.

Para minha família é o que me preocupa hoje. Logo quando vocês me convidaram, eu comecei a falar com a família. Toda a família já está estabilizada, então tem gente, muita gente formada. E como se esconderam, então ficou mais fácil, porque já tinha um documento, ficou mais fácil se integrar à sociedade. Hoje eles não querem perder o que eles já tem. Que eles já sabem a dificuldade que é. Então eles não vão se declarar, né?

(Emerson Guimarães)

Uma preocupação semelhante foi expressa por Tatiane Iovanovichi, liderança Rom, quando questionada sobre suas estratégias de mapeamento e levantamento das famílias, ela afirmou que começaria pelos seus próprios familiares, mas reconheceu que seria um grande desafio. Mesmo em eventos envolvendo povos ciganos, a desconfiança prevalece quando há a necessidade de identificação.

E vocês não têm ideia da dificuldade, que eu tive de chegar para um primo meu, para gente que é da minha família e fala assim "ó, me dá o número do teu documento, teu nome completo para eu sair de delegado para participar". Eles não entendem, né? Eles acham que alguma coisa vai vir tirar foto. O que que eu vou ganhar com isso? O que vai vir atrás de mim? Por que que vai vir? Por que você quer meu documento? Né mesmo? Mesmo sendo eu, mesmo sendo um parente. Então é muito difícil. Nós vamos ter uma situação de crise. Eu falei na primeira reunião para vocês já da dificuldade que a gente vai ter.

(Tatiane Iovanovich em Escuta Etnográfica)

Essa atmosfera de temor e desconfiança é alimentada, segundo a mesma, pelo impacto negativo das mídias ao se referirem aos povos ciganos, para Tatiane Iovanovich, a única visibilidade que é dada aos ciganos é nas páginas policiais.

É tão difícil a gente conseguir uma mídia na televisão, é tão difícil a gente conseguir quando a gente vai para fazer coisa boa. Agora é tão fácil ir para o Fantástico, para, para, para criminalizar, criminalizar uma etnia, porque ali é uma etnia que está sendo criminalizada, independente do crime que a mulher cometeu, né. Mas nós temos mídias nas páginas policiais, isso pode ter certeza que isso aí vai ter. O cigano roubou, o cigano, matou o cigano fez o cigano.

Aconteceu isso. É nossa, eles usam isso como uma mídia.

(Tatiane Iovanovich em Escuta Etnográfica)

No Núcleo "Identidade, reconhecimento e autorrevelação," identificamos muitas expressões de identidade e reconhecimento cultural nas narrativas dos ciganos, tanto dentro do mesmo grupo étnico quanto entre diferentes grupos. Quando um cigano é imediatamente identificado por outros ciganos, mesmo a uma distância considerável ou sem se declarar, isso destaca uma forte sensação de pertencimento e características visíveis e comportamentais intrinsecamente ligadas à sua identidade cultural. Como quando Rodrigo Dourado, pesquisador e liderança Calon, afirma:

[...] nós que somos calon, você que é cigana, também se conhece. Tipo que nem o Cláudio, o Cláudio. Faz tempo que ele tá morando [em casa], mas o Cláudio, se ele passar a distância de três quilômetros longe do cigano, o cigano vai saber que o Cláudio é cigano. Porque a feição do Cláudio conta que ele é cigano. A voz do Cláudio, o jeito do Cláudio tem o jeito que é de cigano. E tem muitos falsos ciganos que tá chegando em acampamento falando que é cigano. Aí. Por isso, que os ciganos são desconfiados, entendeu?

(Rodrigo Dourado em Escuta Etnográfica - Região Sul)

Seja como uma forma de proteção às famílias, ao não se revelar devido ao histórico de perseguição, ou como uma maneira de afirmar sua cultura, saberes e tradições em um contexto onde a assimilação e a aculturação são pressões constantes, a identidade aparece frequentemente nas falas das diferentes lideranças e etnias envolvidas na pesquisa. Pretendemos aprofundar melhor esses dados em campo.

3.1.5 Gênero e violência nas comunidades ciganas

Não, eu não quero dizer que os homens ciganos foram criados para bater em mulher. Não é isso que eu estou dizendo. O que eu estou dizendo é que assim, a violência doméstica é uma coisa que está crescendo em todas as populações indígena, negra, em qualquer situação e dentro da cultura cigana também. Né?
(Tatiane Iovanovichi em Escuta Etnográfica)

O quinto e último núcleo identificado e acordado pela equipe da região sul foi "Gênero e Violência nas Comunidades Ciganas". Esse núcleo emergiu a partir de um único relato de uma liderança, mas foi escolhido devido à relevância da temática dentro do contexto mais amplo da pesquisa. A violência de gênero no Brasil é um problema prevalente que precisa ser combatido, e quando falamos das mulheres ciganas, é essencial adotar uma perspectiva interseccional para compreender todos os aspectos desse problema. Essa abordagem permite analisar como a violência contra a mulher cigana é influenciada por múltiplas dimensões da identidade cigana, como etnia, cultura e gênero. Ela ajuda a considerar as especificidades e complexidades que cercam a experiência das mulheres ciganas, reconhecendo que suas vivências de violência não podem ser separadas de seu contexto cultural e social.

A análise das questões de gênero no contexto das comunidades ciganas exige uma abordagem sensível às especificidades culturais que moldam o lugar das mulheres dentro desses grupos. As mulheres ciganas ocupam uma posição central na manutenção da identidade cultural, sendo frequentemente responsáveis pela transmissão de valores, tradições e práticas que sustentam a coesão comunitária. No entanto, essa centralidade não se traduz necessariamente em autonomia ou igualdade de direitos. Em muitas comunidades ciganas, os papéis de gênero são rigidamente definidos, com expectativas sociais que valorizam o casamento precoce, a maternidade e a obediência às normas patriarcais. Essas normas podem limitar o acesso das mulheres à educação formal, ao mercado de trabalho e aos espaços de decisão, tanto dentro quanto fora da comunidade.

A cultura cigana, rica e diversa, não é homogênea, e os diferentes grupos (como Calon, Rom e Sinti) possuem variações significativas em suas práticas e visões sobre o papel da mulher. Ainda assim, é comum que a honra da família esteja ligada ao comportamento feminino, especialmente à preservação da virgindade antes do casamento e à discricão no convívio social. A transgressão dessas normas pode resultar em sanções severas, como a exclusão social ou a violência simbólica. É nesse contexto que a violência de gênero se manifesta, muitas vezes silenciada por medo de estigmatização externa ou pela ausência de canais seguros de denúncia. A invisibilidade das mulheres ciganas nas políticas públicas agrava esse cenário, dificultando o acesso a serviços de proteção, saúde e justiça.

A interseccionalidade surge como ferramenta fundamental para compreender a complexidade das experiências vividas pelas mulheres ciganas. Elas não enfrentam apenas o machismo, mas também o racismo, a pobreza e a exclusão institucional. Essa multiplicidade de opressões exige respostas que considerem simultaneamente os marcadores de gênero, etnia e classe. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer os movimentos de resistência e protagonismo feminino que emergem dentro das comunidades ciganas. Muitas mulheres têm se organizado para reivindicar seus direitos, promover a educação, combater a violência e construir pontes entre tradição e transformação. Essas lideranças desafiam estereótipos e mostram que é possível lutar por equidade sem abrir mão da identidade cultural.

Portanto, discutir gênero nas comunidades ciganas não é apenas falar sobre desigualdade, mas também sobre potência, agência e caminhos possíveis para a construção de uma sociedade mais justa e plural. É preciso escutar essas mulheres, valorizar suas narrativas e garantir que suas vozes sejam incluídas na formulação de políticas públicas que respeitem a diversidade cultural sem tolerar a violação de direitos

4 O percurso da Pesquisa de campo: das rotas da pesquisa ao encontro com os sujeitos

A pesquisa de campo é o coração pulsante do método etnográfico. Ela consiste na imersão direta em um contexto social específico, com o objetivo de compreender profundamente os modos de vida, práticas culturais, relações e significados compartilhados por um grupo ou comunidade.

Diferente de outras formas de pesquisa que podem se basear em dados secundários ou entrevistas pontuais, a pesquisa de campo etnográfica exige presença contínua e envolvimento ativo. O/a pesquisador/a se torna parte do cotidiano das pessoas estudadas, acompanhando suas rotinas, participando de eventos, observando interações e, sobretudo, escutando os sujeitos. Essa prática é conhecida como observação participante, e é uma das principais técnicas da etnografia. Durante o trabalho de campo, o/a pesquisador/a registra suas experiências e percepções em notas de campo, que são fundamentais para a operação analítica em etapa posterior. A pesquisa de campo etnográfica é guiada por uma postura ética e dialógica. O/a pesquisador/a não está ali para extrair informações, mas para construir conhecimento junto com os participantes, respeitando seus saberes, suas narrativas e seus limites. Isso implica em devolver os resultados à comunidade, manter transparência sobre os objetivos da pesquisa e garantir que os dados sejam tratados com sensibilidade.

Na Região Sul, a pesquisa de campo foi guiada com foco em variáveis essenciais para o mapeamento: Famílias (quem são), Acesso a políticas públicas (o que necessitam) e Rotas (onde estão). Como resultado, estruturamos um banco de dados abrangente, contendo 484 imagens dos locais visitados e das rotas utilizadas pela população cigana para passagem ou acampamento. Além disso, registramos 30 pequenos vídeos, totalizando 20 minutos e 42 segundos de gravação, e 13 horas, 41 minutos e 8 segundos de áudio, com entrevistas e conversas realizadas com a população cigana nos estados da região sul.

No total, na Região Sul, foram visitados 59 municípios, sendo 34 no Rio Grande do Sul, 20 no Paraná e 5 em Santa Catarina. Foram aplicados 84 formulários, distribuídos da seguinte forma: 60 no Rio Grande do Sul, 17 no Paraná e 7 em Santa Catarina. A coleta de dados variou em cada estado, influenciada pelas condições de acesso às áreas onde estavam localizados os acampamentos e as moradias das famílias. Após a etapa de pesquisa em lócus em cada estado, partimos para a parte de sistematização e nucleação de dados para posterior análise.

4.1 Sistematização e nucleação dos dados

A nucleação e sistematização dos dados na pesquisa etnográfica são etapas cruciais para transformar a vivência de campo em conhecimento estruturado e interpretável. Após o período de imersão, nos deparamos com uma grande quantidade de informações — notas de campo, transcrições de entrevistas, registros visuais, observações — que precisam ser organizadas de forma coerente para permitir uma análise significativa.

A **nucleação dos dados** refere-se ao processo inicial de agrupamento das informações em torno de temas, categorias ou núcleos de sentido. Esses núcleos não são definidos previamente, mas emergem da própria experiência de campo e da escuta atenta aos participantes. É um movimento indutivo, onde identificamos padrões, recorrências, tensões e singularidades que revelam aspectos centrais da realidade estudada. Essa etapa exige sensibilidade teórica e empírica, pois os dados não falam por si: é o nosso olhar, produzido no interior das relações produzidas na pesquisa de campo, em diálogo com os sujeitos e com a literatura, que constrói os sentidos possíveis. Já a **sistematização dos dados** envolve a organização formal dessas informações para fins analíticos e isso pode incluir a construção de quadros comparativos, mapas conceituais, tipologias, narrativas interpretativas. A sistematização não é apenas técnica, mas também epistemológica: ela revela as escolhas, os recortes que foram feitos, os caminhos interpretativos seguidos. É nesse momento que a pesquisa começa a ganhar forma como produção de conhecimento, articulando os dados empíricos com os referenciais teóricos e com os objetivos da investigação.

Na região Sul, a sistematização dos dados teve início ainda na fase de pré-campo, realizada com a participação das lideranças ciganas que integraram a equipe de pesquisa da Região Sul. Com base nas observações feitas em campo, identificamos quatro núcleos centrais que se mostraram mais recorrentes: **Gentrificação, Viver em Comum / Sagrado, Modos de Vida e Memória e Economia Cigana** destacando padrões comuns entre as famílias ciganas da Região Sul.

A etapa final de **elaboração do Relatório Final** reuniu um trabalho sistemático sobre as informações provenientes de diversas fontes documentais e empíricas. Foram analisados documentos oficiais, incluindo: "Dados Oficiais sobre os Povos Romani (Ciganos) no Brasil" (2013); Cartilha "A Importância da Geração de Dados sobre os Povos Romani (Ciganos)" (2016); "Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos" (2012); "Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos" (2013); Publicações "Diversidade no Cadastro Único: Respeitar e Incluir" (2014 e 2015); Recomendações do Ministério Público Federal (2018); Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC) dos anos de 2009, 2011 e 2014.

Além das fontes documentais, também foram utilizados como fontes para o levantamento e análise dos dados: O trabalho de campo, incluindo visitas a acampamentos e residências fixas de famílias ciganas, bem como a aplicação de **84 formulários** no contexto do Mapeamento dos Povos Ciganos na Região Sul, entre 2024 e o início de 2025. Adicionalmente, também foram considerados o levantamento indireto, conduzido pelas lideranças ciganas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, abrangendo diversos municípios com presença de famílias ciganas, bem como os dados fornecidos por organizações representativas, incluindo: Associação do Centro de Referência Cigana de Santa Catarina, por meio do então vice-presidente Rogério da Silva, integrante da equipe do Mapeamento dos Povos Ciganos na Região Sul; Associação Ciganos Itinerantes do Rio Grande do Sul (ACIRGS), através de informações disponibilizadas por Rosecler Winter, ex-presidente e atual integrante da entidade, também participante da equipe do Mapeamento. A partir dessas fontes e metodologias, o relatório sintetiza um panorama abrangente sobre a realidade dos Povos Romani na Região Sul, contribuindo para a formulação de políticas públicas e iniciativas voltadas a essa população.

A pesquisa etnográfica tornou-se metodologicamente o caminho para o acesso aos lugares de memória, coletivas e individuais, “reveladas em elementos materiais e imateriais, como o sabor da comida, os ritmos musicais, os valores e as crenças, entre outros aspectos”. (Miranda; Araújo, 2019, p. 105). Além disso, tem um forte apelo às lutas coletivas, tendo em vista que fortalece identidades, valoriza processos de resistências de povos e comunidades subalternizadas e são “marcados por insurgências de suas populações e por diferentes modos de interrupção das degenerências forjadas na aventura colonial e escravocrata” (Miranda; Araújo, 2019, p. 238).

4.2 Trabalho de campo nos Estados da Região Sul

A parte que segue estrutura dados gerados na pesquisa da região sul que teve como objetivo realizar um mapeamento da presença cigana nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, contemplando dados gerados a partir de visitas de campo, registros documentais e relatos de lideranças e famílias ciganas. Trata-se de uma investigação voltada à identificação de territórios, rotas, moradias e espaços de relevância cultural, bem como à compreensão das condições de vida, dos vínculos comunitários e dos desafios enfrentados por essas populações. o adotar uma abordagem etnográfica, a pesquisa busca valorizar os saberes locais, a escuta sensível e a construção compartilhada do conhecimento, reconhecendo a diversidade das experiências ciganas no sul do Brasil.

A partir da articulação entre os dados empíricos e os referenciais teóricos, pretende-se contribuir para o fortalecimento de políticas públicas que respeitem os modos de vida e os direitos das comunidades ciganas, promovendo visibilidade, reconhecimento e justiça social.

Durante a pesquisa de campo realizada no estado do Rio Grande do Sul, conduzida pelos pesquisadores e lideranças ciganas Emerson Guimarães e Rosecler Winter, foram exploradas diversas localidades que se configuram como rotas, moradias ou pontos de relevância para a cultura cigana. A investigação revelou uma diversidade de experiências e posicionamentos entre as famílias visitadas. Em algumas ocasiões, os pesquisadores encontraram grupos que preferiram não se identificar como ciganos e, inclusive, recusaram-se a responder às perguntas do formulário de pesquisa, evidenciando o impacto da estigmatização histórica e o receio de exposição. Por outro lado, outras famílias participaram de forma colaborativa, contribuindo com relatos e informações valiosas que enriqueceram o trabalho e permitiram uma leitura mais sensível da realidade vivida por essas comunidades.

O trabalho de campo contemplou diferentes tipos de espaços. Entre os locais historicamente utilizados como acampamentos ciganos, destacam-se : o Parque do Balonismo, na Rua do Balonismo, em Torres; a Rua Almirante Tamandaré, no bairro Duque de Caxias, em São Leopoldo; e a Praça Santa Catarina, conhecida como Praça da Figueira, no bairro Rio Branco, também em São Leopoldo. Já entre as moradias fixas de famílias ciganas, foram visitadas residências localizadas na Rua Manoel dos Passos Figueirôa e na Rua Frederico Guilherme Schmidt, ambas no bairro Campina, em São Leopoldo; na Rua Marcílio Dias, nº 333, na Vila Maria, São Leopoldo; na Rua Viviane Cristina, nº 720, no Parque dos Anjos, em Gravataí; e no chamado “Condomínio dos Ciganos”, situado na Rua Cassiano Lucas de Oliveira, nº 710, no bairro Caça e Pesca, também em Gravataí.

A pesquisa também se estendeu a áreas de presença itinerante, como o acampamento da etnia Calon em Taquara, que abriga seis famílias em condições extremamente precárias, sem acesso adequado à água, eletricidade e serviços de saúde. Outro ponto visitado foi o Circo do Seu Bonaldo, localizado na Rua Vereador Alcebíades, no bairro Rio Branco, em Canoas. Pertencente a um cigano da etnia Sinti Gorbeta, o circo sofreu grandes perdas durante a enchente que atingiu o estado em maio de 2024, revelando a vulnerabilidade dessas estruturas frente a desastres ambientais.

Além dos espaços de moradia e circulação, foram identificados locais de relevância simbólica e política para a cultura cigana. Um deles é o terreno prometido pela Prefeitura de São Leopoldo para a construção de um paradoro destinado a ciganos itinerantes — promessa que não foi cumprida, em razão da especulação imobiliária e da resistência de moradores locais à regularização do espaço. Outro local significativo é o Cemitério Luterano de Novo Hamburgo, onde estão sepultados familiares da pesquisadora Rosecler Winter, pertencente à etnia cigana Sinti, evidenciando vínculos afetivos e históricos com o território.

O trabalho de campo evidenciou, de forma contundente, a marginalização vivida por essas comunidades, marcada pela precariedade da infraestrutura, pelo acesso limitado a direitos básicos e pelos desafios enfrentados cotidianamente. Ao mesmo tempo, revelou a força das redes de solidariedade, das práticas culturais e da memória coletiva que sustentam a identidade cigana em meio às adversidades. A pesquisa reforça, portanto, a urgência de políticas públicas voltadas à valorização e proteção das comunidades ciganas no Rio Grande do Sul, tanto para garantir condições dignas de vida quanto para preservar seus modos de existência e expressões culturais.

No Paraná a pesquisa de campo iniciou em setembro de 2024 a janeiro de 2025. A equipe de pesquisa esteve em acampamentos de calons em Castro e São José dos Pinhais; moradias fixas de famílias Rom na região metropolitana. Os dados gerados após o pré-campo, se deu pelo acompanhamento da aplicação do instrumento com famílias roms, constituindo-se este grupo social, o que atingimos com maior abrangência no Paraná. Os calons, nos acampamentos visitados, forneceram muitos dados significativos sobre as condições de vida das suas famílias em territórios distintos porém, nos trouxeram uma riqueza de detalhes sobre : a economia, as relações com comércio da cidade, com o poder público local, condições de moradia, saúde e educação. Para além dos dados fornecidos pelo instrumento da pesquisa, constituímos um acervo de 51 imagens (51 imagens), 1 hora e 30 minutos em áudios e um pouco mais de 12 minutos de pequenas falas de representantes das comunidades que concederam a gravação de suas entrevistas e conversas com a equipe do mapeamento. Esse acervo nos indica um panorama muito real das condições de vida dessas famílias acampadas. As diferenças entre os roms e os Calons são gritantes no Paraná . Enquanto um grupo familiar(ROM) possui moradia, acesso à equipamentos, educação, saúde (embora com bastante queixas sobre os processos discriminatórios); o outro grupo étnico, os calons, lidam com a expulsão de territórios, confrontam-se a todo momento com a "instabilidade" no que diz respeito à relação que possuem com a cidade, no caso, com o poder público local.

No dia 20/09/2024, visitamos o acampamento de Rodrigo Dourado em São José dos Pinhais - PR, situado na Rua Mandaguari, 149, no bairro Jardim Cruzeiro, em uma área urbana do município. O acampamento abriga 10 barracas com 10 famílias e é composto por ciganos da etnia Calon, que falam o idioma chib.

Imagem 3 - Visita ao Acampamento em São José dos Pinhais - PR



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Chegando lá fomos muito bem recebidos por todos. Ao chegarmos, nos apresentamos e enfatizamos novamente o projeto de mapeamento, destacando seus objetivos e perspectivas. Rodrigo, então, apresentou os familiares presentes, incluindo dona Alaíde, a matriarca da comunidade, que aos 65 anos nos conta que seu grupo ocupa aquele espaço há 42 anos. Apesar das idas e vindas marcadas pela itinerância, eles sempre retornam ao mesmo terreno, um lugar que consideram um porto seguro. O nome "Acampamento do Povo da Alaíde" está até registrado em uma placa na entrada, uma forma de reafirmar o vínculo e a resistência desta comunidade com aquele espaço.

Quando perguntamos sobre a moradia, dona Alaíde respondeu com firmeza: "Casa eu não tenho, mas um dia eu quero ter". Suas palavras expressaram o desejo de estabilidade da comunidade. As outras mulheres e crianças expressaram rapidamente sentimentos semelhantes, enfatizando a aspiração por um quarto mais confortável e uma casa com melhor estrutura. Essas falas revelam não apenas a carência material, mas também o desejo por segurança e dignidade que ainda é negado a essas famílias, obrigadas a viver em condições de vulnerabilidade e improviso.

Quando questionados sobre os motivos que impulsionam o constante deslocamento, Rodrigo explicou que o principal fator é econômico: as vendas dos produtos que comercializam determinam onde irão se estabelecer. Além disso, ele destacou a dificuldade crescente em encontrar espaços adequados para acampamentos, especialmente no litoral da região sul, devido ao turismo. Rodrigo expressou sua frustração ao afirmar que, nesses municípios, eles são praticamente "escondidos", relegados a áreas periféricas ou invisibilizados pelas autoridades, em uma clara demonstração de exclusão e marginalização.

Imagem 4 - Visita ao Acampamento e liderança cigana da etnia calon Jackson Cesar Chaves



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

No dia 21/09, visitamos o acampamento do pesquisador e liderança cigana da etnia Calon, Jackson Cesar Chaves. Quando chegamos, fazia apenas dois dias que Jackson e seus familiares haviam se estabelecido no local. Antes disso, Jackson estava acampado com a família em outro espaço dentro do município de Castro, na Rua João Carvalho de Macedo, nº 28, no bairro Cantagalo. Contudo, foi solicitado pela prefeitura que se retirassem, pois o local seria transformado em uma praça pública. Diante dessa situação, Jackson teve que sair às pressas, levando consigo sete famílias para este novo espaço, localizado na Avenida Prefeito Ronie Cardoso, saída para Castrolanda, Castro - PR, que foi provisoriamente cedido pela prefeitura. No entanto, essa concessão temporária não trouxe tranquilidade. Jackson demonstrou desconfiança e desesperança em relação às promessas feitas pelo município, afirmando de forma contundente: "Eu não confio."

A situação expõe a vulnerabilidade contínua enfrentada pelos ciganos, principalmente da etnia Calon, que constantemente precisam lidar com a instabilidade de suas moradias e as promessas não cumpridas por parte das autoridades. A remoção constante dos acampamentos ciganos dos espaços públicos, frequentemente justificada por projetos urbanos como a construção de praças e parques, não só reforça o sentimento de insegurança, mas também impõe o que o pesquisador e liderança cigana da etnia Rom - Lowara, Emerson Guimarães denomina de “itinerância por imposição”. Esse processo, que obriga as comunidades ciganas a se deslocarem repetidamente, aprofunda ainda mais as precariedades em que vivem. Esses deslocamentos forçados frequentemente resultam na realocação das famílias em áreas afastadas e inadequadas, submetendo-as a condições de vida insalubres e desumanas, exacerbando sua vulnerabilidade e marginalização.

Em um momento posterior, com a devida autorização do grupo, aplicamos o instrumento nacional de pesquisa, coletando os dados das famílias que residem no acampamento. Esse processo permitiu um levantamento detalhado das condições de vida, perfil socioeconômico e questões relacionadas à identidade e cultura das famílias ciganas da etnia Calon, contribuindo para uma melhor compreensão de suas necessidades e desafios.

Visita à residência da pesquisadora e liderança cigana da etnia Rom Tatiane Iovanovichi

No dia 22/09/2024, visitamos a casa dos Iovanovich, familiares da pesquisadora e liderança cigana Rom, Tatiane Iovanovich. Fomos calorosamente recebidos com uma mesa farta, repleta de comidas típicas dos ciganos Roms. Além dos familiares de Tatiane, o subprocurador-geral da República, Luciano Maia, também estava presente a convite da pesquisadora, participando ativamente da conversa.

Após nos apresentarmos e explicarmos os objetivos e a importância do mapeamento, Cláudio, pai de Tatiane, nos contou um pouco sobre seu histórico de reivindicação política em prol dos direitos dos povos ciganos no Brasil, destacando as lutas e conquistas que marcaram essa trajetória. Ele e sua esposa, dona Neide, também compartilharam um pouco da história da família, narrando como se conheceram e se estabeleceram no país e as dificuldades enfrentadas ao longo do caminho. Raiane, filha de Tatiane, nos apresentou diversas fotografias e documentos históricos que ajudam a aprofundar a compreensão da história dos Iovanovichi no Brasil.

Imagem 5 - Visita à residência da pesquisadora e liderança cigana da etnia Rom Tatiane Iovanovichi



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Tatiane destacou uma distinção importante entre os ciganos da etnia Rom e os Calon. Ela relatou que a maioria dos ciganos Roms vive em casas ou apartamentos fixos, desfrutando de uma condição de vida um pouco mais estável em comparação aos Calon, que residem em barracas nos acampamentos e enfrentam severas restrições no acesso a direitos básicos. Embora ambos os grupos compartilhem a experiência de discriminação e preconceito, há um contraste significativo na condição socioeconômica entre as duas etnias, revelando diferentes níveis de vulnerabilidade dentro das comunidades ciganas.

Em relação à itinerância, quando questionados, os Roms explicaram que, ao contrário da situação imposta aos Calons pelo processo de gentrificação, sua mobilidade é motivada principalmente por questões comerciais. Eles se deslocam para os locais que consideram mais favoráveis para a venda de seus produtos, buscando oportunidades que garantam sua subsistência e manutenção da cultura. Essa dinâmica reflete uma escolha ativa, diferentemente da imposição de deslocamento enfrentada por outras etnias, evidenciando as complexidades e nuances da experiência cigana.

Imagem 6 - Registro da equipe no evento I Seminário Povos Ciganos e Direitos Humanos na UniBrasil, em Curitiba - PR



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Participamos do evento I Seminário Povos Ciganos e Direitos Humanos na UniBrasil, em Curitiba - PR. O seminário abordou questões essenciais sobre os direitos humanos, cidadania e os desafios enfrentados pelos povos ciganos, proporcionando um espaço para debates e reflexões fundamentais sobre a inclusão social e o respeito à diversidade cultural.

No Paraná vale ainda destacar as dificuldades que tivemos no âmbito do acesso de dados sobre a realidade dos calons, devido ao fato deste grupo étnico estar organizado de forma centralizada por uma liderança local e isso nos impediu de acessar de forma mais significativa a realidade desse grupo no estado. Precisamos lidar com os limites que nos foram impostos e portanto, respeitando os limites que o campo nos apresentou, consideramos ser importante no PR, aprofundarmos os dados com os ROMs e o contexto das moradias fixas.

De forma mais representativa, os dados no PR nos aproximam dos ROMs e dos aspectos que contornam a vida desse grupo étnico no contexto da nossa pesquisa que trata dos dados da Região SUL. Por outro lado, constituímos um banco de informações que localizam municípios com presença de famílias ciganas e rotas de itinerância cigana. Esses dados tratamos como "coleta indireta " sendo que os dados foram informados pelas próprias lideranças ciganas que compõem a equipe de pesquisa na Região SUL.

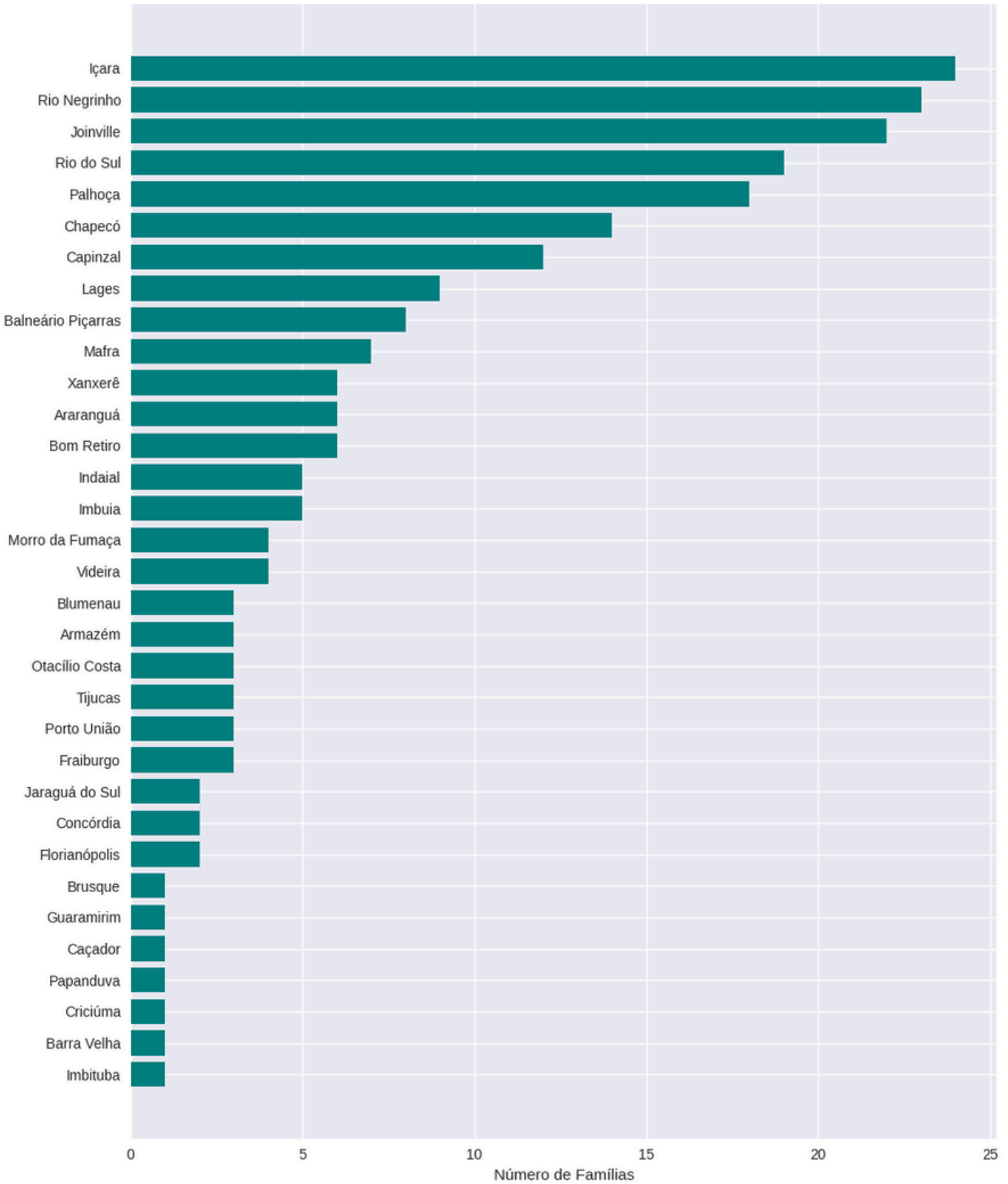
Principais municípios onde foram aplicados os formulários no estado do Paraná: Antonina, Araucária, Caiobá, Campo Magro, Castro, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Guarapuava, Irati, Matinhos, Paranaguá, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Quitandinha e São José dos Pinhais, Reserva, São José dos Pinhais, Sengés, Tibagi e Wenceslau Brás.

Ainda no Paraná, os pesquisadores e lideranças ciganas da etnia Calon, Jackson Cesar e Rodrigo Dourado, realizaram um levantamento indireto, identificando 17 municípios com presença de ciganos Calon residentes de forma fixa: Campo do Tenente, Candói, Cascavel, Faxinal, Fazenda Rio Grande, Francisco Beltrão, Guamiranga, Guarapuava, Irati, Lapa, Paranacity, Paranaíba, Pinhais, Ponta Grossa, Prudentópolis, Reserva e São José dos Pinhais. Além disso, foram mapeadas 25 municípios como locais de trânsito, onde os ciganos costumam acampar: Araucária, Barracão, Campo Mourão, Cantagalo, Cascavel, Clevelândia, Curitiba, Diamante do Norte, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Guaraniáçu, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Londrina, Mamborê, Mangueirinha, Maringá, Mariópolis, Ortigueira, Pato Branco, Porto União, Rondon, São José dos Pinhais e Telêmaco Borba.

Em Santa Catarina, a Associação do Centro de Referência Cigana, presidida por Rogério Silva, nos forneceu material detalhado da presença das famílias ciganas no estado, realizado pela associação com o objetivo de reconhecer e fortalecer a identidade cigana, além de subsidiar políticas públicas voltadas à inclusão social e à promoção dos seus direitos em SC.

A pesquisa foi conduzida com base em metodologias que respeitaram os modos de vida e as dinâmicas internas das comunidades ciganas, considerando o protagonismo da própria Associação na coleta e validação dos dados. O levantamento identificou em 2024 a existência de 191 famílias ciganas distribuídas em 34 municípios catarinenses, com destaque para cidades como Içara (24 famílias), Rio Negrinho (23 famílias), Joinville (22 famílias), Palhoça (18 famílias) e Rio do Sul (19 famílias), que concentram os maiores núcleos. Considerando uma média de quatro pessoas por família — composta por um casal e dois filhos — estima-se que a população cigana em Santa Catarina ultrapasse 760 pessoas.

Gráfico 1 - Distribuição de Famílias Ciganas por Município - SC (2024)



Fonte: Elaborado pelos autores.

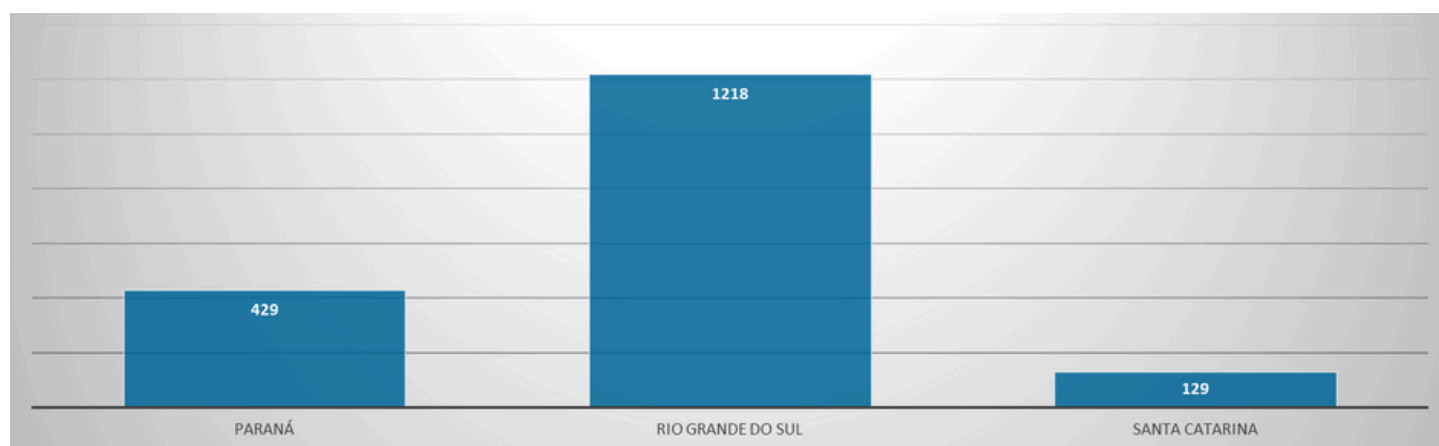
Esses dados revelam não apenas a presença significativa dos ciganos no território catarinense, mas também a urgência de ações que reconheçam suas especificidades culturais, sociais e econômicas. A atuação da Associação do Centro de Referência Cigana SC foi fundamental para garantir que o levantamento refletisse a realidade das famílias ciganas, respeitando suas identidades, tradições e formas de organização. Este relatório representa um marco para o reconhecimento institucional da população cigana no estado e serve como base para futuras ações de advocacy, articulação intersetorial e construção de políticas públicas inclusivas. Ao tornar visível essa parcela da população, o trabalho da Associação reafirma o compromisso com a valorização da diversidade e com a construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa das diferenças.

5 Dados gerais da Região Sul: 84 formulários aplicados

A partir de um total de 84 formulários, aplicados em 56 diferentes municípios dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, representando uma amostra, foi possível verificar a presença cigana na região sul.

5.1 Presença cigana por estado - Região Sul

Gráfico 2 - Presença Cigana por estado - Região Sul



O primeiro gráfico, que apresenta a distribuição de famílias ciganas por estado da Região Sul, revela uma concentração significativa no Rio Grande do Sul, seguido pelo Paraná e, por último, Santa Catarina. Essa distribuição territorial não apenas indica onde estão os grupos, mas também sugere níveis distintos de visibilidade, organização comunitária e acesso a políticas públicas. O RS, por exemplo, conta com associações como a ACIRGS, que contribuem para maior articulação política e reconhecimento institucional, o que se conecta diretamente à categoria “Modos de Vida e Memória”, pois a presença mais expressiva favorece a construção de vínculos afetivos e históricos com o território.

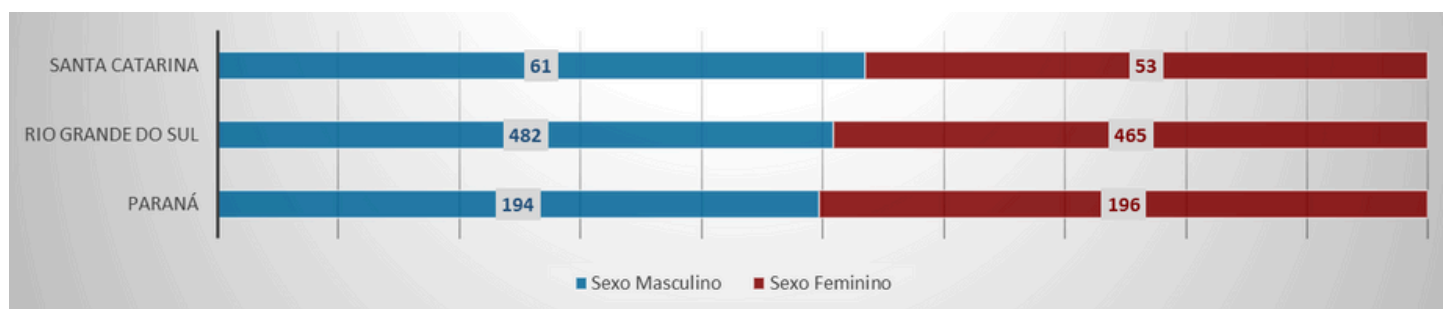
O resultado apresentado no gráfico sobre a distribuição de famílias ciganas por estado da Região Sul não pode ser lido apenas como um dado demográfico. Ele é fruto direto da inserção profunda no processo de pesquisa etnográfica, que se atuação ativa dos pesquisadores ciganos na pesquisa de campo. A participação dessas lideranças ciganas foi decisiva para o acesso aos espaços, à confiança das famílias, à construção das rotas e à interpretação dos dados.

Essa contribuição não foi apenas técnica — ela foi epistemológica. As lideranças ciganas trouxeram saberes situados, leituras internas dos modos de vida, e uma capacidade única de mediação entre os mundos acadêmico e comunitário. Isso permitiu que o mapeamento fosse mais do que uma coleta de dados: tornou-se uma prática de reconhecimento, valorização e reparação histórica.

Portanto, a concentração de famílias no Rio Grande do Sul, por exemplo, também reflete a força organizativa das associações locais e o protagonismo das lideranças que participaram da pesquisa. É um dado que carrega camadas de memória, resistência e articulação política — e que só pode emergir com a presença ativa dos sujeitos da pesquisa como coautores do conhecimento.

5.2 Perfil Gênero

Gráfico 3 - Perfil Gênero - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

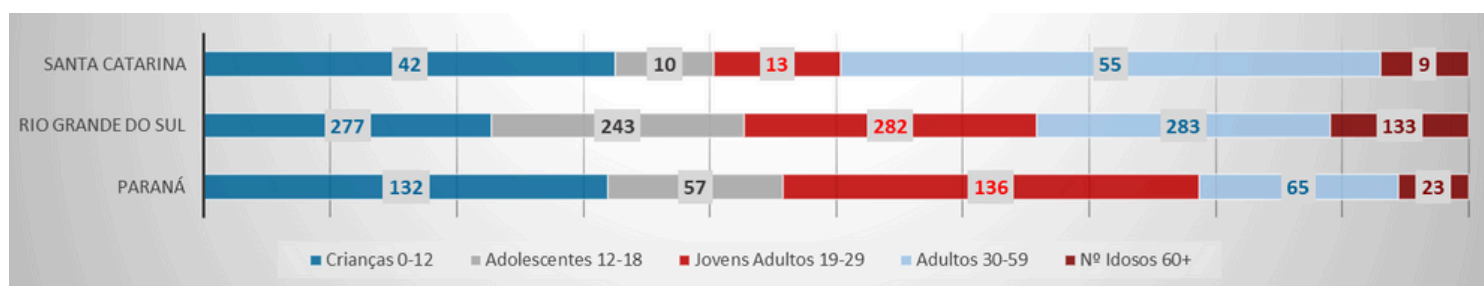
Ao observar o gráfico sobre perfil de gênero, nota-se uma predominância de registros masculinos em relação aos femininos. Essa assimetria revela desigualdades estruturais que afetam diretamente as mulheres e meninas ciganas. A baixa representatividade feminina nos dados não significa ausência, mas sim invisibilização. Em muitos contextos, especialmente entre os Calon, as mulheres vivem sob estruturas familiares altamente hierarquizadas, com autonomia negociada para participar de processos formais de escuta ou representação. Isso se reflete na dificuldade de acesso às mulheres durante a pesquisa, onde a relação tutelada por lideranças masculinas impossibilitou uma escuta mais ampla das vivências das mulheres. Essas desigualdades se manifestam em múltiplas dimensões. No campo da educação, as crianças ciganas enfrentam barreiras para permanecer na escola, seja por deslocamentos constantes, seja por normas culturais que priorizam ainda o casamento precoce. Na saúde, há relatos de ausência de atendimento ginecológico e de políticas voltadas à saúde reprodutiva. Na assistência social, muitas mulheres não acessam benefícios por falta de documentação ou por viverem em contextos de itinerância. Além disso, a violência de gênero aparece como uma questão silenciada, mas presente, especialmente em situações de vulnerabilidade nos acampamentos.

A ausência de políticas específicas para a infância cigana contribui para a reprodução de ciclos de exclusão e invisibilidade. A pesquisa etnográfica, ao valorizar os saberes locais e a escuta sensível, permite que essas questões emergem não como exceções, mas como parte estrutural da realidade vivida por essas comunidades.

Portanto, os gráficos do relatório não apenas ilustram dados quantitativos, mas revelam tensões profundas entre território, identidade, gênero e política. A análise cruzada com as categorias etnográficas mostra que os povos ciganos enfrentam múltiplas formas de exclusão — territorial, econômica, simbólica e de gênero — mas também constroem redes de resistência e pertencimento. As políticas públicas precisam reconhecer essas especificidades para serem eficazes: não basta incluir, é preciso escutar, respeitar e dialogar com as culturas e valores do povo cigano.

5.3 Perfil Etário

Gráfico 4 - Perfil Etário - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico de perfil etário revela uma predominância de adultos entre os participantes da pesquisa, com menor representação de crianças, adolescentes e idosos. Essa distribuição, embora comum em levantamentos populacionais, exige uma leitura mais sensível quando aplicada a grupos historicamente invisibilizados como os povos ciganos. A baixa presença de crianças e idosos nos registros não significa ausência real, mas sim dificuldades metodológicas e sociais de acesso a essas faixas etárias — especialmente em contextos de itinerância, vulnerabilidade e tutela familiar.

Entre as crianças e adolescentes, especialmente meninas, os dados etnográficos apontam para barreiras significativas no acesso à educação formal. A mobilidade constante, a ausência de documentação civil, o preconceito institucional e as práticas culturais que priorizam o casamento precoce são fatores que contribuem para a evasão escolar e para a exclusão desses sujeitos dos sistemas de proteção. A infância cigana, portanto, demanda políticas públicas que articulem educação intercultural, acolhimento itinerante e respeito às práticas comunitárias, sem abrir mão da garantia de direitos fundamentais.

No caso dos idosos, a baixa representação nos dados pode estar relacionada à ausência de políticas de saúde específicas, à dificuldade de acesso a serviços públicos e à invisibilidade das trajetórias de vida que não se enquadram nos modelos convencionais de envelhecimento. Os vínculos afetivos com territórios de memória — como cemitérios, locais de moradia ancestral e espaços religiosos — revelam que o envelhecimento cigano está profundamente ligado à territorialidade e às condições sociais da economia cigana. Políticas voltadas à terceira idade cigana precisam considerar essas dimensões, promovendo cuidado, reconhecimento e dignidade.

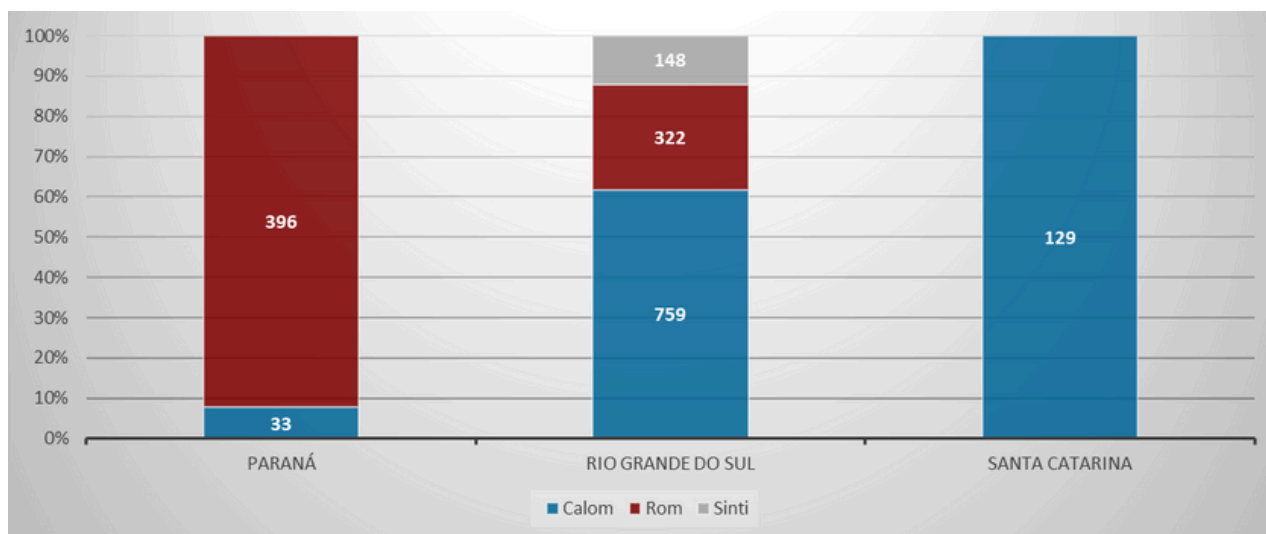
Já entre os adultos, que compõem a maior parte dos registros, os dados revelam uma sobrecarga de responsabilidades, especialmente entre mulheres, que acumulam funções de cuidado, trabalho informal e mediação comunitária. A ausência de políticas de apoio à economia cigana, à saúde reprodutiva e à formação profissional limita as possibilidades de autonomia e protagonismo desses sujeitos. A pesquisa mostra que, mesmo entre os ROMs que vivem em moradias fixas, há relatos de discriminação nos serviços públicos e de dificuldades na inserção econômica formal.

Essas desigualdades sociais são estruturais e atravessam todas as faixas etárias. O relatório aponta que os Calon, por exemplo, enfrentam expulsões constantes de territórios urbanos, vivem em acampamentos precários sem acesso à água, eletricidade ou saneamento, e lidam com relações instáveis com o poder público local. A especulação imobiliária, como no caso de São Leopoldo, impede a construção de parados e reforça o apagamento territorial. Já os Roms, embora em maior número com moradias fixas, relatam dificuldades de acesso à saúde, educação e assistência social, além de enfrentarem racismo institucional.

A desigualdade também se manifesta na ausência de políticas públicas específicas para os povos ciganos. Muitos municípios visitados não possuem programas voltados a essa população, e os dados oficiais são escassos ou fragmentados. A invisibilidade estatística reforça a exclusão material, simbólica e política. A pesquisa etnográfica, ao valorizar a escuta sensível e o protagonismo dos sujeitos, permite que essas questões sejam reconhecidas como centrais na formulação de políticas públicas. É urgente que os programas voltados à população cigana contemplem recortes interseccionais de gênero, idade e território, garantindo que meninas, mulheres, idosos e jovens sejam vistos, ouvidos e respeitados como sujeitos de direitos.

5.4 Etnia

Gráfico 5 - Etnia - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico referente à distribuição por etnia da população cigana mapeada na Região Sul revela uma predominância dos grupos Calom e Rom, com menor representatividade do grupo Sinti. Essa configuração não apenas expressa a presença territorial desses grupos nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, mas também evidencia desigualdades históricas de visibilidade, acesso a direitos e reconhecimento institucional. A leitura etnográfica dos dados permite compreender que essas diferenças não são meramente quantitativas, mas refletem processos sociais complexos, marcados por exclusão, resistência e diversidade cultural.

Os Calom, majoritariamente em situação de itinerância, enfrentam condições de vida extremamente precárias, como observado nos acampamentos visitados em Taquara (RS) e Castro (PR), onde há ausência de infraestrutura básica, como água potável, eletricidade e acesso à saúde. Além disso, esse grupo lida com expulsões constantes de territórios urbanos e com uma relação instável com o poder público, o que dificulta a construção de vínculos duradouros com os espaços que ocupam.

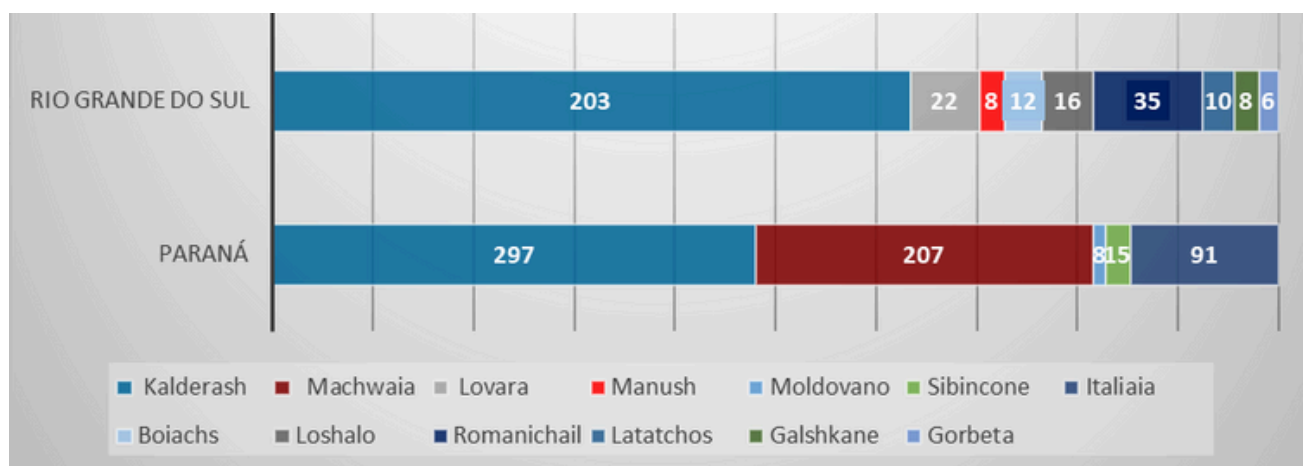
A pesquisa identificou que, em muitos casos, o acesso aos dados foi mediado por lideranças locais que centralizam a comunicação com pesquisadores, impondo uma relação tutelada que limita a escuta direta das famílias. Essa condição reforça a invisibilidade institucional dos Calom e aponta para a necessidade urgente de políticas públicas que garantam regularização territorial, acesso à documentação civil e proteção contra despejos arbitrários. Por outro lado, os Rom apresentam maior inserção em áreas urbanas, com moradias fixas e acesso parcial a serviços públicos. No entanto, os relatos coletados indicam que essa inserção não garante dignidade plena, uma vez que persistem

barreiras no acesso à saúde, educação e assistência social, além de episódios recorrentes de discriminação institucional. A presença mais estável dos Rom permitiu uma escuta mais situada em territórios de moradia fixa durante a pesquisa, revelando tensões entre o reconhecimento formal e o respeito às práticas culturais. A moradia fixa, embora facilite o acesso a políticas públicas, não elimina os desafios enfrentados por esse grupo, que ainda luta por visibilidade e autonomia.

O grupo Sinti, embora numericamente menos representado nos dados, possui forte presença simbólica e cultural. A pesquisa identificou espaços de relevância para essa etnia, como o Circo do Seu Bonaldo, em Canoas (RS), e o Cemitério Luterano de Novo Hamburgo, onde estão sepultados familiares da pesquisadora Rosecler Winter. Esses locais revelam vínculos profundos com o território e com a memória coletiva, evidenciando que a baixa presença nos registros não corresponde à ausência de significados e práticas culturais. A invisibilidade estatística dos Sinti aponta para a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem suas expressões artísticas, religiosas e comunitárias, garantindo sua inclusão nos programas voltados à população cigana.

A análise do gráfico de etnia, portanto, revela que as desigualdades sociais entre os grupos ciganos não são homogêneas. Cada etnia enfrenta desafios específicos, que exigem abordagens diferenciadas e sensíveis às suas realidades. A pesquisa etnográfica, ao valorizar a escuta sensível e o protagonismo dos sujeitos, permite que essas nuances sejam reconhecidas e incorporadas à formulação de políticas públicas. É fundamental que as ações governamentais não tratem os povos ciganos como uma categoria única e homogênea, mas que considerem suas especificidades internas, seus modos de vida e suas formas de organização, promovendo justiça social, reconhecimento e dignidade para Calon, Rom e Sinti.

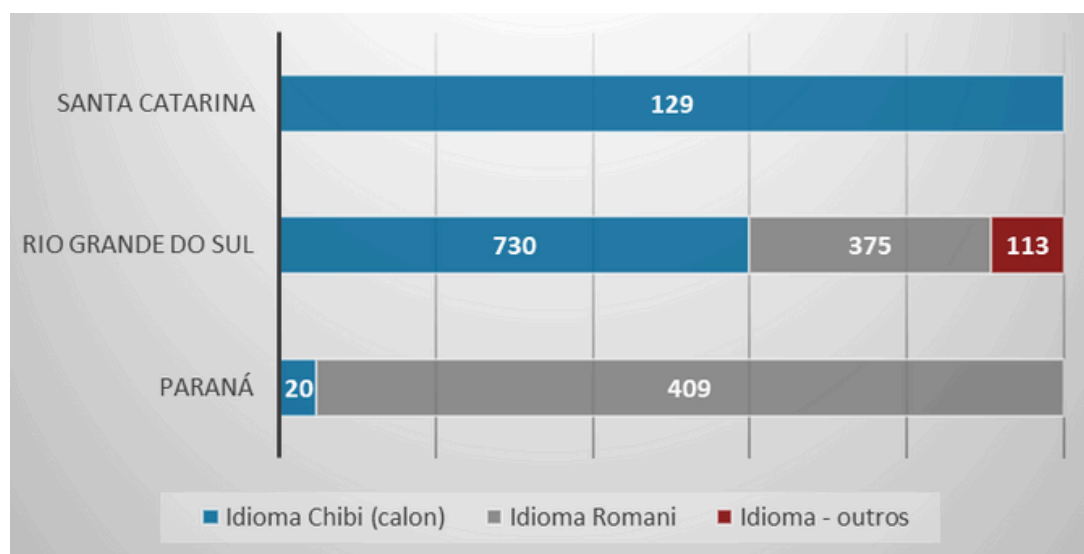
Gráfico 6 - Subgrupos - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

5.5 Idioma

Gráfico 7 - Idioma - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico revela uma dimensão essencial da diversidade linguística dos povos ciganos no Brasil. Ao representar exclusivamente as línguas comunitárias — como o chibi, falado predominantemente pelos Calon, e as variantes do romani, presentes entre os grupos Rom e Sinti — o gráfico desloca o foco da análise para os idiomas que operam como marcadores identitários e veículos de memória coletiva.

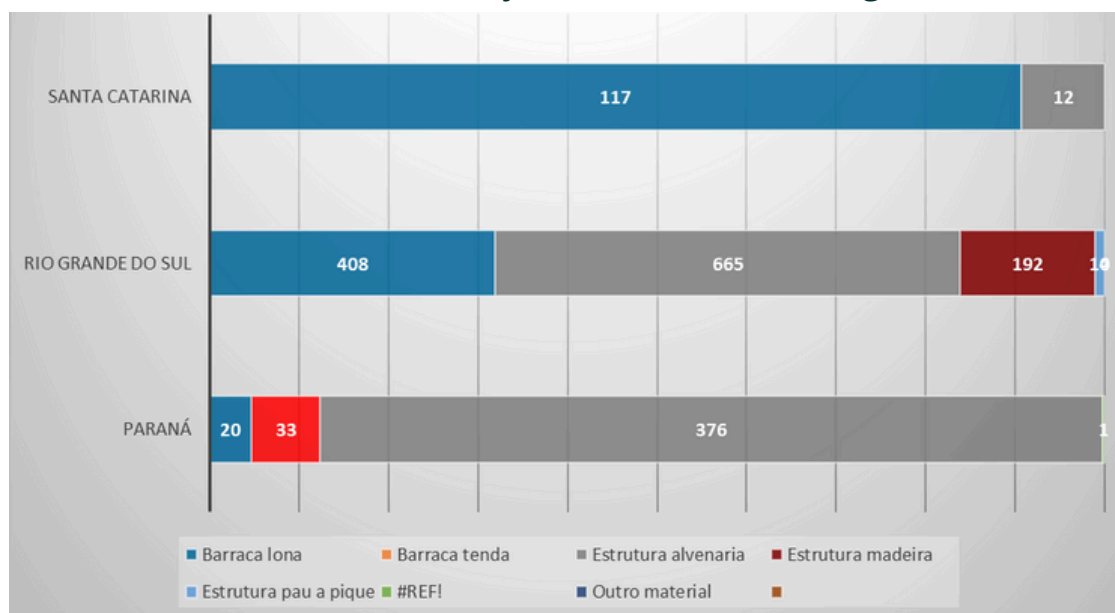
Essa escolha metodológica permite uma leitura mais sensível da realidade sociolinguística dos povos ciganos, destacando a variação entre os grupos étnicos e a resiliência das práticas linguísticas tradicionais. O chibi, por exemplo, é mantido entre os Calon como língua de uso cotidiano em espaços familiares e comunitários, enquanto os Rom preservam variantes do romani que se diferenciam conforme a trajetória migratória e os vínculos transnacionais. Já os Sinti, embora menos representados nos dados, demonstram forte vínculo com sua língua em contextos culturais específicos, onde o idioma se entrelaça com a performance artística e a transmissão intergeracional de saberes.

A leitura do gráfico, portanto, não deve ser feita em termos de predominância ou substituição linguística, mas sim como um retrato da diversidade interna e da continuidade cultural. Trata-se de uma expressão do que a sociolinguística chama de bilinguismo por domínios (Fishman, 1972), em que diferentes línguas são utilizadas conforme o contexto social: o português para interações institucionais e o chibi ou romani para os espaços de pertencimento. Essa alternância de códigos revela estratégias de sobrevivência e resistência, em que a língua do povo é preservada como território simbólico, mesmo quando invisibilizada pelas políticas públicas.

Diante disso, é urgente que as línguas ciganas — como o chibi e as variantes do romani — sejam reconhecidas como parte do patrimônio imaterial brasileiro, com políticas específicas de preservação, ensino e registro. Isso inclui a produção de materiais didáticos bilíngues, a formação de educadores com competência nas línguas ciganas, e a criação de espaços culturais onde a prática linguística seja segura e valorizada. Em suma, o gráfico não apenas revela a distribuição das línguas ciganas por grupo étnico, mas também aponta para processos históricos de resistência, adaptação e afirmação identitária. A língua, nesse contexto, é mais do que um meio de comunicação — é um território de memória, pertencimento e luta por reconhecimento.

5.6 Habitação

Gráfico 8 - Habitação características - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico que apresenta a estrutura das habitações da população cigana na Região Sul do Brasil revela uma diversidade significativa de formas de moradia, diretamente relacionada aos contextos étnicos, sociais e culturais dos grupos Calon, Rom e Sinti. Essa diversidade não apenas expressa diferentes modos de vida, mas também evidencia desigualdades profundas no acesso a direitos básicos e no reconhecimento institucional dos territórios ocupados por essas comunidades.

Entre os Calons na região Sul, observa-se a predominância de acampamentos improvisados, localizados em áreas sem infraestrutura adequada, como saneamento, energia elétrica ou abastecimento de água. Embora a mobilidade faça parte da tradição desse grupo, a configuração atual desses acampamentos reflete uma condição de vulnerabilidade social, marcada pela instabilidade territorial e pela constante ameaça de despejo.

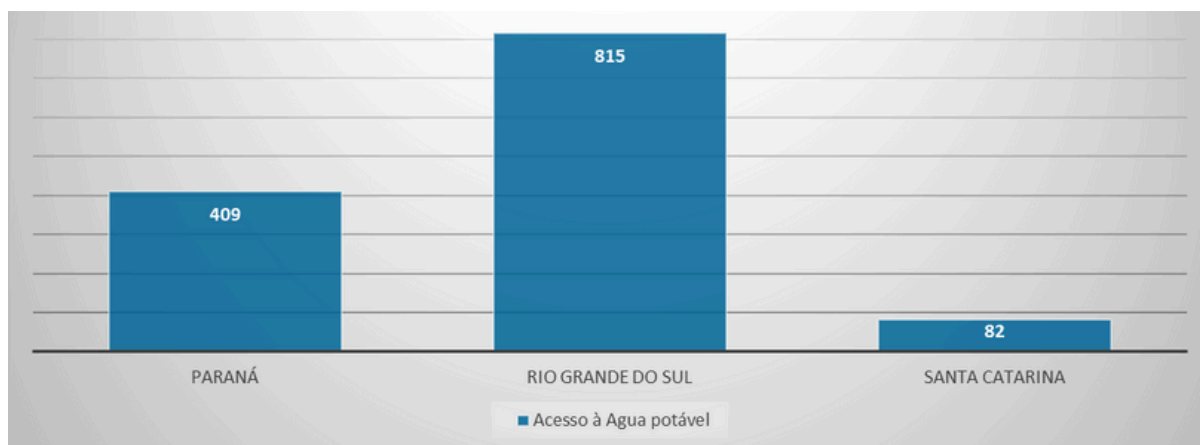
A ausência de reconhecimento legal desses espaços como moradia legítima impede o acesso a políticas públicas essenciais, como saúde, educação e assistência social, perpetuando ciclos de exclusão e invisibilidade. Por outro lado, os Rom aparecem no gráfico com maior presença em moradias fixas, geralmente situadas em bairros periféricos ou conjuntos habitacionais. Essa fixação territorial tem possibilitado maior inserção institucional e acesso a serviços públicos, mas também impõe desafios à preservação das práticas culturais e linguísticas. A moradia fixa, embora ofereça estabilidade, não elimina o preconceito — muitos Rom relatam experiências de discriminação social, principalmente por agentes públicos, além da ausência de políticas que reconheçam suas especificidades culturais.

A leitura do gráfico permite compreender que o território cigano não é apenas um espaço físico, mas um marcador de desigualdade social e cultural. A precariedade habitacional afeta diretamente a transmissão intergeracional de saberes, a prática das línguas comunitárias e a realização de rituais tradicionais. Sem espaços seguros de convivência, as famílias ciganas enfrentam dificuldades para manter suas redes de solidariedade e suas formas próprias de organização social.

Diante desse cenário, torna-se urgente o reconhecimento legal dos territórios ciganos como espaços legítimos de moradia, com garantia de infraestrutura básica e proteção contra despejos. É necessário criar programas habitacionais específicos, que respeitem os modos de vida itinerantes e fixos, e incluir a dimensão cultural nas políticas urbanas, valorizando o circo, os acampamentos e as comunidades como territórios de memória e identidade. A formulação dessas políticas deve contar com a participação ativa das comunidades ciganas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas de forma justa e respeitosa.

5.7 Acesso à água

Gráfico 9 - Acesso à água - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico que apresenta os dados sobre o acesso à água entre a população cigana na Região Sul do Brasil revela não apenas uma desigualdade material, mas uma profunda negação de direitos. A precariedade no acesso ao saneamento básico, especialmente à água potável, não pode ser compreendida apenas como uma falha técnica ou logística — ela é expressão direta da ausência de políticas públicas que reconheçam os povos ciganos como sujeitos de direitos, inclusive em contextos de mobilidade.

A condição de itinerância, vivida por muitas famílias ciganas, tem sido historicamente tratada pelo Estado como um obstáculo à inclusão, quando na verdade deveria ser reconhecida como uma forma legítima de existência territorial. A falta de pontos de parada legalmente reconhecidos, com infraestrutura mínima para garantir acesso à água, saneamento, segurança e dignidade, configura uma violação sistemática de direitos fundamentais. O direito à água, assegurado pela ONU como um direito humano essencial, é negado cotidianamente a essas comunidades, que muitas vezes dependem de fontes improvisadas, ligações informais ou doações, colocando em risco sua saúde e segurança.

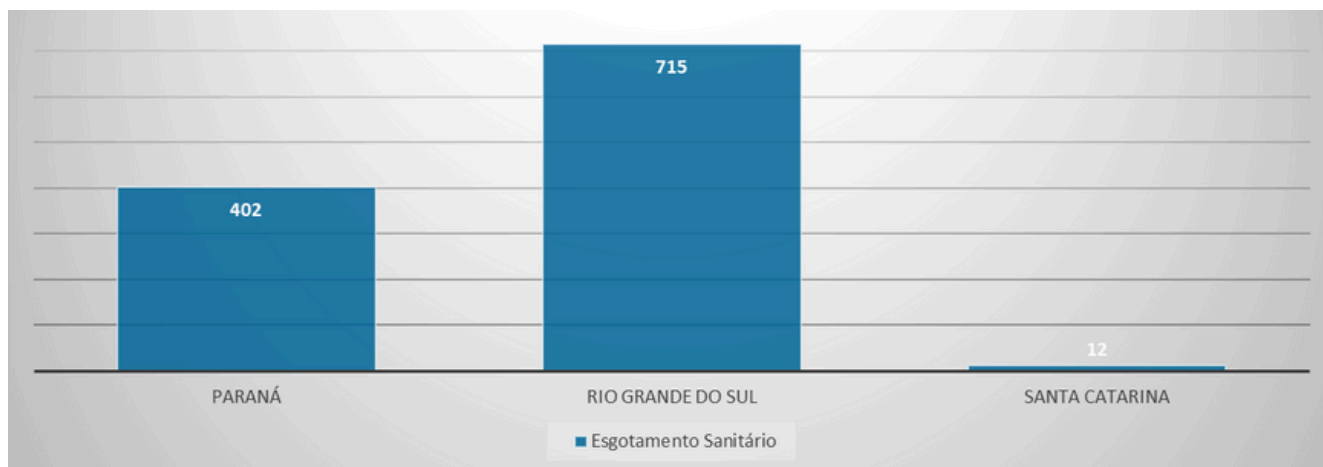
Essa ausência de políticas públicas específicas para populações em mobilidade revela um modelo de gestão urbana excludente, que opera a partir da lógica da fixação territorial como única forma legítima de cidadania. Ao não reconhecer os acampamentos ciganos como espaços legítimos de moradia, o Estado impede que essas famílias sejam incluídas em programas de infraestrutura, como abastecimento de água, coleta de resíduos e saneamento. Mais do que invisibilidade, trata-se de um apagamento institucional, que reforça estigmas históricos e perpetua ciclos de vulnerabilidade.

A garantia de um ponto de parada — um espaço seguro, reconhecido e equipado — não é um privilégio, mas uma exigência de justiça social. Trata-se de assegurar que, mesmo em condição de itinerância, as famílias ciganas possam proteger seus pertences, cuidar de seus filhos, preservar suas práticas culturais e acessar serviços básicos com dignidade. O direito à moradia, à saúde, à água e à cultura não pode estar condicionado à fixação territorial. É preciso que o Estado reconheça a pluralidade dos modos de vida e crie políticas que respeitem e acolham essa diversidade.

A leitura do gráfico, portanto, não se limita à distribuição técnica do acesso à água. Ela aponta para uma estrutura de desigualdade que só poderá ser enfrentada com o reconhecimento pleno dos povos ciganos como sujeitos de direitos, com políticas públicas intersetoriais, participativas e culturalmente sensíveis. É urgente que se criem marcos legais que garantam pontos de parada com infraestrutura adequada, respeitando os ritmos e trajetórias das comunidades ciganas, e assegurando que o direito à água — e a todos os demais direitos — seja efetivamente universal.

5.8 Acesso ao Esgoto Sanitário

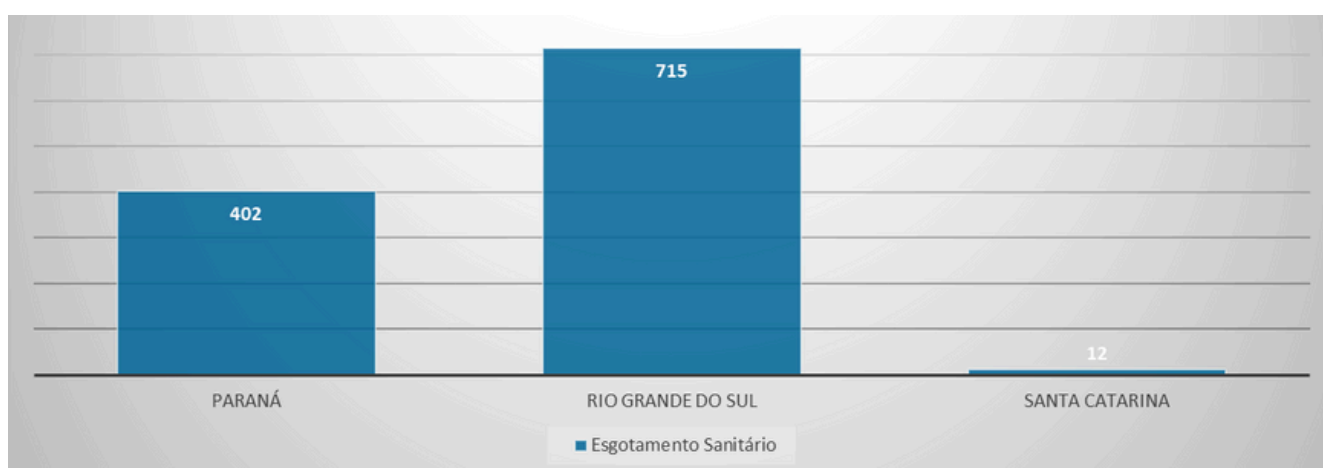
Gráfico 10 - Acesso ao Esgoto Sanitário - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico que apresenta os dados sobre o acesso ao esgoto sanitário nas comunidades ciganas da região Sul evidencia uma realidade marcada por desigualdades profundas e persistentes. A baixa cobertura de redes de esgoto nos territórios ocupados por essas populações não se limita a uma questão de infraestrutura — ela revela a ausência de políticas públicas que reconheçam os povos ciganos como sujeitos de direitos, independentemente de sua condição de mobilidade ou fixação territorial.

Gráfico 11 - Tipo de Esgotamento Sanitário - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

Grande parte das famílias ciganas vive em espaços não formalizados, como acampamentos ou estruturas móveis, que não são reconhecidos oficialmente como áreas de moradia. Essa invisibilidade territorial impede o acesso a serviços básicos, como saneamento, coleta de resíduos e abastecimento de água.

A ausência de rede de esgoto, em especial, compromete diretamente a saúde pública, a dignidade das famílias e a preservação ambiental, configurando uma violação sistemática de direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, como o direito à moradia digna, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A condição de itinerância, longe de ser um impedimento à cidadania, deveria ser reconhecida como uma forma legítima de existência territorial. No entanto, o Estado brasileiro continua a operar com lógicas urbanas excludentes, que ignoram os modos de vida não fixos e perpetuam o apagamento institucional das comunidades ciganas. A falta de pontos de parada legalmente reconhecidos, com infraestrutura mínima para garantir acesso à rede de esgoto e demais serviços, reforça o ciclo de vulnerabilidade e marginalização.

A leitura do gráfico aponta para a urgência de políticas públicas intersetoriais que reconheçam a pluralidade dos modos de vida e assegurem o direito ao saneamento básico como um direito universal. É necessário que o Estado crie marcos legais que garantam pontos de parada com infraestrutura adequada, respeitando os ritmos e trajetórias das comunidades ciganas. Esses espaços devem permitir que as famílias protejam seus pertences, cuidem de seus filhos, preservem suas práticas culturais e acessem serviços essenciais com dignidade.

O acesso ao esgoto sanitário não pode estar condicionado à estabilidade territorial. Trata-se de um direito humano, e sua ausência nas comunidades ciganas representa uma falha grave na garantia da cidadania plena. O gráfico, portanto, não apenas revela dados técnicos, mas denuncia uma estrutura de exclusão que precisa ser enfrentada com ações concretas, sensíveis e comprometidas com a justiça social.

5.9 Coleta de lixo

Gráfico 12 - Coleta de lixo - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observamos nos acampamentos ciganos visitados, uma ausência significativa de estrutura básica, especialmente no que se refere à coleta de lixo. Essa carência não se limita à questão da limpeza urbana, mas está diretamente ligada ao saneamento básico e à saúde pública. A coleta regular de resíduos sólidos é um serviço essencial para o controle de vetores de doenças, a preservação ambiental e a garantia de condições mínimas de salubridade. Quando inexistente ou precária, como ocorre em grande parte dos acampamentos ciganos, os resíduos se acumulam, favorecendo a proliferação de insetos, roedores e microrganismos patogênicos, o que eleva substancialmente os riscos de doenças como leptospirose, dengue, infecções gastrointestinais e respiratórias.

A ausência de coleta de lixo está frequentemente associada à inexistência de redes de esgoto e drenagem, compondo um cenário de vulnerabilidade sanitária extrema. O descarte inadequado de resíduos, muitas vezes realizado em áreas próximas às moradias, pode contaminar o solo e os recursos hídricos utilizados pelas próprias famílias, agravando ainda mais os riscos à saúde. O não reconhecimento oficial das moradias ciganas -acampamentos-, que permanecem invisíveis aos olhos das políticas públicas, sem endereço formal ou registro territorial, são excluídos dos planejamentos urbanos e dos serviços essenciais, perpetuando um ciclo de exclusão social e negligência institucional.

Além disso, é importante destacar que muitos desses acampamentos estão localizados em áreas periféricas, distantes dos centros urbanos e de difícil acesso. Essa condição geográfica não é aleatória, mas sim resultado de um processo histórico de marginalização e expulsão dos povos ciganos dos espaços urbanos formais. A escolha — ou imposição — de locais isolados para a instalação dos acampamentos reflete uma lógica discriminatória que busca invisibilizar essas comunidades e dificultar sua integração aos serviços públicos essenciais. A distância física se converte em distância política e institucional, dificultando o acesso à saúde, à educação, à coleta de lixo e ao saneamento básico, e reforçando barreiras de mobilidade e cidadania. Essa invisibilidade tem impactos profundos na saúde básica da população cigana, a falta de acesso a serviços de saneamento compromete a qualidade de vida, especialmente de crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, que são mais vulneráveis às consequências da exposição contínua a ambientes insalubres.

Dados de 2025 da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do UNICEF revelam que 3,4 bilhões de pessoas no mundo ainda não têm acesso a saneamento gerenciado com segurança, e 1,7 bilhão carecem de serviços básicos de higiene em casa — sendo 611 milhões sem qualquer tipo de instalação. Em contextos frágeis, como comunidades tradicionais e acampamentos informais, a cobertura de água potável gerenciada com

segurança é 38 pontos percentuais menor do que em outros países. Esses dados reforçam a urgência de incluir comunidades vulneráveis — como os povos ciganos — nas políticas públicas de saneamento, reconhecendo suas moradias e garantindo acesso a serviços essenciais que impactam diretamente a saúde e a dignidade humana.

5.10 Acesso à Eletricidade

Gráfico 13 - Acesso à eletricidade - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos acampamentos ciganos da Região Sul, especialmente entre os grupos Calon, a ausência de acesso à energia elétrica representa uma das expressões mais concretas da exclusão estrutural vivida por essas comunidades. A falta de luz nas moradias não é apenas uma limitação técnica — ela simboliza o não reconhecimento dessas populações como sujeitos de direitos e revela o impacto direto da discriminação territorial que empurra os acampamentos para áreas mais distantes das cidades, dificultando acesso e alcance dos serviços públicos essenciais.

A localização periférica dos acampamentos não é fruto de escolha espontânea, mas sim resultado de um histórico de expulsão e marginalização. O distanciamento físico dos centros urbanos reflete uma tentativa institucional municipal de invisibilizar os povos ciganos, dificultando sua integração às políticas públicas e reforçando estigmas sociais. Sem energia elétrica, as famílias enfrentam limitações severas no cotidiano, não podem conservar alimentos, não têm acesso à iluminação adequada, não conseguem utilizar equipamentos básicos de saúde ou educação, e ficam excluídas das formas modernas de comunicação e informação.

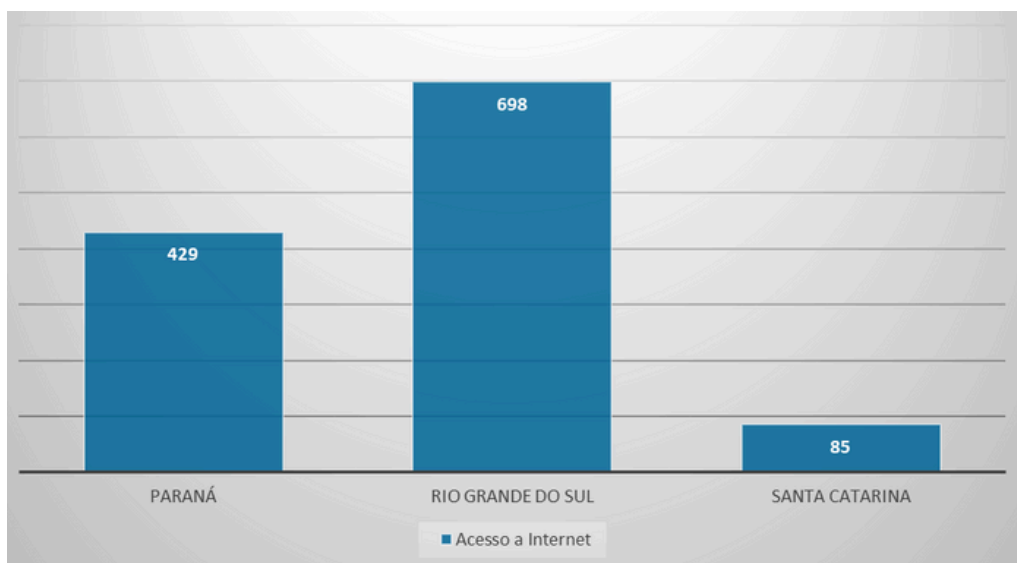
Diante da ausência de fornecimento regular, muitas famílias recorrem ao chamado acesso via “gato” — o acesso irregular à rede elétrica — como forma de suprir uma necessidade básica.

Essa prática, embora compreensível diante da negligência estatal, acaba sendo criminalizada e usada como justificativa para reforçar estereótipos negativos sobre os povos ciganos. A irregularidade no acesso à energia, portanto, não é causa, mas consequência da exclusão institucional: ao não reconhecer os acampamentos como moradias legítimas, o Estado nega o direito à infraestrutura básica e, ao mesmo tempo, penaliza as estratégias de sobrevivência adotadas pelas comunidades.

Esse ciclo de invisibilidade e criminalização aprofunda a vulnerabilidade social, principalmente nos acampamentos Calons, impedindo que tenham acesso formal a programas habitacionais, tarifas sociais de energia, ou mesmo ao cadastro em políticas públicas. A ausência de luz elétrica compromete diretamente a saúde, a segurança, a educação e a dignidade das famílias, tornando urgente o reconhecimento territorial dos acampamentos e a inclusão dessas comunidades nos sistemas regulares de fornecimento de energia. Garantir o acesso à energia elétrica não é apenas uma questão técnica — é um ato de reparação histórica e de afirmação da cidadania cigana.

5.11 Acesso à Internet

Gráfico 14 - Acesso à internet- Região Sul

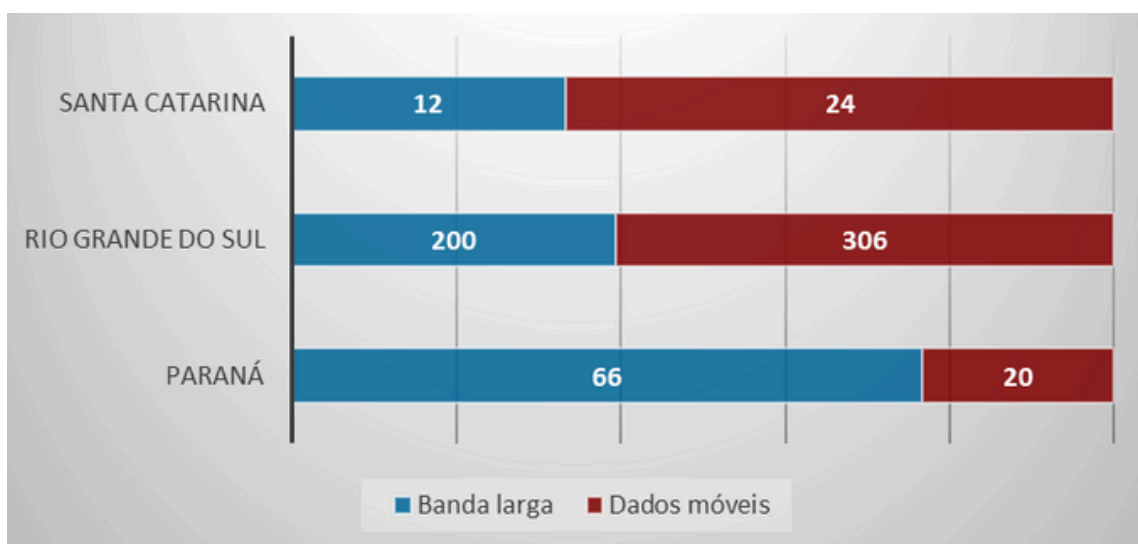


Fonte: Elaborado pelos autores.

A exclusão estrutural vivida em acampamentos da Região Sul não se limita à ausência de energia elétrica, mas se estende também, ao acesso à internet, que hoje representa uma das principais portas de entrada para o exercício pleno da cidadania. Em um mundo cada vez mais digitalizado, estar conectado é estar incluído — e a falta de acesso à rede coloca essas comunidades à margem de serviços básicos, direitos fundamentais e oportunidades de desenvolvimento.

A internet deixou de ser um recurso opcional e passou a ser uma infraestrutura essencial. Por meio dela, crianças acessam conteúdos escolares, realizam atividades pedagógicas e mantêm contato com professores e colegas. Famílias utilizam a rede para emitir documentos, agendar consultas médicas, acompanhar benefícios sociais, buscar emprego e se comunicar com instituições públicas. A ausência de conexão nos acampamentos ciganos, portanto, não é apenas uma limitação tecnológica — é uma barreira direta à cidadania. Essa exclusão digital reforça o ciclo de invisibilidade institucional. Sem acesso à internet, observamos principalmente em acampamentos Calons, dificuldades para realizar o Cadastro Único, acessar o sistema de saúde (SUS), acompanhar processos judiciais ou mesmo se informar sobre seus direitos. A falta de conectividade os coloca em uma posição de desvantagem frente às exigências burocráticas do Estado, que cada vez mais migra seus serviços para plataformas digitais. Como resultado, essas comunidades permanecem alheias a políticas públicas, sem voz nos espaços de participação e sem acesso aos mecanismos de proteção social.

Gráfico 15 - Formas de acesso à internet- Região Sul

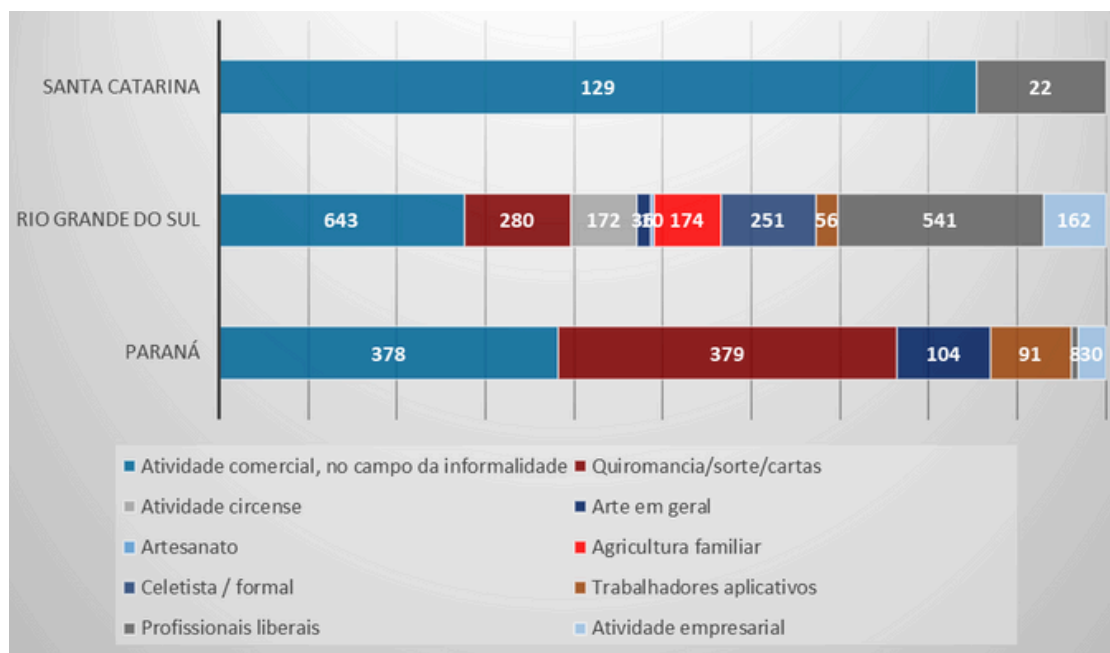


Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo dados da pesquisa TIC Domicílios 2024, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), cerca de 11% da população brasileira ainda vive em domicílios sem qualquer tipo de acesso à internet — sendo que esse índice é significativamente maior em áreas rurais e em comunidades tradicionais. A exclusão digital, portanto, não é apenas uma questão de infraestrutura, mas de desigualdade social e territorial. Ela revela como o não reconhecimento das moradias ciganas impacta diretamente na negação de direitos básicos, inclusive o direito à informação. Nesse contexto, é fundamental entrecruzar a análise com o conceito de cidadania digital, que envolve não apenas o acesso à tecnologia, mas a capacidade de utilizar os meios digitais para exercer direitos, participar da vida pública e de redes de proteção social. A cidadania digital pressupõe inclusão, autonomia e reconhecimento dos povos ciganos.

5.12 Principal fonte de renda

Gráfico 16 - Principal fonte de renda - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados da pesquisa realizada nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná revelam que as principais fontes de renda das comunidades ciganas estão fortemente ligados ao comércio informal, às práticas de saberes tradicionais e à produção artística e cultural. Essa configuração aponta para a consolidação de um campo específico de organização econômica, que pode ser identificada como economia cigana.

A economia cigana é caracterizada por formas de trabalho que se desenvolvem fora das estruturas formais do mercado, mas que possuem lógica própria, redes de solidariedade, transmissão intergeracional de saberes e forte vínculo com a identidade cultural. O comércio ambulante, por exemplo, aparece como uma das atividades mais recorrentes nos três estados, envolvendo a venda de roupas, utensílios, cosméticos, medicações e alimentos em feiras, ruas e bairros periféricos. Essa prática não apenas garante a subsistência das famílias, como também reafirma a mobilidade, a autonomia e a flexibilidade que historicamente compõem o modo de vida cigano.

A pesquisa identificou a presença significativa de práticas tradicionais como a leitura de mãos, a quiromancia, sorte, especialmente em SC e RS. Essas atividades, exercidas majoritariamente por mulheres, representam saberes milenares que resistem ao tempo e à marginalização social, práticas que fazem parte do patrimônio imaterial cigano e funcionam como formas legítimas de trabalho, mesmo que frequentemente estigmatizadas e discriminadas socialmente.

No Rio Grande do Sul, destacamos o circo como espaço simbólico e econômico de longa tradição entre os ciganos. O circo não é apenas um lugar de espetáculo, mas um território de organização familiar, transmissão de saberes e produção artística. A arte, aliás, aparece como elemento transversal nos dados da pesquisa, com presença significativa em SC e PR, onde ciganos atuam como músicos, dançarinos e artesãos. Essas expressões culturais são também formas de geração de renda e de afirmação identitária.

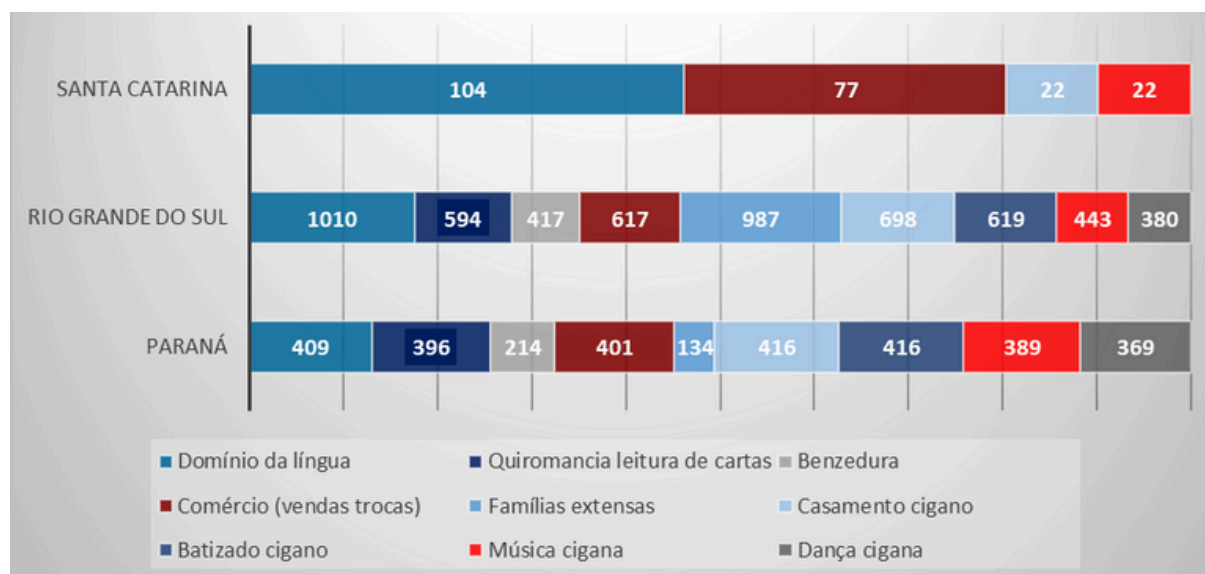
A partir desses elementos, é possível fundamentar o conceito de economia cigana como um campo que articula:

- Trabalho informal e autônomo, em resposta à exclusão do mercado formal.
- Saberes tradicionais e práticas culturais, como formas de resistência e sustento.
- Redes familiares e comunitárias, que sustentam circuitos próprios de produção e circulação.
- Mobilidade territorial e flexibilidade organizacional, como traços estruturantes.

É fundamental reconhecer as formas de organização econômica dos povos ciganos como legítimas e como expressão de sua cultura. A economia cigana, nesse sentido, não deve ser vista como precariedade, mas como alternativa construída diante da exclusão institucional e como espaço de autonomia e criatividade. Reconhecer e fortalecer essa economia é fundamental para a formulação de políticas públicas que respeitem as especificidades culturais dos povos ciganos, promovam inclusão produtiva e combatam os estigmas que ainda os cercam.

5.13 Costumes e tradições

Gráfico 17 - Costumes e tradições - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

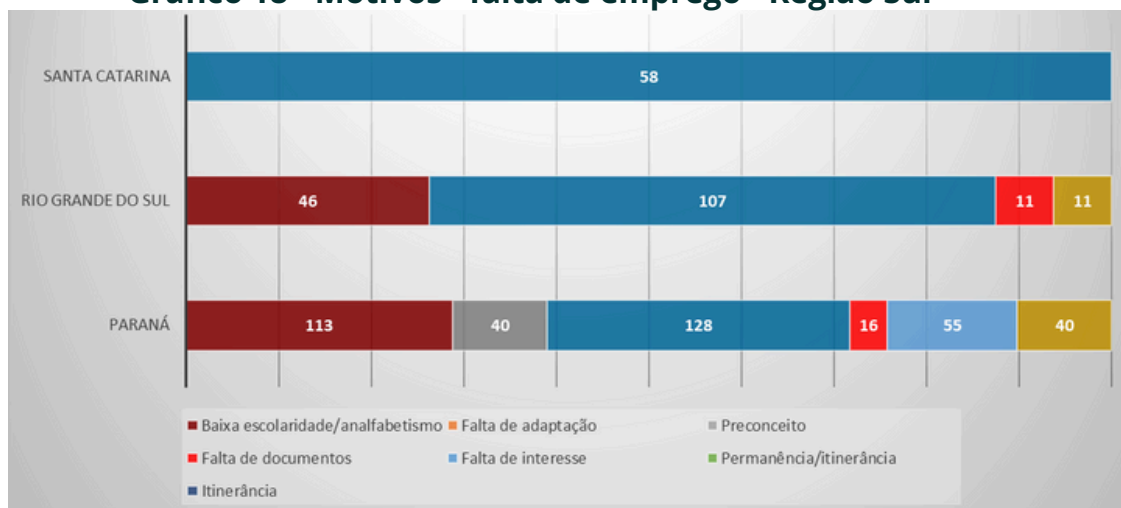
Os costumes e tradições presentes na região Sul do Brasil revelam muito mais do que práticas cotidianas — são expressões vivas de um patrimônio imaterial que resiste ao tempo e às transformações sociais. No caso da população cigana, essas manifestações culturais representam a continuidade de saberes ancestrais, transmitidos oralmente e preservados por meio do compartilhamento entre eles em suas comunidades.

A presença de elementos como a benzedura, a leitura de cartas, a quiromancia, os casamentos tradicionais, a música e a dança não apenas compõem o imaginário coletivo, mas também reafirmam a identidade de um povo historicamente marginalizado. Esses costumes funcionam como mecanismos de resistência cultural, fortalecendo vínculos comunitários e garantindo a permanência de valores, crenças e modos de vida. Ao reconhecer essas práticas como patrimônio imaterial, valoriza-se não apenas a estética ou o ritual, mas sobretudo o conhecimento que elas carregam — saberes que não estão nos livros, mas nas mãos, nas palavras e nos gestos de quem vive e transmite a tradição. Preservar esses costumes é, portanto, preservar a memória, a dignidade e a riqueza cultural da população cigana.

Um dos pilares dessa preservação é a oralidade. A transmissão de conhecimento entre gerações ocorre principalmente por meio da fala: histórias contadas ao redor do fogo, ensinamentos passados em rituais familiares, cantos que carregam memórias e significados. A oralidade é, portanto, mais do que um meio de comunicação — é uma ferramenta de partilha, de educação comunitária e de manutenção da identidade cultural. Essa forma de transmissão fortalece os laços entre os membros da comunidade e garante que os saberes não se percam com o tempo. Ao reconhecer essas práticas como patrimônio imaterial, valoriza-se não apenas o conteúdo das tradições, mas também o modo como elas são vividas e compartilhadas — com afeto, respeito e continuidade.

5.14 Motivos - falta de emprego

Gráfico 18 - Motivos - falta de emprego - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

A questão que mais aparece nos dados da pesquisa é a baixa escolarização e o analfabetismo entre os povos ciganos, especialmente entre os Calons na Região Sul. Os índices são alarmantes: grande parte da população adulta não completou o ensino fundamental, e há uma presença significativa de pessoas que não foram alfabetizadas. Essa realidade não é apenas um reflexo da exclusão educacional, mas também um indicativo da negação histórica de direitos básicos.

A baixa escolarização e o analfabetismo, que aparecem como os indicadores mais recorrentes nos dados da pesquisa, revelam não apenas uma lacuna educacional, mas uma violência estrutural que compromete o exercício pleno da cidadania cigana. A ausência de acesso à educação formal limita a leitura, escrita, acesso e interpretação de informações e participação ativa na vida pública. Sem escolaridade, a população cigana enfrenta barreiras para compreender seus direitos, acessar serviços, se comunicar com instituições e romper o ciclo de exclusão social.

A itinerância cigana aparece como um dos fatores preponderantes para essa exclusão. A mobilidade territorial entra em conflito com a lógica rígida da escolarização formal, que exige permanência, regularidade e documentação fixa. Muitas crianças enfrentam dificuldades para se matricular, são vítimas de preconceito nas escolas ou abandonam os estudos por falta de acolhimento institucional. A escola, em vez de se adaptar à diversidade cultural, reforça a exclusão. Os impactos da não escolarização são múltiplos e profundos, resultando na privação de espaços de socialização, desenvolvimento cognitivo e construção de identidade de crianças e jovens. Vai se formando um grande contingente de marginalização da população cigana onde jovens sem formação básica não conseguem ingressar em cursos técnicos ou superiores, nem disputar vagas no mercado formal de trabalho; adultos analfabetos enfrentam dificuldades para preencher formulários, emitir documentos, acompanhar processos judiciais ou mesmo compreender orientações médicas. A exclusão educacional, portanto, não é apenas uma ausência de conteúdo — é uma negação de direitos.

Romper esse ciclo exige ações intersetoriais e culturalmente sensíveis, que reconheçam a diversidade dos povos ciganos e promovam sua inclusão com dignidade. Entre os caminhos possíveis, destacam-se:

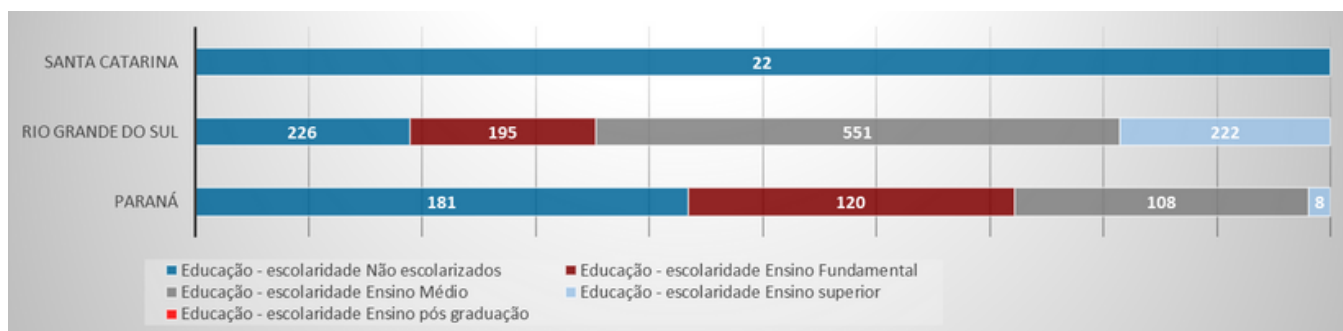
- Educação intercultural e itinerante: criação de programas educacionais adaptados à realidade dos acampamentos, com metodologias flexíveis, respeito aos saberes tradicionais e formação de educadores para o enfrentamento do preconceito.
- Alfabetização comunitária: implementação de projetos de alfabetização em parceria com lideranças ciganas, utilizando abordagens que valorizem a oralidade, a cultura e os ritmos próprios das comunidades.

- Mutirões de documentação civil: ações conjuntas entre cartórios, Defensorias Públicas e órgãos de assistência social para garantir o registro de nascimento, emissão de documentos e regularização territorial.
- Reconhecimento oficial dos acampamentos: inclusão dos territórios ciganos nos cadastros municipais e estaduais, garantindo acesso a transporte escolar, infraestrutura básica e políticas públicas.
- Inclusão nos censos e registros oficiais: adaptação das metodologias de coleta de dados para contemplar a realidade itinerante e garantir a presença dos povos ciganos nas estatísticas nacionais.

A escolarização e a documentação não são apenas instrumentos administrativos — são portas de entrada para a cidadania. A educação, nesse contexto, não é apenas acesso à conteúdo, mas é um ato de justiça!

5.15 Acesso à Educação

Gráfico 19 - Acesso à educação - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

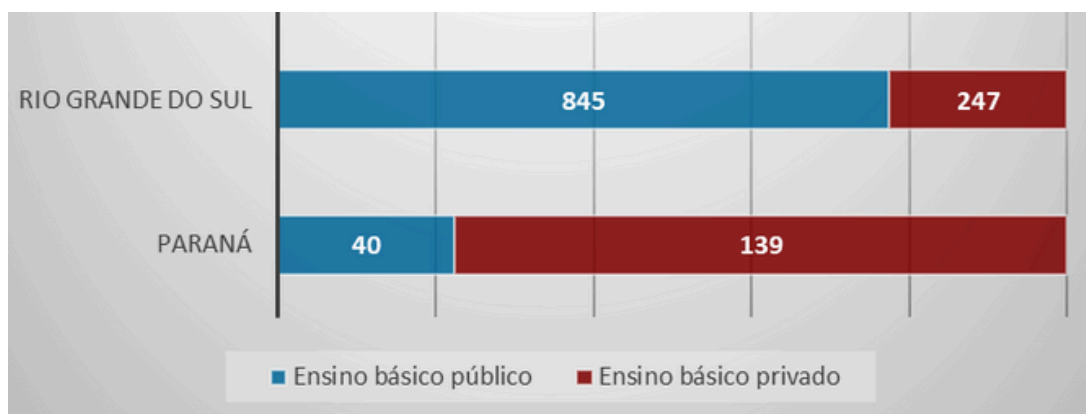
A baixa escolaridade da população cigana no Brasil configura-se como um dos elementos centrais da sua exclusão social. Historicamente marginalizados, muitos grupos ciganos enfrentam dificuldades de acesso, permanência e valorização dentro do sistema educacional formal. Essa realidade não apenas limita oportunidades individuais, mas também compromete o reconhecimento e a preservação de sua cultura.

A ausência de políticas educacionais que respeitem os modos de vida ciganos — como a oralidade, a itinerância e os saberes tradicionais — contribui para a evasão escolar e para o distanciamento entre escola e comunidade. A escola, muitas vezes, não se apresenta como espaço acolhedor, mas como ambiente de estranhamento, onde os saberes ciganos são ignorados ou desvalorizados. Essa lacuna educacional impacta diretamente o acesso a direitos básicos, como saúde, trabalho formal, moradia digna e participação política. Sem escolarização adequada, a população cigana permanece invisibilizada nos dados oficiais e excluída dos processos decisórios que afetam sua vida.

Reconhecer a escolaridade como um direito e como ferramenta de inclusão exige uma abordagem intercultural, que valorize os saberes tradicionais, respeite a diversidade e promova o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos populares. Só assim será possível romper com os ciclos de exclusão e garantir que a educação seja, de fato, um caminho para a cidadania dos povos ciganos.

Quando reparamos para o acesso, observamos que no Rio Grande do Sul esse dado aparece de forma mais expressiva junto ao ensino básico público.

Gráfico 20 - Educação pública e privada - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

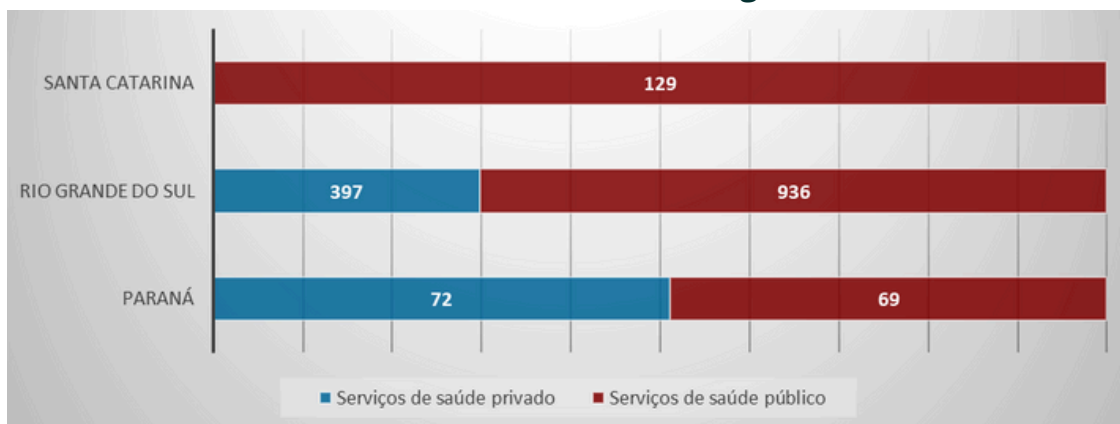
Observamos na pesquisa que, em algumas comunidades, para garantir o acesso, principalmente das crianças à escola, as famílias recorrem ao ensino privado. A escassez de escolas públicas próximas aos acampamentos ou comunidades ciganas, aliada à falta de acolhimento cultural nas instituições públicas, faz com que algumas famílias busquem escolas particulares que ofereçam maior flexibilidade ou respeito às suas tradições. No entanto, essa alternativa é marcada por desafios:

- Custo elevado- Muitas famílias ciganas vivem em situação de vulnerabilidade econômica, o que torna o ensino privado uma solução temporária e limitada.
- Falta de adaptação curricular- Mesmo nas escolas particulares, os conteúdos e métodos raramente dialogam com os saberes tradicionais e a oralidade, dificultando a permanência das crianças
- Ausência de políticas públicas inclusivas- A necessidade de recorrer ao ensino privado evidencia a ausência de uma rede pública que reconheça e valorize a diversidade cultural cigana.

Essa realidade reforça a urgência de políticas educacionais que garantam acesso universal, gratuito e culturalmente sensível à educação. A escola pública precisa se tornar um espaço de inclusão, onde os saberes ciganos sejam respeitados e integrados, e onde a oralidade, a itinerância e os modos de vida não sejam vistos como obstáculos, mas como riquezas.

5.16 Acesso à Saúde

Gráfico 21 - Acesso à Saúde - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao observar os dados de acesso à saúde na região Sul podemos inferir que esse cenário está diretamente relacionado à falta de informação sobre o funcionamento do SUS e às dificuldades de ingresso no sistema público, como apontado nos próprios dados coletados em entrevistas e observações qualitativas junto aos formulários

Além disso, obstáculos como itinerância, falta de documentação, demora nos exames e escassez de profissionais contribuem para que muitas famílias busquem alternativas fora da rede pública — mesmo que isso represente um custo elevado e nem sempre garanta atendimento culturalmente sensível.

A opção pelo serviço privado, portanto, não necessariamente reflete melhores condições econômicas, mas sim, uma tentativa de contornar barreiras estruturais e sociais que dificultam o acesso ao SUS. Isso evidencia a urgência de políticas públicas voltadas à educação em saúde, ao acolhimento intercultural e à expansão da atenção primária, especialmente em comunidades ciganas, para que o direito à saúde seja efetivamente garantido de forma equitativa e respeitosa.

Tabela 2 - Dados especificados sobre saúde - Região Sul

Estado	Plano de Saúde	Atenção primária de saúde	Visita Agentes Saúde da família	Visitas agentes saúde endemia	Acesso à medicina especializada em geral	Avaliação do SUS	Obstáculos em relação a saúde
PR	7	0	26	26	Demandas: dentista, ginecologista, cardiologista, neurologista, pediatria, psicologia, psiquiatria, oncologia, ortopediatria	Boa 15; Ruim 20	Falta de conhecimento (178), preconceito (33)
RS	223	0	298	298	Demandas: exames, dentista, ginecologista, cardiologista, clínico, psicologia, oftalmologia, cirurgião, traumatologia, pneumologista, pré-natal, pediatra	Boa 609; Mais ou menos 63; Muito boa 40; Ótima 104; Ruim 72	Itinerância (246); preconceito (82), demora nos exames (11), documentação (60), falta de médicos
SC	Não	0	12	12	Pré-natal	0	Demora nos exames, falta de médicos, preconceito (58)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nos dados levantados sobre a saúde da população cigana nos estados do Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), é possível observar um cenário marcado por desigualdades no acesso aos serviços públicos de saúde, baixa cobertura de atenção primária e múltiplos obstáculos que comprometem a efetividade do atendimento.

No Paraná, apenas sete pessoas possuem plano de saúde, o que revela forte dependência do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, não há registro de atenção primária estruturada, e as visitas de agentes comunitários de saúde e de endemias são limitadas, com apenas 26 ocorrências em cada categoria. As principais demandas da população cigana nesse estado incluem especialidades médicas como dentista, ginecologista, cardiologista, neurologista, pediatria, psicologia, psiquiatria, oncologia e ortopediatria. A avaliação do SUS é dividida entre 15 pessoas que consideram o serviço bom e 20 que o classificam como ruim. Os principais obstáculos apontados são a falta de conhecimento sobre o funcionamento do sistema (178 registros) e o preconceito (33 registros), o que evidencia a necessidade de ações educativas e de acolhimento cultural.

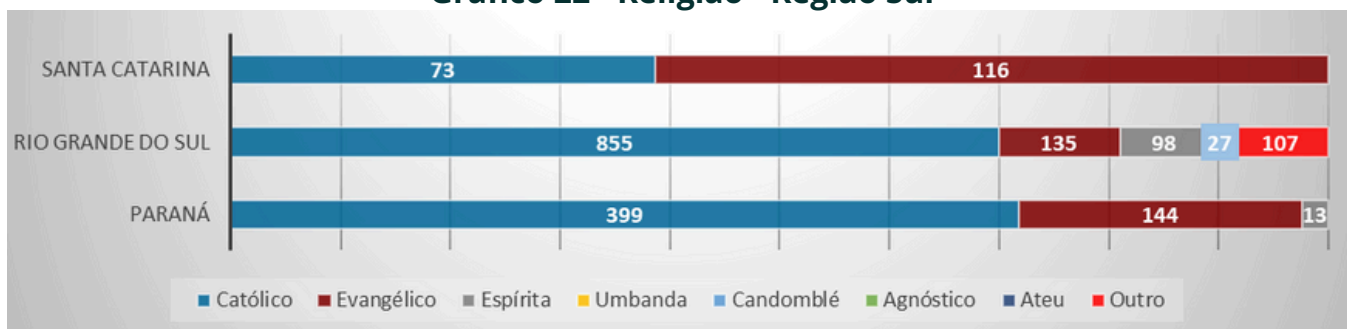
No Rio Grande do Sul, o número de pessoas com plano de saúde é significativamente maior (223), e há uma cobertura expressiva de visitas domiciliares, com 298 registros tanto por agentes de saúde da família quanto por agentes de endemias. As demandas são amplas e incluem exames, atendimento odontológico, ginecológico, cardiológico, clínico geral, psicológico, oftalmológico, cirúrgico, traumatológico, pneumológico, pré-natal e pediátrico. A avaliação do SUS é majoritariamente positiva, com 609 pessoas classificando o serviço como bom, 104 como ótimo e 40 como muito bom, embora 72 o considerem ruim. Os principais obstáculos enfrentados são a itinerância (246 registros), o preconceito (82), a demora na realização de exames (11), a falta de documentação (60) e a escassez de profissionais de saúde.

Em Santa Catarina, os dados revelam uma situação ainda mais crítica. Não há registro de acesso a planos de saúde, nem de atenção primária estruturada. As visitas domiciliares são mínimas, com apenas 12 registros por agentes de saúde da família e 12 por agentes de endemias. A única demanda registrada é o atendimento pré-natal, e não há dados sobre a avaliação do SUS. Os principais obstáculos identificados são a demora nos exames, a falta de médicos e o preconceito (58 registros).

De forma geral, os dados apontam para uma realidade de exclusão e negligência no atendimento à saúde da população cigana na região Sul. A ausência de atenção primária, a baixa cobertura de visitas domiciliares e a dificuldade de acesso a especialidades médicas revelam falhas estruturais no sistema. Além disso, fatores como preconceito, itinerância, falta de documentação e desconhecimento sobre os direitos de saúde agravam a vulnerabilidade desses grupos.

5.17 Religião

Gráfico 22 - Religião - Região Sul



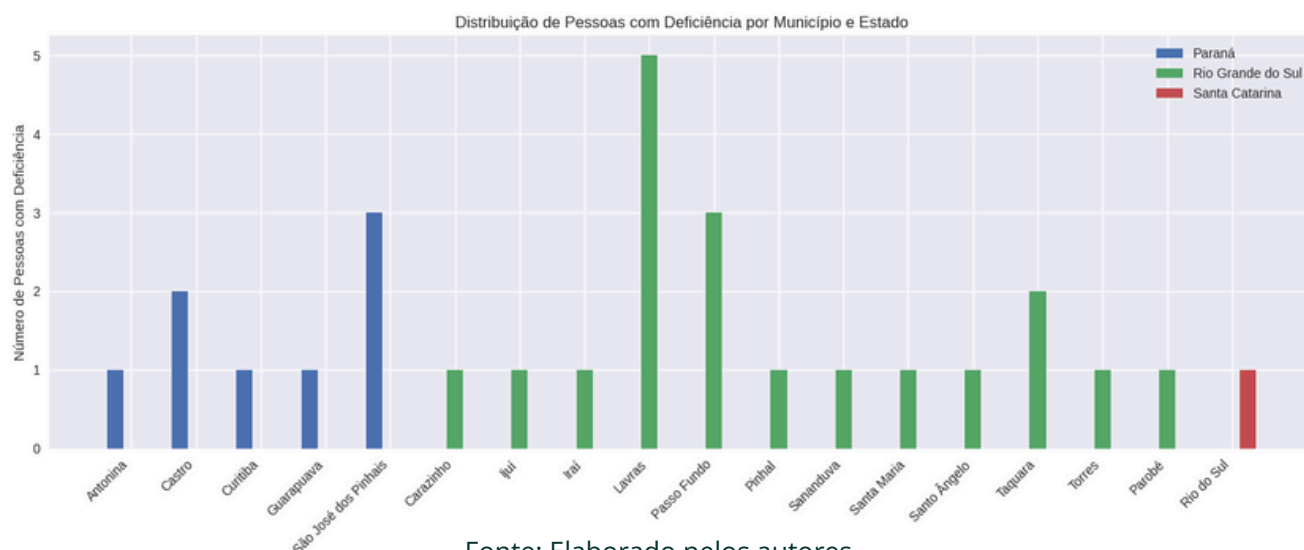
Fonte: Elaborado pelos autores.

A diversidade religiosa entre a população cigana reflete tanto suas tradições culturais quanto às influências do meio em que estão inseridos. A maioria da população cigana no Brasil se identifica com o catolicismo, religião que se entrelaça com elementos da cultura cigana, como a devoção a Santa Sara Kali, considerada a padroeira dos ciganos. Além disso, observa-se um crescimento significativo da presença de igrejas evangélicas entre comunidades ciganas, especialmente em contextos urbanos, onde há maior aproximação com movimentos neopentecostais.

Embora em menor número, também há registros de ciganos que praticam o espiritismo e religiões de matriz africana, como o candomblé. Essas práticas, apesar de menos frequentes, revelam a abertura de alguns grupos ciganos ao sincretismo religioso e à incorporação de elementos espirituais diversos. É importante destacar que, independentemente da religião formalmente adotada, muitos ciganos mantêm rituais próprios, crenças ligadas à natureza, respeito aos ancestrais e práticas de cura, compondo um universo simbólico que transcende as fronteiras das religiões institucionalizadas.

5.18 Deficiências

Gráfico 23 - Deficiências - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados coletados sobre pessoas com deficiência nas comunidades ciganas dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina revelam uma realidade marcada pela diversidade de condições e pela carência de assistência especializada. No Paraná, há registros pontuais como uma criança autista em Antonina; em Castro, uma pessoa com Alzheimer e outra com deficiência auditiva; em Curitiba, um homem de 40 anos com sequelas de meningite; em Guarapuava, uma pessoa com deficiência física; e em São José dos Pinhais, três indivíduos registram deficiências física, cardíaca e pulmonar.

No Rio Grande do Sul, os casos são mais numerosos e variados. Carazinho, Sananduva e Santa Maria registram cadeirantes; Ijuí apresenta uma pessoa com ferro nas pernas que caminha com dificuldade; Iraí tem uma mulher com paralisia infantil. Lavras se destaca pela concentração de casos, incluindo malformações nos dedos das mãos, autismo, Síndrome de Down, pé torto e dificuldades de locomoção. Passo Fundo contabiliza três ocorrências: uma pessoa com Síndrome de Down, outra com autismo e uma com problemas mentais. Pinhal registra uma pessoa com perna torta; Santo Ângelo, um caso de talassemia; Taquara apresenta dois casos de deficiência múltipla, incluindo um homem de 32 anos sem qualquer tipo de assistência; Torres tem uma pessoa com má formação na mão esquerda; e Parobé registra um menino de oito anos com má formação nos pés e mãos, com ausência de dedos nas extremidades.

Em Santa Catarina, o único registro é de uma pessoa com paralisia em Rio do Sul. Esses dados evidenciam não apenas a presença de diferentes tipos de deficiência nas comunidades ciganas, mas também a urgência de políticas públicas voltadas à inclusão, ao atendimento especializado e ao suporte contínuo para essas populações vulneráveis.

5.19 Mobilidade

Tabela 3 - Dados Localização e mobilidade - Região Sul

Estado	Locais de Residência Últimos 5 anos	Motivos das mudanças	Rotas Frequentes Deslocamento	Período de Deslocamento	Pontos comuns de parada	Modo Principal de Transporte
PR	MG RJ RS SC SP	Econômico 196 Família 97 Saúde 30	Fixos 292 MG 20 PR 7 RJ RS 7 SC 40 SP 20	1 a 2 anos - 7 3 em 3 meses - 20 30 em 30 dias - 57 8 em 8 meses - 13	PR RS SC SP	Carro
RS	PA GO PR SC	Preconceito 13 Econômico 10 Família 4	Fixos 34 RS 19 Regiões metropolitanas 8 Litoral 3 SC 5 PR 4	3 em 3 meses - 7 45 em 45 dias - 3 2 em 2 meses 30 em 30 dias - 2 35 em 35 dias 2 em 2 semanas 5 a 6 meses - 1	Ijuí (RS) Pelotas (RS) Novo Hamburgo (RS) Sapiranga (RS) Campo Bom (RS) Taquara (RS), São Leopoldo (RS),	Carro 1174 Caminhão 130; Ônibus 25 Moto 23
SC	SC RS	Preconceito 104 Econômico	-	60 dias, 6 em 6 meses, 3 em 3 meses	SC	Carro

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados coletados sobre a população cigana no Brasil revelam uma dinâmica intensa de mobilidade entre diferentes estados, motivada por fatores econômicos, familiares, sociais e de saúde. Essa movimentação constante reflete tanto a busca por melhores condições de vida quanto a necessidade de enfrentar situações de vulnerabilidade, preconceito, maior atividade econômica.

Os estados mais recorrentes nas rotas de deslocamento foram Paraná (PR), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP). Dentre eles, RS e SC se destacam como os principais polos de circulação e parada, com diversas cidades gaúchas aparecendo como pontos fixos frequentes, como Ijuí, Pelotas, Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Taquara, São Leopoldo e Igrejinha.

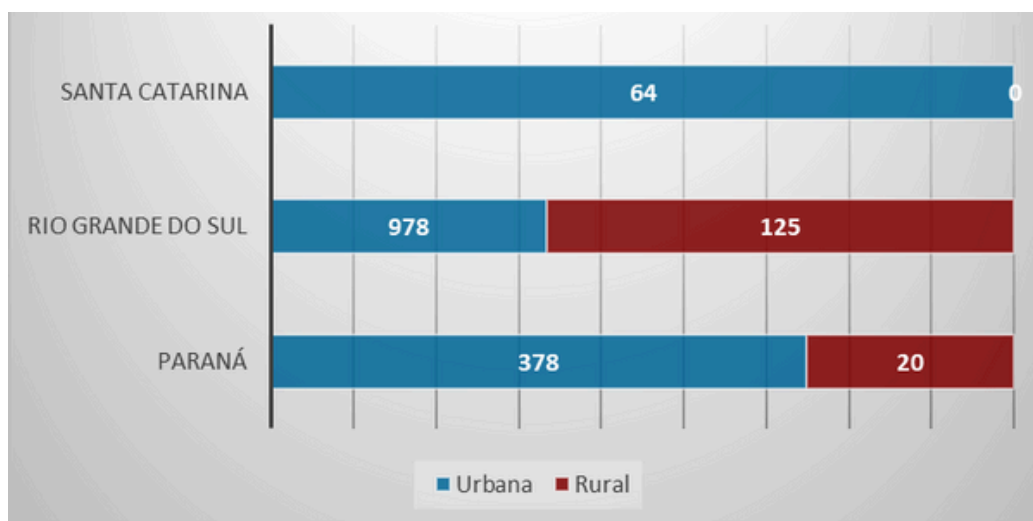
A motivação para mudança de residência é predominantemente econômica, com 196 registros, seguida por razões familiares (97), questões de saúde (30) e episódios de preconceito (13), que indicam expulsões ou rejeições sociais em determinadas localidades. Apesar da alta mobilidade, foram registrados 292 pontos de residência fixa, o que demonstra que parte da população busca estabilidade, mesmo em meio a deslocamentos frequentes.

Os deslocamentos ocorrem em ciclos variados, sendo os mais comuns os mensais (30 em 30 dias, com 57 registros) e trimestrais (3 em 3 meses, com 20 registros). Também há registros de deslocamentos a cada 8 meses, a cada 2 semanas, e até ciclos de 5 a 6 meses, o que evidencia uma diversidade de padrões de movimentação. O principal meio de transporte utilizado é o carro, com 1174 registros, seguido por caminhão (130), ônibus (25) e moto (23). Isso revela uma mobilidade predominantemente autônoma, com forte dependência de veículos próprios para deslocamentos longos e frequentes.

Além das cidades do interior e regiões rurais, há também presença significativa em regiões metropolitanas (8 registros) e áreas litorâneas (3 registros), o que pode estar relacionado à busca por serviços públicos, oportunidades comerciais ou maior visibilidade cultural. Essa mobilidade complexa exige atenção das políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços, combate ao preconceito e garantia de direitos fundamentais.

5.20 Dados - Área Urbana ou Rural

Gráfico 24 - Dados - Área urbana ou rural - Região Sul



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados indicam que grande parte dessa população está situada em áreas urbanas. Essa concentração não é aleatória, mas sim resultado de múltiplos fatores que envolvem questões econômicas, acesso a serviços e estratégias de subsistência.

Nas cidades, os ciganos encontram maiores oportunidades de inserção econômica, especialmente no comércio informal, na prestação de serviços e em atividades autônomas que exigem circulação e flexibilidade. Mercados urbanos oferecem maior fluxo de pessoas, o que favorece práticas tradicionais como o artesanato, a venda ambulante, a leitura de mãos, entre outras formas de sustento que fazem parte da cultura cigana.

Além disso, o acesso a serviços públicos — como saúde, educação e assistência social — tende a ser mais estruturado nas áreas urbanas, o que contribui para a escolha desses territórios como pontos de residência ou parada temporária. A presença em regiões metropolitanas e litorâneas, como mostram os dados, reforça essa tendência de busca por locais com maior densidade populacional e infraestrutura.

Outro fator relevante é a própria dinâmica de mobilidade cigana. Os deslocamentos frequentes, muitas vezes motivados por questões econômicas, familiares ou até por episódios de preconceito, tornam as cidades pontos estratégicos de passagem e reagrupamento. A possibilidade de estabelecer redes de apoio, acessar mercados e manter certa autonomia nos deslocamentos faz com que o espaço urbano seja, paradoxalmente, um lugar de maior estabilidade para muitos grupos ciganos.

5.21 Direitos humanos

Tabela 4 - Direitos humanos - Região Sul

Estado	Principais dificuldades enfrentadas	Necessidades prioritárias	Percebe discriminação nas mídias de massas?	Sente-se discriminado por ser cigano?	Situação de Preconceito	Casos de Preconceito
PR	Documentos Econômicas (86) Educação (7) Noradia (7) Preconceito (281) Saúde (37)	Aceitação (15) Econômicas (16)	Muito frequentemente (158) Frequentemente (56) Raramente (40) Nunca (99)	Muito frequentemente (135) Raramente (40)	Comércio, escola e polícia	Cotidiano; não se declaram ciganos
RS	Acesso à água (24) Econômico (44) Educação e escola (61) Manter as tradições (150) Moradia (236) Não se declaram ciganos (43) Preconceito (86) Previdência (8) Saúde (61)	Acesso a água (35 - Lavras do Sul e São Leopoldo) Alimentação (11 - São Leopoldo e Soledade) Econômicas (22 - Canoas) Educação (28 - Capão da Canoa e São Leopoldo) Energia elétrica (São Leopoldo) Moradia (131 - Ijuí, Pelotas, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Ametista do Sul) Saneamento básico (11 - São Leopoldo) Saúde (118 - Capão da Canoa, São Leopoldo, Torres, Novo Hamburgo, Venâncio Aires, Soledade)	Muito frequentemente (551) Frequentemente (202) Ocasionalmente (107) Raramente (186) Nunca (24)	Muito frequentemente (435) Frequentemente (68) Ocasionalmente (34) Raramente (81) Nunca (467)	Comércio, escola, hospitais, posto de combustível, posto de saúde, prefeitura (Ametista do Sul), presídio, rodoviária	Abordagem policial, banheiro, cotidiano, escola, visita presídio
SC	Preconceito Moradia Violência policial		Frequentemente (12) Ocasionalmente (34)	Muito frequentemente (94) Frequentemente (22)	Polícia, Conselho Tutelar, Assistência Social, Prefeitura, Escola, Comércio, Hospital	Comércio, escola, abordagem policial

Fonte: Elaborado pelos autores.

A população cigana no Brasil enfrenta uma série de desafios que comprometem o pleno exercício de seus direitos humanos. Os dados coletados nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina revelam um cenário de vulnerabilidade social, discriminação recorrente e carência de políticas públicas efetivas.

No Paraná, as principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas à obtenção de documentos, questões econômicas, acesso à educação, moradia e saúde. O preconceito aparece como uma das maiores barreiras, com 281 registros, sendo percebido muito frequentemente por 158 pessoas e frequentemente por outras 56. A discriminação ocorre em espaços cotidianos como o comércio, a escola e a polícia, o que leva muitos ciganos a não se declararem como tal, por medo de represálias, discriminação ou exclusão.

No Rio Grande do Sul, os dados são ainda mais alarmantes. A moradia é a necessidade mais urgente, com 236 registros, seguida pela preservação das tradições culturais (150), acesso à saúde (61), educação (61) e água potável (24). A discriminação é percebida muito frequentemente por 551 pessoas, com casos registrados em escolas, hospitais, postos de saúde, prefeituras, presídios e rodoviárias. A abordagem policial aparece como um dos principais focos de preconceito, junto com situações em banheiros públicos e visitas a presídios. A invisibilidade social é reforçada pelo fato de que 43 pessoas afirmaram não se declarar ciganas para evitar discriminação.

Em Santa Catarina, os principais problemas relatados são o preconceito, a falta de moradia e a violência policial. A discriminação é percebida muito frequentemente por 94 pessoas, com ocorrências em instituições como a polícia, o Conselho Tutelar, a assistência social, escolas, hospitais e comércios. A presença constante de preconceito em serviços públicos evidencia uma falha estrutural na garantia de direitos básicos.

Esses dados revelam que a população cigana continua sendo alvo de exclusão sistemática, com dificuldades concretas de acesso à moradia, saúde, educação e infraestrutura básica. A discriminação, tanto institucional quanto cotidiana, compromete a dignidade e a cidadania desses grupos, exigindo ações urgentes por parte do Estado e da sociedade civil.

6 Sobre os “Achados” na Pesquisa Etnográfica: Escuta, Experiência e Singularidade Cigana na Região Sul

A etapa de pesquisa de campo realizada na Região Sul do Brasil teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a realidade vivida pelas famílias ciganas, com foco em três dimensões fundamentais para o mapeamento: quem são essas famílias, quais políticas públicas acessam ou necessitam, e onde estão localizadas suas rotas de passagem e acampamento. Essa abordagem permitiu gerar dados que apontam para a experiência cigana nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, respeitando as especificidades territoriais e culturais de cada grupo.

Ao longo da investigação, foram visitados 59 municípios, distribuídos da seguinte forma: 34 no Rio Grande do Sul, 15 no Paraná e 7 em Santa Catarina. A coleta de dados foi adaptada às condições de acesso às áreas onde se encontravam os acampamentos e moradias, o que influenciou diretamente a densidade e o formato das informações obtidas em cada estado.

Como resultado, foi estruturado um banco de dados qualitativo robusto, composto por imagens dos locais visitados e das rotas utilizadas pelas famílias ciganas; filmagens, entrevistas e conversas realizadas com membros da comunidade cigana, além das informações geradas a partir dos formulários aplicados. Esses registros visuais e sonoros, aliados aos relatos coletados por meio dos formulários, constituem um acervo valioso para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e territoriais que envolvem a população cigana na Região Sul. A partir da sistematização e nucleação desses dados, apresentamos quatro categorias - **Gentrificação/ Viver em Comum e o Sagrado/ Modos de Vida e Memória/ Economia Cigana** - que apontam para os “principais achados” qualitativos da pesquisa, buscando evidenciar as vozes, trajetórias e demandas dessa população historicamente invisibilizada.

Na pesquisa etnográfica, o termo “achados” não se refere apenas a resultados objetivos ou estatísticos, mas sim a revelações que emergem do encontro entre pesquisador e campo. São construções interpretativas que nascem da escuta sensível, da observação participante e da convivência prolongada com os sujeitos da pesquisa.

Os achados etnográficos são, portanto, frutos de uma experiência situada, que envolve afeto, deslocamento, negociação de sentidos e abertura ao inesperado.

No contexto da população cigana na Região Sul do Brasil, os achados qualitativos da pesquisa ganham contornos singulares. Isso porque as dinâmicas próprias desses grupos — marcadas pela mobilidade, pela oralidade, pela resistência cultural e pela relação complexa com o território — desafiam modelos tradicionais de coleta e análise de dados. O que se revela no campo não são apenas informações, mas modos de vida, estratégias de sobrevivência, redes de pertencimento e formas de invisibilidade institucionalizadas.

A escuta das famílias ciganas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina permitiu identificar aspectos que dificilmente seriam captados por instrumentos padronizados. Os achados aqui apresentados não são pistas, fragmentos e narrativas que ajudam a compor um mosaico da presença cigana na região. Eles apontam para tensões entre tradição e modernidade, entre reconhecimento e estigma, entre circulação e fixação territorial.

Ao sistematizar esses achados em categorias analíticas, buscamos respeitar a complexidade das experiências vividas, sem reduzir a diversidade cigana a estereótipos ou generalizações. Cada categoria representa uma lente interpretativa sobre temas recorrentes nas falas, imagens e registros sonoros coletados — como o acesso desigual às políticas públicas, os sentidos atribuídos à identidade cigana, as formas de organização comunitária, os itinerários de deslocamento e os desafios enfrentados nas relações com o entorno.

6.1 Gentrificação

Pensar a gentrificação em territórios específicos na América Latina exige deslocar o olhar das experiências eurocentradas e reconhecer que os processos de expulsão territorial estão profundamente imbricados com a história da colonização, da racialização dos corpos e da produção de desigualdades estruturais. Não se trata apenas de revalorização imobiliária, mas de uma lógica de ordenamento urbano que perpetua a exclusão de grupos considerados “fora da norma”, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e, no caso desta pesquisa, a população cigana.

Autores como Verónica Gago (2017) e Silvia Cusicanqui (2010) ajudam a compreender que o território na América Latina é um campo de disputa entre projetos de vida e projetos de poder. Gago (2017), ao discutir a economia popular e os circuitos informais, mostra como os corpos racializados são sistematicamente empurrados para as margens, não apenas físicas, mas simbólicas. Cusicanqui (2010), por sua vez, denuncia a colonialidade do saber que estrutura as políticas urbanas e invisibiliza os modos de vida não hegemônicos.

No contexto da população cigana na Região Sul do Brasil, os achados qualitativos da pesquisa ganham contornos singulares. Isso porque as dinâmicas próprias desses grupos — marcadas pela mobilidade, pela oralidade, pela resistência cultural e pela relação complexa com o território — desafiam modelos tradicionais de coleta e análise de dados. O q No contexto da Região Sul do Brasil, os dados da pesquisa de campo revelam que a população cigana sofre um tipo de gentrificação silenciosa, marcada por deslocamentos forçados, destruição de acampamentos, perseguição policial e remoções para áreas insalubres e periféricas. Essa dinâmica não se dá por valorização imobiliária, mas por uma política de limpeza simbólica do espaço urbano, que busca apagar presenças consideradas incômodas ao projeto de cidade branca, ordenada e produtiva.

A fala do pesquisador Emerson — “uma profunda cicatriz que emerge das desigualdades sociais vividas pela população cigana” — ecoa essa leitura. A cicatriz é colonial e revela como o território continua sendo administrado por lógicas que negam o direito à diferença, à mobilidade e à permanência digna. A itinerância cigana, nesse cenário, é menos uma escolha cultural e mais uma resposta à violência estrutural que impede o acesso à moradia, à saúde, à educação e ao reconhecimento institucional.

Pensar a gentrificação a partir da América Latina é, portanto, pensar com os corpos que resistem. É reconhecer que a cidade não é neutra, e que os espaços são produzidos por relações de poder que excluem, silenciam e deslocam. A presença cigana nos municípios do Sul é uma presença que incomoda porque desafia a lógica da fixação, da propriedade e da homogeneização. E é justamente por isso que ela precisa ser visibilizada, escutada e respeitada.

A pesquisa de campo realizada no estado do Rio Grande do Sul revelou com nitidez os efeitos da exclusão territorial vivida pelas comunidades ciganas, especialmente em contextos urbanos onde o acesso ao espaço público é sistematicamente negado. Os dados coletados em municípios como Torres, por exemplo, evidenciam práticas recorrentes de deslocamento forçado, negação de infraestrutura básica e invisibilização institucional — elementos que se articulam diretamente com o processo de gentrificação, entendido aqui em sua dimensão latino-americana e colonial.

O caso do Parque do Balonismo, tradicional ponto de passagem para famílias ciganas em Torres, é emblemático. Conforme relatado por Emerson e Rose, lideranças locais, os ciganos foram impedidos de permanecer no parque por decisão do poder público, que se recusou a fornecer recursos mínimos como banheiros químicos, lonas e acesso à água potável. A justificativa oficial para a remoção foi a insalubridade do novo terreno para onde foram deslocados — um espaço periférico, sem estrutura, e posteriormente interdito.

Essa sequência de deslocamentos e promessas não cumpridas revela uma lógica de expulsão silenciosa, em que o território urbano é administrado para excluir modos de vida considerados indesejáveis.

Essa dinâmica se insere no que autores como Raquel Rolnik (2015) chamam de “gentrificação periférica”, um processo em que o Estado atua não apenas como regulador, mas como agente ativo da reconfiguração territorial excludente. Para Rolnik, a produção do espaço urbano no Brasil é marcada por uma lógica de segregação que privilegia determinados grupos sociais e expulsa outros, especialmente aqueles racializados e empobrecidos. No caso das comunidades ciganas, essa exclusão se dá não por valorização imobiliária, mas por uma política de invisibilização e controle simbólico.

A crítica de Verónica Gago (2017) à colonialidade do poder e à economia popular também contribui para compreender esse fenômeno. Gago argumenta que os corpos racializados e os modos de vida não hegemônicos são sistematicamente empurrados para as margens, não apenas físicas, mas epistêmicas. A itinerância cigana, nesse contexto, é menos uma expressão cultural e mais uma resposta à violência estrutural que impede a permanência digna nos territórios urbanos.

Silvia Rivera Cusicanqui (2010) reforça essa leitura ao denunciar a colonialidade do saber que estrutura as políticas públicas na América Latina. Para a autora, os saberes e práticas dos povos tradicionais são constantemente deslegitimados, e suas presenças nos espaços urbanos são tratadas como incômodas ou ilegítimas. A fala de Rose — “A assistência social sempre diz que não temos direito” — sintetiza essa negação institucional, revelando como o Estado reproduz hierarquias coloniais ao definir quem tem ou não direito à cidade.

A pesquisa em Torres mostra que a gentrificação vivida pelas comunidades ciganas no Rio Grande do Sul não se limita à reestruturação física dos espaços, mas envolve também a produção de discursos que deslegitimam sua presença e naturalizam sua exclusão. A cidade é construída como espaço de negação da diferença, e os ciganos são empurrados para áreas invisíveis, insalubres e desprovidas de direitos.

6.2 Viver em comum e o Sagrado

Durante a pesquisa de campo no município de São Leopoldo (RS), a visita à residência de Rose Winter revelou uma dimensão profunda dos saberes vinculados ao povo cigano, a preservação da memória como prática sagrada e coletiva. Recebidos com acolhimento e generosidade, fomos convidados a conhecer o acervo pessoal e familiar que Rose cuidadosamente guarda — um conjunto de objetos que transcende o valor material e se inscreve como testemunho da história, da espiritualidade e da resistência de seu povo.

O acervo inclui joias, cartas, moedas antigas, fotografias, documentos e outros itens que narram trajetórias de deslocamento, encontros, celebrações e perdas. Cada peça carrega significados que não se encerram em si, mas se abrem à escuta e à partilha. Rose nos apresentou esses objetos com reverência, como quem abre um espaço de memória viva, onde o passado não é distante, mas presença que orienta o presente.

Esse gesto de partilha é expressão do viver em comum, em que o cuidado com os objetos e com as histórias que eles guardam é também cuidado com a coletividade. A memória, nesse contexto, não é apenas individual, mas comunitária — transmitida oralmente, preservada nos rituais e atualizada nas práticas cotidianas. Como aponta María Lugones (2008), os saberes ancestrais e os vínculos afetivos são formas de resistência à colonialidade, que tenta apagar modos de vida não hegemônicos.

O acervo de Rose também revela a dimensão do *sagrado* na vida cigana. As joias, por exemplo, não são apenas adornos, mas símbolos de proteção, identidade e conexão espiritual. As cartas e moedas guardam os segredos das práticas da **quiromancia cigana** — a leitura das mãos como forma de orientação espiritual, cuidado e conexão com o destino. A quiromancia, longe de ser apenas uma técnica divinatória, é vivida como expressão de escuta profunda, de vínculo entre quem lê e quem é lido, e de respeito aos caminhos que cada pessoa carrega. Como prática tradicional, ela é transmitida oralmente, aprendida em família e exercida com responsabilidade e sensibilidade. A quiromancia cigana também se inscreve na lógica do *viver em comum*, pois envolve confiança, acolhimento e partilha. As fotografias e documentos registram momentos de celebração, luta e pertencimento. Tudo isso compõe um território simbólico que desafia a lógica da exclusão e afirma o direito à memória e à existência.

A visita à casa de Rose Winter foi, portanto, mais do que uma coleta de dados: foi um encontro com a história viva de um povo que resiste, compartilha e celebra. Ao abrir seu acervo, Rose abriu também um espaço de escuta, cuidado e reconhecimento — elementos centrais para a construção de políticas públicas que respeitem os modos de vida ciganos e valorizem suas formas próprias de produzir conhecimento, memória e bem comum.

6.3 Modos de vida e Memória

A memória, enquanto categoria teórica, um processo ativo de construção de sentido, que articula experiências individuais e coletivas, e que se inscreve nos corpos, nos territórios e nas práticas culturais. Maurice Halbwachs (1990) argumenta que a memória é socialmente construída, e que ela se organiza em função dos grupos aos quais pertencemos e dos marcos simbólicos que compartilhamos. Nesse sentido, a memória cigana não é apenas uma narrativa sobre o passado — é uma forma de resistência frente ao apagamento histórico e à exclusão social.

Ao analisar os modos de vida dos povos ciganos na região Sul do Brasil, a memória emerge como elemento central na constituição da identidade e na preservação dos saberes ancestrais. Os acampamentos, as práticas sociais, os rituais familiares e os relatos orais funcionam como dispositivos de transmissão da memória coletiva. Eles resistem à lógica da invisibilidade institucional e desafiam os discursos hegemônicos que negam a contribuição cigana para a formação cultural dos territórios sulistas.

A memória cigana, nesse contexto, é também uma memória contra-hegemônica. Ela se opõe à narrativa oficial que marginaliza os ciganos e reivindica um lugar legítimo na história brasileira. Essa memória se manifesta nos gestos cotidianos — como o cultivo da terra por Adelir, a reverência à Santa Sara Kali, ou a fala de Emerson sobre a proximidade entre as lutas negras e ciganas. São expressões de uma memória viva, encarnada na experiência e na resistência, como propõe Elizabeth Jelin (2002), ao destacar que a memória é também disputa por reconhecimento e justiça. Além disso, a memória cigana é territorializada. Ela se inscreve nos espaços onde os ciganos vivem, circulam e constroem vínculos.

Abaixo podemos ver Torres, como parte da rota histórica dos ciganos no Sul, é mais do que um ponto geográfico, é um território de memória, onde práticas culturais e espirituais se entrelaçam com a luta por reconhecimento e dignidade. A cidade, ao ignorar essa dimensão, perpetua o apagamento.

6.4 Os Acampamentos Ciganos em Torres: Visibilidade, Território e Justiça Social

A cidade de Torres, localizada no extremo norte do Rio Grande do Sul, ocupa um lugar estratégico na rota histórica dos povos ciganos no Sul do Brasil. Ao longo das décadas, diferentes grupos ciganos têm circulado e se estabelecido temporária ou permanentemente na região, formando acampamentos que expressam não apenas a mobilidade característica de algumas etnias, mas também a busca por pertencimento, dignidade e reconhecimento social.

Durante a visita de campo realizada pela equipe de pesquisa, foi possível observar que os acampamentos ciganos em Torres não são apenas espaços físicos de moradia, mas territórios de resistência cultural. Neles, práticas tradicionais, saberes ancestrais e vínculos comunitários se mantêm vivos, mesmo diante das adversidades impostas pela exclusão social. A precariedade das condições de infraestrutura, a ausência de políticas públicas específicas e o estigma social que recai sobre os ciganos revelam um cenário de invisibilidade institucional que precisa ser urgentemente enfrentado.

Torres, como parte da rota dos ciganos no Sul, carrega uma responsabilidade histórica e política: reconhecer e valorizar a presença cigana como parte constitutiva de sua identidade territorial. Isso implica superar a visão dos acampamentos como espaços provisórios ou problemáticos e compreendê-los como territórios legítimos de vida, cultura e pertencimento. A cidade precisa ser pensada como um espaço que contemple os povos ciganos em sua diversidade, garantindo acesso à moradia digna, educação, saúde, segurança alimentar e respeito às práticas culturais.

A escuta das lideranças locais, como Emerson Guimarães e Rosicler Winter, reforça a urgência de políticas públicas interseccionais que considerem os marcadores de etnia, gênero e classe social. Os relatos evidenciam que os ciganos não apenas enfrentam o racismo e a exclusão, mas também constroem alternativas de vida pautadas na solidariedade, na espiritualidade e na valorização da terra, como exemplificado pela horta agroflorestal cultivada por Adelir Carmem Lemos de Góes.

Reconhecer os acampamentos ciganos em Torres como parte da cidade é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Isso exige não apenas ações pontuais, mas uma mudança de paradigma: sair da lógica do controle e da vigilância para uma política de cuidado, escuta e valorização das diferenças. Os povos ciganos têm muito a ensinar sobre resistência, ancestralidade e modos alternativos de viver em comunidade.

6.5 Economia Cigana

A região Sul do Brasil ocupa um papel central na trajetória dos povos ciganos, funcionando historicamente como rota de circulação, assentamento e articulação comunitária. Essa itinerância, longe de ser apenas uma característica cultural, está profundamente ligada às estratégias econômicas, às dinâmicas territoriais e às formas de resistência frente à exclusão social. Cidades como Torres (RS), Lages (SC) e Ponta Grossa (PR) são pontos recorrentes de passagem e permanência, revelando uma cartografia cigana que desafia os limites administrativos e as lógicas fixas de moradia.

A mobilidade cigana na região Sul está diretamente relacionada à economia tradicional desses grupos. O comércio ambulante, a prestação de serviços, o artesanato e a leitura de sorte são atividades que exigem circulação constante, conhecimento de mercado e construção de redes de confiança. A presença em feiras, festas populares e centros urbanos permite o acesso a diferentes públicos e a diversificação das estratégias de sustento. No entanto, essa mobilidade é frequentemente criminalizada ou ignorada pelas políticas públicas, que ainda operam sob uma lógica sedentária e excludente.

Além disso, a itinerância cigana na região Sul revela uma profunda relação com o território. Os acampamentos não são apenas espaços de passagem — são territórios de memória, onde se preservam práticas culturais, vínculos familiares e saberes ancestrais. A cidade de Torres, por exemplo, não é apenas um ponto geográfico, é um lugar de pertencimento, onde lideranças como Emerson Guimarães e Rosicler Winter constroem pontes de acolhimento e abrigo para as famílias que por lá passam.

Durante a pesquisa de campo realizada no estado do Rio Grande do Sul, observou-se que a itinerância da população cigana está fortemente associada a condições de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Essa forma de deslocamento, longe de representar uma escolha cultural voluntária, revela-se como uma resposta forçada às múltiplas formas de exclusão vivenciadas por essas famílias. Os pesquisadores Emerson e Rose, que acompanharam diretamente os trabalhos de campo, destacam que a itinerância no Sul configura-se como uma “itinerância pobre”, marcada por episódios recorrentes de perseguição policial, destruição de barracas, expulsões arbitrárias e deslocamentos compulsórios para áreas periféricas e insalubres. Um exemplo emblemático dessa realidade foi registrado no município de Torres, onde as famílias ciganas foram removidas para locais distantes do centro urbano, sem acesso adequado a serviços básicos.

Emerson sintetiza essa vivência ao afirmar que se trata de “uma profunda cicatriz que emerge das desigualdades sociais vividas pela população cigana”. Essa expressão traduz não apenas o impacto material das remoções e perseguições, mas também o sofrimento simbólico causado pela negação sistemática de direitos e pela invisibilidade institucional que recai sobre esses grupos.

A invisibilidade dos povos ciganos nas estatísticas oficiais e nos programas governamentais contribui para a precarização das condições de vida nos acampamentos. A falta de acesso à moradia digna, à educação, à saúde e ao crédito produtivo compromete a sustentabilidade econômica e reforça os estigmas que cercam a itinerância. É necessário romper com a visão de que a mobilidade cigana é sinônimo de desordem ou ameaça, e compreender que ela é uma forma de organização social e econômica que responde às condições históricas de exclusão.

A região Sul, portanto, não é apenas cenário da itinerância cigana — ela é parte ativa dessa história. Reconhecer essa rota é reconhecer também a contribuição dos povos ciganos para a diversidade cultural, para a economia popular e para a construção de territórios plurais. Isso exige políticas públicas interseccionais, que respeitem os modos de vida ciganos, promovam inclusão produtiva e garantam o direito à cidade. A presença cigana nesse território exige que o planejamento urbano e as políticas sociais reconheçam esses grupos como parte legítima da cidade

7 Considerações Finais

A pesquisa realizada com os povos ciganos na região Sul do Brasil reafirma a urgência de reconhecer e garantir os direitos dessa população, cuja presença é significativa, diversa e historicamente invisibilizada. A exclusão vivida pela população cigana não é apenas estatística, mas profundamente social, cultural e institucional. Ao longo do mapeamento, foram identificadas barreiras persistentes no acesso a políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação, moradia, trabalho, cultura e segurança, que revelam desigualdades estruturais e o descaso histórico com suas formas de vida, saberes e territórios. O enfrentamento dessas desigualdades exige ações concretas, sustentadas por uma escuta ativa e pelo respeito à autonomia das comunidades ciganas.

A partir dos dados levantados e das escutas realizadas, torna-se evidente que o respeito à territorialidade cigana — seja em acampamentos, moradias móveis ou fixas — deve ser um princípio orientador das ações públicas. A negação do direito ao território e à mobilidade tradicional é uma das formas mais cruéis de exclusão, pois compromete o acesso à saúde, à educação, à assistência social e à cidadania plena. O reconhecimento das rotas de deslocamento e dos territórios tradicionais é essencial para garantir infraestrutura básica, segurança jurídica e dignidade, combatendo a marginalização que transforma o modo de vida cigano em alvo de preconceito e criminalização.

Na área da saúde, a população cigana — em especial os Calons, que vivem majoritariamente em acampamentos — enfrenta um cenário de desigualdade social extrema que compromete profundamente suas condições de vida e bem-estar. Esses acampamentos, muitas vezes localizados em áreas periféricas, sem regularização fundiária, são marcados pela ausência de infraestrutura básica, como saneamento, água potável, coleta de lixo e acesso a serviços públicos. Essa precariedade não é apenas uma questão de moradia, mas um fator determinante para o adoecimento físico, emocional e social das comunidades ciganas.

A falta de saneamento básico nos acampamentos tem impactos diretos e graves na saúde da população, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, mulheres, crianças e idosos. As mulheres ciganas, que tradicionalmente assumem o cuidado da família e da comunidade, são sobrecarregadas pelas condições insalubres, pela ausência de atendimento ginecológico e obstétrico adequado, e pela negligência institucional que ignora suas necessidades específicas. Muitas enfrentam gestações sem acompanhamento médico, partos em condições precárias e doenças que poderiam ser prevenidas com acesso regular ao sistema de saúde.

As crianças ciganas, por sua vez, crescem em ambientes marcados pela insegurança sanitária, pela exposição a doenças infecciosas e pela falta de campanhas de vacinação adaptadas às suas realidades. A ausência de políticas públicas que considerem a mobilidade dos acampamentos e a diversidade cultural compromete o desenvolvimento infantil, a nutrição, o acesso à saúde preventiva e o direito à infância protegida. O adoecimento precoce, a mortalidade infantil e os traumas relacionados à exclusão são consequências diretas da negligência do Estado.

A situação dos idosos ciganos é ainda mais alarmante. Muitos morrem nos acampamentos sem jamais terem tido acesso a serviços básicos de saúde, sem acompanhamento médico, sem aposentadoria ou qualquer forma de proteção social. A invisibilidade institucional faz com que esses idosos vivam e morram à margem do sistema, em condições que violam frontalmente os princípios constitucionais da dignidade humana. A ausência de saneamento básico, aliada à falta de políticas de atenção à saúde da pessoa idosa, transforma o envelhecimento cigano em um processo de abandono e sofrimento.

O modelo de saúde vigente, centrado na territorialidade fixa e na burocracia documental, exclui sistematicamente os povos ciganos. A exigência de endereço formal para acesso aos serviços, a ausência de equipes itinerantes e a falta de protocolos específicos para populações em mobilidade revelam um racismo institucional que precisa ser enfrentado com urgência. Garantir o acesso à saúde para os ciganos é romper com a lógica excludente que associa cidadania à posse de um CEP. É reconhecer que o direito à vida, ao cuidado e à dignidade não pode depender da localização geográfica, mas da capacidade do Estado de proteger todos os seus cidadãos.

A superação dessas desigualdades exige políticas públicas intersetoriais, construídas com protagonismo cigano, que reconheçam os acampamentos como territórios legítimos e assegurem infraestrutura, atendimento contínuo e respeito às práticas culturais. A saúde dos povos ciganos não pode continuar sendo tratada como exceção — ela deve ser parte integrante do compromisso nacional com a equidade e a justiça social.

Na Educação, evidenciamos que o descaso é estrutural e se manifesta desde os processos de matrícula até a permanência escolar, revelando uma negligência institucional que perpetua a exclusão social e reforça ciclos de pobreza e marginalização. Escolas frequentemente não estão preparadas para acolher crianças ciganas, ignoram suas línguas, desconsideram suas formas de organização familiar e exigem documentos e comprovações de residência que não condizem com a realidade de grupos nômades. Essa lógica burocrática e excludente compromete o acesso à educação e fere diretamente os direitos humanos.

As famílias ciganas enfrentam discriminação explícita e velada ao tentar inserir seus filhos no sistema educacional. Há relatos de escolas que recusam matrículas, exigem documentação excessiva ou tratam crianças ciganas com estigma e preconceito. Professores e gestores, muitas vezes sem formação intercultural, reproduzem estereótipos que associam os ciganos à desordem, à evasão ou à incapacidade de aprender. Essa postura não apenas deslegitima os saberes tradicionais e comunitários que fazem parte da identidade cigana, como também reforça barreiras institucionais que afastam essas famílias da escola.

O impacto da exclusão educacional sobre as infâncias ciganas é profundo e duradouro. Crianças que não são acolhidas nas escolas perdem o acesso a espaços de socialização, proteção e desenvolvimento, além de serem privadas de oportunidades que poderiam romper ciclos de vulnerabilidade. A ausência de políticas específicas para garantir permanência escolar, respeito às línguas maternas e valorização da cultura cigana contribui para altas taxas de evasão e para o sentimento de não pertencimento. A invisibilidade nos currículos escolares reforça a ideia de que os ciganos não fazem parte da história nacional — uma violência simbólica que afeta autoestima e identidade desde cedo.

Essa exclusão se estende ao ensino superior, onde a população cigana permanece praticamente ausente. As políticas de ações afirmativas, que têm sido fundamentais para ampliar o acesso de grupos historicamente marginalizados às universidades, ainda não contemplam os povos ciganos de forma explícita. A ausência de cotas específicas, programas de permanência e reconhecimento da identidade étnica cigana como critério de inclusão revela uma lacuna grave na democratização do ensino superior. Jovens ciganos enfrentam barreiras múltiplas — desde a evasão escolar precoce até o racismo institucional — que dificultam sua entrada e permanência nas universidades. Sem políticas afirmativas voltadas a essa população, o ensino superior continua sendo um espaço de reprodução das desigualdades, negando aos ciganos o direito à formação acadêmica, à mobilidade social e à participação qualificada nos espaços de decisão.

É fundamental reconhecer que tanto crianças quanto adultos ciganos têm direito à educação que respeite suas diferenças culturais. A Constituição Federal de 1988 garante esse direito como universal, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça que toda criança tem direito à educação que promova seu pleno desenvolvimento, respeitando suas peculiaridades. A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, da qual o Brasil é signatário, estabelece que a educação deve preparar a criança para uma vida ativa na sociedade, com respeito à sua identidade cultural, língua e valores.

Para os adultos ciganos, o direito à educação também inclui acesso à alfabetização, à formação profissional e à educação continuada — sempre com metodologias que respeitem seus modos de vida.

Reconhecer o descaso é o primeiro passo para a reparação. É urgente que o Estado brasileiro implemente políticas educacionais específicas para os povos ciganos, com formação de professores, produção de materiais bilíngues, flexibilização de calendários escolares e inclusão de conteúdos sobre a história e cultura cigana nos currículos. No ensino superior, é necessário criar ações afirmativas que incluam os ciganos como grupo étnico específico, garantindo acesso, permanência e valorização de suas trajetórias. A educação deve ser um espaço de acolhimento, não de exclusão — e isso só será possível com o compromisso efetivo de combater o racismo institucional e promover uma pedagogia antirracista e intercultural que reconheça e valorize a diversidade como fundamento da cidadania.

No campo da assistência social e previdência, é urgente flexibilizar critérios de acesso e reconhecer atividades econômicas próprias como formas legítimas de sustento. A exclusão dos ciganos dos sistemas de proteção social decorre da falta de reconhecimento institucional de suas práticas comerciais, de sua mobilidade e de sua organização comunitária. Incluir os ciganos no CadÚnico, nos CRAS e CREAS, e garantir acesso à previdência é uma medida de justiça social e reparação histórica.

A cultura cigana, com suas línguas, festas, práticas comerciais e saberes, deve ser promovida como patrimônio vivo, com apoio institucional e financiamento público. A exclusão cultural se dá pela negação da legitimidade das expressões ciganas, pela ausência de políticas de fomento e pela estigmatização de suas manifestações. Valorizar a cultura cigana é reconhecer sua contribuição para a diversidade brasileira e combater o racismo cultural que insiste em silenciar vozes e memórias.

A segurança pública, por sua vez, precisa enfrentar o racismo institucional e garantir protocolos específicos para proteção dos direitos humanos dos ciganos. A exclusão nesse campo se manifesta em abordagens violentas, criminalização de práticas tradicionais e ausência de canais seguros para denúncia. A construção de uma segurança pública cidadã e inclusiva passa pelo reconhecimento da dignidade cigana e pela formação das forças de segurança para o enfrentamento do preconceito.

Este relatório se propõe como instrumento de orientação para gestores públicos, pesquisadores e lideranças sociais, contribuindo para a formulação de políticas públicas intersetoriais, participativas e territorializadas.

Reforça-se a importância de que as ações sejam construídas com protagonismo cigano, respeitando suas formas de organização, mobilidade e expressão. O combate à exclusão exige que os ciganos deixem de ser objeto de políticas e passem a ser sujeitos ativos na construção de soluções que os contemplem integralmente.

Por fim, destaca-se a necessidade urgente de que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclua a população cigana como categoria específica no Censo Demográfico de 2030. A ausência dessa identificação nos censos anteriores perpetua a invisibilidade estatística e compromete a efetividade das políticas públicas. Sem dados, não há diagnóstico; sem diagnóstico, não há política. A inclusão permitirá o reconhecimento oficial da diversidade étnica brasileira e será um passo decisivo para a reparação histórica e a justiça social, além de representar um avanço no combate à exclusão institucional que ainda marca a trajetória dos povos ciganos no Brasil.

Referências

AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G.; FURTADO, O. **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 129-140.

CUPERTINO, P. S. S; FIGUEIRA, L. E. **A construção político-jurídica do Estatuto do Cigano: entre textos e tramas**. Tese em Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Jan/Fev/Mar/Abr 1999.

GAGO, Verónica. **La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo**. Tinta Limón, 2017.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MIRANDA, Ana Lúcia da Silva; ARAÚJO, Gislene Lino de. **Lugares de memória: etnografia e história da resistência**. Teresina: EDUFPI, 2019.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Boitempo, 2015.

TEIXEIRA, Hélio. **Ciganos no Brasil: entre o preconceito e a invisibilidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados da Região Sul pesquisados em documentos oficiais

EVOLUÇÃO CADASTRAL DOS GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS
(2011/2014)

Os dados a seguir foram extraídos do documento "*Diversidade no Cadastro Único: Respeitar e Incluir*" publicado no ano de 2014. O documento apresenta a evolução da identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no Cadastro Único e o papel crucial do mesmo para os Programas Sociais, na identificação das condições de vida das famílias mais pobres e na orientação de políticas sociais, tendo em vista que a pobreza não se limita à falta de recursos monetários; ela é influenciada por diversos fatores sociais, culturais, econômicos e pessoais, que variam de acordo com a localização geográfica, a etnia, o gênero, a idade, o nível educacional, entre outros (Brasil, 2014).

O documento apresenta um perfil socioeconômico de grupos populacionais específicos, como indígenas, quilombolas, pessoas em situação de rua, catadores de material reciclável, famílias ciganas etc. visando contribuir para a compreensão das diferentes faces da pobreza e da vulnerabilidade social. Para isso, o texto do documento contextualiza os fatores que levaram à identificação desses grupos no Cadastro Único e descreve as estratégias de cadastramento diferenciado adotadas para incluir e atualizar os dados dessas famílias ao longo do tempo, pois entende ser crucial implementar ações específicas para diagnosticar melhor o tamanho dessas comunidades e esclarecer o processo de cadastramento e identificação. Isso ajudará a reduzir as incertezas que essas famílias podem enfrentar ao se cadastrar.

Os dados apresentaram a evolução cadastral das famílias ciganas no Cadastro Único no período de dezembro de 2011 a junho de 2014 e são provenientes da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), reunidos a partir dos microdados do Cadastro Único. A tabela demonstra o número de famílias ciganas cadastradas em diferentes períodos no país, desde dezembro de 2011 até junho de 2014. Observa-se um aumento significativo no número de famílias ciganas cadastradas ao longo desse período, passando de 364 em dezembro de 2011 para 2.831 em junho de 2014. Esse aumento representa um crescimento de 676% no período analisado.

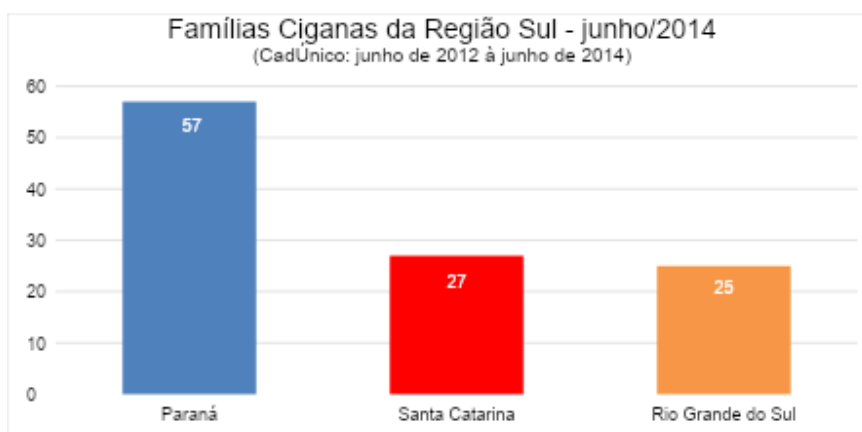
Tabela 8 - evolução cadastral dos grupos populacionais tradicionais e específicos no Brasil (2011/2014)

Dados retirados do documento "Diversidade No Cadastro Único Respeitar E Incluir" de 2014							
GTPEs	jan. de 2011	jan. de 2012	jan. de 2012	jan. de 2013	jan. de 2013	jan. de 2014	Crescimento de 676%
Famílias ciganas	364	806	1255	1605	2297	2831	

Fonte: SENARC/MDS. A partir dos microdados do Cadastro Único (dezembro/2011 a junho/2014)

Os dados a seguir, extraídos do documento "*Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir*" de 2014, mostram a distribuição das famílias ciganas cadastradas no Cadastro Único por região. Em 2014, dentre as 1.267.642 famílias pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) cadastradas no Cadastro Único atualizados até 48 meses em 2014, **2.831 eram famílias ciganas**. A tabela à esquerda mostra esse número de famílias distribuídas por região. Comparado às outras regiões, **a região sul possui um número menor de famílias cadastradas, de acordo com os dados levantados, nessa região há aproximadamente 109 famílias, 57 no Paraná, 27 em Santa Catarina e 25 no Rio Grande do Sul.**

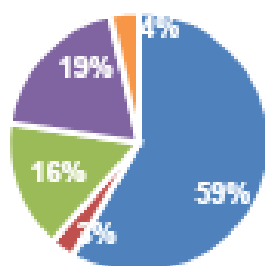
Gráfico 1 - Famílias Ciganas da Região Sul - junho/2014



No documento *“Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir”*, publicado em 2015, o número de famílias ciganas cadastradas aumentou de **2.831** para **3.860**. Embora não existam estimativas oficiais em nível nacional sobre a presença dos povos ciganos no território nacional, informações preliminares indicam que os mesmos ainda são subnotificados no Cadastro Único (BRASIL, 2015). De acordo com os dados levantados, na região sul há aproximadamente **155** famílias ciganas cadastradas no CadÚnico.

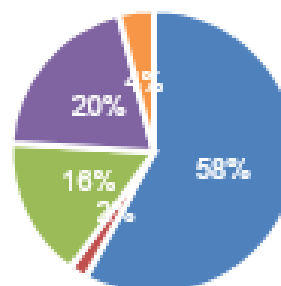
Gráficos 2 e 3 - Porcentagem de famílias ciganas por região 2014 / 2015

Porcentagem de Famílias ciganas por região - 2014



- Nordeste
- Norte
- Centro-oeste
- Sudeste
- Sul

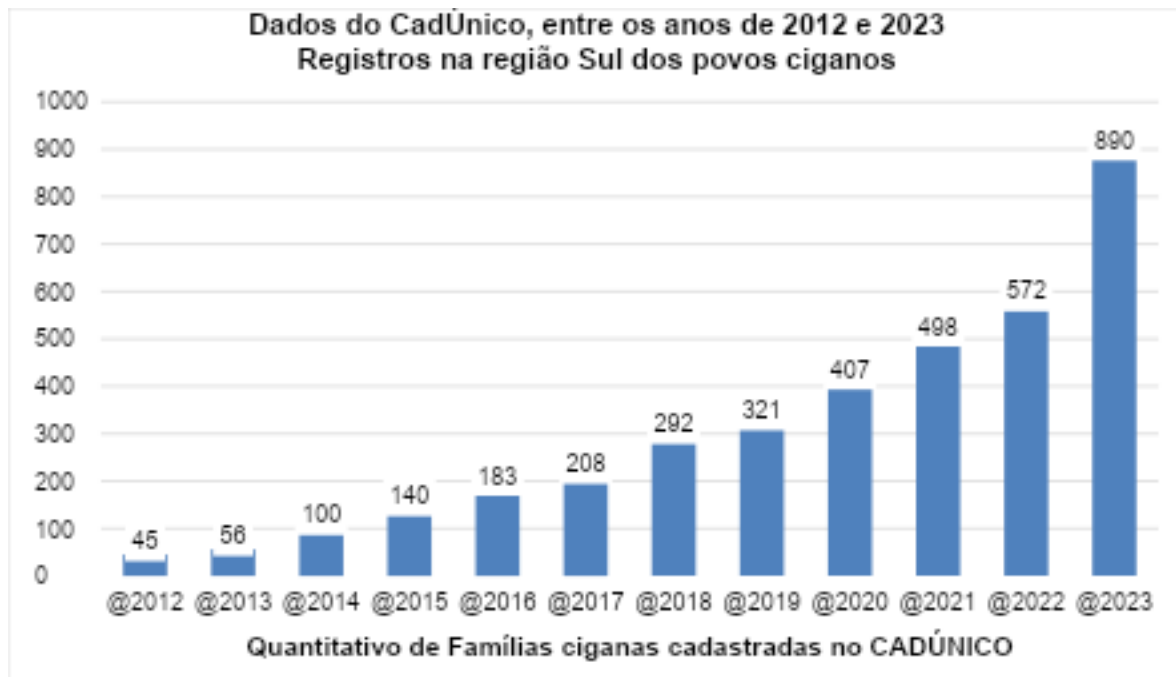
Porcentagem de Famílias ciganas por região - 2015



- Nordeste
- Norte
- Centro-oeste
- Sudeste
- Sul

DADOS DO CADÚNICO E 2012-2023 DADOS DA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI

Gráfico 4 - Dados do CadÚnico, entre os anos de 2012 e 2023 - Registros na região Sul dos povos ciganos



Em nota técnica da Casa Civil, se percebe uma diferença nos dados do censo IBGE de 2009 com os dados levantados através do sistema do CADÚnico entre os anos de 2012 e 2023. O extrato do censo de 2009 apresenta um número baixo de municípios com políticas públicas para povos ciganos. Ao mesmo tempo, parece sugerir a concentração dos ciganos em três regiões, respectivamente: nordeste, sudeste e centro-oeste. Vivendo, sobretudo, em municípios de pequeno porte. Entretanto, é notado também com dados do CadÚnico, entre os anos de 2012 e 2023, que o padrão de distribuição regional dos povos ciganos parece divergir levemente da avaliação feita da base Munic IBGE 2009. Os dados retirados do CADÚnico de 2012 a 2023 estão apresentados nesta tabela.

PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS

Esta seção do levantamento apresenta os principais marcos legais relacionados à educação, saúde e direitos humanos que impactam diretamente a vida e o reconhecimento dos direitos das comunidades ciganas no Brasil. Esses marcos legais foram compilados a partir de documentos oficiais e decretos governamentais relevantes, e são apresentados no documento "A Importância da Geração de Dados sobre os Povos Romani (Ciganos)". O objetivo é destacar as medidas adotadas pelo governo brasileiro para promover a inclusão e o respeito aos direitos dessas comunidades.

Educação

- Decreto Presidencial de 25 de maio, publicado em 26 de maio de 2006, que institui o Dia Nacional do Cigano, comemorado no dia 24 de maio de cada ano, que simboliza o reconhecimento, por parte do governo brasileiro, da existência e da necessidade de trabalhar pela maior visibilidade dos povos ciganos no Brasil;
- Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências;
- Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 03, de 16 de maio de 2012, que define diretrizes para o atendimento de educação escolar das populações em situação de itinerância, incluindo as populações ciganas nômades.

Saúde

- Portaria MS nº 940, de 28 de abril de 2011, do Ministério da Saúde, que regulamenta o Sistema do Cartão Nacional de Saúde, e que no § 1º, Art. 23 afirma a não obrigatoriedade do fornecimento do endereço de domicílio permanente no caso de população cigana nômade que queira se cadastrar.
- Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, e que afirma, no parágrafo único, do Art. 4º, o princípio da não discriminação na rede de serviços de saúde.

Direitos Humanos

- O Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de Maio de 2010. Destaque para: Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades Diretriz 7: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena.

1. Objetivo estratégico I: Universalização do registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica.

Ações programáticas:

- Promover a mobilização nacional com intuito de reduzir o número de pessoas sem registro civil de nascimento e documentação básica.

2. Objetivo estratégico II: Resgate da memória por meio da reconstrução da história dos movimentos sociais.

Ações programáticas:

- Promover campanhas e pesquisas sobre a história dos movimentos de grupos historicamente vulnerabilizados, tais como o segmento LGBT, movimentos de mulheres, quebradeiras de coco, castanheiras, ciganos, entre outros.

3. Objetivo estratégico III: Garantia do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados.

Ações programáticas:

- Garantir as condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional, visando à preservação de suas tradições, práticas e patrimônio cultural.

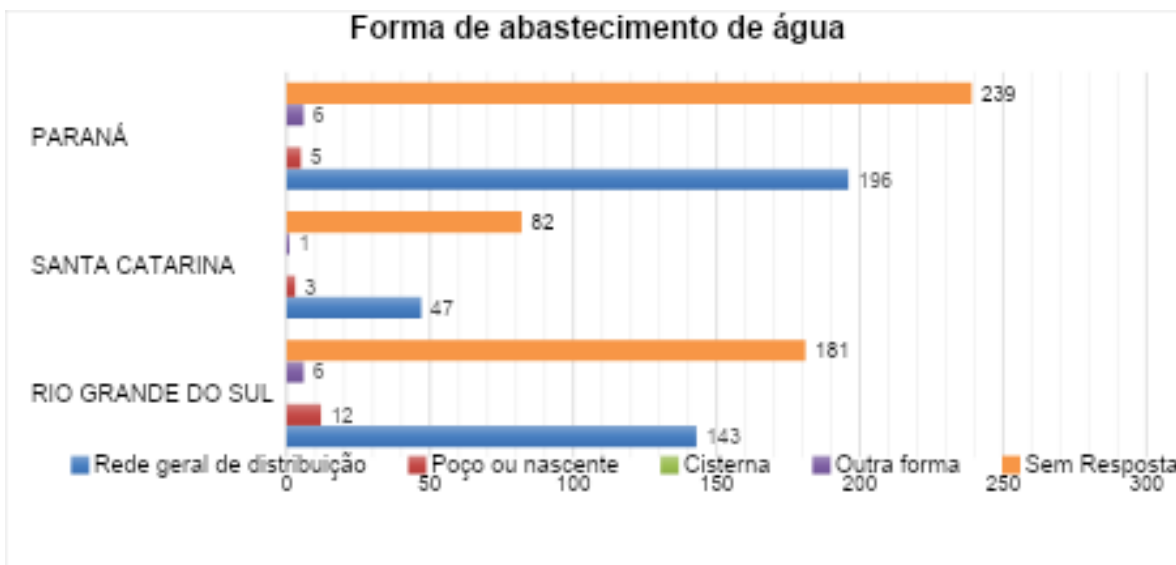
A Tabela 9 apresenta a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) referente a ações e considerações relacionadas à promoção dos direitos e da inclusão das comunidades ciganas no Brasil. A recomendação do MPF destaca diversas considerações e ações que visam combater a discriminação e o preconceito contra os ciganos, bem como promover a coleta de dados sobre essa população para subsidiar políticas públicas e ações afirmativas. Entre as ações recomendadas, destaca-se a necessidade de coletar dados sobre a população cigana, incluindo informações em pesquisas como a MUNIC (pesquisa do IBGE que aborda características socioeconômicas dos municípios brasileiros). Além disso, há a solicitação ao IBGE para reintegrar a temática dos ciganos no MUNIC a partir de 2018 e para incluir os povos ciganos no próximo censo demográfico, em 2020. Nesta tabela foram listados os pontos mais relevantes do documento.

Tabela 9 - Recomendação N° /2018 do Ministério Público Federal	
1	Importância de combater a discriminação e o preconceito contra os ciganos
2	Necessidade de coletar dados sobre a população cigana, incluindo informações em pesquisas como a MUNIC
3	Solicitação ao IBGE para reintegrar a temática dos ciganos na MUNIC a partir de 2018
4	Solicitação ao IBGE para incluir os povos ciganos no próximo censo demográfico, em 2020
5	Prazo de 30 dias para resposta à recomendação
6	Ressalva de que a recomendação não encerra a atuação do Ministério Público sobre o tema

CONDIÇÃO HÍDRICA DAS FAMÍLIAS CIGANAS MAIO/2023

Em nota técnica da Casa Civil de maio de 2023 temos a realização de uma extração de dados do CadÚnico onde foi possível verificar a forma de abastecimento das famílias ciganas. As categorias utilizadas foram: “a) Rede geral de distribuição”, considerada um acesso relativamente seguro à água e as categorias “b) Poço ou nascente”, “c) Outra forma”, “d) Sem resposta”, que somadas foram consideradas como famílias que estariam a grosso modo expostas à vulnerabilidade hídrica.

Gráfico 5 - Forma de abastecimento de água



PRESEÇA CIGANA MUNIC+GT-MEC-CIGANOS

Com vistas a assegurar o direito à educação às populações em situação de itinerância, em especial aos ciganos que vivem no Brasil, o Ministério da Educação, junto do Grupo de Trabalho Cigano formularam o “DOCUMENTO ORIENTADOR PARA OS SISTEMAS DE ENSINO” de 2014. Visando acompanhar a implementação da Resolução CNE/CEB nº 03/2012, onde se instituiu as diretrizes para o atendimento de educação escolar aos povos em situação de itinerância, foi realizado um levantamento das cidades brasileiras que apresentaram a presença de famílias ciganas. De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE – 2011) e das declarações de ciganos participantes do GT-MEC-CIGANOS, há no Brasil a presença de acampamentos ciganos nas cidades listadas que seguem nesta tabela. Nela filtramos todas as que se localizam na região Sul.

Tabela 10 - Municípios relacionados com a presença do povo cigano na região Sul

ESTADOS	MUNICÍPIOS
Paraná	Ampere, Apucarama, Araongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Boa Esperança, Cambira, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Cerro Azul, Colombo, Colorado, Contenda, Cornélio Procópio, Cruzmaltina, Curitiba, Dois Vizinhos, Fazenda Rio Grande, Goioerê, Guaíra, Guamiranga, Guarapuava, Irati, Itaguajé, Ivaiporã, Janiópolis, Juranda, Lidianópolis, Londrina, Mariluz, Maringá, Mato Rico, Moreira Sales, Ortigueira, Paiçandu, Pato Branco, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Quarto Centenário, Rebouças, Santa Fé, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudeste, São José dos Pinhais, Sengés, Tapejara, Ubitatã, União da Vitória.
Santa Catarina	Abelardo Luz, Araranguá, Biguaçu, Criciúma, Guaramirim, Içara, Itajaí, Ituporanga, Jaguaruna, Joaçaba, Joinville, Lages, Major Vieira, Palhoça, Piçarras, Pouso Redondo, Rio Negrinho, São Miguel do Oeste, Tijucas, Tubarão.
Rio Grande do Sul	Bagé, Bento Gonçalves, Camaquã, Cambará do Sul, Capão da Canoa, Chuí, Gravataí, Ijuí, Jaguarão, Lajeado, Maquiné, Montenegro, Passo Fundo, Paverama, Pelotas, Porto Mauá, Osório, Taquara, Santa Maria, Santo Ângelo, Torres, Viamão.

ANEXO 2

Levantamento dos discentes ciganos nas Universidades Federais da Região Sul

Na fase atual da pesquisa, realizamos um levantamento das estudantes ciganas matriculadas nas universidades federais da região Sul do Brasil. Nosso principal objetivo foi estabelecer contato e dialogar com essas instituições de ensino superior para identificar a presença de estudantes ciganos e avaliar as medidas de inclusão e equidade implementadas. Para isso, seguimos os passos abaixo:

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Apresentação Formal do Projeto:

O projeto de execução descentralizada do MIR foi formalmente apresentado via e-mail, acompanhado de um convite para um diálogo mais aprofundado e uma apresentação detalhada do projeto. Para isso, foram utilizados contatos por e-mail, WhatsApp e reuniões pelo Google Meet.

Contato com a Pró-Reitoria:

Estabelecemos contato com a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade, que estendeu a comunicação à Pró-Reitoria de Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação. A instituição se mostrou aberta ao diálogo, mesmo durante um período de greve que afetava servidores técnicos, docentes e discentes. Recebemos uma resposta por e-mail.

Informações sobre Autoidentificação:

Foi informado que a UFSC não possui dados sobre pessoas que se autodeclaram pertencentes aos povos ciganos. Verificamos junto à PROGRAD se essa informação poderia estar presente nos sistemas de matrícula ou inscrição no vestibular da UFSC, mas não há espaço para esse registro.

Políticas de Inclusão:

Na UFSC, não há políticas específicas para a inclusão de povos ciganos no ingresso à graduação. Na pós-graduação, a resolução normativa que institui cotas pode incluir os povos ciganos na categoria de vulnerabilidade, que é aberta e pode ser avaliada pelos Programas de Pós-Graduação (PPGs). No entanto, não há informações sobre PPGs que tenham incluído os povos ciganos entre os beneficiários de ações afirmativas.

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Apresentação Formal do Projeto:

O projeto de execução descentralizada do MIR foi formalmente apresentado via e-mail, acompanhado de um convite para um diálogo mais aprofundado e uma apresentação detalhada do projeto. Para isso, foram utilizados contatos por e-mail, WhatsApp e reuniões pelo Google Meet.

Contato com Diversas Pró-Reitorias e Setores:

Estabelecemos contato com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Assistência Social), o Serviço de Informação ao Cidadão, a Pró-Reitoria de Graduação (Gabinete da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, Coordenação de Sistemas de Informação para Gestão Acadêmica, Coordenação de Políticas de Ensino na Graduação), a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Gabinete do Pró-Reitor, Coordenadoria de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação, Seção de Bolsas e Auxílios, Coordenadoria dos Cursos de Pós-Graduação, Coordenação de Iniciação Científica e Tecnológica) e a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade.

Respostas Recebidas:

- O setor de Assistência Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis respondeu com um e-mail automático informando que não está atendendo requisições sem caráter de emergência devido à adesão à greve nacional do TAES desde 11 de março.
- A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação informou que não possui registros ou políticas específicas para estudantes ciganos. Mencionaram que as políticas afirmativas na pós-graduação estão em fase de elaboração e devem ser enviadas para apreciação do Conselho de Pesquisa e Extensão da universidade até o fim do ano.
- Na UFPR, no setor Palotina (município do oeste paranaense), não há registros ou conhecimento de estudantes de famílias ciganas. O setor sugeriu entrar em contato com a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da UFPR e forneceu o e-mail de contato.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Apresentação Formal do Projeto:

O projeto de execução descentralizada do MIR foi apresentado formalmente por e-mail, acompanhado de um convite para um diálogo mais aprofundado e uma apresentação detalhada do projeto. Os contatos foram realizados via e-mail, WhatsApp e reuniões pelo Google Meet.

Contato com Diversas Pró-Reitorias e Setores:

Estabelecemos contato com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Gabinete do Reitor e Vice-Reitor), a Pró-Reitoria de Graduação (Reitora e Vice-Reitor, Departamento de Cursos e Políticas da Graduação - Divisão de Políticas na Graduação e Direção do Departamento), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (Reitora e Vice-Reitor, Direção de Apoio Técnico da Pró-Reitoria) e com o contato da UFRGS sobre ações afirmativas encontrado na web (acoesafirmativas@ufrgs.br).

Respostas Recebidas:

A única resposta que obtivemos foi da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, informando que a universidade não dispõe desses dados.

ANEXO 3

Dados do Estado do Rio Grande do Sul (RS)

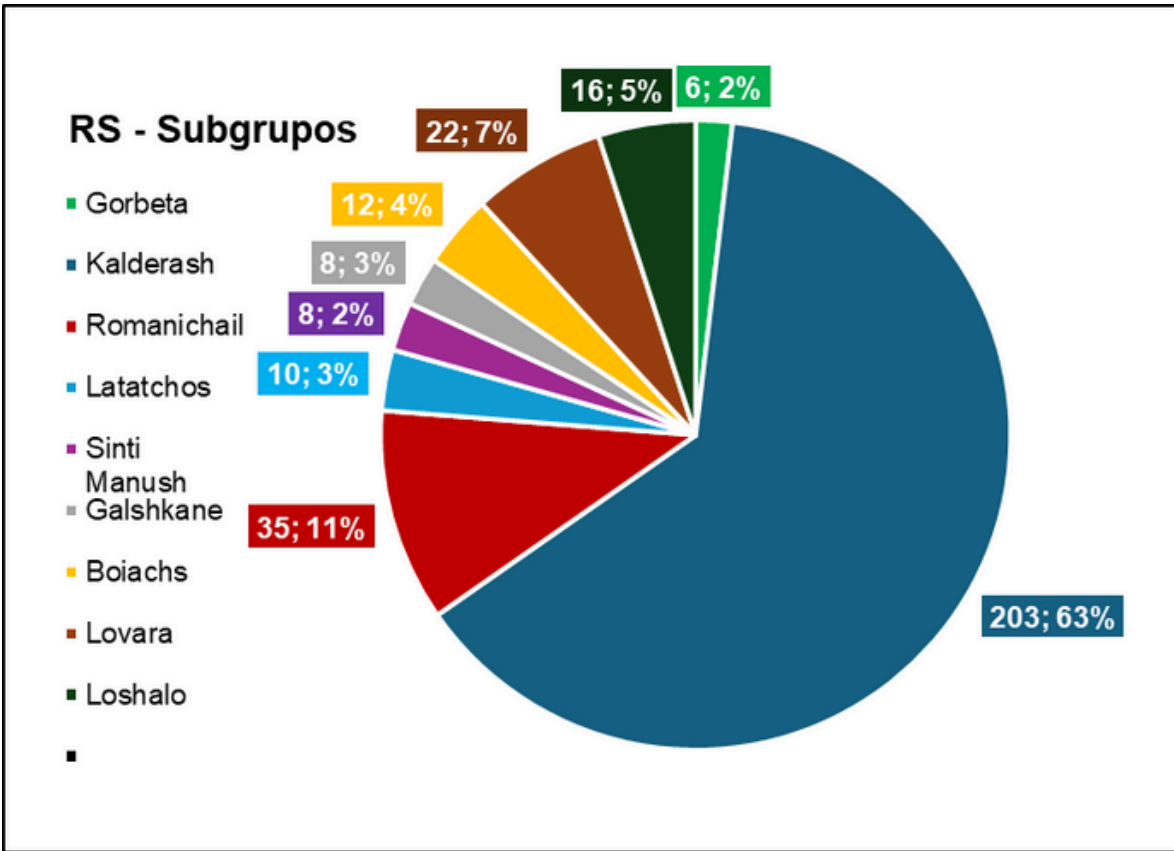
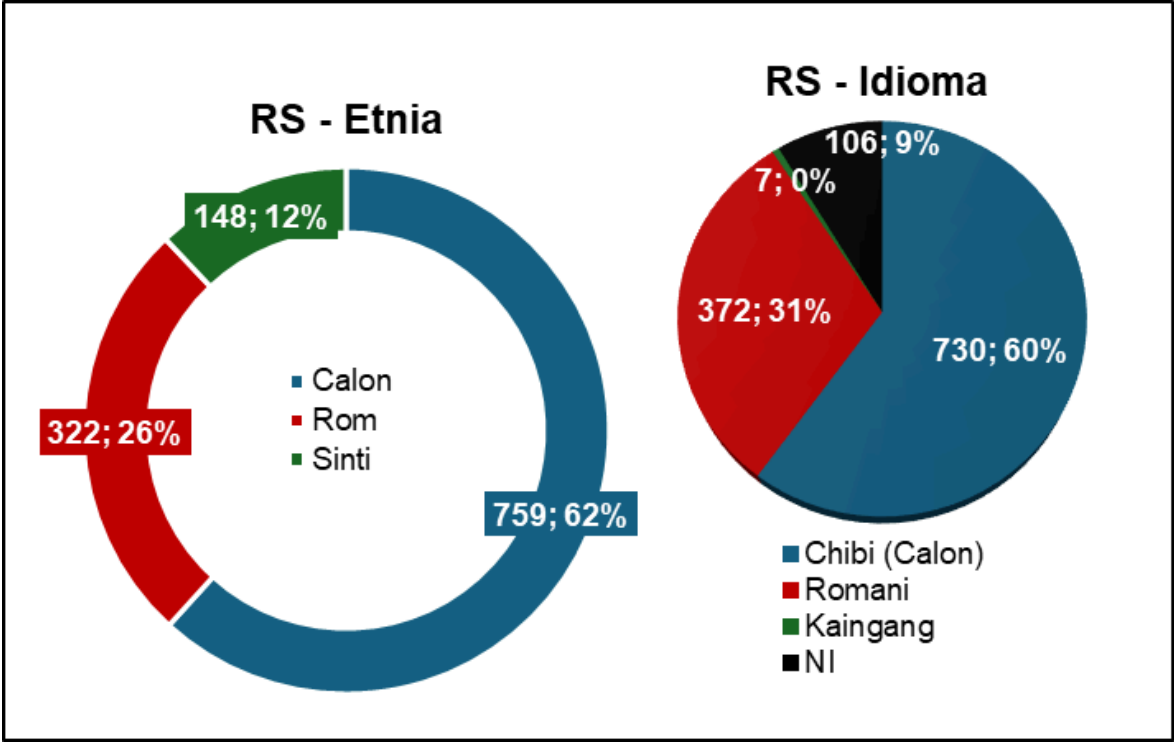
60 formulários aplicados no estado do Rio Grande do Sul

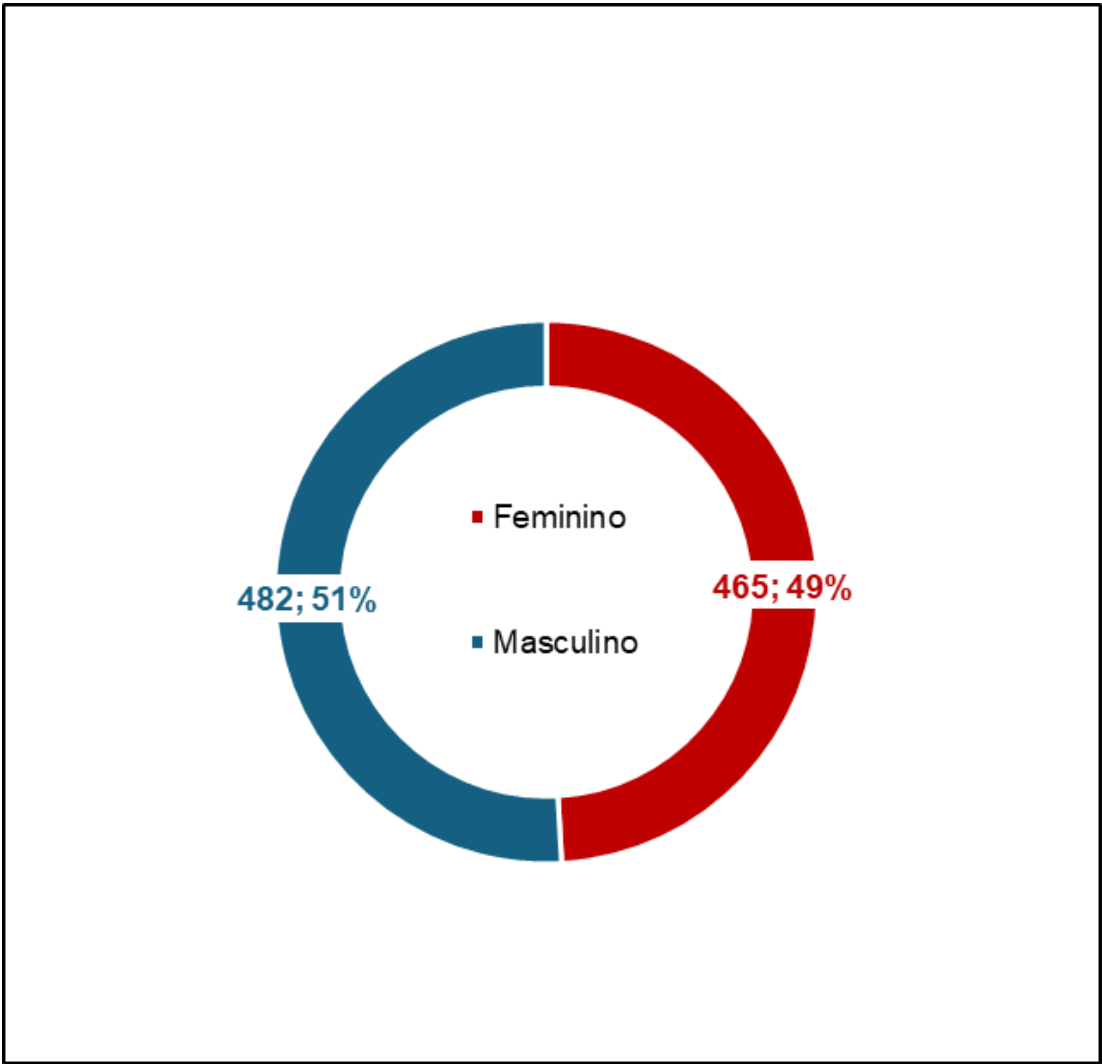
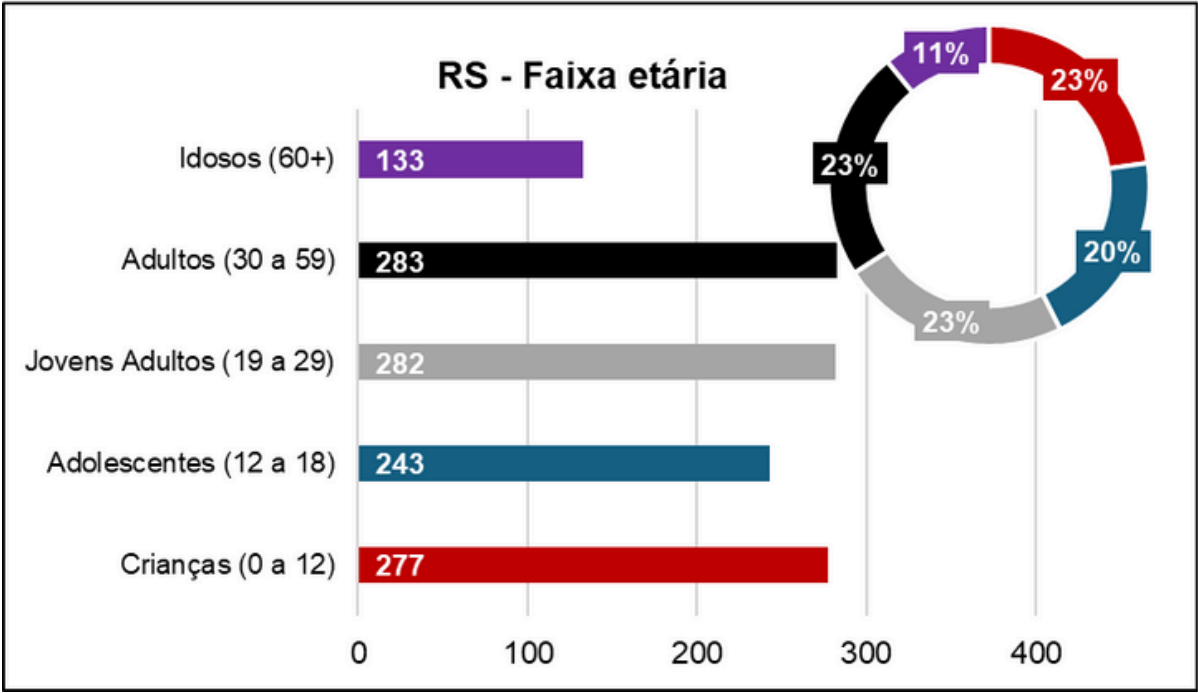
Cidades das aplicações: Bagé (2), Canoas, Capão da Canoa (3), Carazinho (2), Erechim, Gravataí, Ijuí (2), Iraí, Lavras do Sul (2), Passo Fundo (4), Pinhal, Pelotas, Porto Alegre, Sananduva, Santa Maria (5), São Borja (3), São Leopoldo (5), Santa Rosa, Santo Angelo (3), Taquara (3), Torres (2), Tramandaí, Novo Hamburgo, Parobé, Cerro Largo, Três de Maio, Uruguaiana, Venâncio Aires, Tenente Portela (2), Ametista do Sul, Barão de Cotegipe, Boa Vista (2), Tapejara e Soledade.

BLOCO 1 INFORMAÇÕES GERAIS DAS FAMÍLIAS

Número de população cigana identificada pelo mapeamento

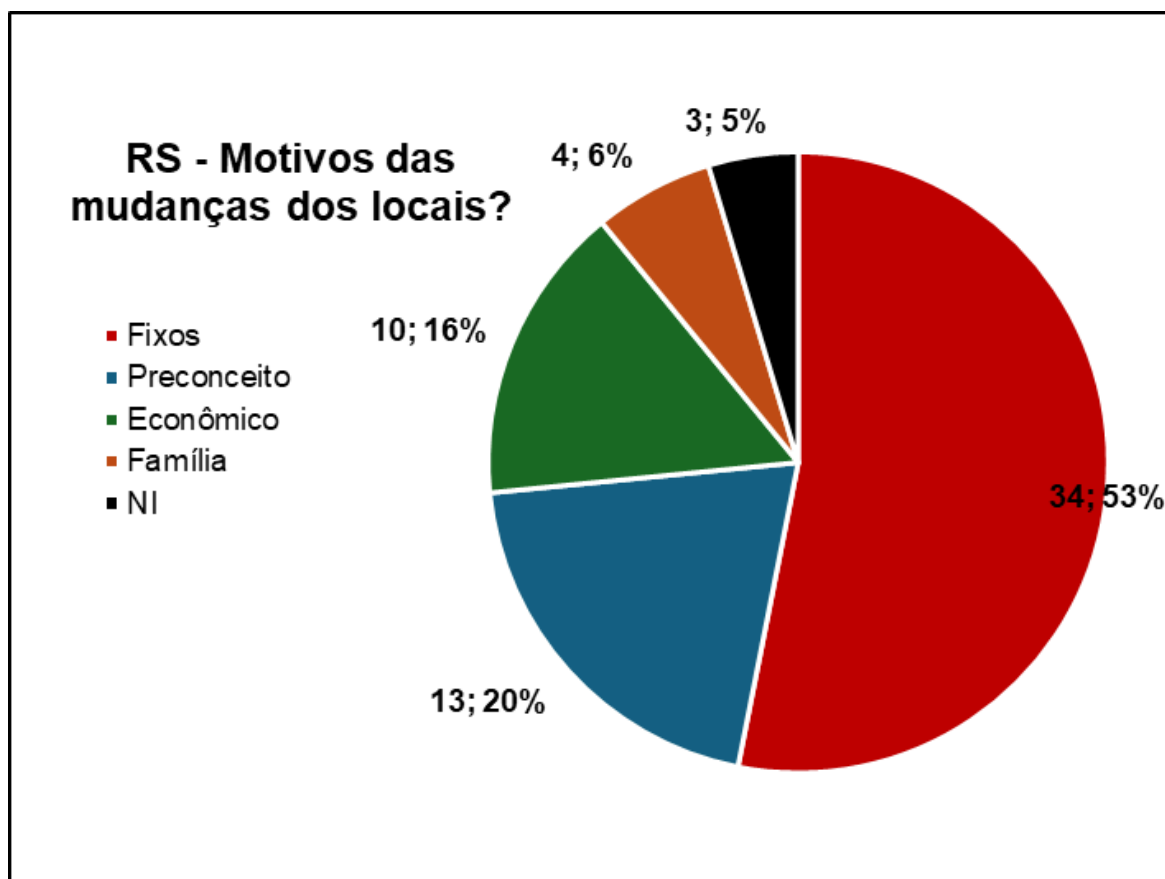
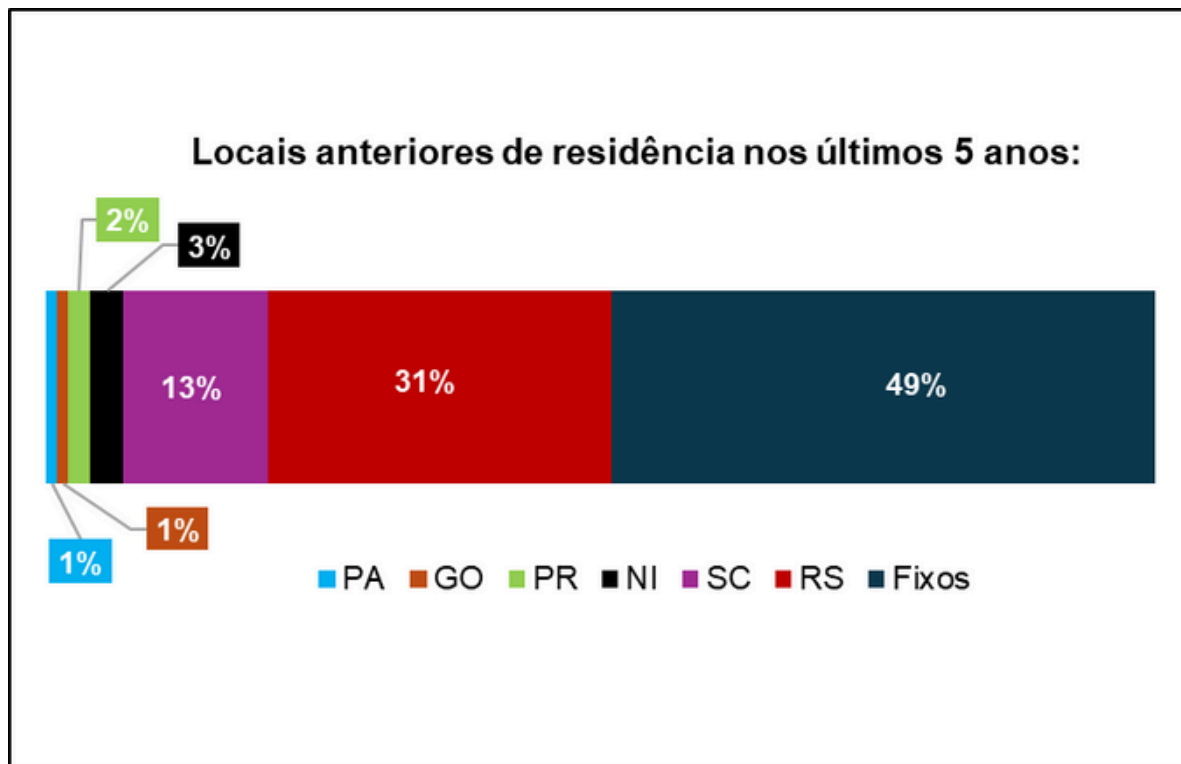
Dados gerais	
Número total de famílias	1218
Número total de membros da comunidade	2410
Número de municípios com presença de ciganos	136
Número de municípios total no Estado	497



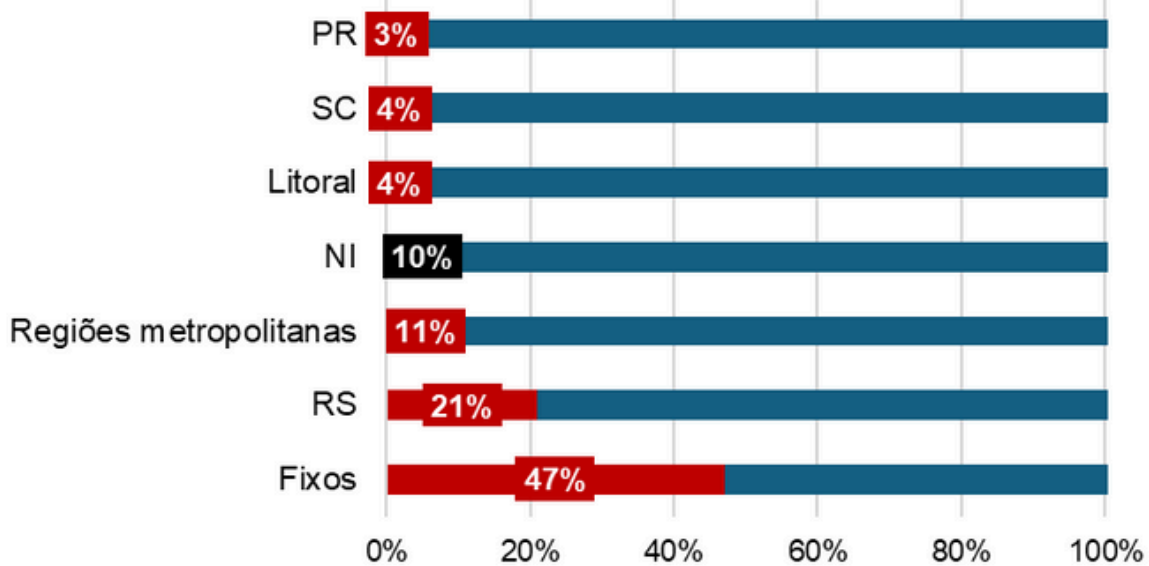


Identificação de pessoas com deficiência

Foram identificados 19 membros das comunidades com deficiência (Deficiência física, múltiplas, Autismo, Síndrome de Down, Deficiência intelectual).



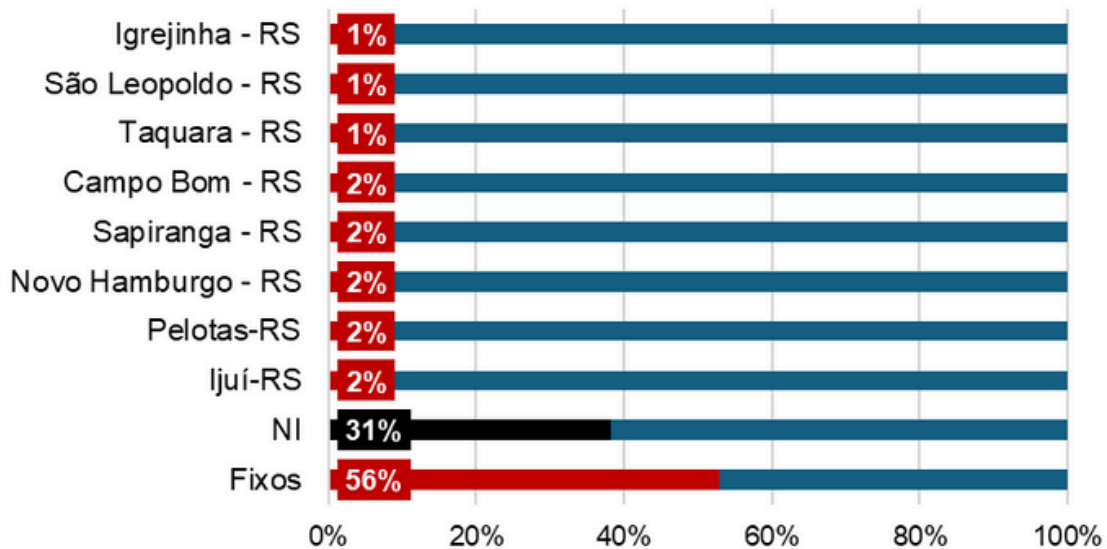
Rotas de deslocamento frequentes?



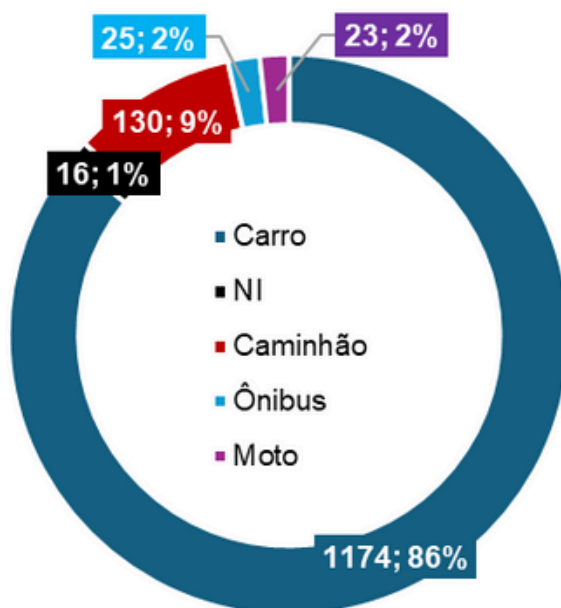
Períodos dos deslocamentos

2 em 2 meses	2
3 em 3 meses	3
45 em 45 dias	3
30 em 30 dias	2
45 em 45 dias	3
35 em 35 dias	1
2 em 2 semanas	1
5 a 6 meses	1
Fixos	34
NI	11

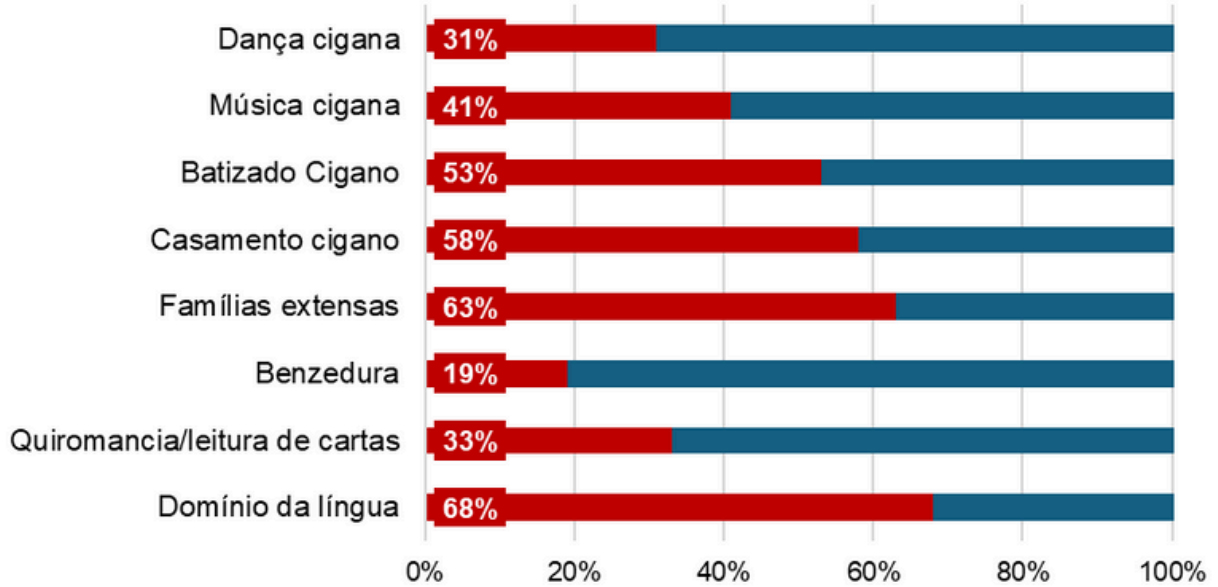
Pontos de parada comuns durante as rotas



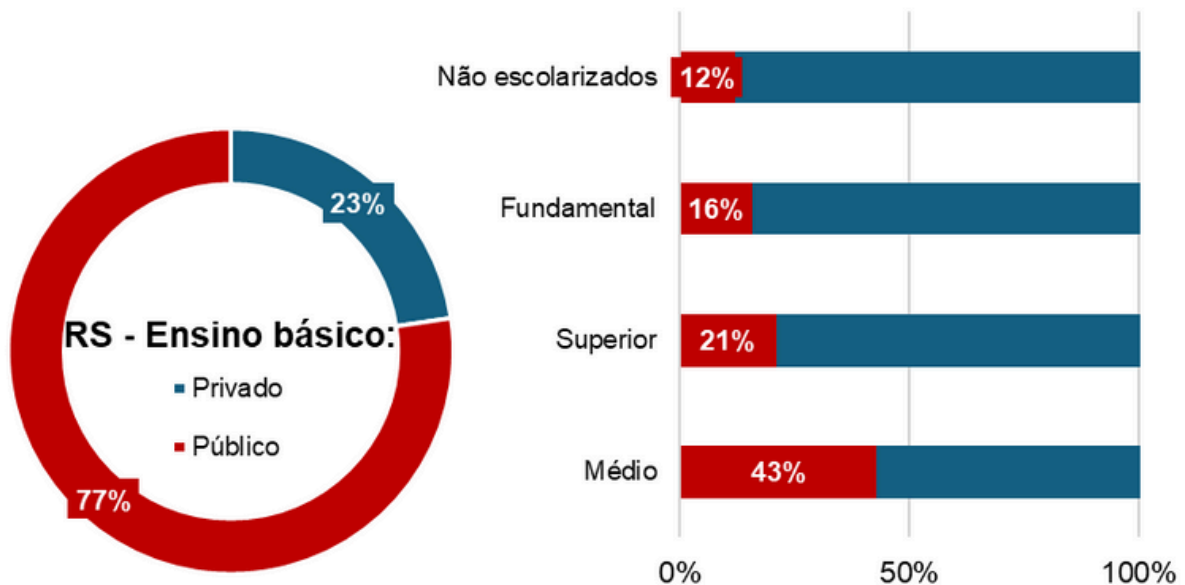
RS - Modo de transporte principal?



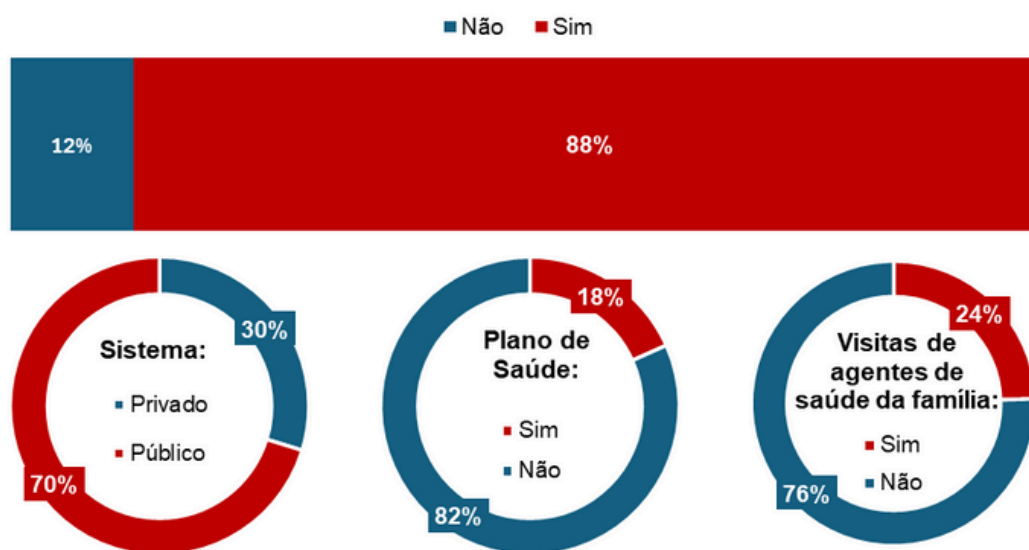
RS - Práticas culturais e tradicionais mantidas:



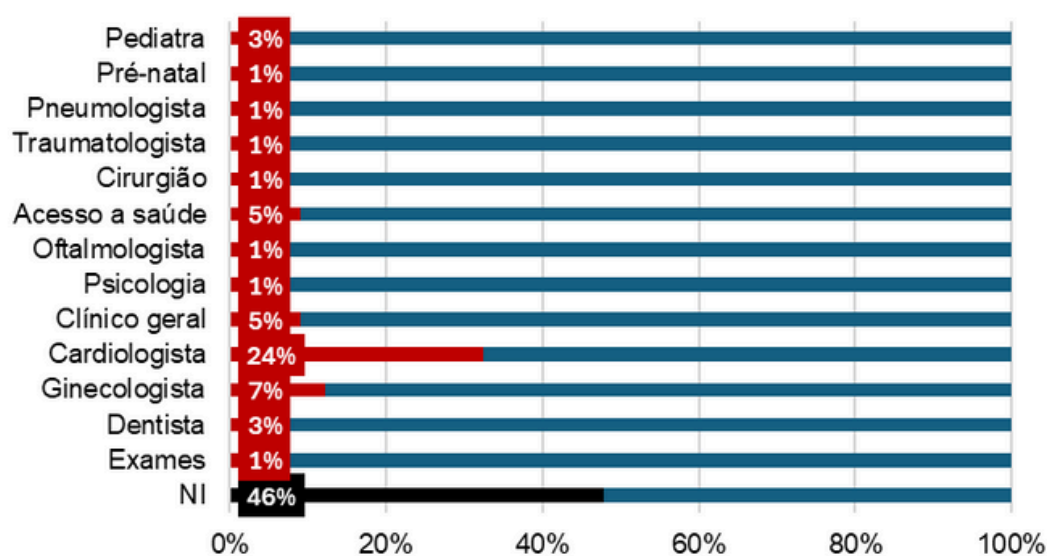
RS - Nível de escolaridade dos membros da família



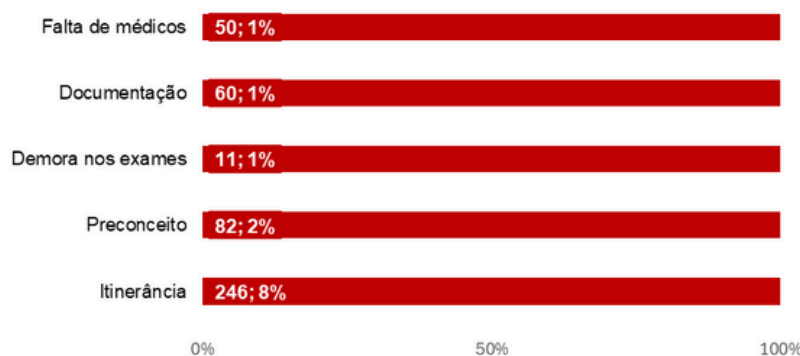
RS - Acesso a serviços de saúde:



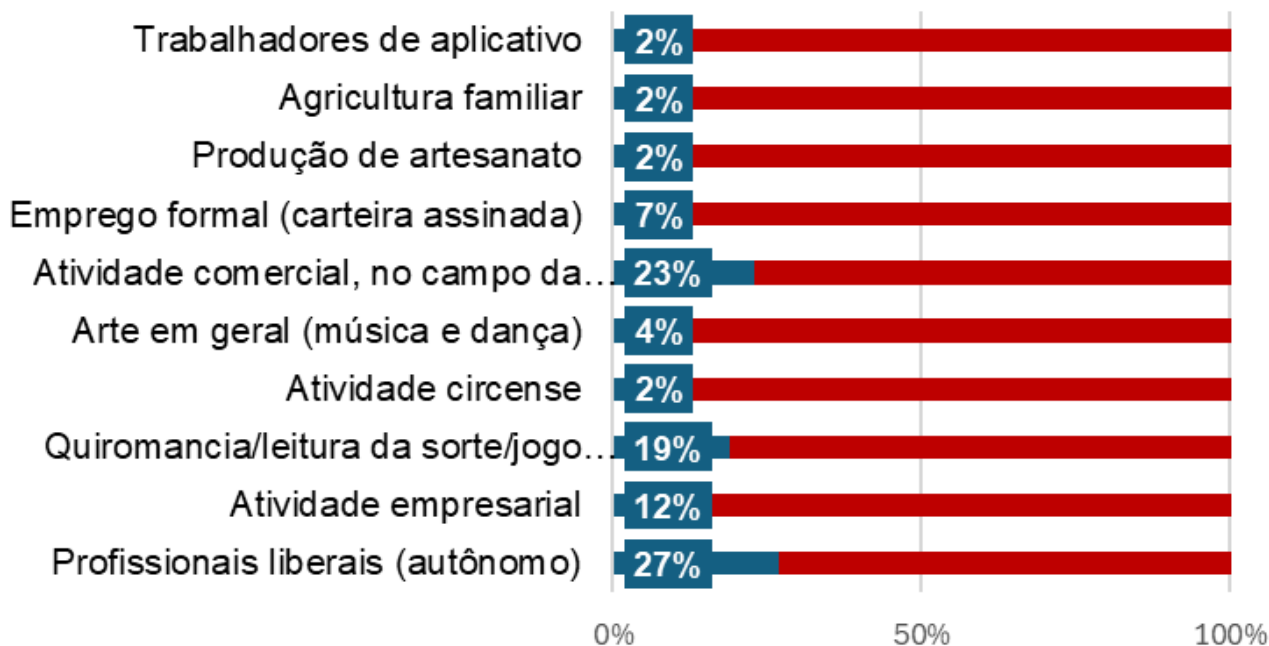
Quais as principais demandas de saúde especializada:



RS - Quais principais obstáculos e desafios em relação a saúde das pessoas:

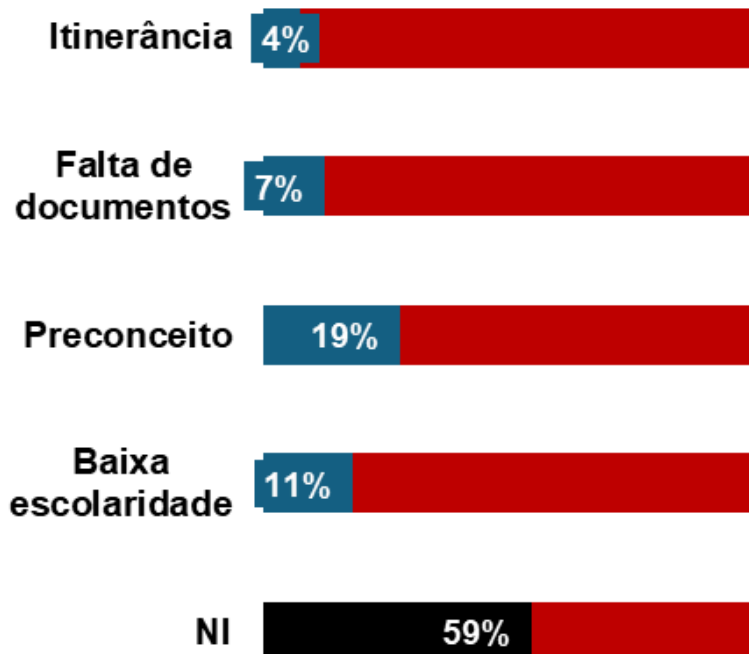
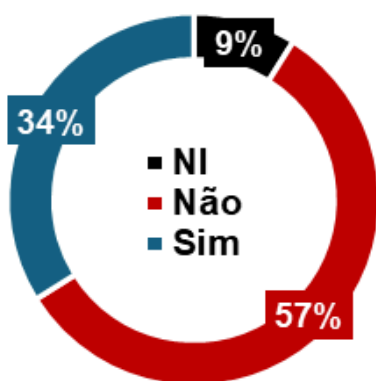


Principais fontes de renda:

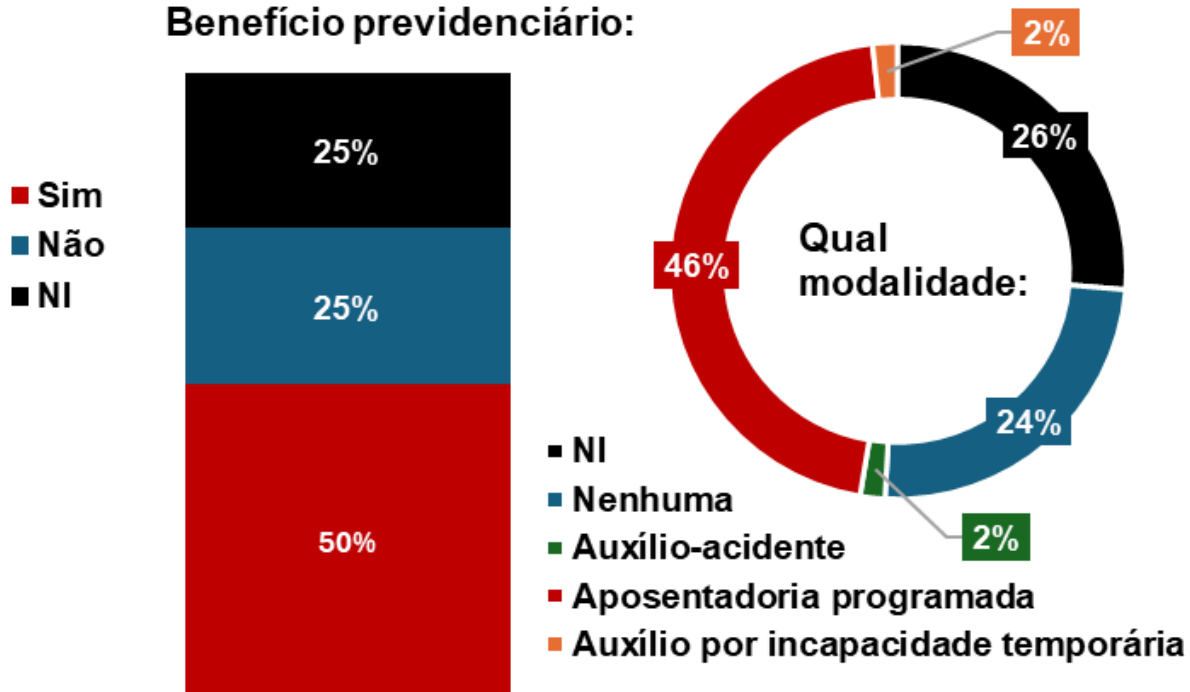


Razões?

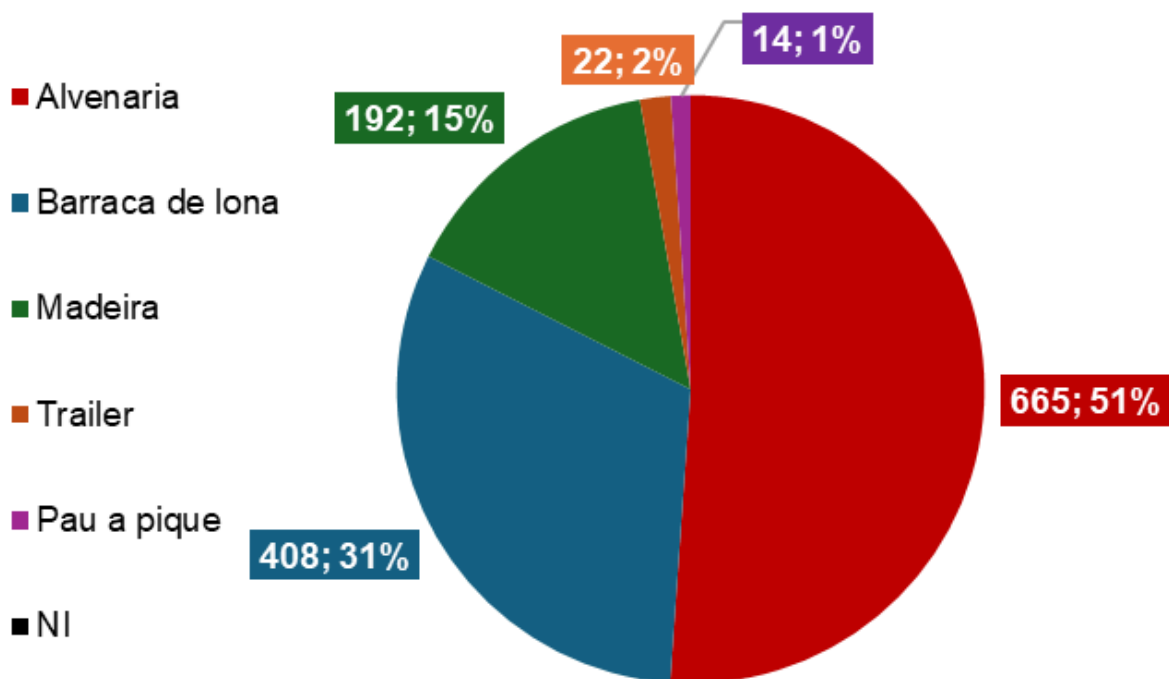
Dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal:



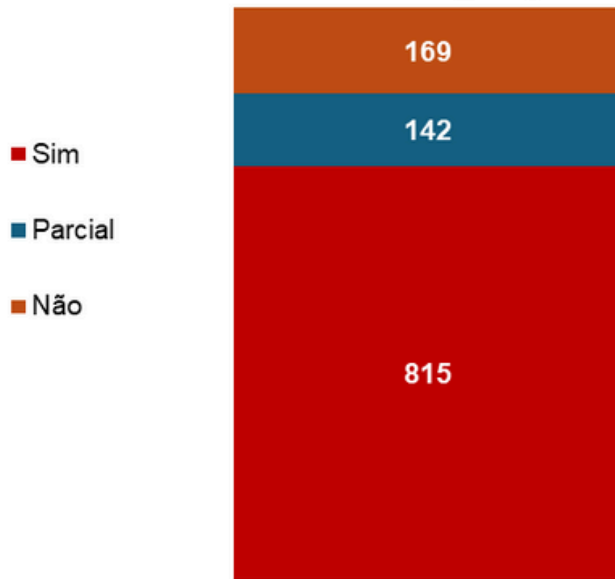
Benefício previdenciário:



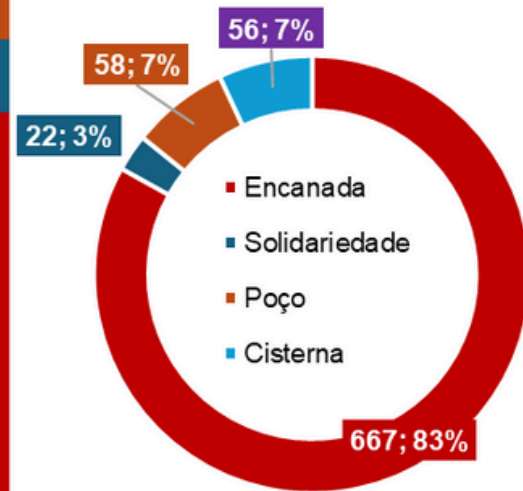
RS - Características da habitação (estrutura / material):



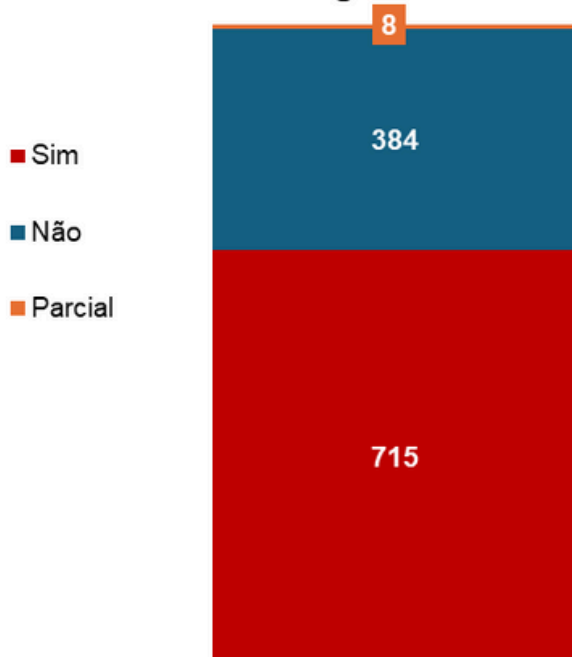
RS - Acesso à água potável:



RS - De qual modo?



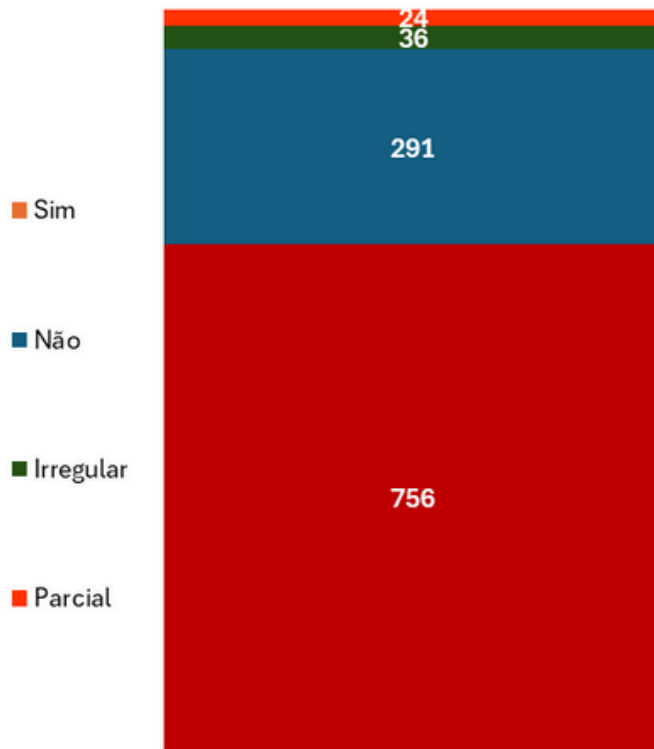
RS - Esgotamento sanitário:



RS - De qual modo?

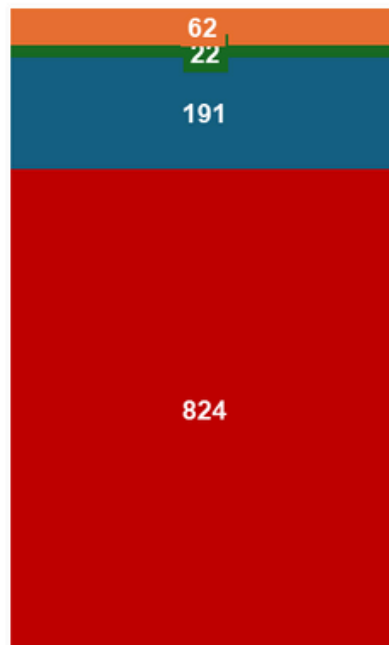


RS - COLETA DE LIXO

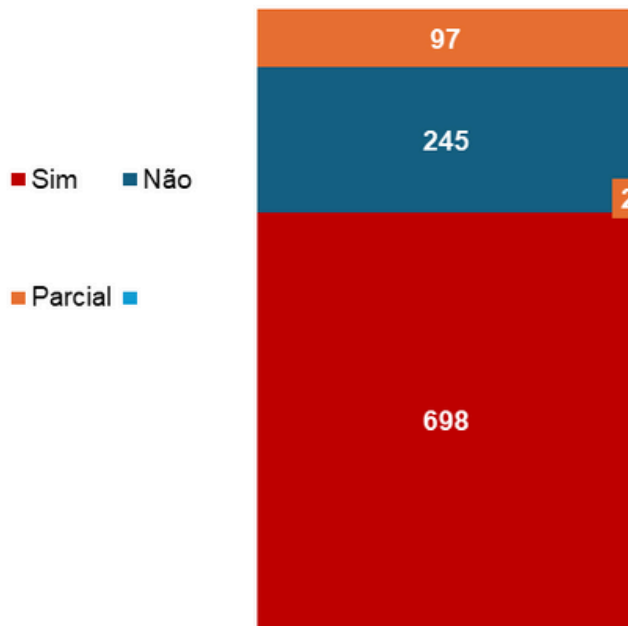


RS - Acesso à eletricidade :

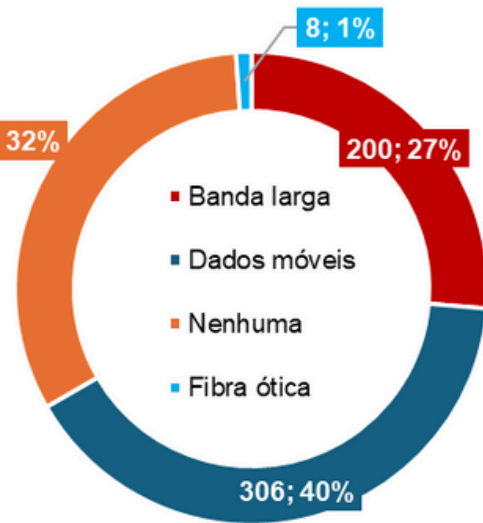
- Sim
- Não
- Irregular
- Parcial



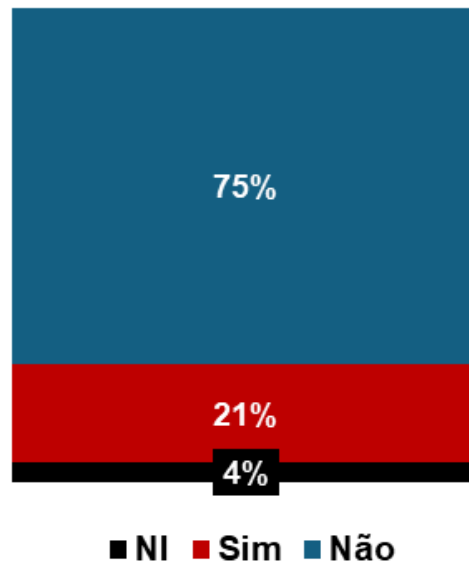
RS - Acesso à internet :



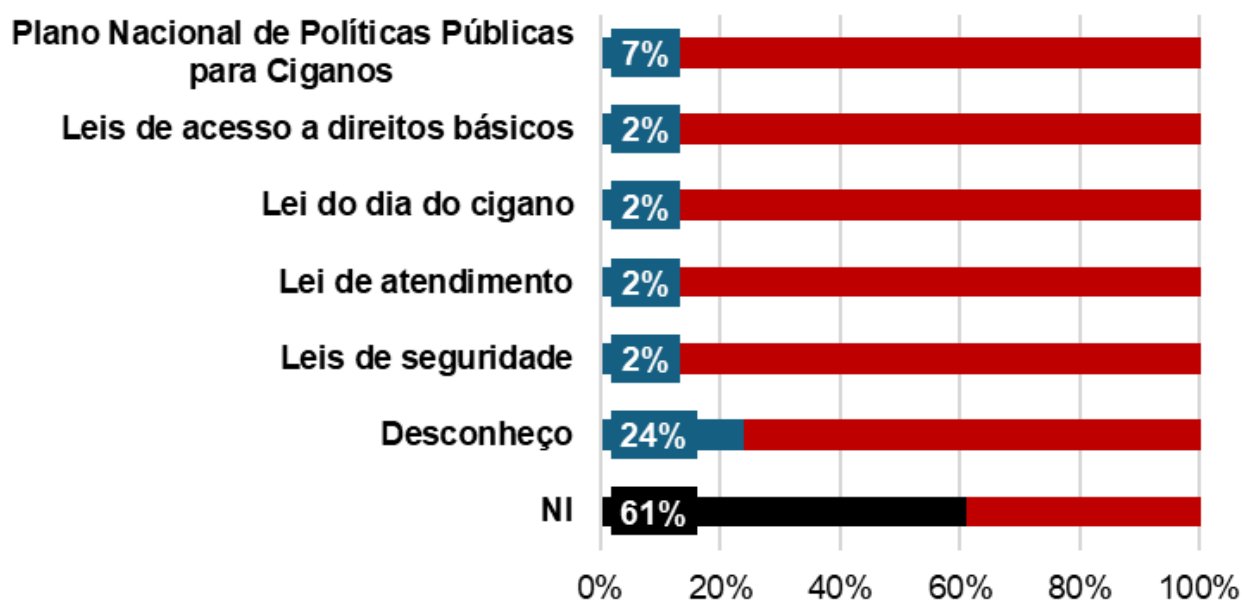
RS - Qual modalidade?



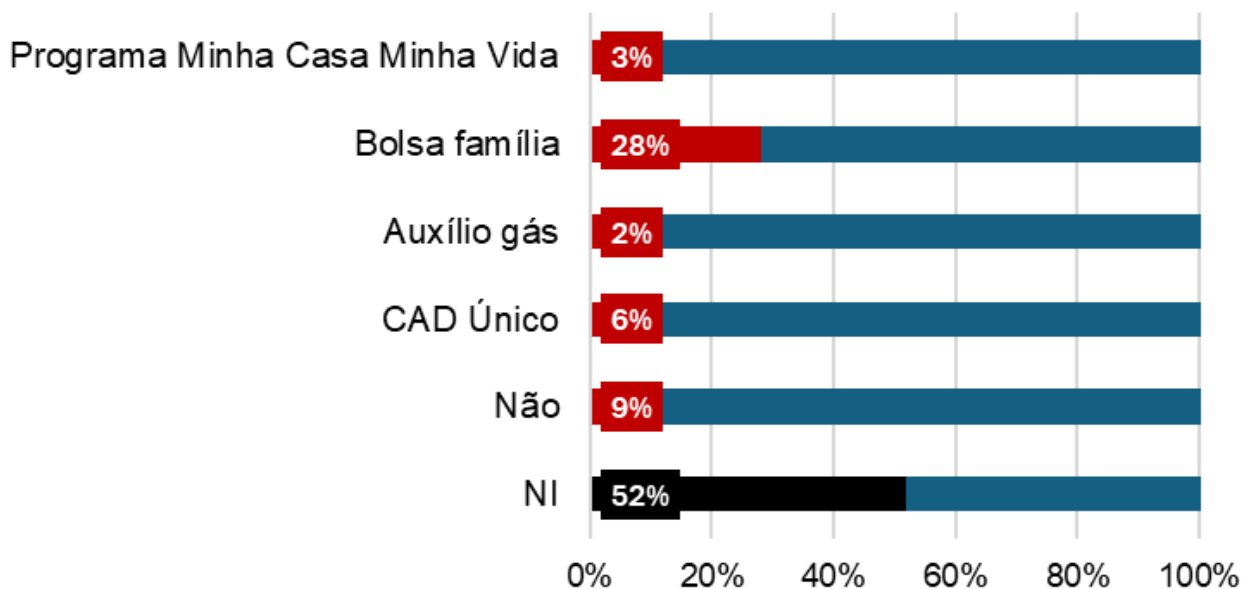
Vocês têm algum conhecimento sobre políticas públicas voltadas a população cigana?



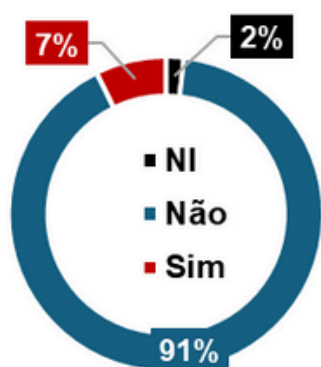
Quais políticas públicas voltadas a população cigana você conhece?



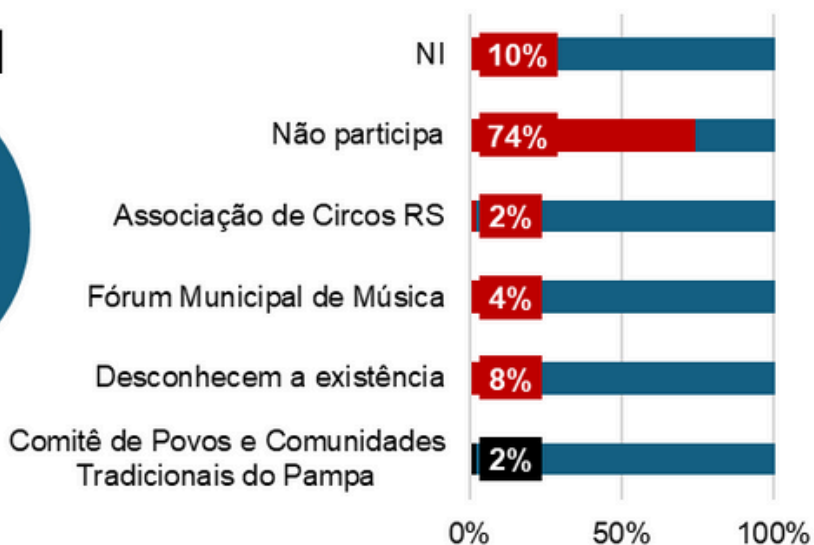
Quais programas sociais são acessados pela família:



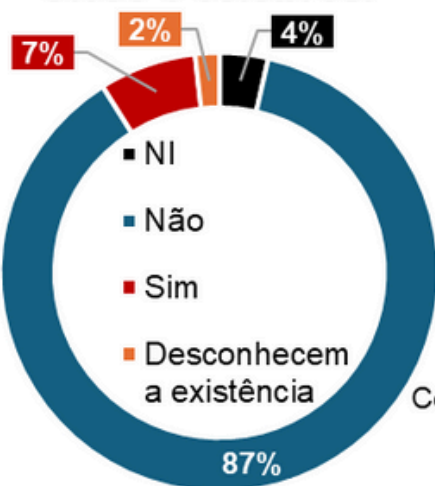
**Participa de
Conselhos locais,
regionais ou nacionais:**



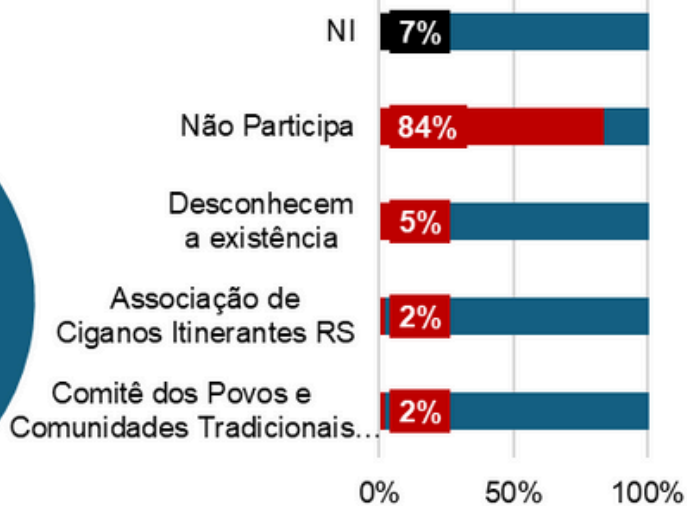
Quais conselhos você participa?



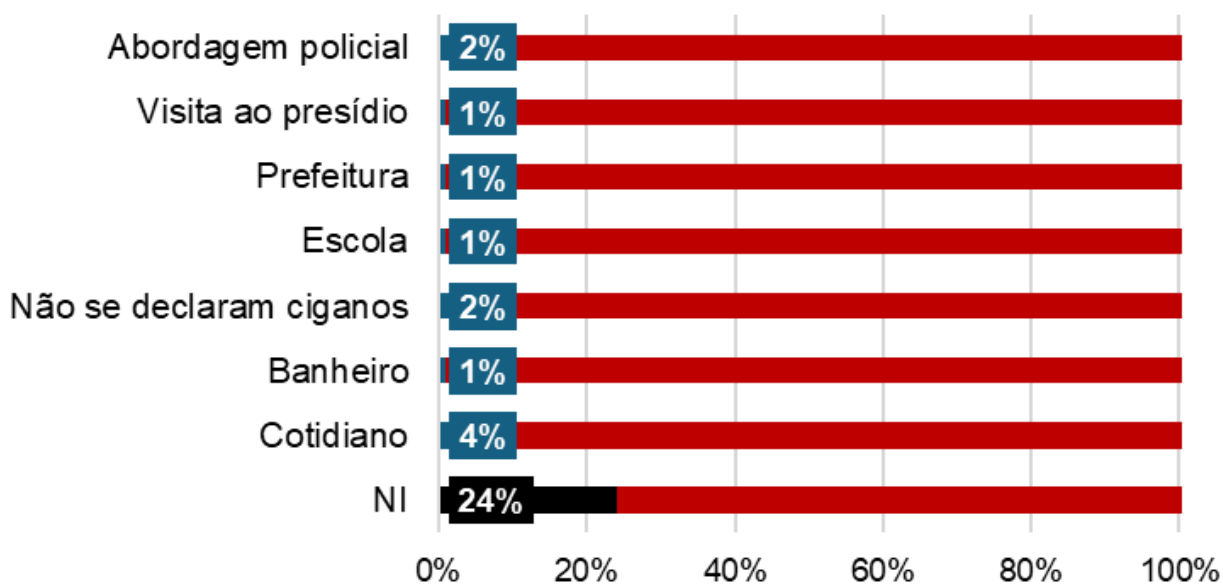
**Participa de
associações civis,
organização política,
ONGs e coletivos:**



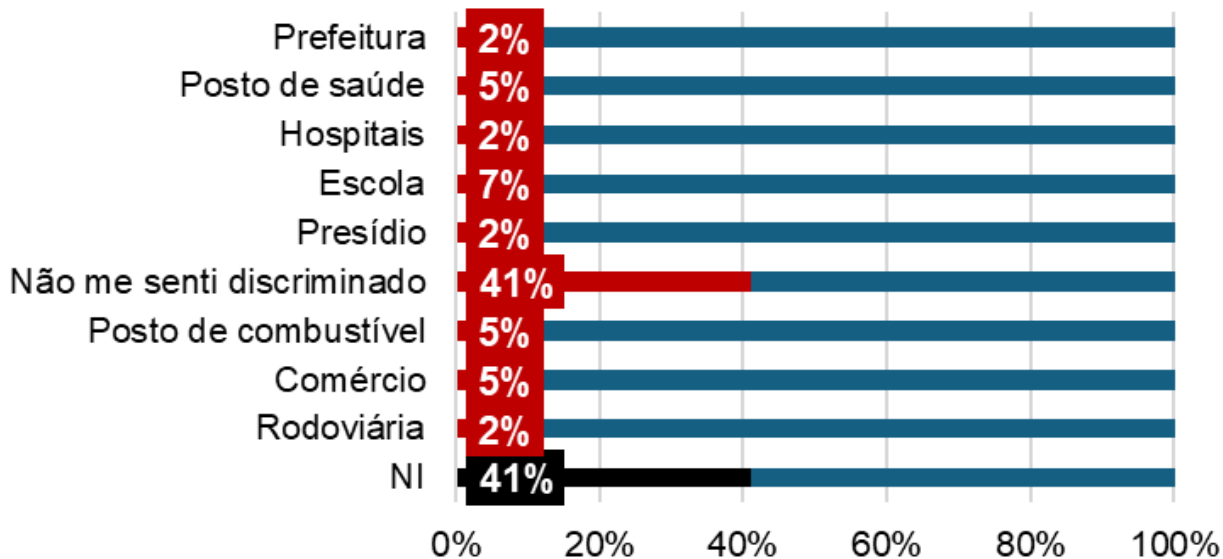
Quais associações civis você participa?



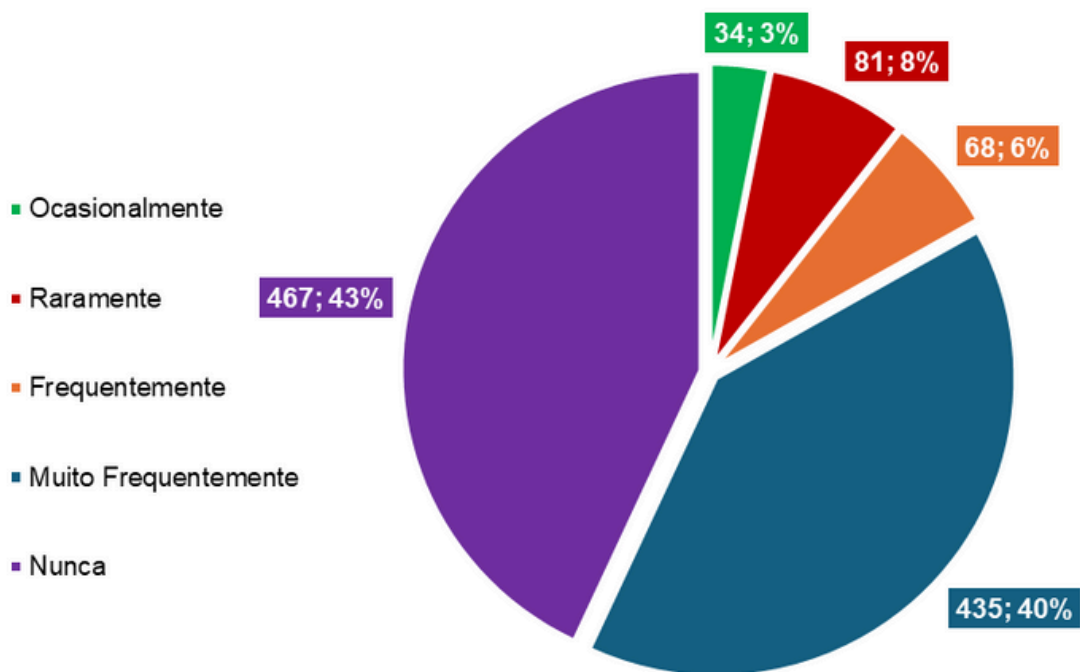
Quais situações se sentiu discriminado por ser cigano?



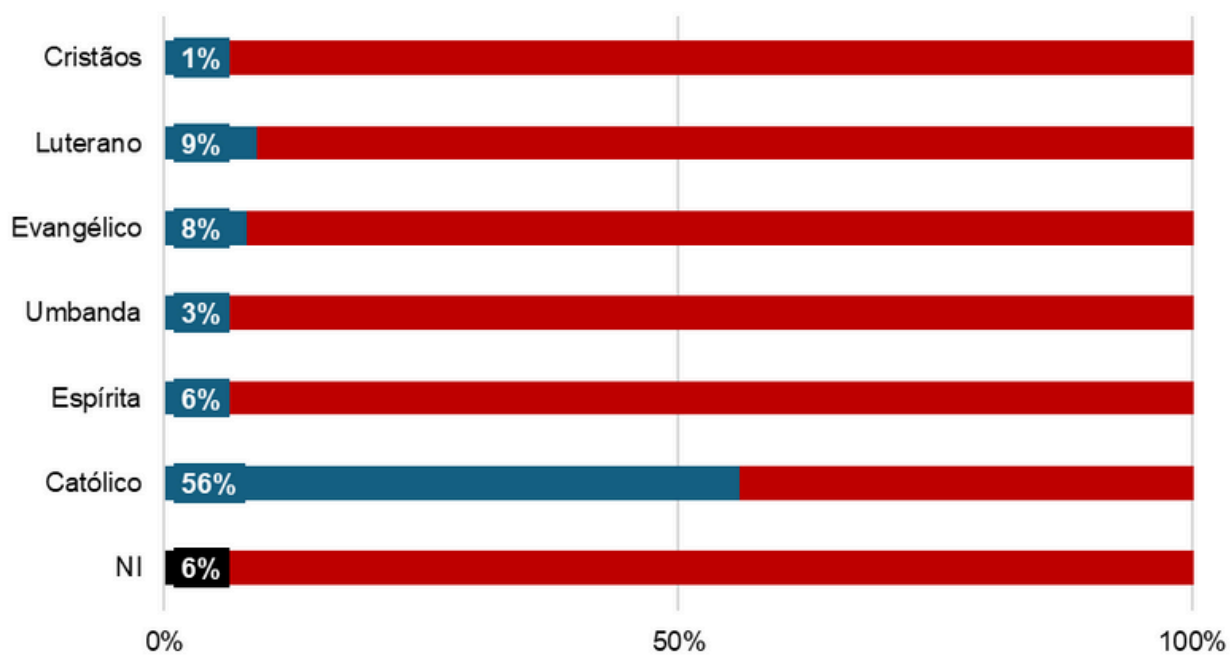
Quais locais se sentiu discriminado por ser cigano?



RS - Os meios de comunicação e as coberturas jornalísticas fomentam a discriminação aos ciganos:



RS - Religião:



ANEXO 4

Dados do Estado do Paraná (PR)

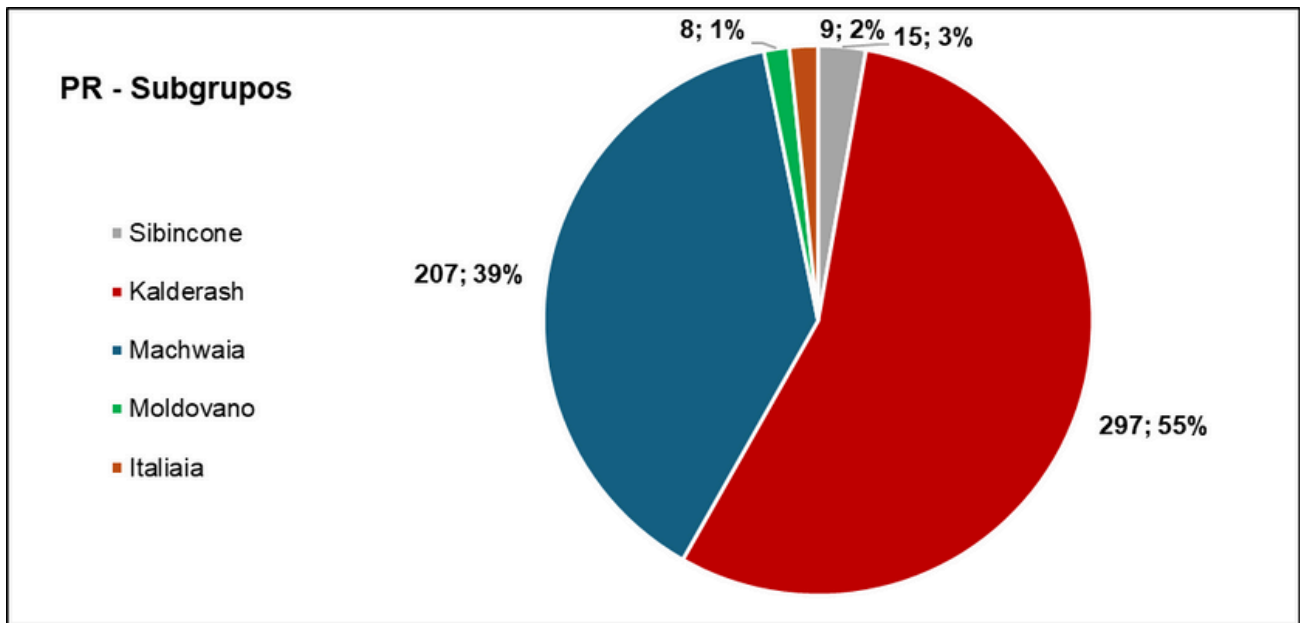
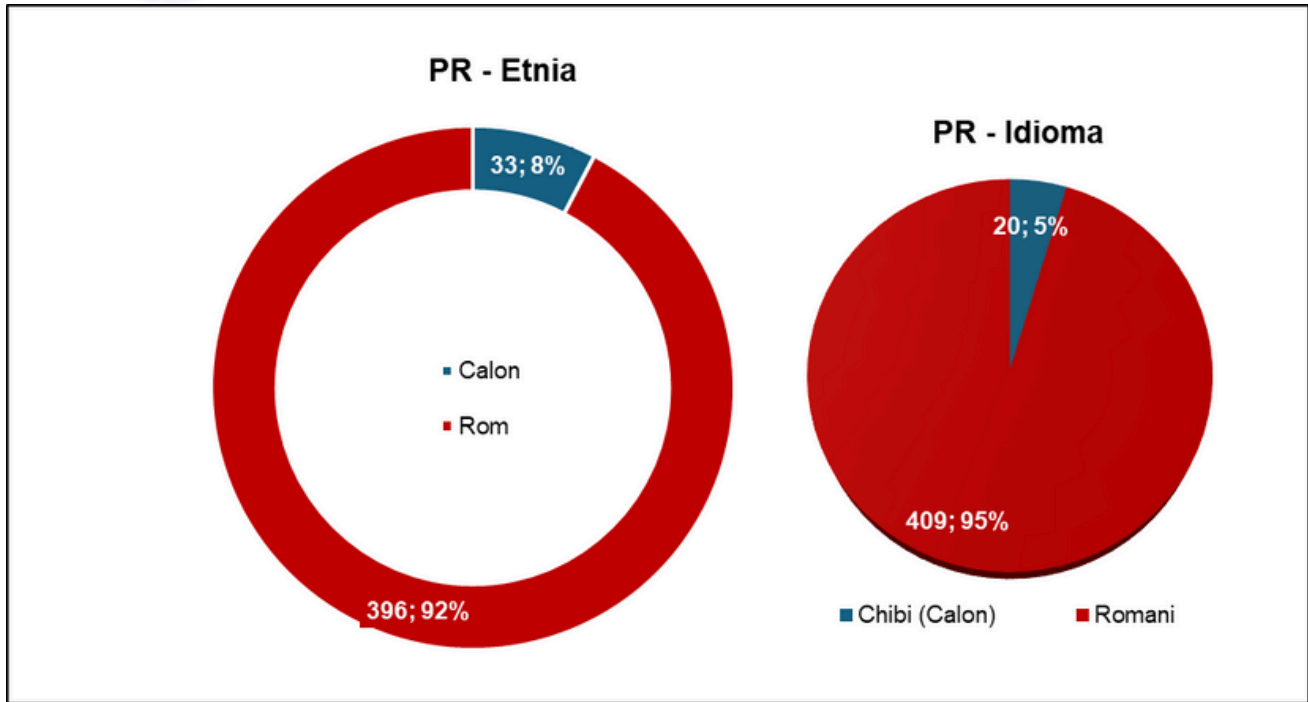
17 formulários aplicados no estado do Paraná

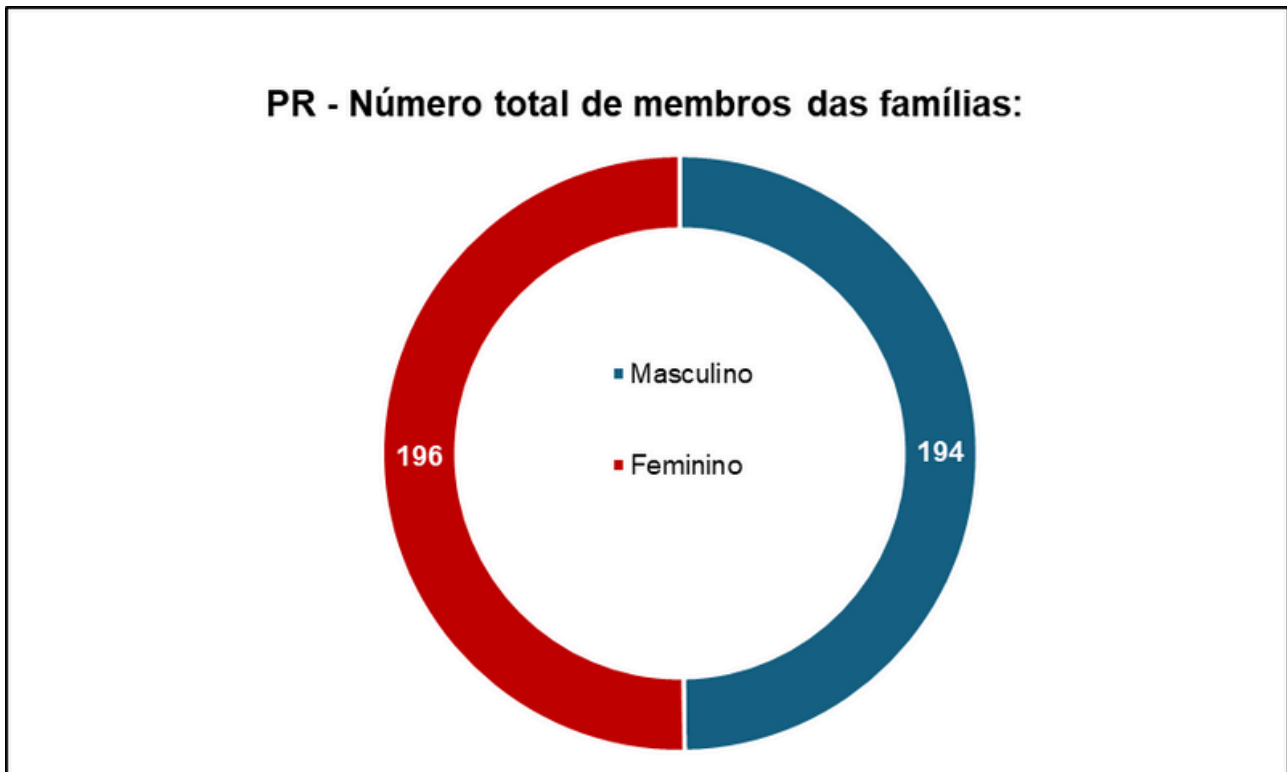
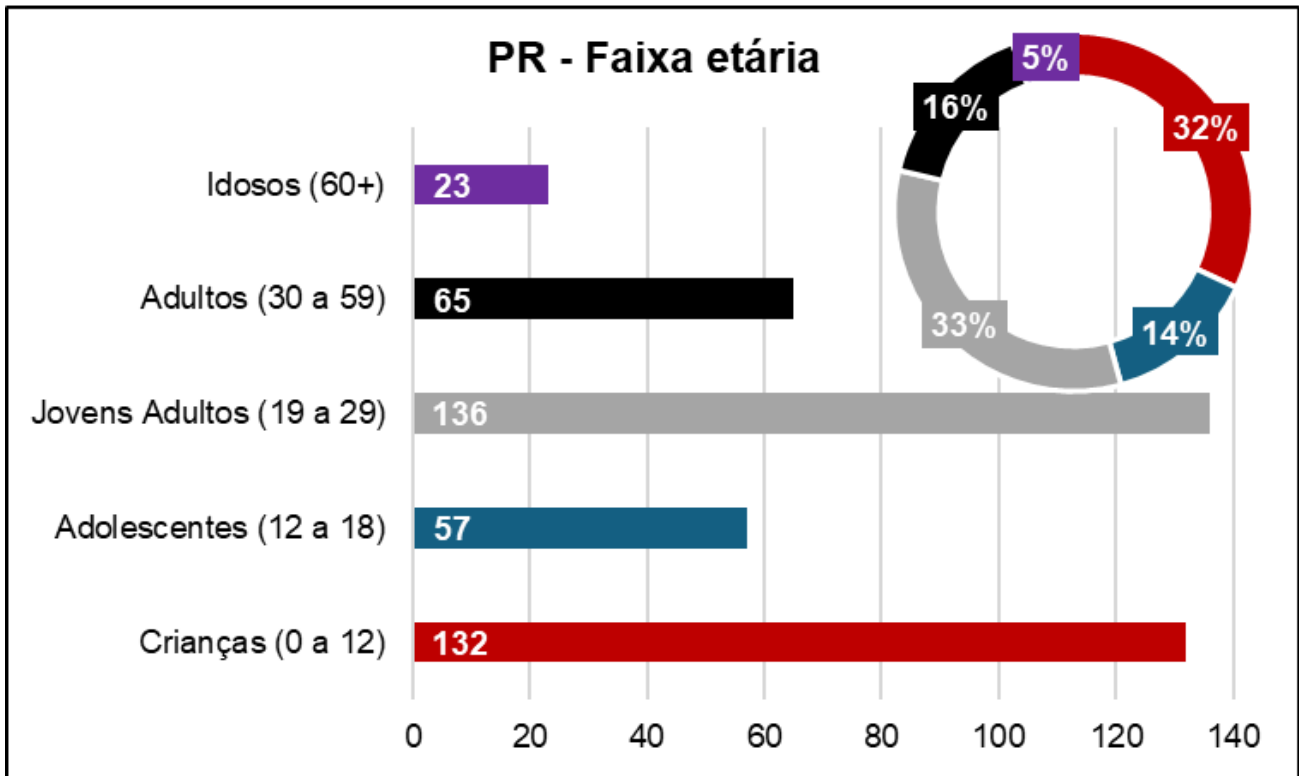
Cidades das aplicações formulários: Antonina, Araucária, Caiobá, Campo Magro, Castro (2), Curitiba (2), Fazenda Rio Grande, Guarapuava, Irati, Matinhos, Paranaguá, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Quintadinha e São José dos Pinhais.

BLOCO 1 INFORMAÇÕES GERAIS DAS FAMÍLIAS

Número de população cigana identificada pelo mapeamento

Dados gerais	
Número total de famílias	35
Número total de membros da comunidade	429
Número de municípios com presença de ciganos	50
Número de municípios total no Estado	399

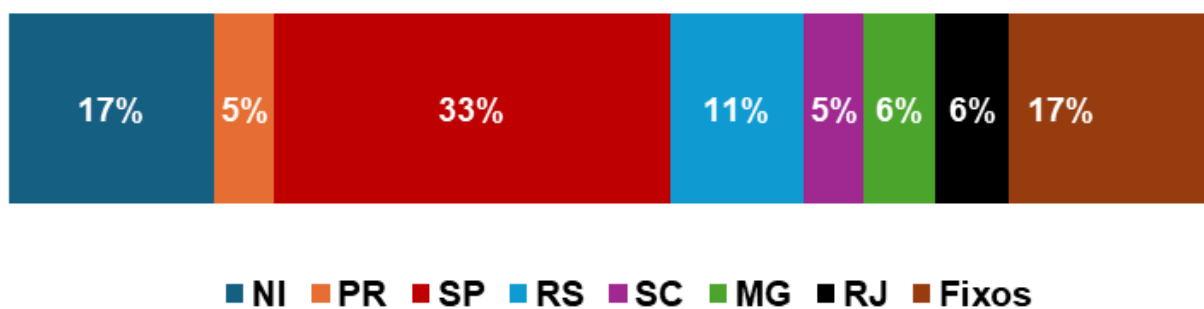




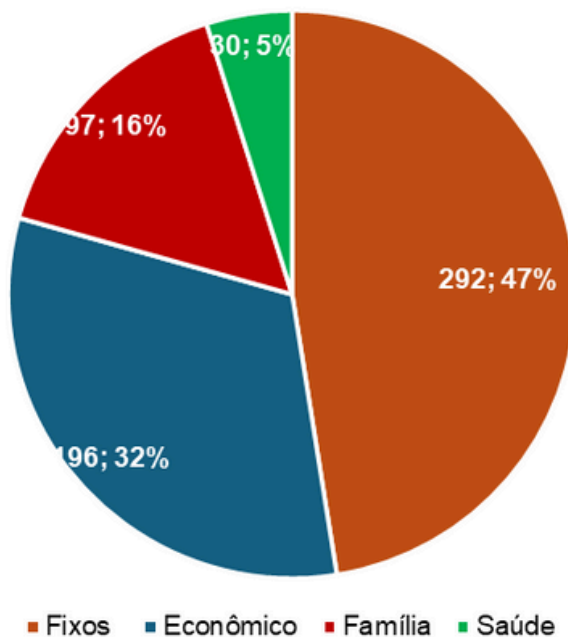
Identificação de pessoas com deficiência

Foram identificados 8 membros da comunidade com deficiências (Autismo, deficiência auditiva, deficiência física).

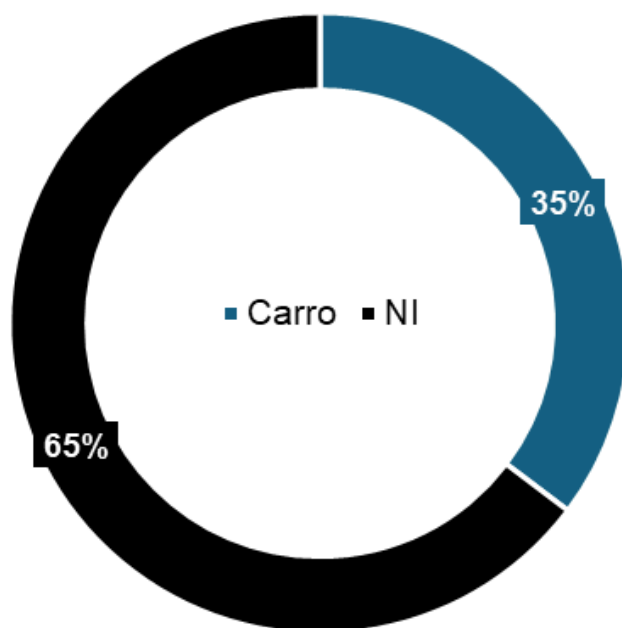
Locais anteriores de residência nos últimos 5 anos:



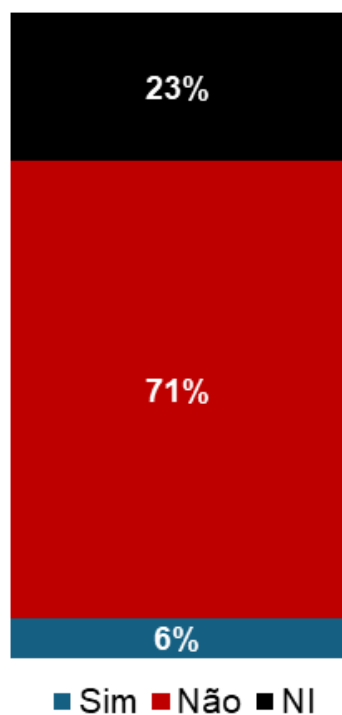
PR - Motivos das mudanças dos locais?



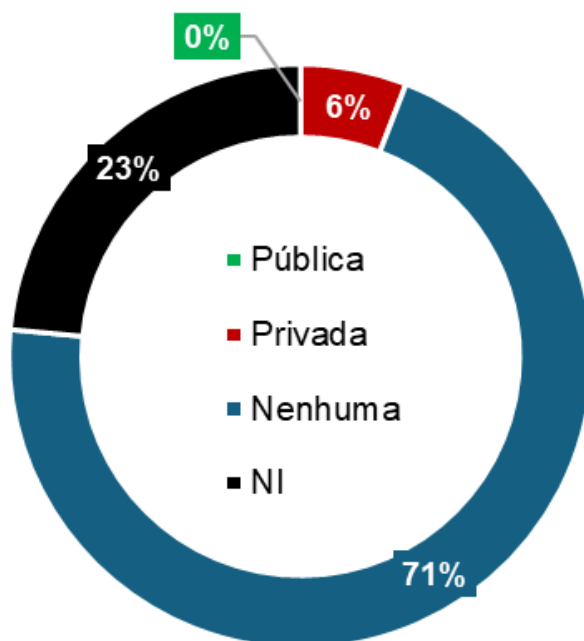
Modo de transporte principal?



Contribuição previdenciária:

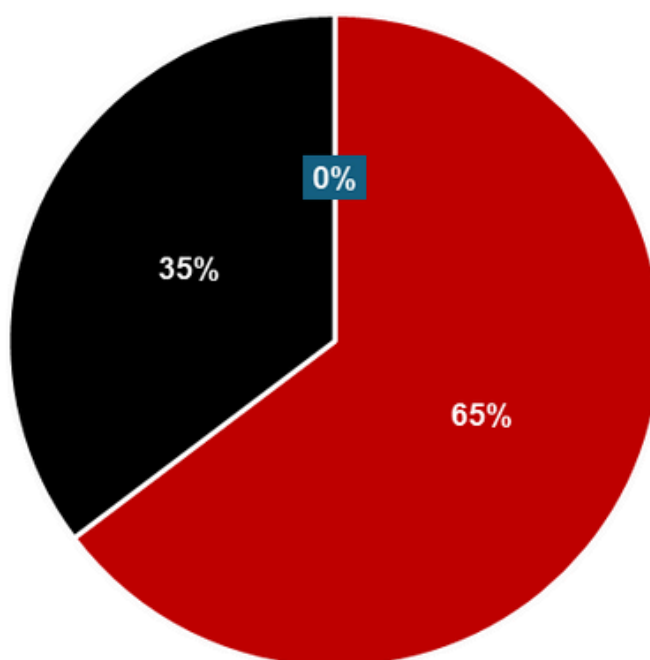


Qual modalidade:

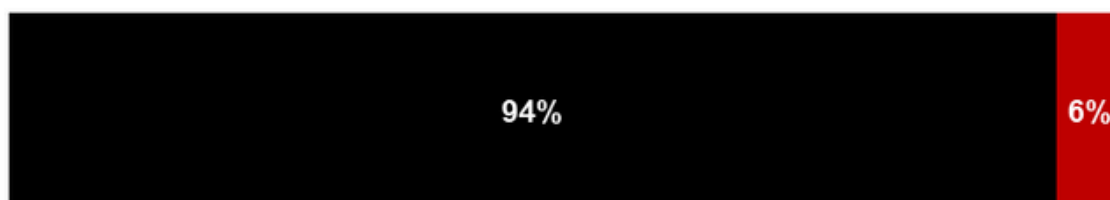


Benefício previdenciário:

- Sim
- Não
- NI

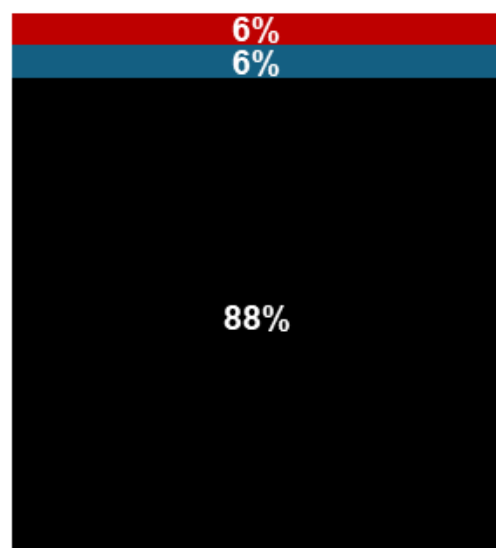


Alguma família acessa programas sociais:



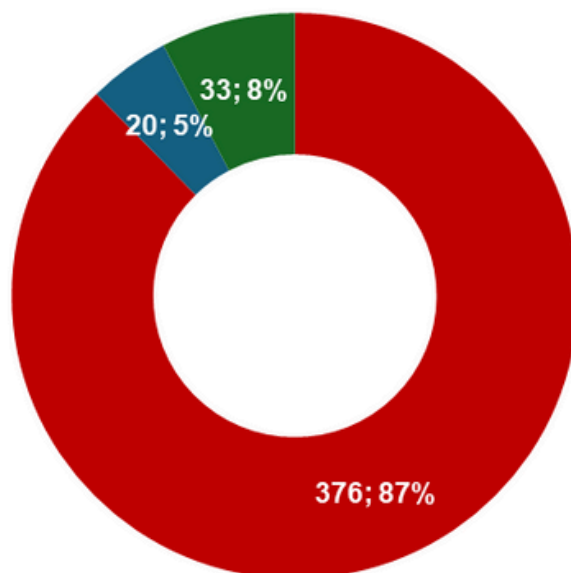
- NI
- Bolsa família

Recebimento algum tipo de benefício de Assistência Social:



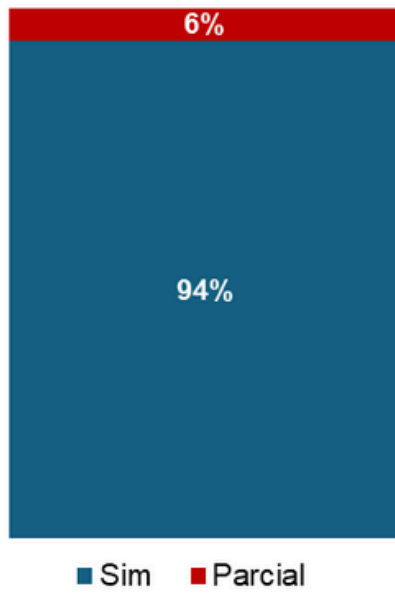
■ NI ■ Não ■ Benefício de Prestação Continuada - BPC

PR - Características da habitação (estrutura / material):



■ Alvenaria ■ Barraca de lona ■ Barraca tenda

PR - Acesso à água potável:



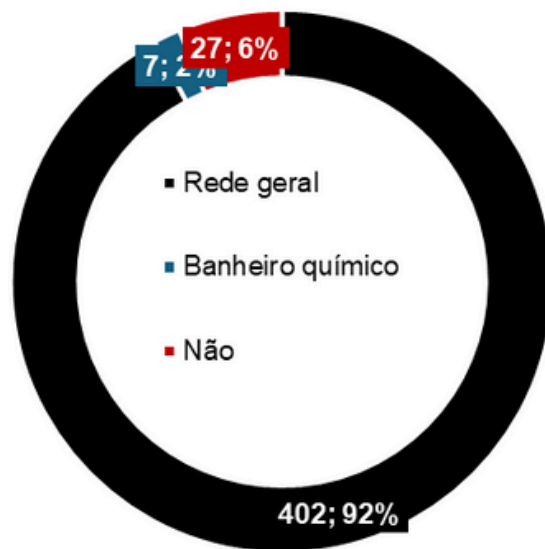
PR - De qual modo?



PR - Esgotamento sanitário:

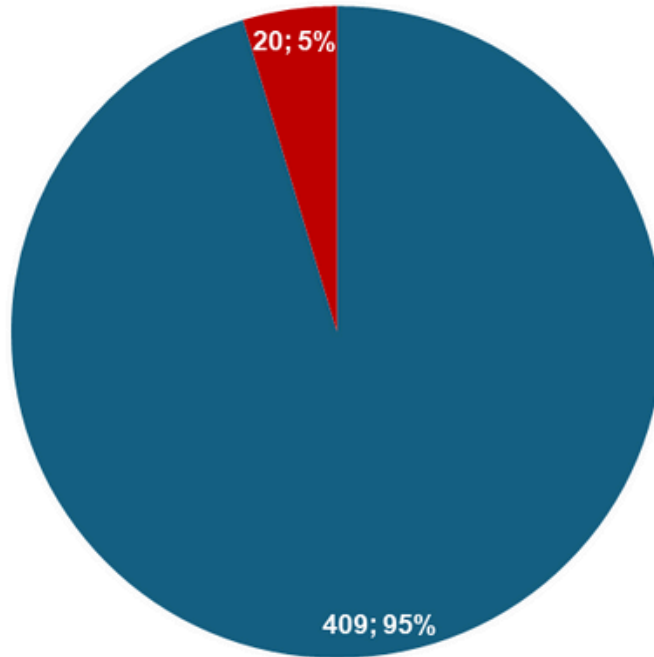


PR - De qual modo?



PR - Coleta de lixo:

- Sim
- Parcial

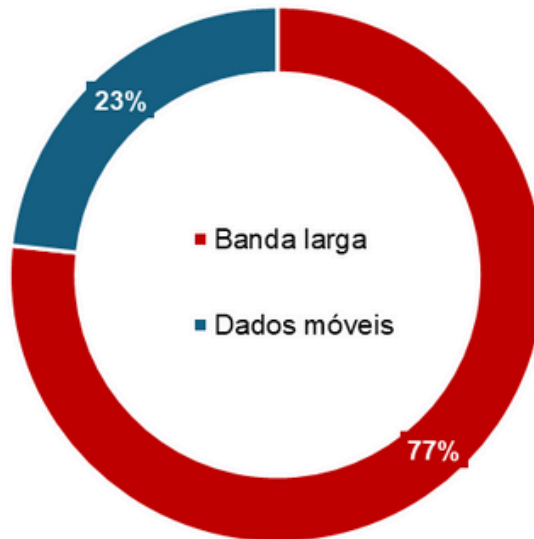


PR - Acesso à internet:



- Sim
- Não

PR - Qual modalidade?



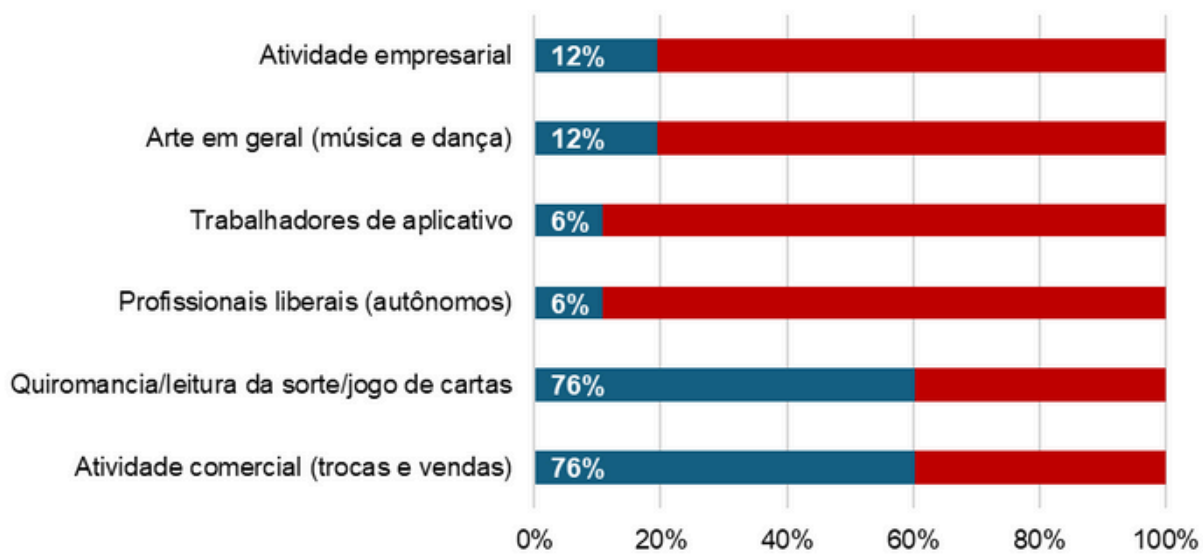
- Banda larga
- Dados móveis

PR - Acesso à eletricidade:

■ Parcial ■ Sim



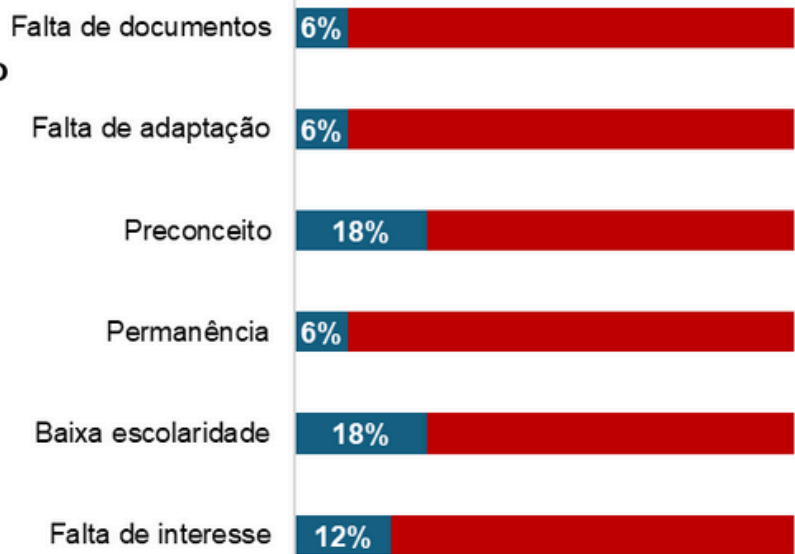
PR - Principais fontes de renda:



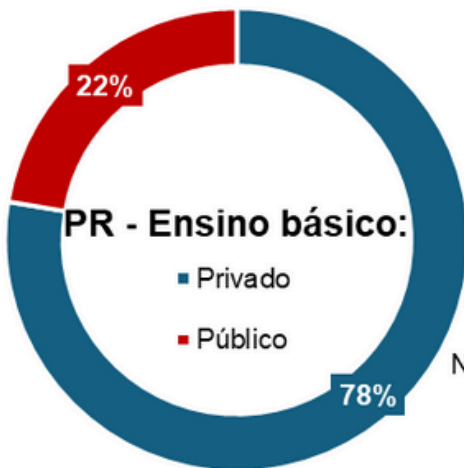
PR - Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal:



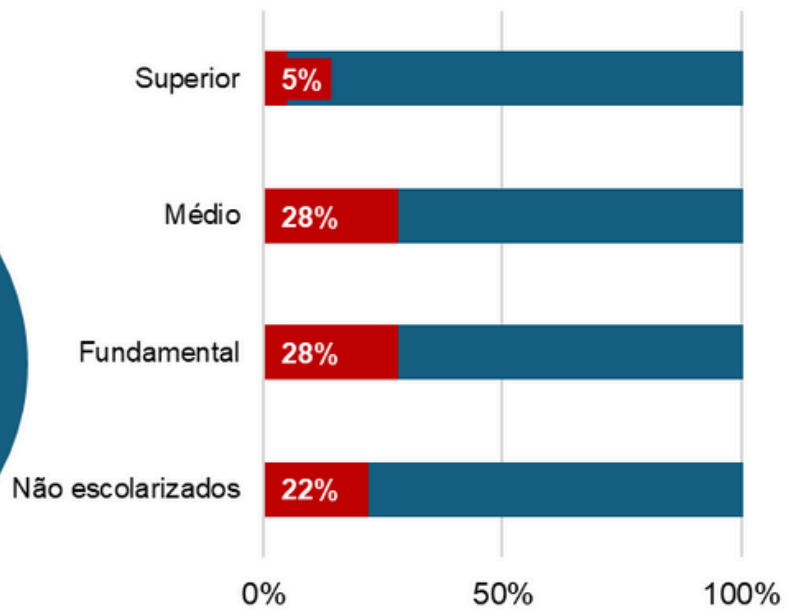
PR - Razões?



PR - Nível de escolaridade dos membros da família

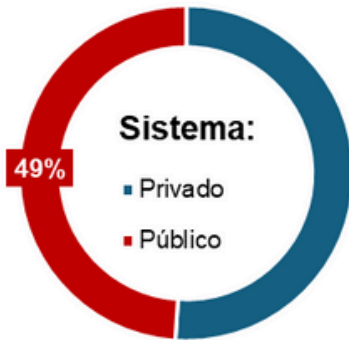


PR - Ensino básico:

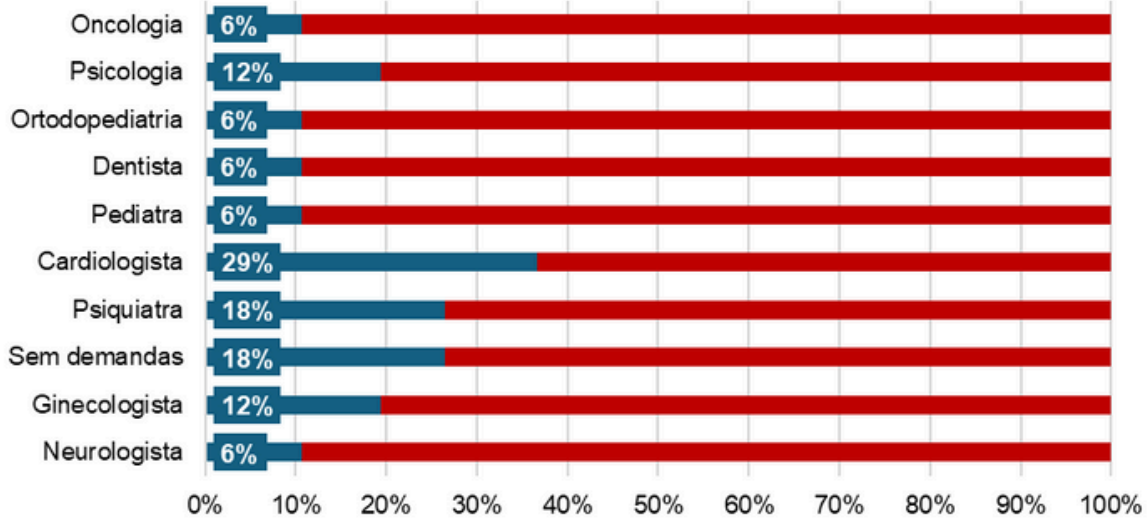


PR - Acesso a serviços de saúde:

■ NI ■ Sim ■ Não

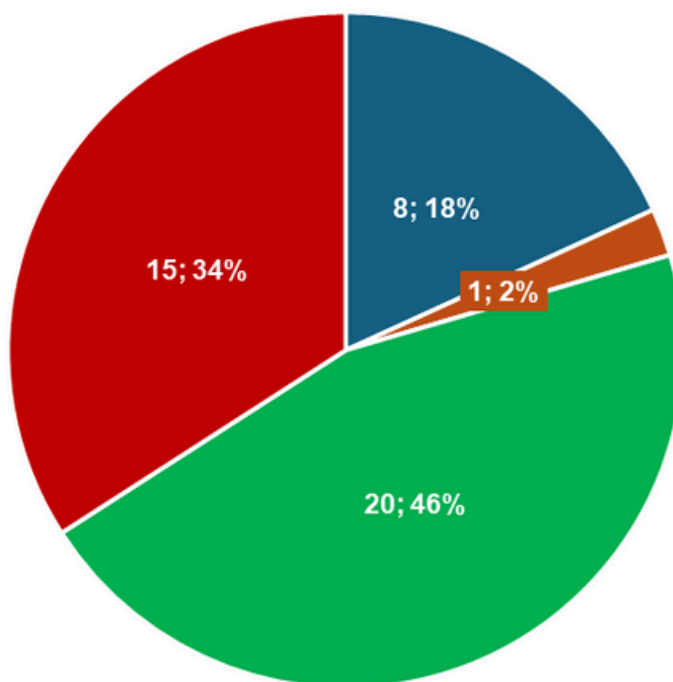


PR - Quais as principais demandas de saúde especializada?

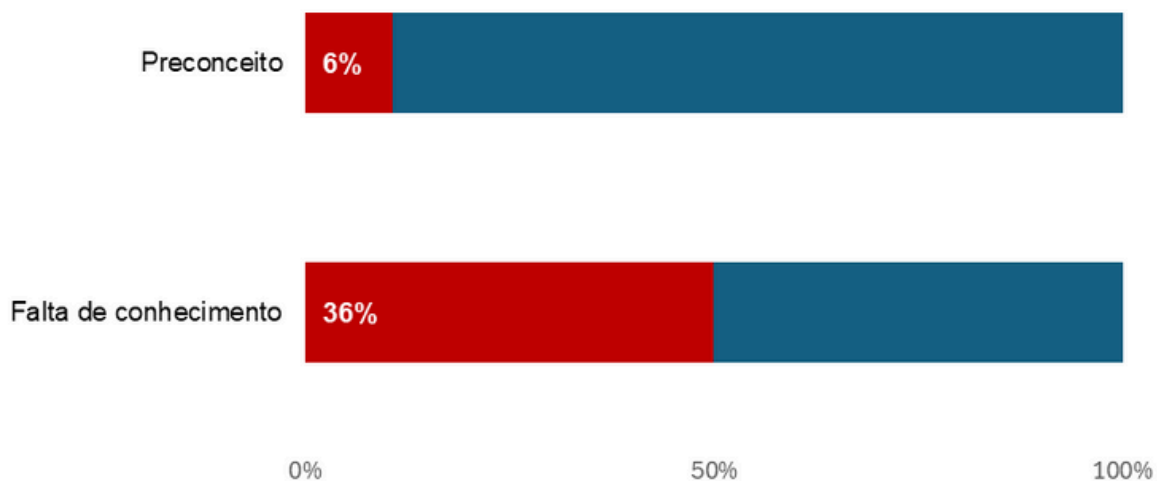


PR - Como avalia a estrutura do SUS?

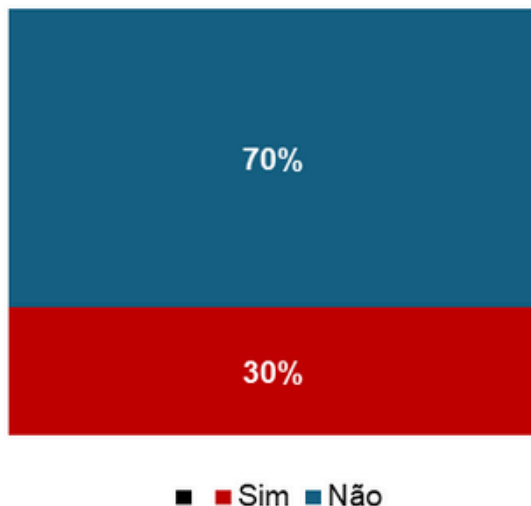
- Desconhecem
- Despreparada
- Ruim
- Boa



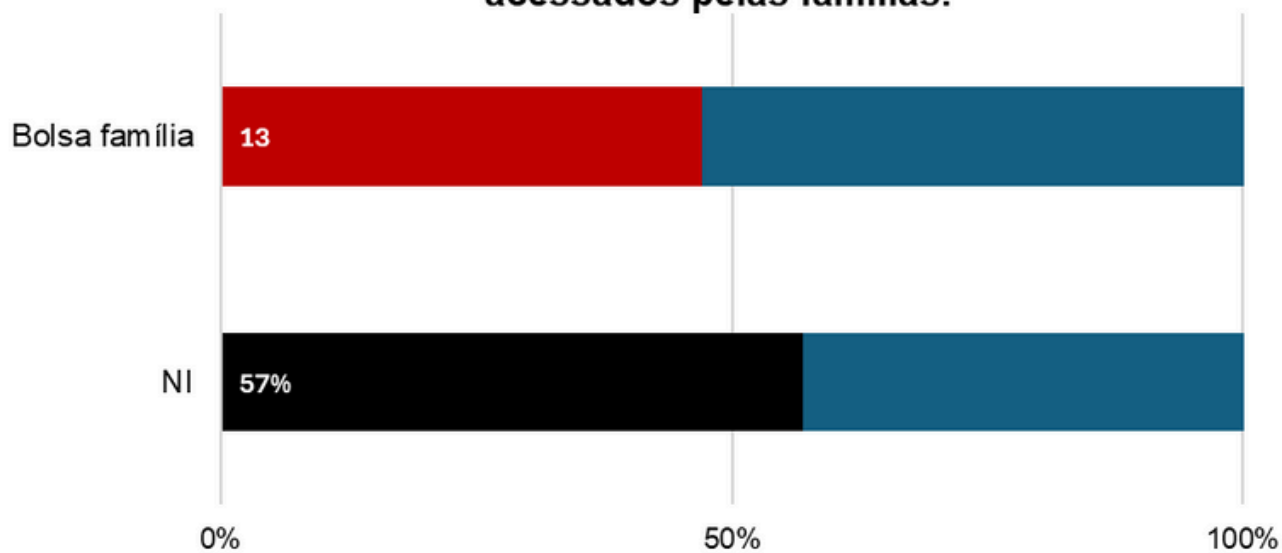
PR - Quais principais obstáculos e desafios em relação a saúde das pessoas:



PR - Vocês têm algum conhecimento sobre políticas públicas voltadas a população cigana:

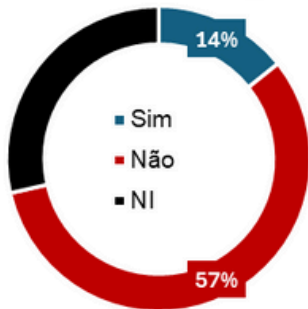


PR - Quais programas sociais são acessados pelas famílias:



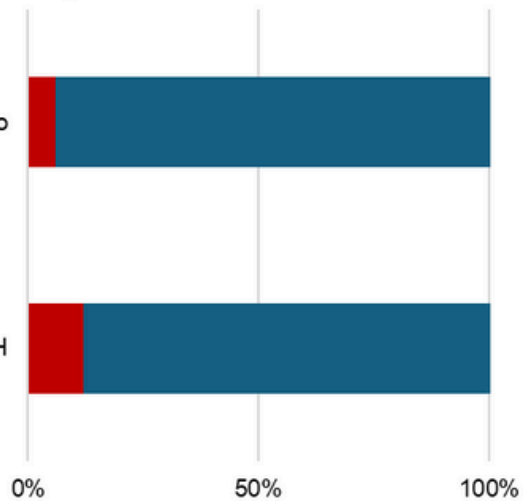
PR - Quais documentos possuem dificuldade?

PR - Há dificuldade de acesso a documentos de identificação:

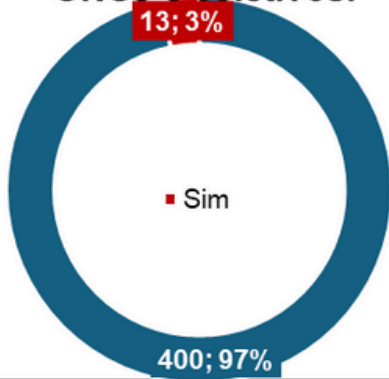


Certidão de Nascimento

CNH



PR - Participa de associações civis, organização política, ONGs e coletivos:



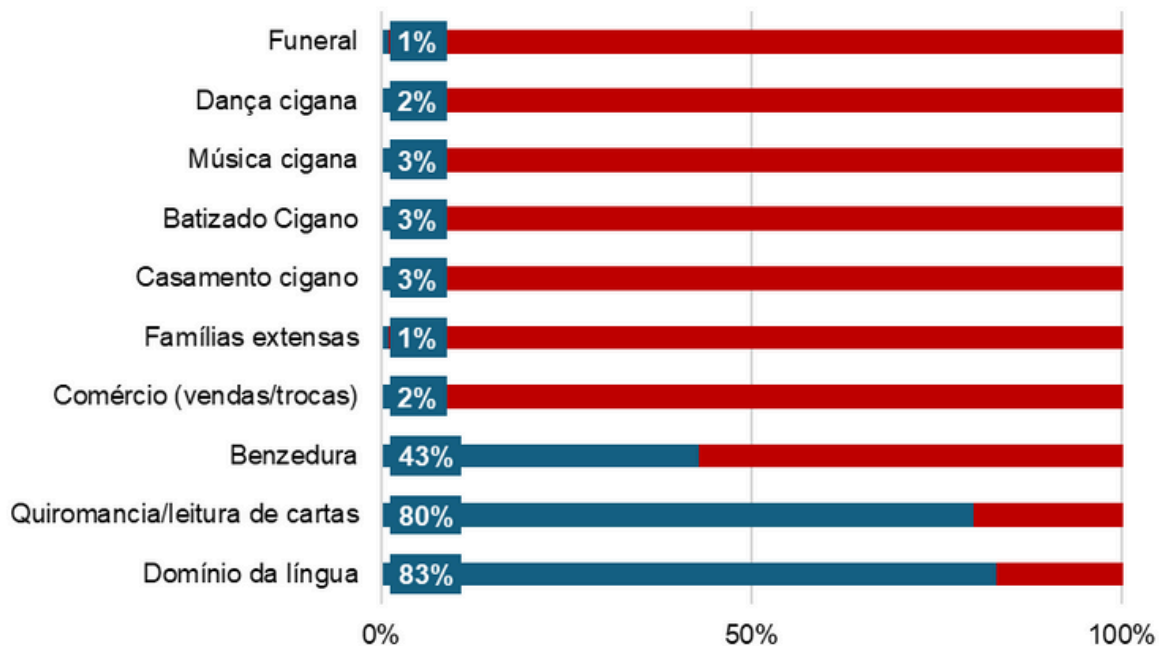
Quais conselhos participa?

Não participa

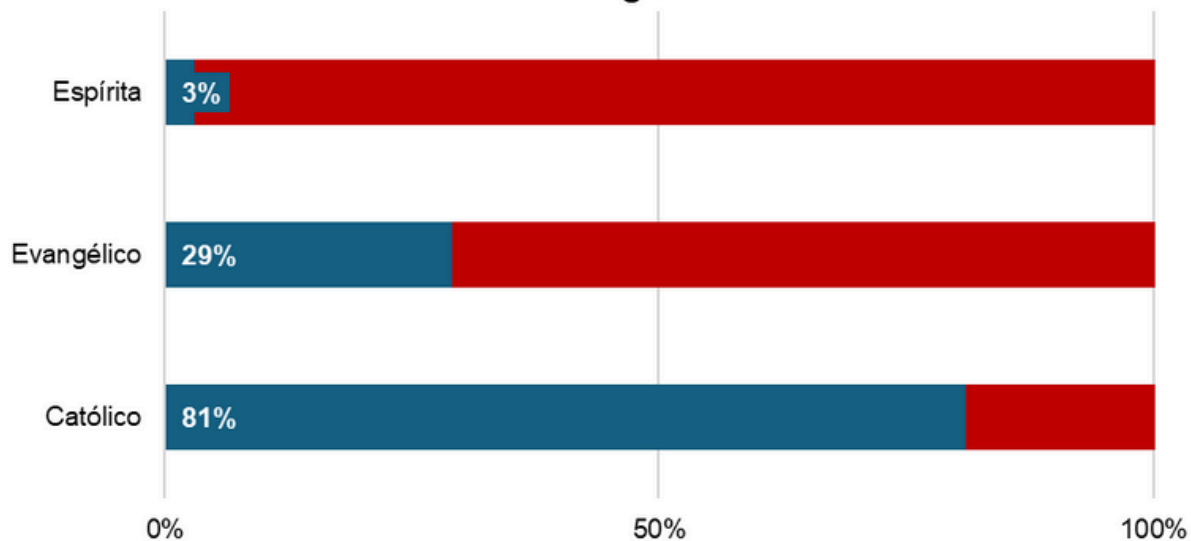
100%



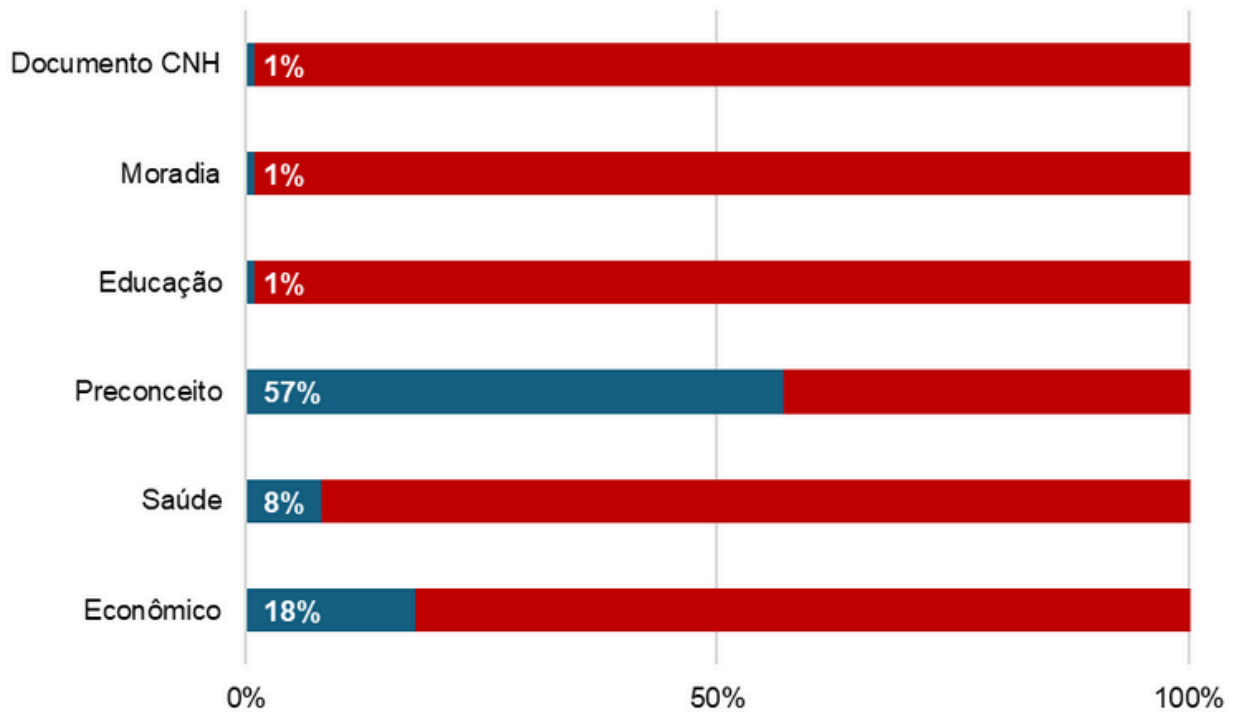
PR - Práticas culturais e tradicionais mantidas:



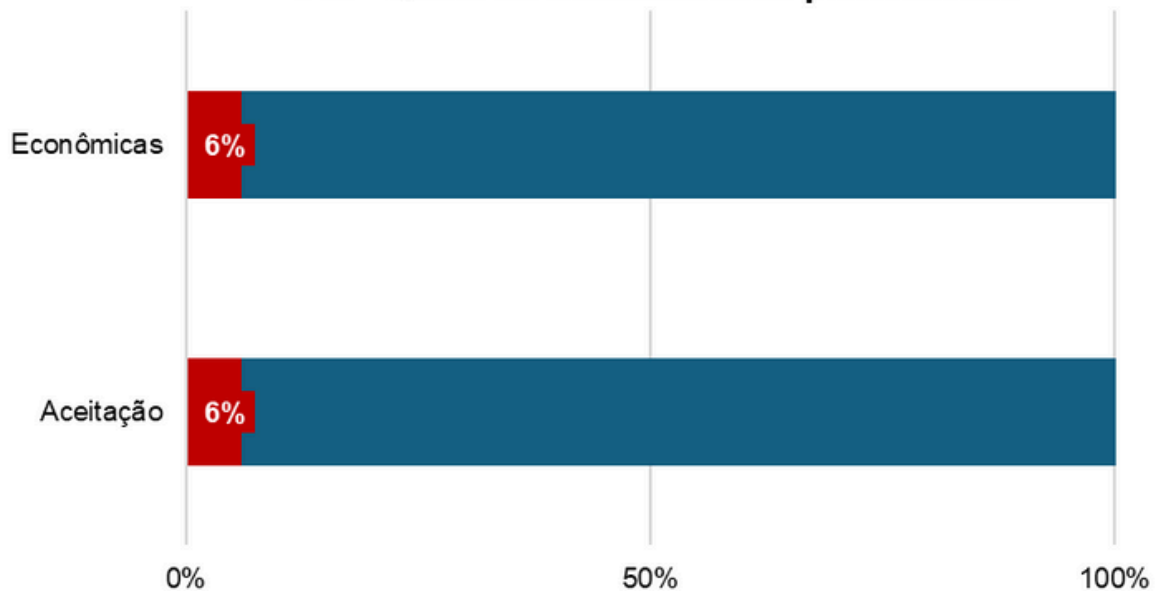
PR - Religião:



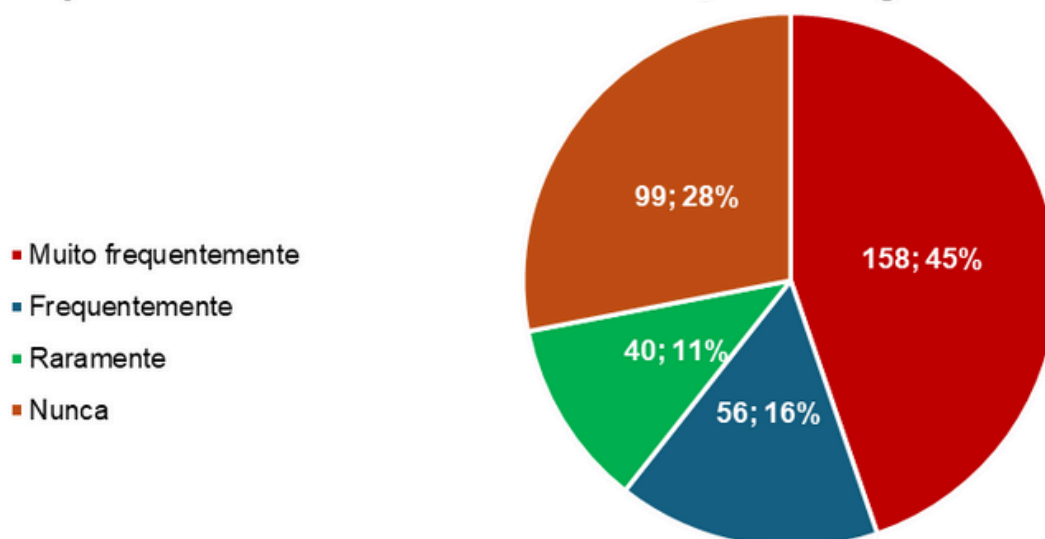
PR - Principais desafios enfrentados pela família:



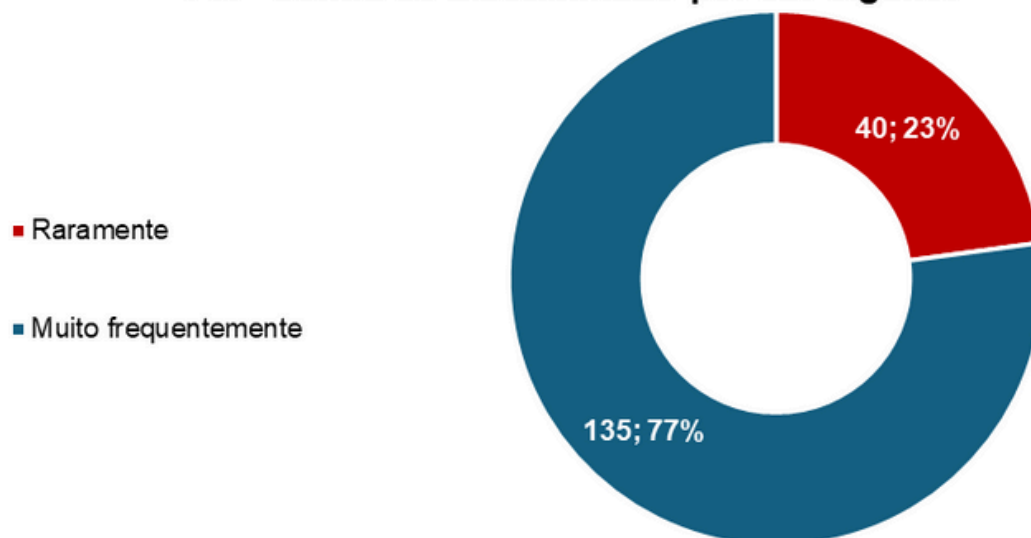
PR - Quais as necessidades prioritárias?



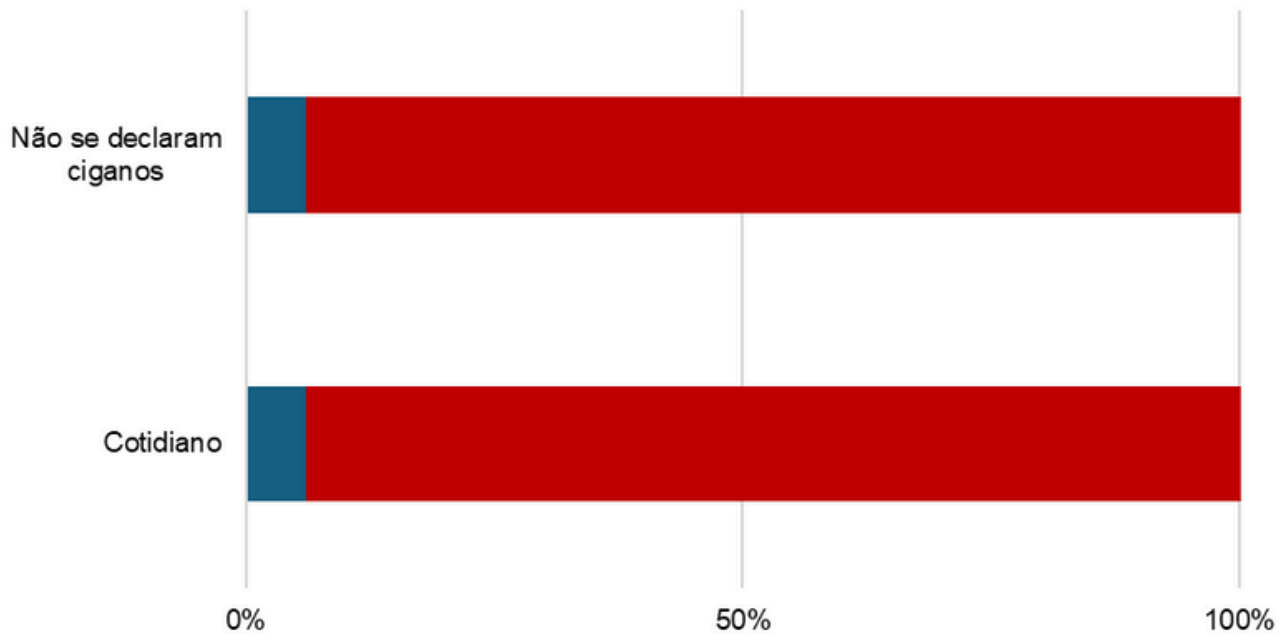
PR - Os meios de comunicação e as coberturas jornalísticas fomentam a discriminação aos ciganos:



PR - Sentiu-se discriminado por ser cigano:



PR - Quais locais se sentiu discriminado por ser cigano?



ANEXO 5

Dados do Estado de Santa Catarina (SC)

7 formulários aplicados no estado de Santa Catarina

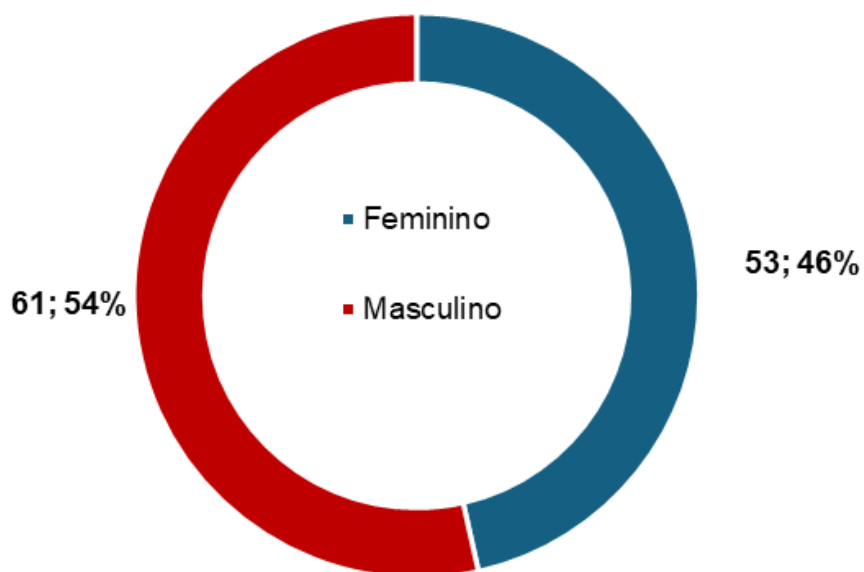
Cidades das aplicações: Canoinhas, Major Vieira, Pouso Redondo, Rio do Sul, Rio Negrinho, Brusque e Mafra.

BLOCO 1 INFORMAÇÕES GERAIS DAS FAMÍLIAS

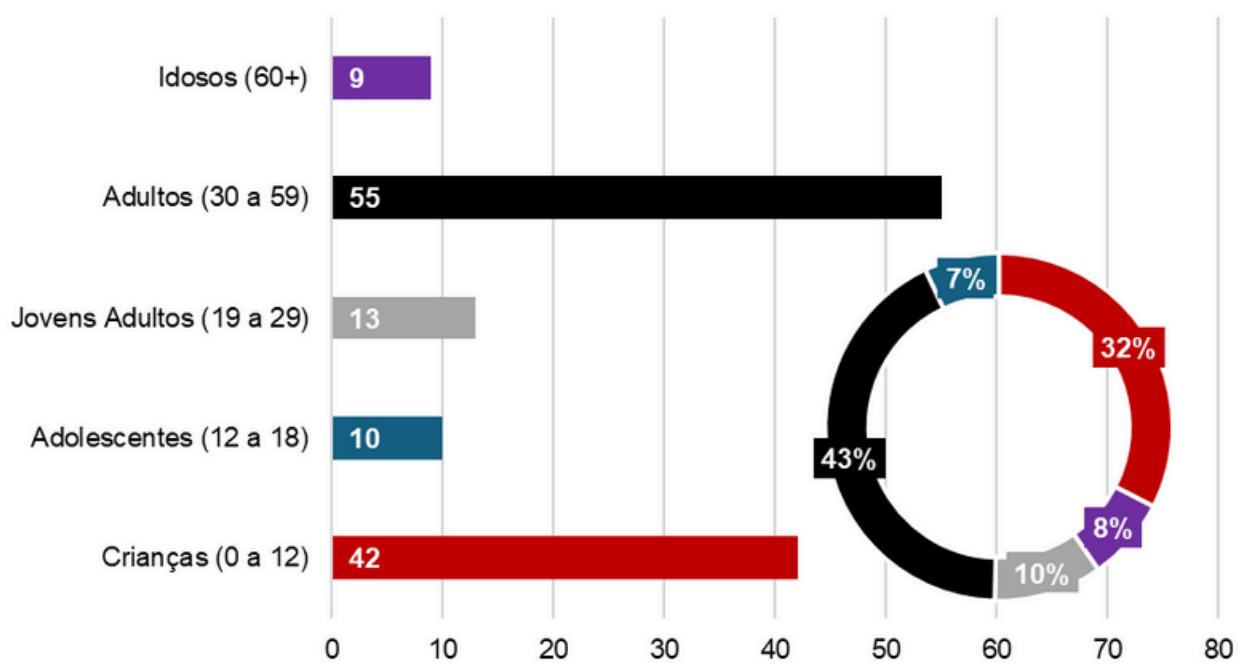
Número de população cigana identificada pelo mapeamento

Dados gerais	
Número total de famílias	129
Número total de membros da comunidade	191
Número de municípios com presença de ciganos	37
Número de municípios total no Estado	295

Santa Catarina Número total de membros das famílias:

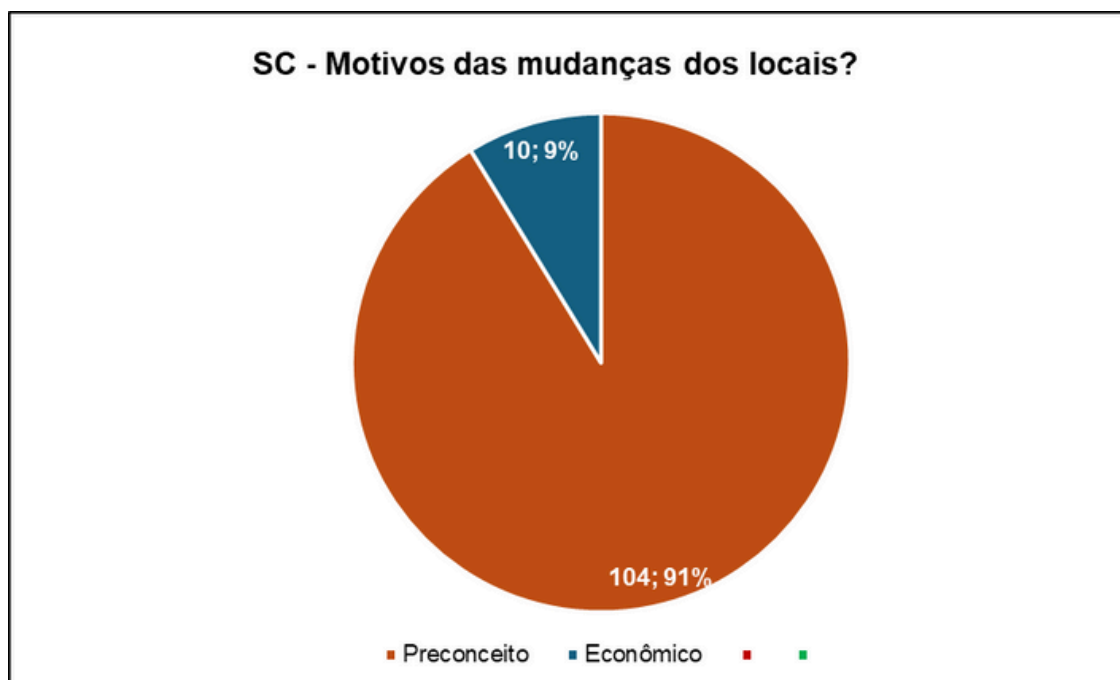
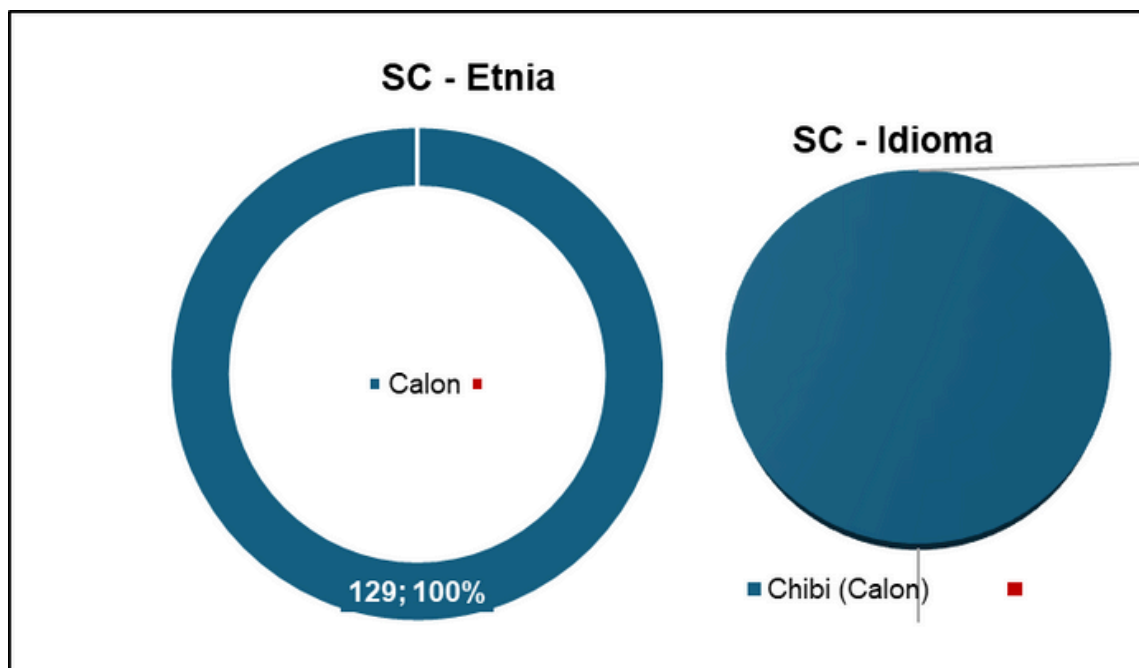


SC - Faixa etária



Identificação de pessoas com deficiência

Foi identificada uma pessoa com deficiência (paralisia).

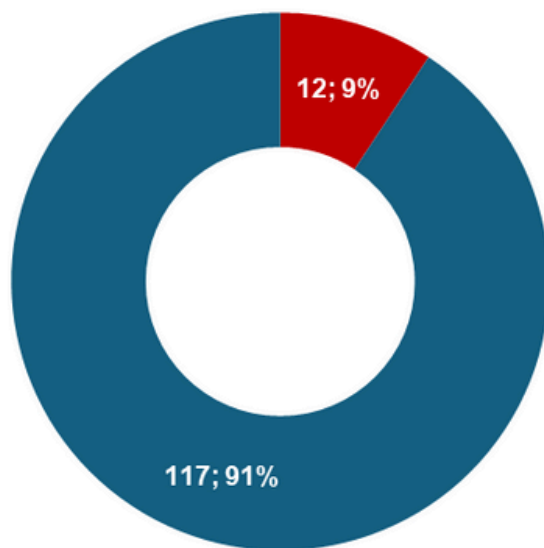


SC - Zona

- Urbana
- Rural
- NI

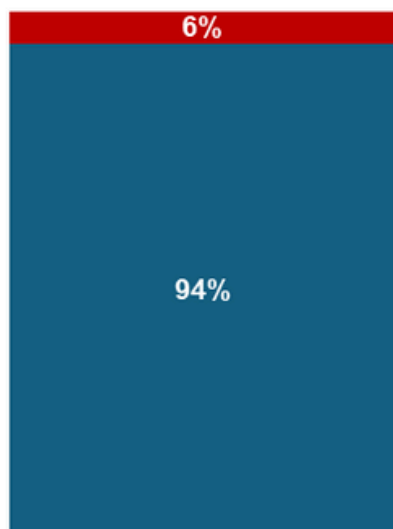


SC - Características da habitação (estrutura / material):



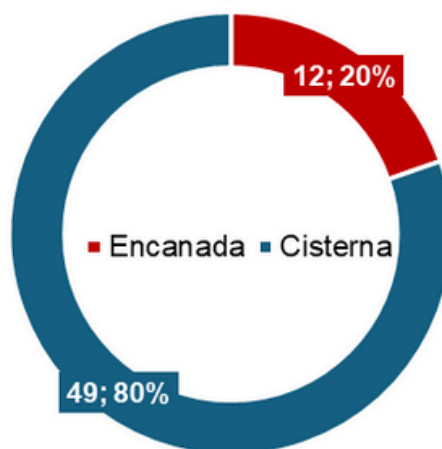
- Alvenaria
- Barraca de lona
- NI

SC - Acesso à água potável:



■ Sim ■ Parcial

SC - De qual modo?



■ Encanada ■ Cisterna

SC - Esgotamento sanitário:



■ Sim ■ Não

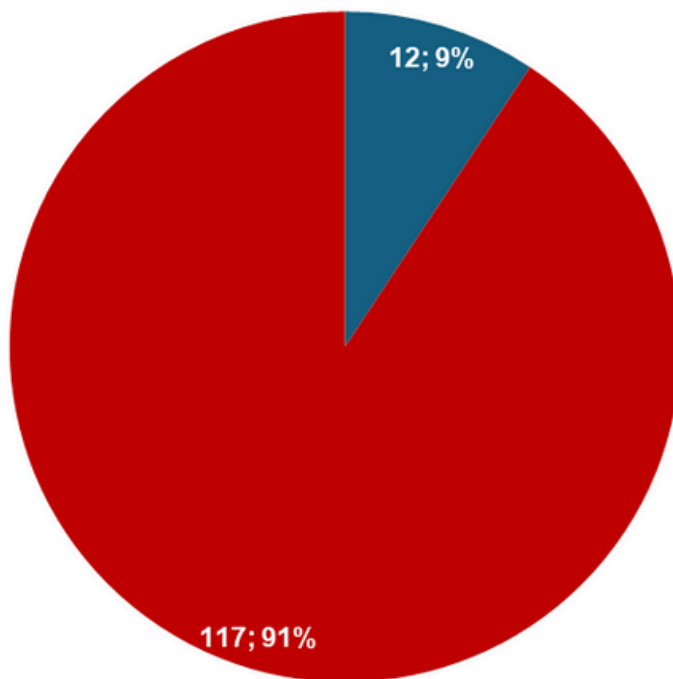
SC - De qual modo?



■ Fossa ■ Não

SC - Coleta de lixo:

- Sim
- Não



SC - Acesso à eletricidade:

- Não
- Sim

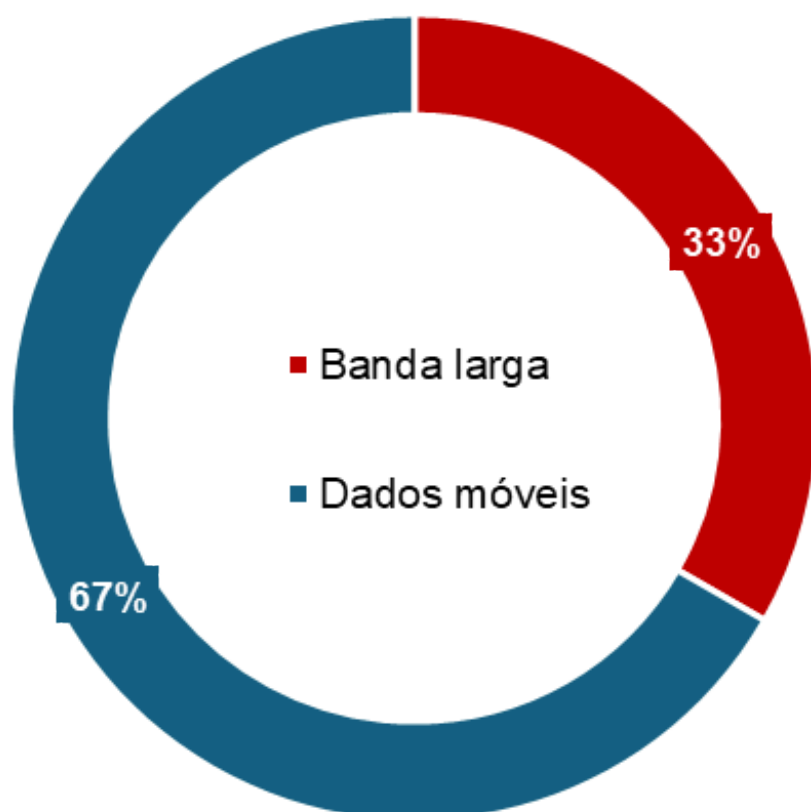


SC - Acesso à internet:

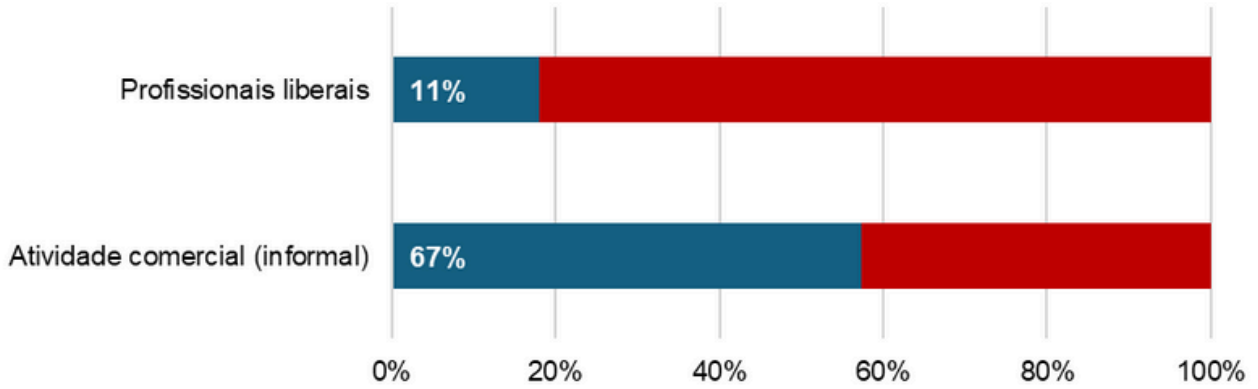
■ Não ■ Sim



SC - Qual modalidade?



SC - Principais fontes de renda:

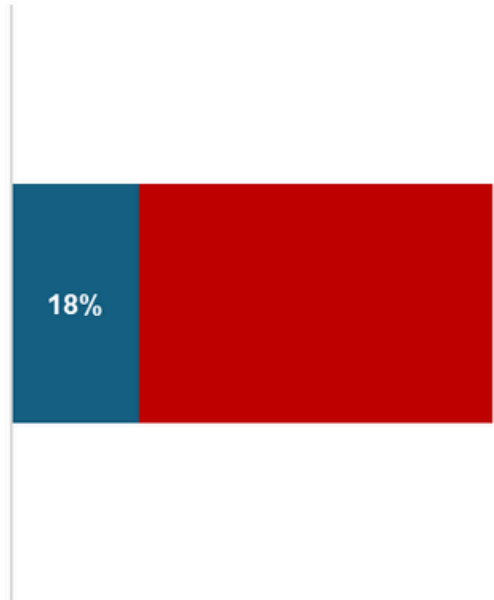


SC - Razões?

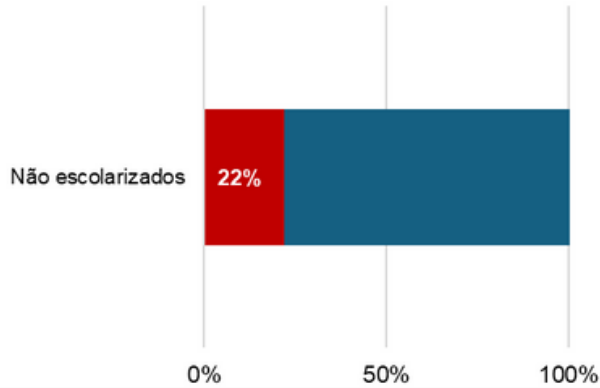
SC - Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal:



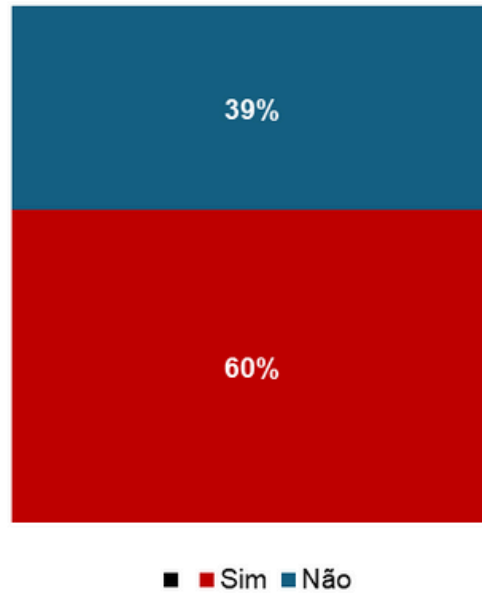
Preconceito



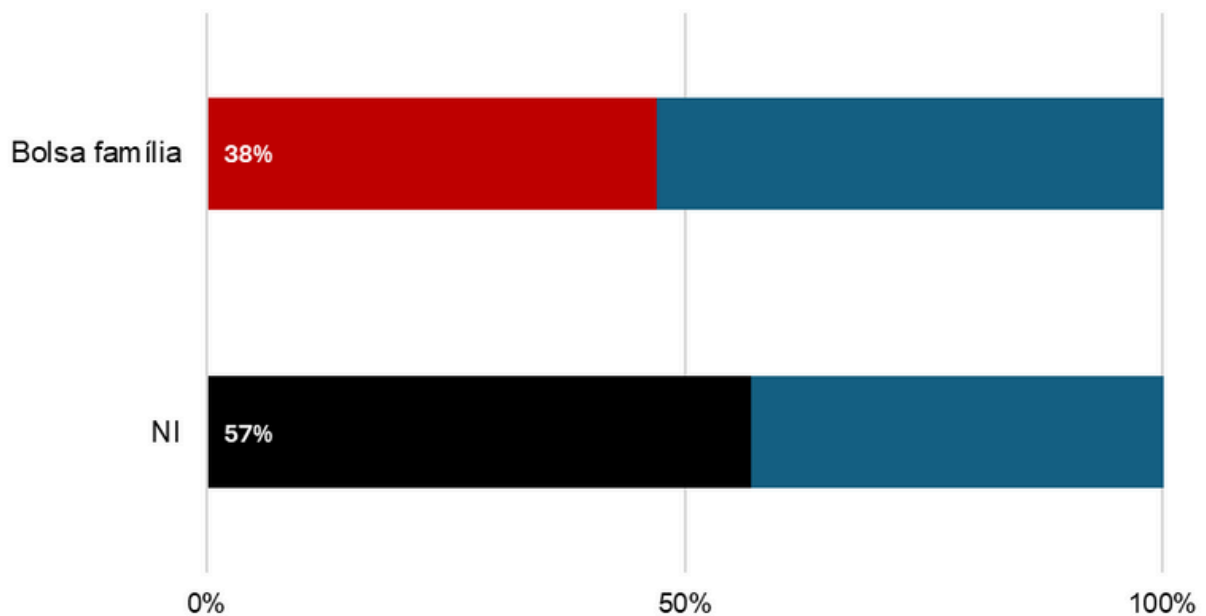
SC - Nível de escolaridade dos membros da família



SC - Vocês têm algum conhecimento sobre políticas públicas voltadas a população cigana:

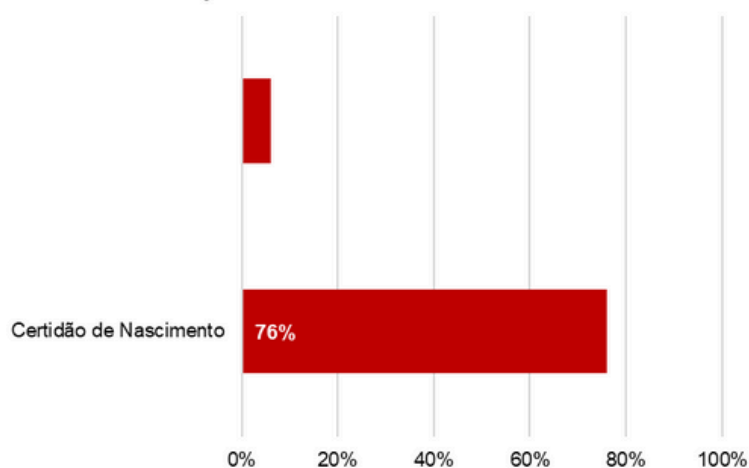


SC - Quais programas sociais são acessados pelas famílias:

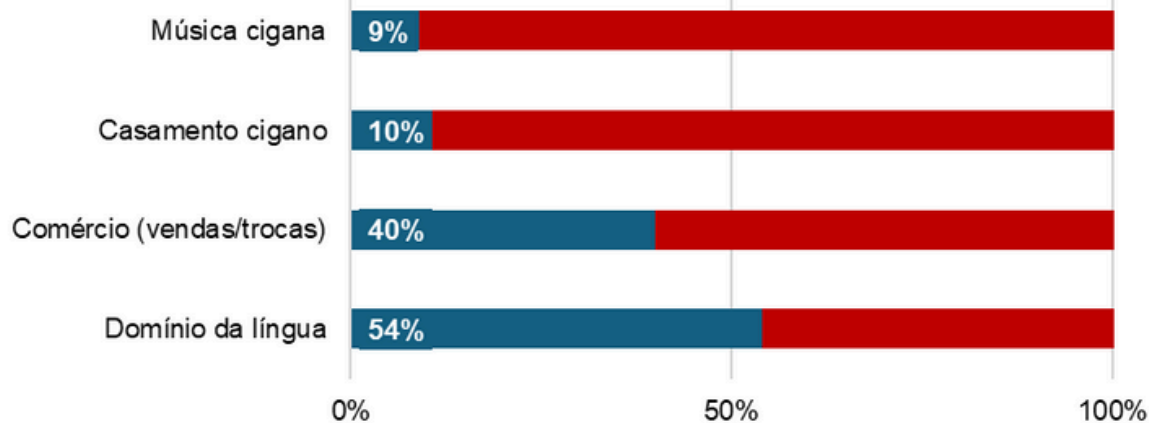


SC - Quais documentos possuem dificuldade?

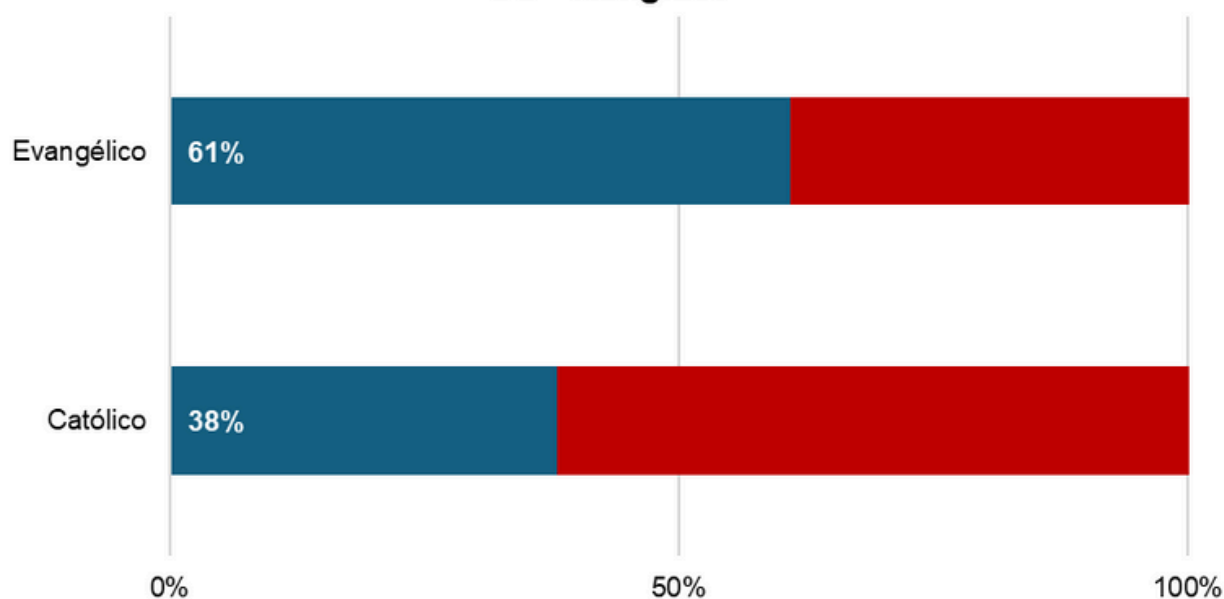
SC - Há dificuldade de acesso a documentos de identificação:

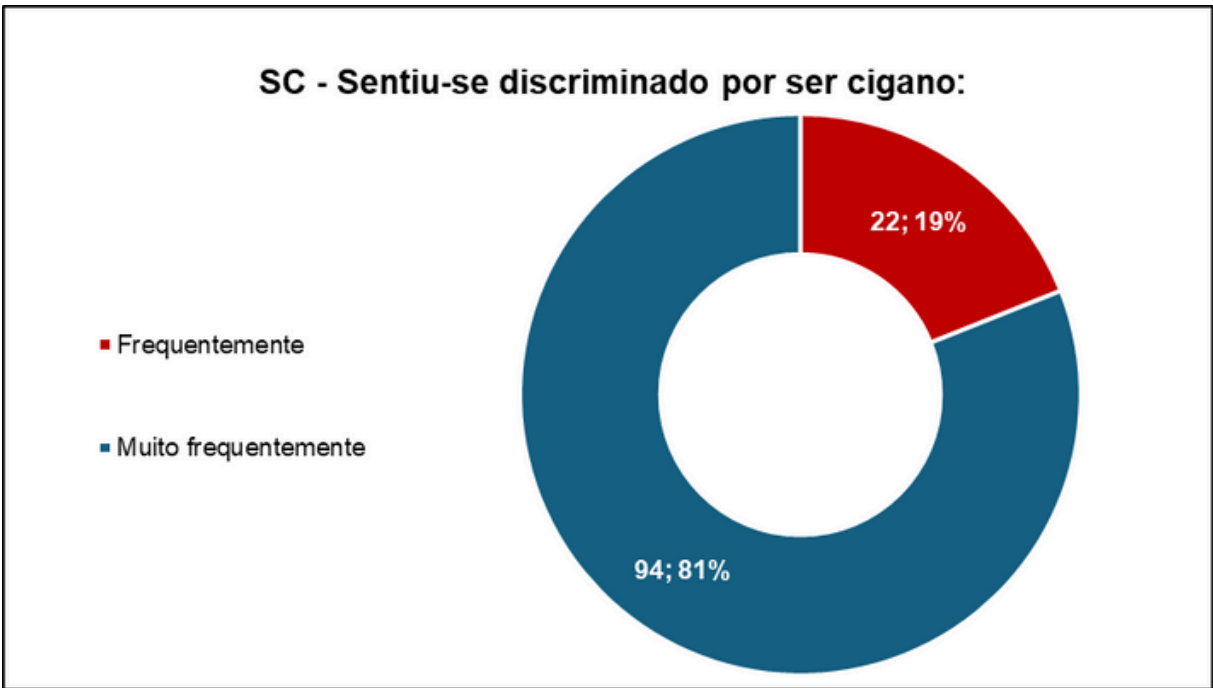
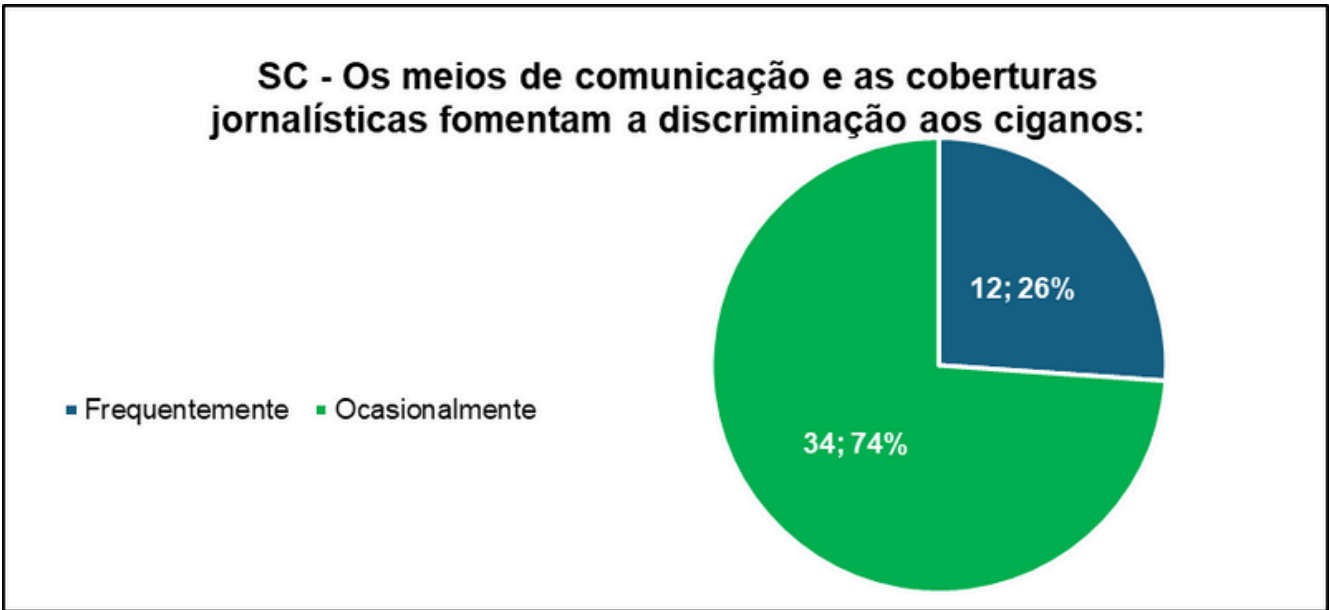
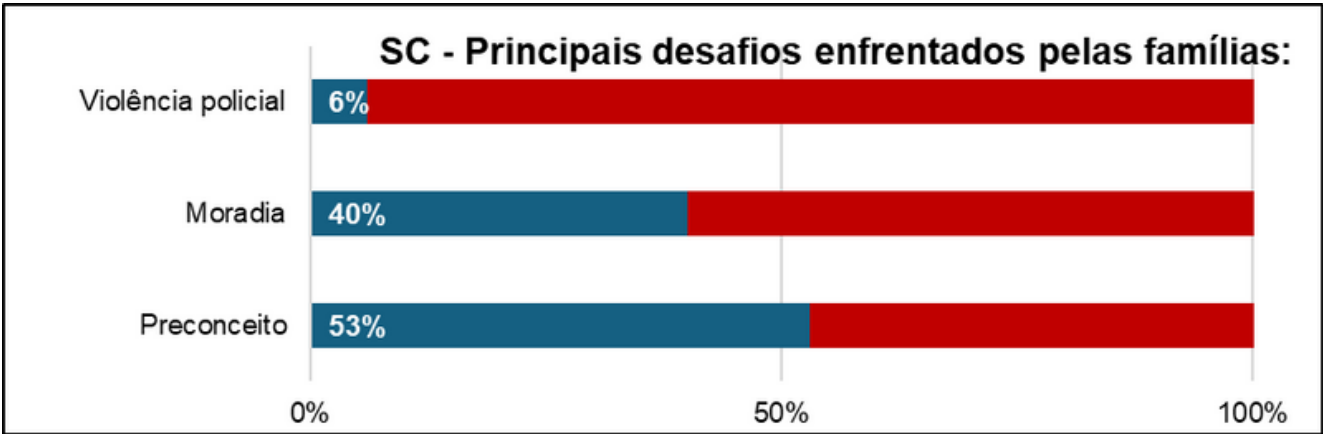


SC - Práticas culturais e tradicionais mantidas:

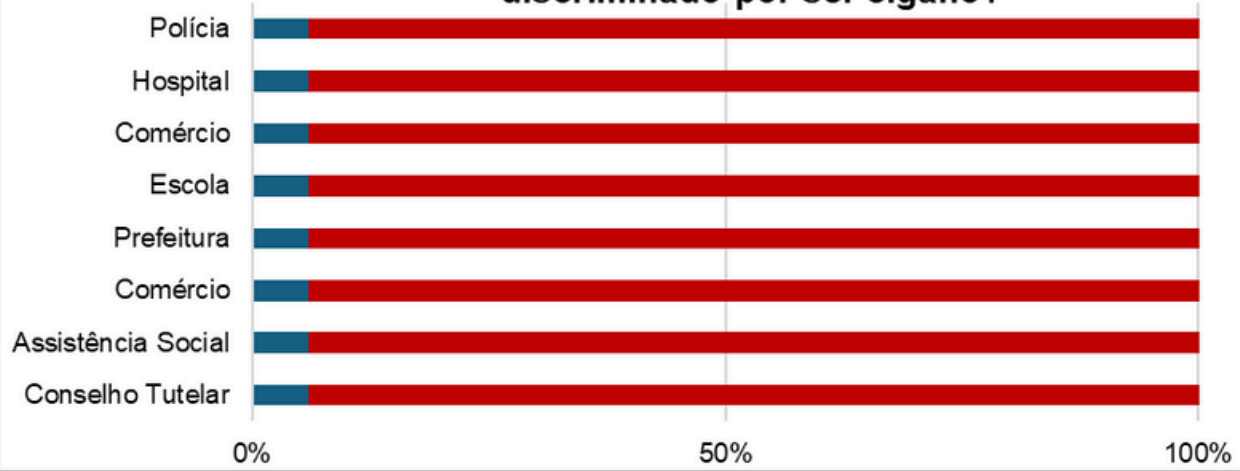


SC - Religião:



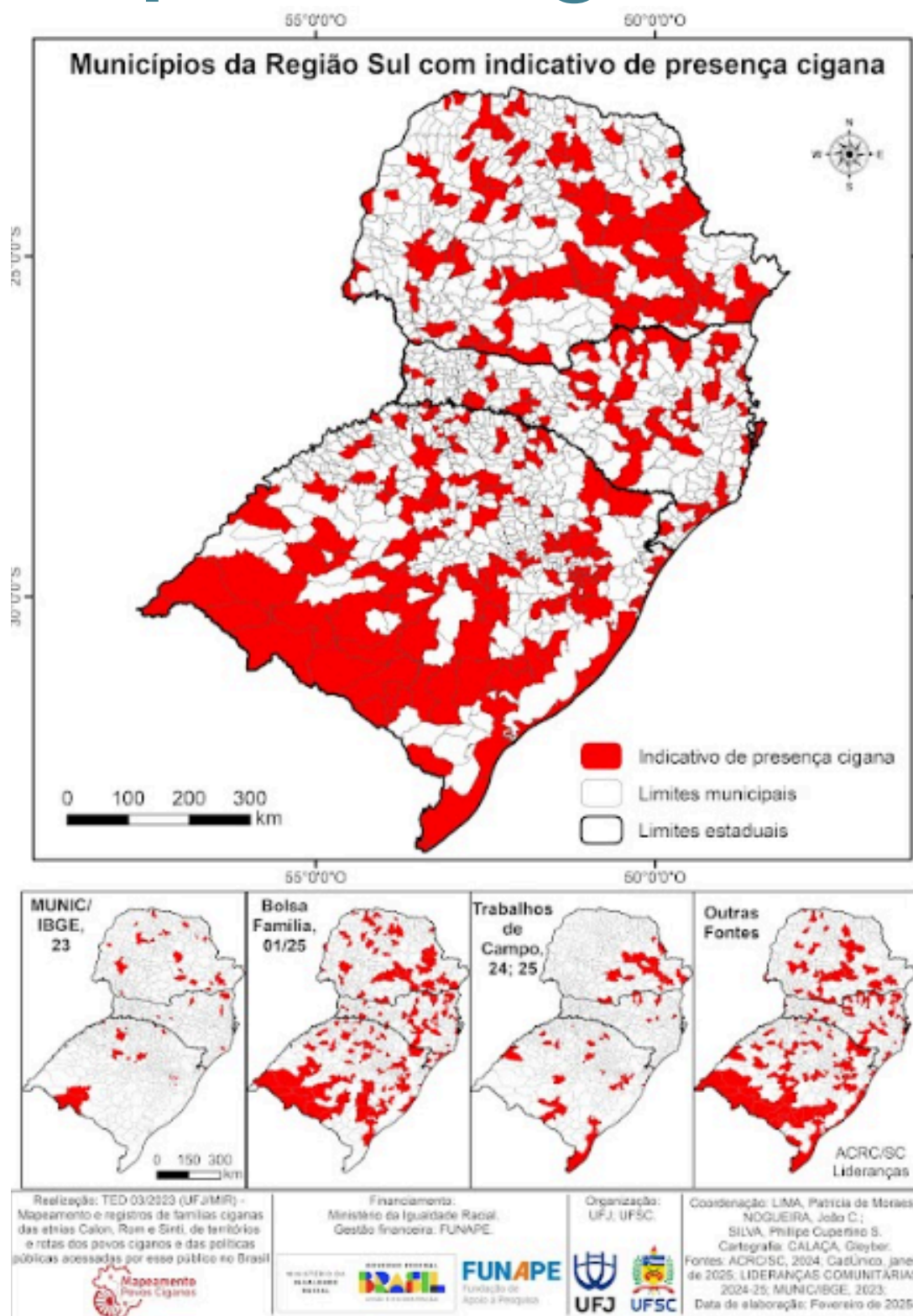


SC - Quais locais se sentiu discriminado por ser cigano?

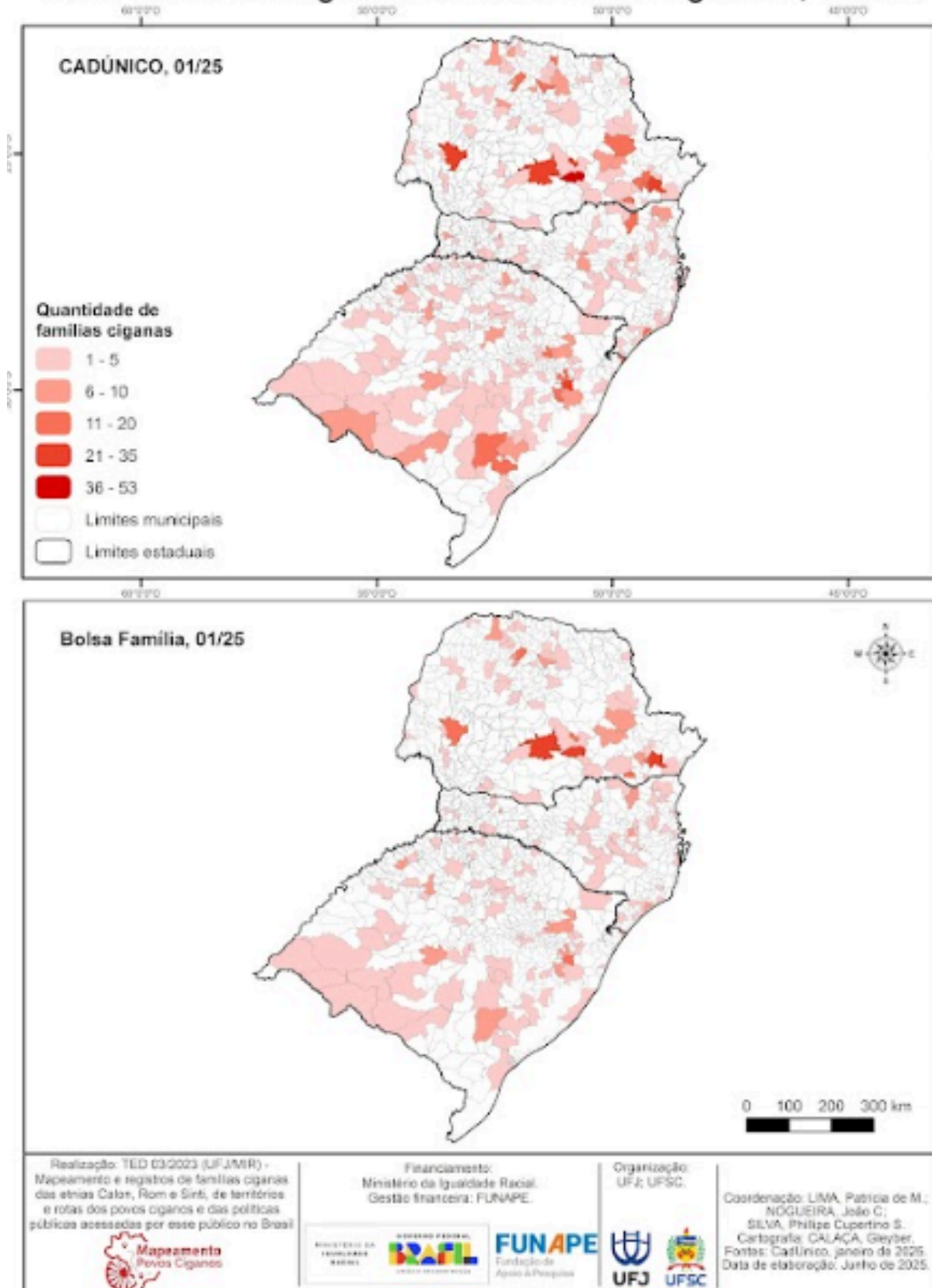


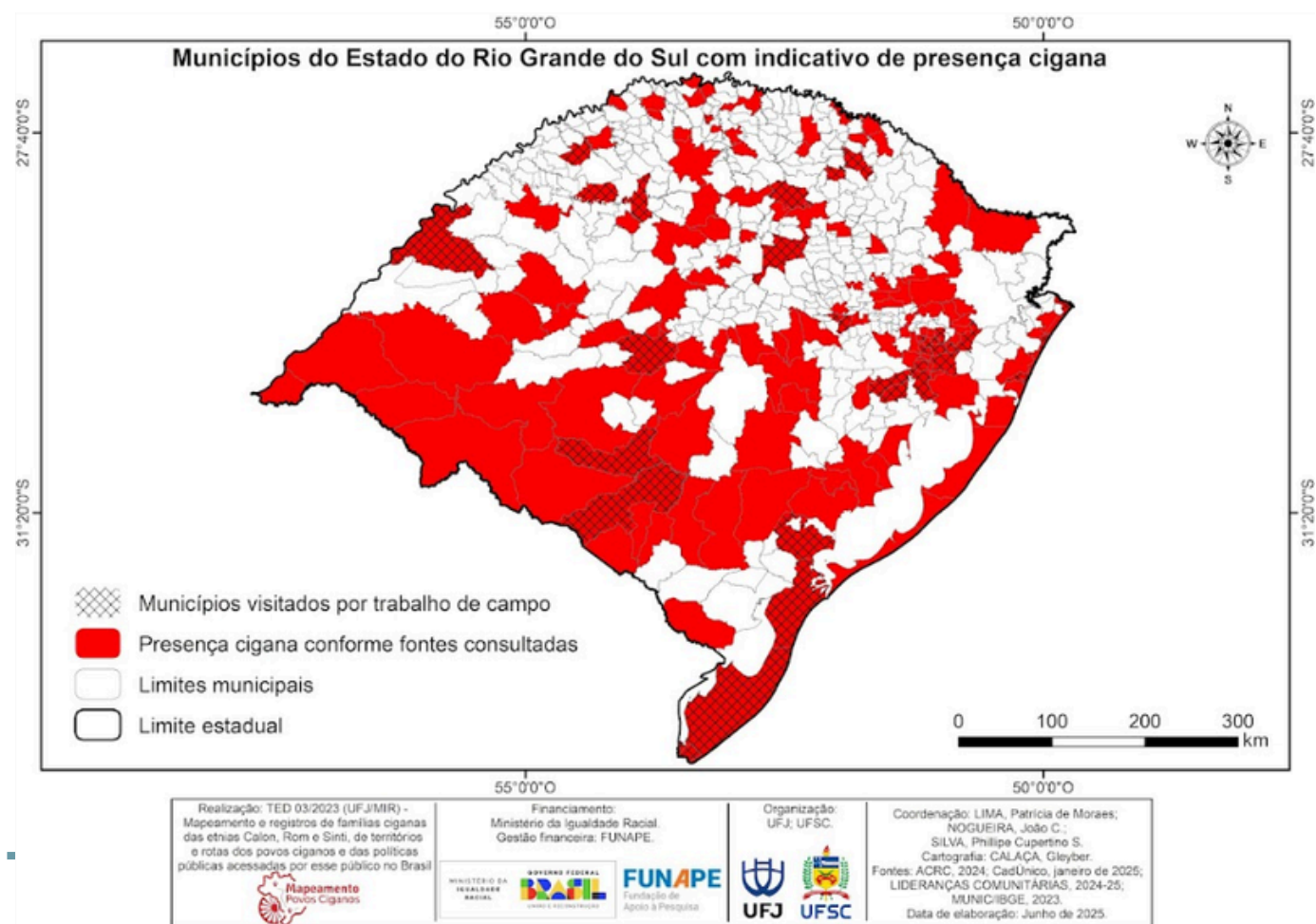
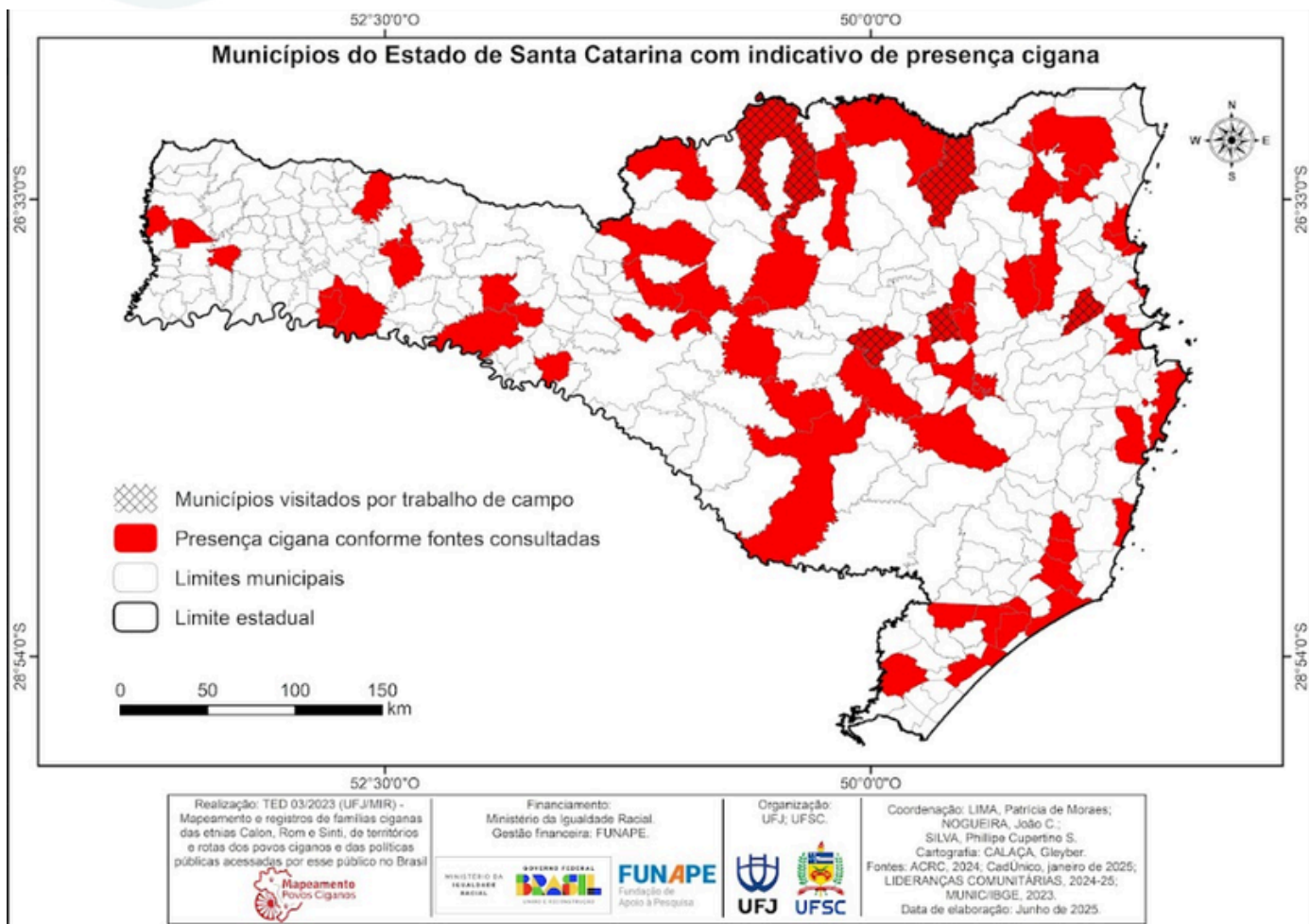
ANEXO 6

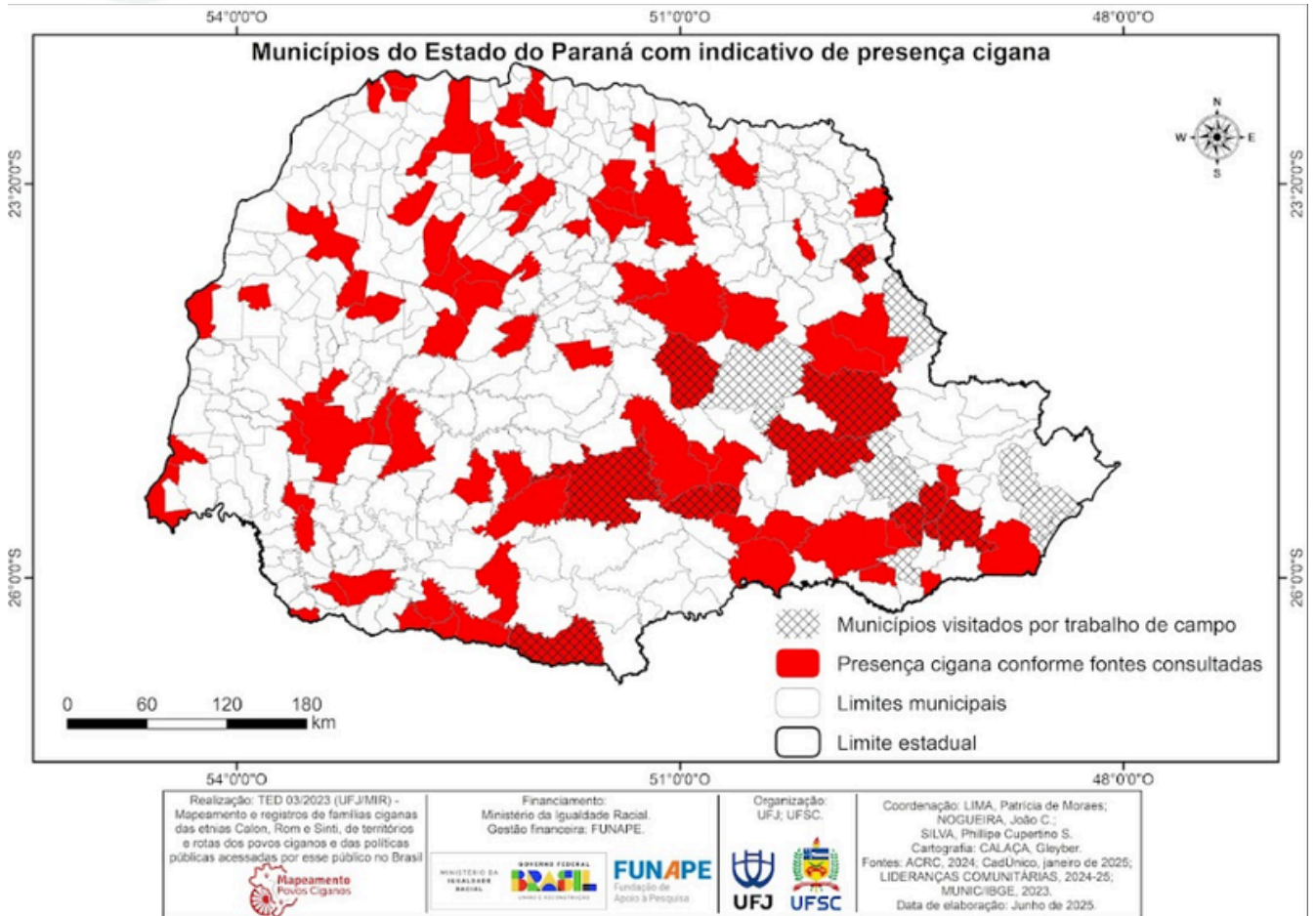
Mapas Cartográficos



Quantidade de famílias ciganas inscritas no CADÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família na Região Sul, 01/2025







ANEXO 7

Banco de imagens

Região Sul

Rio Grande do Sul - Rota Venâncio Aires à Farroupilha



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Venâncio Aires à Farroupilha



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Campo que a comunidade cigana itinerante fica em Lagoa Vermelha



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Venâncio Aires à Farroupilha

Local de acampamento ciganos em Candelária, na beira da estrada



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Três de Maio à Quaraí



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Estrela - Lajeado - São Borja

Periferia de São Borja tem moradia fixa de ciganos Calons



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

São Borja - Terreno próximo à prefeitura cercado para impedir acampamentos ciganos



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Área metropolitana Porto Alegre a Estância Velha

Novo Hamburgo - família itinerante



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

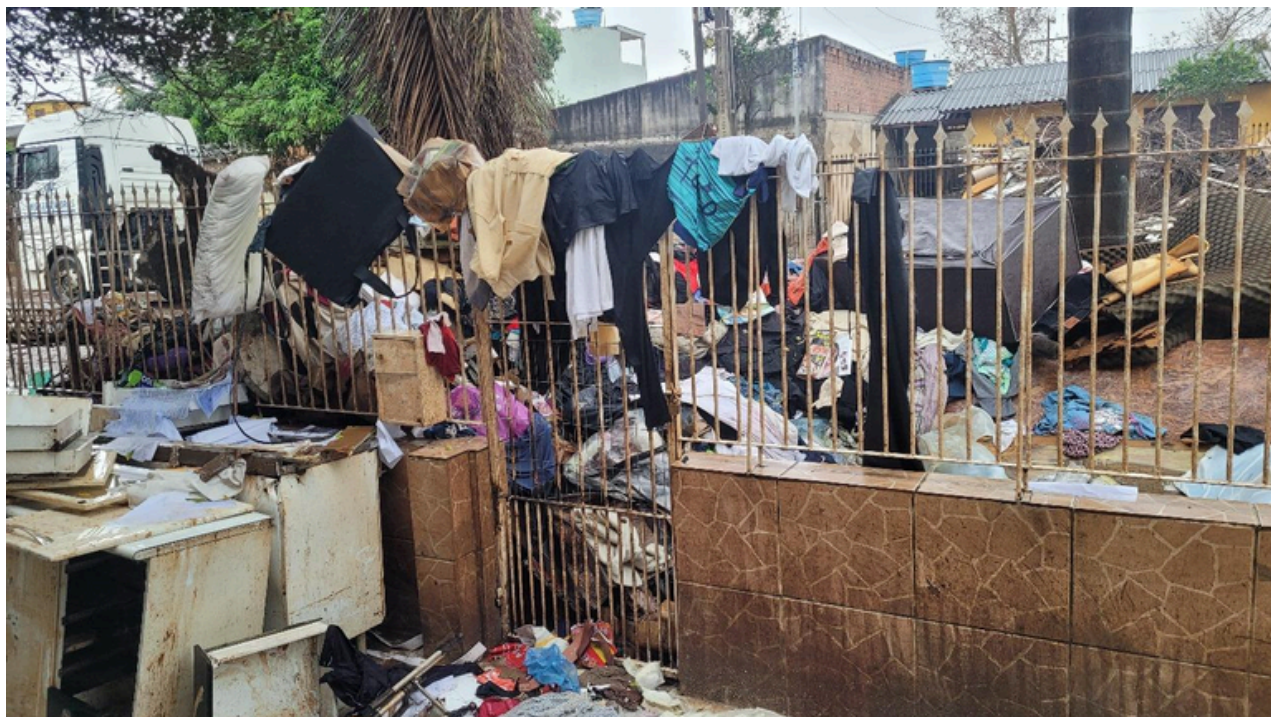
São Leopoldo



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Área metropolitana Porto Alegre a Estância Velha

São Leopoldo - registros enchentes residências ciganos



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Região metropolitana Porto Alegre

Circo



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

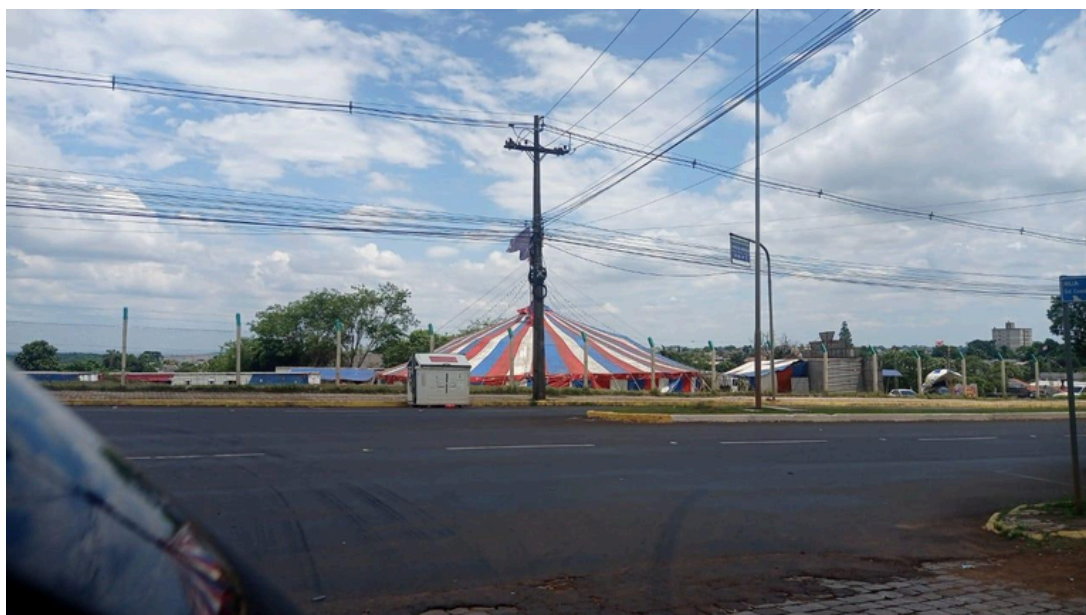
Rio Grande do Sul - Rota Danta Maria a São Leopoldo

Santa Bárbara do Sul - família cigana em situação precária



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Carazinho - Circo em área de acampamento cigano



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Pelotas - Rio Grande

Túmulo da cigana Terena Caldara que morreu em Pelotas em 02/03/1883



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Acampamento em Pelotas



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Missões

Acampamento cigano em Missões



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Rio Grande do Sul - Rota Litoral - Capão da Canoa a Pinhal

Tramandaí - Família cigana de passagem com seus espetáculos



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Paraná

Curitiba - Casa família Rom



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Evento em Curitiba



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Paraná

Curitiba - Casa família cigana Rom - Iovanocithi



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Castro - Acampamento Calon



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Paraná

Castro - Acampamento Calon



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Castro - Acampamento Calon



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Paraná

São José dos Pinhais - Acampamento Calon



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

São José dos Pinhais - Acampamento Calon



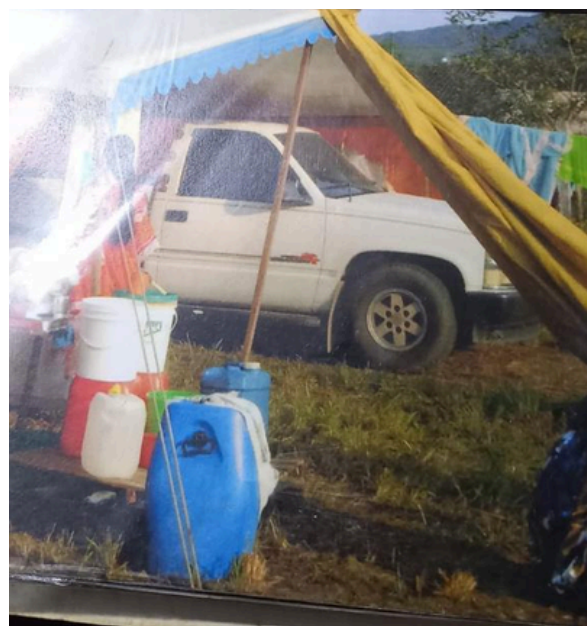
Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Santa Catarina

Acampamento



Fonte: Fornecidas pelo Acervo da Associação do Centro de Referência Cigana de SC.



Fonte: Fornecidas pelo Acervo da Associação do Centro de Referência Cigana de SC.

Santa Catarina

Evento Associação do Centro de Referência Cigana de SC



Fonte: Fornecidas pelo Acervo da Associação do Centro de Referência Cigana de SC.



Fonte: Fornecidas pelo Acervo da Associação do Centro de Referência Cigana de SC.

Santa Catarina

Acervo da Associação do Centro de Referência Cigana de SC



Fonte: Fornecidas pelo Acervo da Associação do Centro de Referência Cigana de SC.



Fonte: Fornecidas pelo Acervo da Associação do Centro de Referência Cigana de SC.

